

---

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

---



**UnB**



**Universidade de Brasília**

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Superior

Fundação Universidade de Brasília

Decanato de Planejamento e Orçamento

# Relatório de Gestão Exercício 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta unidade jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da DN TCU nº 154/2016, da DN TCU nº 156/2016, da Portaria TCU nº 59/2017, da Portaria CGU nº 500/2016 e as orientações disponibilizadas no sistema e-Contas.

Brasília, 2017

Michel Miguel Elias Temer Lulia

**Presidente da República**

José Mendonça Bezerra Filho

**Ministro da Educação**

Paulo Monteiro Vieira Braga Barone

**Secretário de Educação Superior**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**Reitora:** Prof.<sup>a</sup> Márcia Abrahão Moura

**Vice-Reitor:** Prof. Enrique Huelva Unternbäumen

**Decana de Ensino de Graduação:** Prof.<sup>a</sup> Cláudia da Conceição Garcia

**Decana de Pós-Graduação:** Prof.<sup>a</sup> Helena Eri Shimizu

**Decana de Extensão:** Prof.<sup>a</sup> Olgamir Amancia Ferreira de Paiva

**Decano de Assuntos Comunitários:** Prof. André Luiz Teixeira Reis

**Decana de Administração:** Prof.<sup>a</sup> Maria Lucilia dos Santos

**Decana de Gestão de Pessoas:** Cláudia Rosana de Araújo Costa

**Decana de Planejamento e Orçamento:** Prof.<sup>a</sup> Denise Imbroisi

**Decana de Pesquisa e Inovação:** Prof.<sup>a</sup> Maria Emília Machado Telles Walter

**Relator do Conselho de Administração**

Roberto de Góes Ellery Júnior

**Revisora Textual**

Vanessa Oliveira Tavares

**Fundação Universidade de Brasília**

**Decanato de Planejamento e Orçamento**

*Campus* Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte

Prédio da Reitoria, Bloco B, 1º andar

CEP: 70910-900 Brasília-DF, Brasil

Telefones: (61) 3107-0622/3107-0623/3107-0625

Fax: (61) 3274-5915

<http://www.unb.br>

[dpo@unb.br](mailto:dpo@unb.br)

## **Decana de Planejamento e Orçamento**

Prof.<sup>a</sup> Denise Imbroisi

## **Diretora de Planejamento Institucional**

Katia Maria da Silva

## **Organização:**

Katia Maria da Silva

Rayanne Iris de Souza

## **Equipe Técnica:**

Katia Maria da Silva – Diretora de Planejamento Institucional

Jorge Rodrigues Lima – Coordenador de Planejamento Institucional

Rayanne Iris de Souza – Coordenadora de Monitoramento

Ana Carolina Rezende Costa – Administradora

Eliane dos Santos da Rocha – Administradora

Cristiane Moreira Brito – Administradora



**Gestores de Unidades Acadêmicas e Administrativas (atualizado até 07.03.2017)**

**Unidades Administrativas**

Decanato de Ensino de Graduação	DEG	Prof. <sup>a</sup> Cláudia da Conceição Garcia
Decanato de Pós-Graduação	DPG	Prof. <sup>a</sup> Helena Eri Shimizu
Decanato de Extensão	DEX	Prof. <sup>a</sup> Olgamir Amancia Ferreira de Paiva
Decanato de Assuntos Comunitários	DAC	Prof. André Luiz Teixeira Reis
Decanato de Administração	DAF	Prof. <sup>a</sup> Maria Lucilia dos Santos
Decanato de Gestão de Pessoas	DGP	Cláudia Rosana de Araújo Costa
Decanato de Planejamento e Orçamento	DPO	Prof. <sup>a</sup> Denise Imbroisi
Decanato de Pesquisa e Inovação	DPI	Prof. <sup>a</sup> Maria Emília Machado Telles Walter
Prefeitura do <i>Campus</i>	PRC	Valdeci da Silva Reis
Procuradoria Jurídica	PJU	Tiago Coutinho Oliveira
Secretaria de Empreendimentos Imobiliários	SEI	Silvano da Silva Pereira
Secretaria de Gestão Patrimonial	SGP	Silvano da Silva Pereira
Secretaria de Assuntos Acadêmicos	SAA	Arnaldo Carlos Alves
Secretaria de Comunicação	SECOM	Prof. Sérgio Araújo de Sá
Ouvidoria	OUV	Maria Ivoneide de Lima Brito
Assessoria de Assuntos Internacionais	INT	Prof. <sup>a</sup> Sabine Gorovitz
Auditoria Interna	AUD	Thiago Ferreira Sardinha
Centro de Planejamento	CEPLAN	Julio Cesar Lavrador Andréo

**Órgãos Complementares**

Arquivo Central	ACE	Rodrigo de Freitas Nogueira
Biblioteca Central	BCE	Prof. Fernando César Lima Leite
Centro de Informática	CPD	Prof. Jacir Luiz Bordim
Editora Universidade de Brasília	EDU	Prof. <sup>a</sup> Germana Henriques Pereira de Sousa
Fazenda Água Limpa	FAL	Prof. Reginaldo Sérgio Pereira
Hospital Universitário de Brasília	HUB	Prof. <sup>a</sup> Elza Ferreira Noronha

**Centros**

Centro de Desenvolvimento Sustentável	CDS	Prof. <sup>a</sup> Doris Aleida Villamizar Sayago
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	CDT	Prof. Sanderson Cesar Macedo Barbalho
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	CEAM	Prof. <sup>a</sup> Maria Lúcia Pinto Leal
Centro de Educação a Distância	CEAD	Prof. Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Centro UnB Cerrado	UnB Cerrado	Prof. <sup>a</sup> Nina Paula Laranjeira
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos	CESPE	Marta Emília Teixeira
Centro de Excelência em Turismo	CET	Prof. Neio Lúcio de Oliveira Campos
Centro Internacional de Física da Matéria Condensada	CIFMC	Prof. Viktor Dodonov
Centro Integrado de Ordenamento Territorial	CIORD	Prof. Jorge Madeira Nogueira
Centro de Produção Cultural e Educativa	CPCE	Neuza Meller Maia
Centro de Pesq. e Pós-Graduação sobre as Américas	CEPPAC	Prof. Camilo Negri
C. de Formação de Recursos Humanos em Transportes	CEFTRU	Prof. Pastor Willy Gonzales Taco
Centro de Pesquisa e Opinião Pública da UnB	DATAUnB	Prof. Jose Angelo Belloni
Centro Transdisciplinar de Educação no Campo	CETEC	Prof. <sup>a</sup> Mônica Castagna Molina
Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras	CPAB	Prof. Jaime Gonçalves de Almeida
Centro de Referência em Conservação da Natureza e	CRAD	Prof. <sup>a</sup> Lucia Helena Soares e Silva



**Unidades Acadêmicas (Institutos/Faculdades)**

Faculdade de Comunicação	FAC	Prof. Fernando Oliveira Paulino
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	FACE	Prof. Roberto de Goés Ellery Júnior
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	FAU	Prof. José Manoel Morales Sánchez
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	FAV	Prof. <sup>a</sup> Simone Percemanis
Faculdade de Ciência da Informação	FCI	Prof. <sup>a</sup> Elmira Luzia Melo Soares Simeão
Faculdade de Direito	FD	Prof. Mamede Said Maia Filho
Faculdade de Educação	FE	Prof. <sup>a</sup> Livia Freitas Fonseca Borges
Faculdade de Educação Física	FEF	Prof. Jake Carvalho do Carmo
Faculdade de Medicina	FM	Prof. Gustavo Adolfo Sierra Romero
Faculdade de Ciências da Saúde	FS	Prof. <sup>a</sup> Maria Fátima de Sousa
Faculdade de Tecnologia	FT	Prof. Antonio César Pinho Brasil Junior
Instituto de Ciências Biológicas	IB	Prof. <sup>a</sup> Andréa Queiroz Maranhão
Instituto de Ciências Sociais	ICS	Prof. Luís Roberto Cardoso de Oliveira
Instituto de Artes	IdA	Prof. Ricardo José Dourado Freire
Instituto de Ciências Exatas	IE	Prof. Adail de Castro Cavalheiro
Instituto de Física	IF	Prof. José Felipe Beaklini Filho
Instituto de Geociências	IG	Prof. José Eloi Guimarães Campos
Instituto de Ciências Humanas	IH	Prof. Mário Diniz de Araújo Neto
Instituto de Letras	IL	Prof. <sup>a</sup> Rozana Reigota Naves
Instituto de Psicologia	IP	Prof. <sup>a</sup> Wânia Cristina de Souza
Instituto de Ciência Política	IPOL	Prof. Paulo Carlos du Pin Calmon
Instituto de Química	IQ	Prof. Jurandir Rodrigues de Souza
Instituto de Relações Internacionais	IREL	Prof. José Flávio Sombra Saraiva
UnB-Faculdade de Planaltina	FUP	Prof. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril
UnB-Faculdade de Ceilândia	FCE	Prof. Araken dos Santos Werneck Rodrigues
UnB-Faculdade do Gama	FGA	Prof. Augusto César de Mendonça Brasil





2.2.6.1	Despesas totais por modalidade de contratação .....	54
2.2.6.2	Despesas por grupo e elemento de despesa .....	55
2.2.7	Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal .....	64
2.2.8	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas .....	66
2.3	Execução descentralizada com transferência de recursos .....	67
2.4	Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos .....	68
2.5	Desempenho operacional .....	75
2.5.1	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho .....	76
2.5.2	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União .....	76
2.5.3	Comparação entre os indicadores do TCU e da UnB .....	84
3	<b>GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....</b>	<b>86</b>
3.1	Descrição das estruturas de governança .....	86
3.2	Atuação da unidade de auditoria interna .....	88
3.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos .....	89
3.4	Gestão de riscos e controles internos .....	90
4	<b>ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO .....</b>	<b>92</b>
4.1	Gestão de pessoas .....	92
4.1.1	Estrutura de pessoal da FUB .....	92
4.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal .....	96
4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	98
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e estagiários .....	98
4.1.5	Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal .....	101
4.1.6	Política de capacitação e treinamento de pessoal .....	102
4.1.7	Indicadores gerenciais sobre gestão de pessoas .....	105
4.1.7.1	Atividades de prevenção e promoção à saúde .....	105
4.1.7.2	Atividades de assistência à saúde .....	105
4.1.7.3	Atividades de acompanhamento funcional .....	106
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura .....	107
4.2.1	Gestão da frota de veículos .....	107
4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições .....	109
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União .....	110
4.2.3.1	Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da FUB .....	110



4.2.3.2	Distribuição geográfica dos imóveis da União .....	111
4.2.3.3	Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no SPIUnet ... .....	112
4.2.3.4	Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis .....	113
4.2.3.5	Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los .....	113
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicos ou privadas .....	113
4.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros .....	114
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação .....	116
4.3.1	Plano diretor de tecnologia da informação – PDTI .....	116
4.3.2	Comitê gestor de TI .....	117
4.3.3	Principais sistemas de informação .....	118
4.3.4	Plano de capacitação de equipe de TI .....	119
4.3.5	Força de trabalho de TI .....	120
4.3.6	Processos de gerenciamento de TI .....	121
4.3.7	Projetos de TI desenvolvidos em 2016 .....	122
4.3.8	Medidas adotadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas .....	123
4.3.8.1	Serviço de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação .....	123
4.3.8.2	Serviço de manutenção preventiva programada e corretiva da sala cofre .....	123
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade .....	124
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	126
5.1	Canais de acesso do cidadão .....	126
5.1.1	Ouvidoria (OUV) .....	126
5.1.2	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) .....	127
5.1.3	Secretaria de Comunicação (SECOM) .....	129
5.1.4	Restaurante Universitário (RU) .....	129
5.2	Carta de serviços ao cidadão .....	130
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	130
5.3.1	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) .....	130
5.3.2	Secretaria de Comunicação (SECOM) .....	131
5.3.3	Restaurante Universitário (RU) .....	133
5.3.4	Comissão Própria de Avaliação (CPA) .....	135
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade ...	136



5.5	Medidas para garantir a acessibilidade a produtos, serviços e instalações.....	137
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	139
6.1	Desempenho financeiro no exercício .....	139
6.2	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior .....	140
6.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão.....	140
6.2.2	Demonstração da alocação dos recursos captados e resultados .....	141
6.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	143
6.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	144
6.4.1	Custo com base na metodologia do Tribunal de Contas da União.....	144
6.4.2	Apuração do custo do ensino e do custo aluno segundo metodologia de apuração desenvolvida pela UnB .....	147
6.4.3	Apuração do custo por aluno de 2016.....	153
6.5	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	156
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	157
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	157
7.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno .....	159
7.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário .....	159
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações de acordo com o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993 .....	161
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento .....	162
7.6	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda .....	163
7.7	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	164
	Anexo A: Principais Sistemas de Informação.....	165
	Anexo B: Projetos de TI desenvolvidos em 2016 .....	168
	Anexo C: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	186
	Anexo D: Contratos sujeitos à desoneração .....	209
	Anexo E: Oferta da disciplina de Libras nos cursos da UnB, conforme Decreto 5.626/2005 .....	211



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - Macroprocesso de Ensino .....	29
Quadro 1.2 - Macroprocesso de Pesquisa .....	29
Quadro 1.3 - Macroprocesso de Extensão.....	30
Quadro 2.1 - Ação 20GK vinculada ao Programa Temático 2080 .....	35
Quadro 2.2 - Ação 20RK vinculada ao Programa Temático 2080.....	36
Quadro 2.3 - Ação 20RK vinculada ao Programa Temático 2080.....	38
Quadro 2.4 - Ação 4002 vinculada ao Programa Temático 2080 .....	39
Quadro 2.5 - Ação 8282 vinculada ao Programa Temático 2080 .....	40
Quadro 2.6 - Ação 8282 vinculada ao Programa Temático 2080 .....	42
Quadro 2.7 - Ação 20RJ vinculada ao Programa Temático 2080.....	43
Quadro 2.8 - Ação 20RX vinculada ao Programa Temático 2080.....	44
Quadro 2.9 - Ação 4086 vinculada ao Programa Temático 2080 .....	45
Quadro 2.10 - Desempenho das Ações Orçamentárias (LOA 2017) - Em R\$ mil .....	47
Quadro 2.11 - Execução Orçamentária da Ação 20RK por Grupo de Despesa e Fonte – Em R\$ mil .....	48
Quadro 2.12 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos - Em R\$ mil	49
Quadro 2.13 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores – Total FUB + HUB - EM R\$ Mil .....	49
Quadro 2.14 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores – Total FUB - Em R\$ Mil .....	50
Quadro 2.15 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores – Total HUB - Em R\$ Mil.....	51
Quadro 2.16 - Tabela 1: Receita da FUB no ano de 2016 - Em R\$ mil.....	52
Quadro 2.17 - Receita da FUB por Fonte de Recursos – Ano 2016 - Em R\$ mil .....	53
Quadro 2.18 - Receita estimada x Receita realizada – Anos 2012 a 2016 – Em R\$ mil .....	54
Quadro 2.19 - Acompanhamento da receita da FUB no ano de 2016 - Em R\$ mil.....	54
Quadro 2.20 - Despesas por modalidade de contratação – FUB (26271) - Em R\$ mil .....	55
Quadro 2.21 - Despesas por modalidade de contratação – HUB (26393) - Em R\$ mil .....	55
Quadro 2.22 - Despesas por grupo e elemento de despesa – FUB (26271) - Em R\$ mil.....	56
Quadro 2.23 - Despesas por grupo e elemento de despesa – HUB (26393) - Em R\$ mil .....	57
Quadro 2.24 - Total Despesas por grupo e elemento de despesa – FUB (26271) e HUB (26393) - Em R\$ mil .....	57
Quadro 2.25 - Tomada de Preços – Por UO - Em R\$ mil.....	60
Quadro 2.26 - Concorrência – Por UO - Em R\$ mil.....	60
Quadro 2.27 - Despesas com Exercícios Anteriores HUB - Em R\$ mil.....	63
Quadro 2.28 - Concessão de suprimento de fundos - Em R\$ mil .....	64
Quadro 2.29 - Utilização de suprimento de fundos - Em R\$ mil.....	64
Quadro 2.30 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Em R\$ mil.....	65
Quadro 2. 2.31 - Estrutura de pessoal da CEPC/DCF.....	66
Quadro 2.32 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Em R\$ mil.....	67
Quadro 2.33 - Projetos custeados com recursos internacionais por intermédio do CDT 2016 - Em R\$ mil.....	69



Quadro 2.34 - Convênios formalizados entre a FUB e organismos internacionais com ou sem sede no Brasil (2014 - 2016) - Em R\$ mil .....	70
Quadro 2.35 - Convênios formalizados segundo a Assessoria de Assuntos Internacionais - 2016...	71
Quadro 2.36 - Demonstrativo dos Pagamentos Realizados – Projeto BRE/UnB - Em R\$ mil .....	73
Quadro 2.37 - Relação de Pagamentos Realizados pela FINATEC .....	74
Quadro 2.38 - Resultados dos indicadores primários – 2012 a 2016.....	77
Quadro 2.39 - Resultados dos indicadores – 2012 a 2016 .....	79
Quadro 2.40 - Insumos dos indicadores de gestão segundo as metodologias TCU e da UnB (2015-2016).....	84
Quadro 2.41 - Indicadores de gestão (metodologias TCU e UnB) – 2015 e 2016.....	85
Quadro 3.1 - Resultados obtidos em 2016 .....	89
Quadro 3.2 - Principais eventos realizados/finalizados em 2016.....	90
Quadro 4.1 - Força de Trabalho da FUB.....	92
Quadro 4.2 - Classificação por cargos dos servidores técnico-administrativos em educação dos níveis E, D e C.....	93
Quadro 4.3 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	93
Quadro 4.4 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da FUB .....	95
Quadro 4.5 - Qualificação da força de trabalho .....	96
Quadro 4.6 - Despesas com pessoal - Em R\$ mil .....	97
Quadro 4.7 - Contratação de pessoal de apoio .....	99
Quadro 4.8 - Quantitativo de contratos de estágio vigentes em 2015 e 2016.....	101
Quadro 4.9 - Resultados das indicações de 2016 .....	102
Quadro 4.10 - Descrição quantitativa das oportunidades de capacitação .....	103
Quadro 4.11 - Valor investido por tipo de ação em 2016 .....	104
Quadro 4.12 - Quantitativo de ocupantes de função gerencial que participou de ações de capacitação .....	104
Quadro 4.13 - Quantitativo por categoria funcional que participou de ações de capacitação .....	104
Quadro 4.14 - Indicadores de capacitação, carreira e desempenho .....	106
Quadro 4.15 - Quantidade de veículos agrupados por tipo .....	108
Quadro 4.16 - Idade média da frota em 2016.....	108
Quadro 4.17 - Veículos inservíveis .....	110
Quadro 4.18 - Imóveis de uso acadêmico .....	111
Quadro 4.19 - Distribuição geográfica dos imóveis residenciais.....	111
Quadro 4.20 - Distribuição geográfica dos imóveis comerciais .....	112
Quadro 4.21 - Imóveis comerciais ocupados por unidades da FUB .....	112
Quadro 4.22 - Alguns imóveis objetos de cessão de espaço físico .....	114
Quadro 4.23 - Imóveis locados de terceiros .....	115
Quadro 4.24 - Alinhamento das soluções de TI às áreas estratégicas do planejamento institucional 2014-2017.....	117
Quadro 4.25 - Composição do Comitê de TI - 2016.....	118
Quadro 4.26 - Capacitações realizadas em 2016 – PROCAP e CPD .....	119
Quadro 4.27 - Treinamentos realizados em 2016 – CPD e RNP .....	119
Quadro 4.28 - Indicadores do curso SEI USAR.....	120
Quadro 4.29 - Força de trabalho de TI .....	120



Quadro 4.30 - Processos de gerenciamento de serviços de TI.....	121
Quadro 5.1 - Cinco principais temas demandados no e-SIC em 2016.....	128
Quadro 5.2 - Resposta à pergunta 1 .....	130
Quadro 5.3 - Resposta à pergunta 2 .....	131
Quadro 5.4 - Métricas mensal no Facebook.....	132
Quadro 5.5 - Atendimentos no programa PPNE .....	137
Quadro 5.6 - Ações do PPNE e da PRC.....	138
Quadro 6.1 - Fornecedores a Pagar em 31/12/2016 por Origem de Recursos – Em R\$ mil .....	140
Quadro 6.2 - Credores a Pagar em 31/12/2016 por Origem de Recursos - Em R\$ mil .....	140
Quadro 6.3 - Receita Orçamentária Líquida da FUB no ano de 2016 – Em R\$ mil.....	141
Quadro 6.4 - Aplicação dos recursos captados por projeto desenvolvido pelas Unidades da FUB – 2016 - Em R\$ mil .....	142
Quadro 6.5 - FUB/UnB – Custo Corrente por aluno, 2010 a 2016, segundo a Metodologia do TCU .....	146
Quadro 6.6 - FUB - Custo do ensino, por unidade acadêmica, nos anos de 2010 a 2016 .....	154
Quadro 6.7 - Demonstrativo do custo por aluno 2010 a 2016 (custo em R\$ 1.000,00).....	156
Quadro 7.1 - Informações relativas ao Acórdão 377/2016 1ªC (item 1.7).....	157
Quadro 7.2 - Informações relativas ao Acórdão 377/2016 1ªC (item 1.8).....	158
Quadro 7.3 - Informações relativas ao Acórdão 2.176/2016 1ªC (item 1.6).....	158
Quadro 7.4 - Medidas administrativas adicionais para apuração de responsabilidade por dano ao erário-2016 .....	160
Quadro 7.5 - Tomadas de Contas Especiais - 2016.....	160
Quadro 7.6 - Despesas com publicidade e propaganda em 2016.....	163
Quadro 7.7 - Contratos EBC e Imprensa Nacional em 2016 .....	164
Quadro 7.8 - Despesas com serviços de clipping em 2016.....	164



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 - Participação percentual por Natureza do Gasto em 2016 - ODC .....	48
Gráfico 2.2 - Receita patrimonial e aplicação financeira x receita total no ano de 2016 - Em R\$ mil .....	53
Gráfico 2.3 - Comparação entre os estágios das despesas - Em R\$ mil .....	58
Gráfico 2.4 - Investimento: Evolução das Despesas Empenhadas e Liquidadas (2012 – 2016) - Em R\$ Mil .....	59
Gráfico 2.5 - Despesa de pessoal x Total das despesas executadas na UPC.....	59
Gráfico 2.6 - Maiores aquisições por meio de pregão – UnB - Em R\$ mil .....	61
Gráfico 2.7 - Maiores gastos efetuados por natureza de despesa – UnB - Em R\$ mil .....	61
Gráfico 2.8 - Maiores aquisições por meio de pregão – HUB - Em R\$ mil .....	62
Gráfico 2.9 - Gastos totais com suprimento de fundos - Em R\$ mil .....	65
Gráfico 2.10 - Número de alunos em tempo integral (x1.000) – 2008 a 2016 .....	80
Gráfico 2.11 - Número de Professores Equivalentes (x1.000) – 2008 a 2016.....	80
Gráfico 2.12 - Número de alunos em tempo integral/Professor Equivalente – 2008 a 2016.....	80
Gráfico 2.13 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB (x1.000) – 2008 a 2016.....	81
Gráfico 2.14 - Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB – 2008 a 2016.....	81
Gráfico 2.15 - Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB – 2008 a 2016 .....	81
Gráfico 2.16 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB/Número de Professores Equivalentes – 2008 a 2016 .....	82
Gráfico 2.17 - Número de Funcionários Equivalentes sem HUB/Número de Professores Equivalentes – 2008 a 2016 .....	82
Gráfico 2.18 - Grau de Participação Estudantil (GPE) – 2008 a 2016.....	82
Gráfico 2.19 - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação (GEPG) – 2008 a 2015 .....	83
Gráfico 2.20 - Média dos conceitos da CAPES para os programas de pós-graduação (2008-2016).83	
Gráfico 2.21 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) – 2008 a 2016.....	83
Gráfico 2.22 - Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) – 2008 a 2016.....	84
Gráfico 4.1 - Veículos da FUB 2015 e 2016.....	107
Gráfico 5.1 - Manifestações recepcionadas pela Ouvidoria em 2016.....	126
Gráfico 5.2 - Número de manifestações recebidas pelo falaru@unb.br .....	129
Gráfico 5.3 - Avaliação Clipping /UnB .....	133
Gráfico 5.4 - Pesquisa de aceitabilidade – RU/Darcy Ribeiro .....	133
Gráfico 5.5 - Pesquisa de aceitabilidade – RU/Ceilândia .....	134
Gráfico 5.6 - Pesquisa de aceitabilidade – RU/Gama .....	134
Gráfico 5.7 - Pesquisa de aceitabilidade – RU/Fazenda Água Limpa .....	135



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1.1 - Organograma funcional da Universidade de Brasília.....	27
Figura 1.2 - Contexto dos macroprocessos finalísticos e de apoio .....	28
Figura 2.1 - Modelo sistêmico de análise.....	32
Figura 2.2 - Organograma da Diretoria de Contabilidade e Finanças.....	66
Figura 5.1 - Linha do tempo pedido de informação no e-SIC 2014-2016 .....	128
Figura 5.2 - Postagem no Facebook sobre a campanha <i>UnB diversa e plural</i> .....	129
Figura 5.3 - Organograma dos métodos utilizados pela CPA .....	135



## **LISTA DE SIGLAS**

A3P	Agenda Ambiental de Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACE	Arquivo Central
ADM	Departamento de Administração
AG	Aluno de Graduação
AGTI	Aluno de Graduação em Tempo Integral
AGU	Advocacia Geral da União
APG	Aluno de Pós-Graduação
APGTI	Aluno de Pós-Graduação em Tempo Integral
AR	Aluno de Residência Médica
ARTI	Aluno de Residência Médica em Tempo Integral
ASCOL	Assessoria de Controle Interno e Orientação à Legislação
ATI	Aluno em Tempo Integral
AUD	Auditoria Interna
BCE	Biblioteca Central
BDS	Biblioteca Digital Sonora
BDT	Boletim Diário de Tráfego
BOT	Departamento de Botânica
BRE Trust	Building Research Establishment Trust
CAC	Câmara de Assuntos Comunitários
CAEP	Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos
CAF	Câmara de Administração
CAL	Casa da Cultura da América Latina
CAM	Coordenadoria de Acompanhamento e Movimentação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASQV	Coordenadoria de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida
CCA	Ciências Contábeis e Atuariais
CCD	Câmara de Carreira Docente
CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações
CD	Cargos de Direção
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
CEAD	Centro de Educação a Distância
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CEB	Companhia de Eletricidade de Brasília
CEBRASPE	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos
CEFTRU	Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes
CEG	Câmara de Ensino de Graduação
CEL	Departamento de Biologia Celular
CEN	Departamento de Artes Cênicas
CEPAC	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído
CEPC	Coordenação de Exame e Prestação de Contas
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPLAN	Centro de Planejamento Oscar Niemeyer
CEPPAC	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas
CER	UnB Cerrado
CERI	Cerimonial



CESPE	Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília
CEST	Coordenadoria de Engenharia e Segurança do Trabalho
CET	Centro de Excelência em Turismo
CEU	Casa do Estudante Universitário
CEX	Câmara de Extensão
CFORM	Centro de Formação Continuada de Professores em Alfabetização e Linguagem
CFS	Departamento de Ciências Fisiológicas
CGA	Coordenadoria de Gestão Administrativa
CGP	Câmara de Gestão de Pessoas
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
CI	Coordenadoria de Controle Interno
CIC	Departamento de Ciência da Computação
CIFMC	Centro Internacional de Física de Matéria Condensada
CIORD	Centro Integrado de Ordenamento Territorial
CME	Centro de Manutenção de Equipamentos
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CO	Centro Olímpico
COEST	Coordenadoria de Estágio
COFIN	Coordenadoria de Operações Financeiras
COMFOR	Comitê Gestor Institucional de Formação Continuada
CONSUNI	Conselho Universitário
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPAB	Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais
CPAD	Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar
CPAP	Coordenadoria de Planejamento e Alocação de Pessoal
CPCE	Centro de Produção Cultural e Educativa
CPD	Centro de Informática
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPO	Câmara de Planejamento e Orçamento
CPP	Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação
CPROV	Coordenadoria de Provimento
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas
CRF	Conselho Regional de Farmácia
CRV	Central de Reciclagem do Varjão
CTEC	Centro Transdisciplinar de Educação do Campo
CTI	Comitê de Tecnologia da Informação
CTR	Coordenadoria de Transportes
CUB	Custo Unitário Básico
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DAF	Decanato de Administração
DAI	Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais
DAIA	Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica
DAN	Departamento de Antropologia
DAP	Diretoria de Administração de Pessoas
DAP	Departamento de Audiovisual e Publicidade
DAS	Direção e Assessoramento Superior
DATAUnB	Centro de Pesquisas de Opinião Pública da UnB
DCADE	Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação
DCF	Diretoria de Contabilidade e Finanças



DCO	Diretoria de Compras
DDIR	Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DE	Dedicação Exclusiva
DEA	Diretoria de Esporte, Arte e Cultura
DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DEGD	Diretoria de Ensino de Graduação a Distância
DEX	Decanato de Extensão
DGI	Diretoria de Gestão de Infraestrutura
DGI/DEG	Diretoria de Gestão da Informação/Decanato de Ensino de Graduação
DGM	Diretoria de Gestão de Materiais
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DIFES	Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES
DIN	Departamento de Design
DIPRO	Diretoria de Planejamento e Projetos
DIRDI	Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação
DIRIC	Diretoria de Fomento à Iniciação Científica
DIRPE	Diretoria de Pesquisa
DIRPG	Diretoria de Pós-Graduação
DOB	Diretoria de Obras
DOR	Diretoria de Orçamento
DP	Desvio-Padrão
DPA	Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos
DPAM	Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação
DPG	Decanato de Pós-Graduação
DPI	Decanato de Pesquisa e Inovação
DPL	Diretoria de Planejamento
DPO	Decanato de Planejamento e Orçamento
DPP	Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
DPR	Diretoria de Processos Organizacionais
DSA	Diretoria de Saúde
DSC	Departamento de Saúde Coletiva
DSQVT	Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho
DTE	Diretoria Técnica de Extensão
DTER	Diretoria de Terceirização
DTG	Diretoria Técnica de Graduação
DW	Data Warehouse
EaD	Ensino a distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ECL	Departamento de Ecologia
ECO	Departamento de Economia
EDU	Editores Universidade de Brasília
EFL	Departamento de Engenharia Florestal
EIND	Emenda Individual
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENC	Departamento de Engenharia Civil e Ambiental
ENE	Departamento de Engenharia Elétrica
ENF	Departamento de Enfermagem
ENM	Departamento de Engenharia Mecânica
e-OUV	Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
EPR	Departamento de Engenharia de Produção



e-SIC	Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão
EST	Departamento de Estatística
FAC	Faculdade de Comunicação
FACE	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FAL	Fazenda Água Limpa
FAPDF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAV	Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária
FCE	Faculdade UnB Ceilândia
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
FD	Faculdade de Direito
FE	Faculdade de Educação
FEF	Faculdade de Educação Física
FGA	Faculdade UnB Gama
FIL	Departamento de Filosofia
FINATEC	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIT	Departamento de Fitopatologia
FM	Faculdade de Medicina
Forplad	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior
FS	Faculdade de Ciências da Saúde
FT	Faculdade de Tecnologia
FUB	Fundação Universidade de Brasília
FUP	Faculdade UnB Planaltina
GEA	Departamento de Geografia
GECC	Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEM	Departamento de Genética e Morfologia
GEO	Departamento de Geologia Geral
GEPG	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
GMP	Departamento de Mineralogia e Petrologia
GPE	Grau de Participação Estudantil
GPP	Gestão de Políticas Públicas
GRE	Gabinete do Reitor
GRM	Departamento de Geoquímica e Recursos Minerais
GRP	Gerenciamento, Tratamento e Destinação de Resíduos Perigosos
GRU	Guia de Recolhimento Único
HIS	Departamento de História
HUB	Hospital Universitário de Brasília
HUFs	Hospitais Universitários Federais
IB	Instituto de Ciências Biológicas
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IdA	Instituto de Artes
IE	Instituto de Ciências Exatas
IF	Instituto de Física
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IG	Instituto de Geociências
IH	Instituto de Ciências Humanas
IL	Instituto de Letras
IMC	Índice de Massa Corporal
IN	Instrução Normativa



Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INT	Assessoria de Assuntos Internacionais
INTERFOCO	Diretoria de Capacitação e Formação Continuada
IP	Instituto de Psicologia
IPOL	Instituto de Ciência Política
IQ	Instituto de Química
IQ	Incentivos à Qualificação
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
IREL	Instituto de Relações Internacionais
IRRF	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
JOR	Departamento de Jornalismo
LAI	Lei de Acesso à Informação
LAPRONAT	Laboratório de Produtos Naturais
LET	Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução
LIP	Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
LOA	Lei Orçamentária Anual
LTMAC	Laboratório de Tecnologia de Medicamentos, Alimentos e Cosméticos
MAT	Departamento de Matemática
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MTC	Departamento de Métodos e Técnicas
MTO	Manual Técnico de Orçamento
MUS	Departamento de Música
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NESP	Núcleo de Estudos em Saúde Pública
NMT	Núcleo de Medicina Tropical
NS	Núcleo de Sustentabilidade
NUT	Departamento de Nutrição
ODC	Outras Despesas Correntes
ODT	Departamento de Odontologia
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OS	Organização Social
OUV	Ouvidoria da Universidade de Brasília
PAC	Plano Anual de Capacitação
PAD	Departamento de Planejamento e Administração
PADs	Processos Administrativos Disciplinares
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCL	Departamento de Psicologia Clínica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PED	Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
PGF	Procuradoria Geral Federal
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PJU	Procuradoria Jurídica
Pnaic	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa



PNE	Plano Nacional da Educação
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPB	Departamento de Processos Psicológicos Básicos
PPNE	Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais
PPP	Plano de Provisão Permanente da Auditoria Interna
PRC	Prefeitura do <i>Campus</i>
PRO	Departamento de Projeto, Expressão e Representação
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
Procap	Coordenadoria de Capacitação
PROIC	Programa de Iniciação Científica
PST	Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
QS	Quacquarelli Symonds
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RP	Restos a Pagar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RU	Restaurante Universitário
SAA	Secretaria de Administração Acadêmica
SCD	Secretaria do Conselho Diretor
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECOM	Secretaria de Comunicação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEI	Secretaria de Empreendimentos Imobiliários
SER	Departamento de Serviço Social
SESC	Serviço Social do Comércio
SGP	Secretaria de Gestão Patrimonial
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
Sicap	Sistema de Cadastramento Unificado de Prestação de Serviço
Sigepe	Sistema Integrado de Gestão de Pessoas
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIS	Observatório Sismológico
SISOUV	Sistema Informatizado da Ouvidoria
SOL	Departamento de Sociologia
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO/MEC	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCA	Termo Circunstanciado Administrativo
TCU	Tribunal de Contas da União
TEC	Departamento de Tecnologia
TED	Termos de Execução Descentralizada
TEF	Departamento de Teorias e Fundamentos
TEL	Departamento de Teoria Literária e Literaturas
THAU	Departamento de Teoria e História



TI	Tecnologia da Informação
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UG	Unidade Gestora
ULEG	Unidade de Laboratório de Ensino de Graduação
UMA	Universidade da Maturidade
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UO	Unidade Operacional
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VIS	Departamento de Artes Visuais
VRT	Vice-Reitoria
ZOO	Departamento de Zoologia



## **APRESENTAÇÃO**

A Universidade de Brasília apresenta aos órgãos de controle e à sociedade os resultados alcançados em 2016. O Relatório de Gestão está em consonância com os normativos deferidos pelo Tribunal de Contas da União: Decisões Normativas nº 154/2016 e nº 156/2016 e Portaria nº 59/2017. Sua estrutura de conteúdos está disposta em sete capítulos e cinco anexos, em conformidade com as orientações disponibilizadas no sistema *e-Contas*.

Com 52.597 estudantes matriculados em 2016, a UnB busca cumprir suas finalidades essenciais: “*o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais*”. Ressalta-se que em 2015, de acordo com informações divulgadas pelo MEC em março de 2017, pelo segundo ano consecutivo, a UnB figura entre as onze universidades brasileiras que receberam o conceito máximo 5 no Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), o principal indicador de qualidade do MEC, fundamentado em avaliações de graduação e de pós-graduação. É importante registrar que o IGC 5, relativo ao ano de 2014, refere-se ao triênio de 2012-2014, na graduação, e ao triênio 2009-2012, na pós. Com relação ao IGC 5, em 2015, ele é referente ao triênio de 2013-2015, na graduação, e ao triênio 2009-2012, na pós.

Em 2016, destaca-se o êxito da implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), por meio do projeto UnBDigital. Entre os benefícios resultantes da utilização do SEI pode-se apontar: redução do uso de papel e recursos para impressão devido à tramitação de documentos e processos em meio digital, alinhamento ao *Projeto Esplanada Sustentável* (PES), visando à utilização racional de recursos, além de agilidade e transparência nos fluxos de trabalho e da melhoria na eficiência no atendimento ao público interno e externo da UnB.

Apesar das dificuldades orçamentárias enfrentadas, a Universidade se empenhou em melhorar o desempenho da gestão. Conseguimos ampliar a força de trabalho efetiva, investimos na qualificação e capacitação dos servidores, finalizamos algumas obras e reformas e adotamos medidas para racionalização do gasto público.

Márcia Abrahão Moura

Reitora



## 1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

A visão geral da Universidade de Brasília contempla o conjunto de finalidade e competências, de normas e regulamentos, de ambiente de atuação, de organograma e macroprocessos finalísticos.

### 1.1 Finalidade e competências

A Universidade de Brasília é uma instituição pública de ensino superior integrante da Fundação Universidade de Brasília. Sua atuação é norteada pelo princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com gestão democrática e racionalidade organizacional em busca da avaliação e do aprimoramento constante da qualidade.

A comunidade universitária é constituída por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, diversificados em suas atribuições e funções, unidos na realização das finalidades da UnB. Conforme expresso em seu estatuto, são finalidades essenciais o ensino, a pesquisa e a extensão, integradas na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

A Universidade possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Sua organização é composta por Conselhos Superiores, Reitoria, Institutos e Faculdades, Órgãos Complementares e Centros. O detalhamento das principais competências dessas áreas estratégicas está apresentado nos itens Organograma e Estrutura de Governança.

De acordo com o [Regimento Geral](#), a Administração Superior é responsabilidade dos Conselhos Superiores, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e da Reitoria, como órgão executivo.

A estrutura da Universidade de Brasília compreende um órgão com composição normativa, escalas de autoridade e sistemas de comunicação, engajando-se em atividades relacionadas aos objetivos que são definidos em seus colegiados.

A Administração Superior é atribuída aos Conselhos Superiores da Instituição, os quais são subdivididos em órgãos de natureza deliberativa, normativa e consultiva: Conselho Universitário (Consuni); Conselho Diretor; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe); Conselho de Administração (CAD); e Conselho Comunitário, de natureza consultiva. Os Conselhos Superiores são compostos por membros da alta gestão, docentes, estudantes, servidores técnico-administrativos e, em casos determinados, membros da sociedade civil. Entre as competências, citam-se: coordenar, cursos, pesquisas e projetos especiais; estabelecer as diretrizes da Universidade, supervisionar a execução de atividades; exercer funções deliberativas, normativas e consultivas; além de analisar as propostas e realizações de planos e projetos.

A Reitoria é o órgão executivo da Administração Superior da Universidade de Brasília, sendo composta pelo Gabinete do Reitor, Assessorias, Procuradoria Jurídica, Auditoria, Ouvidoria, Prefeitura do *Campus*, Serviço de Apoio aos Colegiados Superiores e Decanatos, os quais possuem câmaras para tratar de assuntos específicos. Ao reitor compete, além de outras funções descritas no art. 18 do Regimento Geral da UnB, representar a Universidade, administrar as finanças, coordenar e superintender as atividades universitárias.

Em relação aos Decanatos, a estrutura organizacional da UnB é composta pelo Decanato de Ensino de Graduação (DEG), Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP) e Decanato de Extensão (DEX), representando o tripé finalístico da instituição: Ensino, Pesquisa e Extensão. Além desses, integram a estrutura da instituição: o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), o Decanato de Administração (DAF), o Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) e o Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO).

O Decanato de Ensino de Graduação (DEG) tem a missão de supervisionar e coordenar o ensino de graduação da UnB, criar condições que favoreçam a excelência desse ensino e a formação



de cidadãos socialmente responsáveis. O DEG tem também como atribuição desenvolver políticas acadêmicas para o ensino de graduação – de projeto pedagógico de curso, de matrícula em disciplina, de avaliação de professor e de estágio – que incentivem, garantam a qualidade do ensino e insiram os alunos no mercado de trabalho, entre outras.

O Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP) possui a missão de promover, coordenar, supervisionar e apoiar o ensino de pós-graduação e a pesquisa, com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível, visando o crescimento, a disseminação e a internacionalização da pós-graduação, da pesquisa e da produção de conhecimento necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural do país. Entre as competências institucionais do DPP, citam-se: o acompanhamento administrativo e acadêmico dos programas de pós-graduação; a formulação de projetos institucionais que possibilitam a captação de recursos por meio de editais das Agências de Fomento; a elaboração e o gerenciamento de editais internos; a certificação dos grupos de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a coordenação de atividades relacionadas ao desenvolvimento institucional com foco na inovação e na integração das atividades de pesquisa e pós-graduação; a formulação e a gestão da política e do programa de iniciação científica e o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos geridos pelo DPP, advindos de convênios ou diretamente arrecadados. Cabe ressaltar que foi aprovado no CONSUNI do dia 23/12/2016, o desmembramento do DPP em dois Decanatos, quais sejam: Decanato de Pós-Graduação (DPG) e Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI).

O Decanato de Extensão (DEX) tem a missão de contribuir para democratizar as relações entre a UnB e a sociedade em busca do desenvolvimento sustentável. Em se tratando de competências institucionais, cabe ao DEX: promover atividades de extensão por meio das unidades acadêmicas; integrar as artes e a ciência ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento social; articular, apoiar e gerenciar programas e projetos de extensão. Quanto a esse ponto, as ações são realizadas mediante: editais internos de fomento à extensão e a participação de editais de outros órgãos de apoio; desenvolvimento de atividades de formação continuada, cursos de extensão, assessoramentos e consultorias; apoio à promoção da integração regional, que envolve universidades e o setor governamental e não governamental; exposições anuais com foco na pluralidade de etnias e culturas por meio da Casa da Cultura da América Latina.

O Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) possui a missão de promover políticas e ações comunitárias que agreguem direitos de cidadania que contribuam para a formação cidadã, valorizando identidades, culturas, responsabilidade social e qualidade de vida. No que concerne às competências institucionais, são atribuídas ao DAC: viabilização do inter-relacionamento dos integrantes da comunidade universitária com ações de inclusão, respeito à diversidade, pluralidade e combate ao preconceito; promoção de ações voltadas à qualidade de vida da comunidade universitária envolvendo esporte, lazer, arte e cultura; planejamento e administração de programas de assistência estudantil; fornecimento de alimentação balanceada, nutritiva e de qualidade nos Restaurantes Universitários e conscientização da prática de boa alimentação nos *campi*.

O Decanato de Administração (DAF) tem a missão de coordenar e executar os processos referentes: aos atos financeiros e contábeis, à gestão do patrimônio, às compras nacionais e à importação, ao controle e acompanhamento de contratos e convênios e instrumentos similares relativos a projetos acadêmicos. Como desdobramento da missão, o DAF possui entre as suas competências: a execução das atividades relacionadas com contratações de serviços; coordenação da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial da instituição; acompanhamento e fiscalização de obras de construção e reformas e das atividades desenvolvidas pelos prestadores de serviços das empresas terceirizadas.

O Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) tem a missão de promover a gestão, o desenvolvimento e a potencialização de pessoas, contribuindo para a busca permanente da excelência, saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho. Entre as competências institucionais, o DGP acompanha e gerencia: o quadro e a carreira dos servidores da instituição, os quais são subdivididos em técnicos administrativos e docentes; a promoção de ações que garantam a



adequada lotação de servidores nas unidades acadêmicas e administrativas; a identificação das necessidades de capacitação dos servidores; o desenvolvimento de condições adequadas de saúde e segurança no trabalho na instituição.

O Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) tem a missão de desenvolver, coordenar e acompanhar os processos institucionais de planejamento, orçamento e gestão da informação. Ainda em relação à missão, sobretudo, no que diz respeito às competências, o DPO – planeja, coordena e executa atividades relacionadas: à elaboração, à consolidação e ao acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da prestação de contas por meio do Relatório de Gestão Anual; do orçamento e apuração de custos; da informática; da avaliação institucional e informações gerenciais; da gestão e melhoria de processos; bem como presta assessoria, nesses assuntos, às comissões específicas, às câmaras e aos conselhos superiores.

As unidades acadêmicas, listadas no art. 28 do Estatuto Interno, são formadas pelos institutos e faculdades. Ainda consoante ao Estatuto Interno, art. 27, são atribuições das unidades acadêmicas: coordenar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas respectivas áreas em que atuam; decidir sobre a organização interna - respeitando o Estatuto e o Regimento Geral da instituição; planejar e administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais sob a responsabilidade delas.

Os órgãos complementares são representados pela Biblioteca Central (BCE), Centro de Informática (CPD), Editora Universidade de Brasília (EDU), Fazenda Água Limpa (FAL), Arquivo Central (ACE) e Hospital Universitário (HUB). Compete aos órgãos complementares as atividades de apoio, de caráter permanente, necessárias ao desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão, estabelecidas nos seus Regimentos Internos. Os centros têm como competência a realização de atividades de caráter cultural, artístico, científico, tecnológico e de prestação de serviços à comunidade, com finalidades específicas ou multidisciplinares.

## **1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade**

Os papéis sociais, os relacionamentos estruturais, as responsabilidades, os limites de autoridade e os requisitos exigidos dos membros da comunidade universitária, bem como os seus direitos, são pautados pelas principais normas citadas.

[Lei nº 3.998/61](#): autoriza a instituição da Fundação Universidade de Brasília e dita normas para o seu funcionamento.

[Estatuto e Regimento Geral da FUB](#): detalham os princípios e finalidades, a administração universitária, a estrutura acadêmica e administrativa, o regime didático científico e a composição da comunidade universitária.

[Carta de Serviços da UnB ao Cidadão](#): atende à exigência do [Decreto n. 6.932](#), de 11/8/2009 e traz informações referentes aos serviços prestados pela instituição.

Cabe ressaltar que também são observadas as resoluções dos conselhos superiores e as decisões das câmaras a estes vinculadas.

## **1.3 Ambiente de atuação**

A Universidade de Brasília está inserida em um ambiente favorável, valendo-se de elementos positivos, como a localização estratégica na capital federal, a boa imagem institucional e a credibilidade conquistada ao longo de seus 54 anos de existência. A UnB tem como missão ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica



formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas, com responsabilidade social.

O ensino superior no Brasil é composto por entidades públicas e privadas. No Distrito Federal, de acordo com dados do e – MEC, existem 74 instituições educacionais, das quais três unidades de educação superior em âmbito público federal, uma instituição pública estadual, 35 instituições privadas sem fins lucrativos e 43 entidades privadas que visam lucro. Isso demonstra que o ensino superior no Distrito Federal é constituído, em sua maioria, por instituições privadas com fins lucrativos, sendo a UnB a única universidade pública federal da unidade da federação.

A Instituição contribui diretamente para o desenvolvimento da região, formando profissionais, desenvolvendo pesquisas de qualidade e tornando-se um agente de atração de investimentos. Destaca-se que para a consultoria britânica em educação superior *Quacquarelli Symonds (QS)*, em seu *ranking* divulgado em junho de 2016, a UnB figura entre as 10 melhores instituições de ensino superior da América Latina.

Dessa forma, a imagem da Universidade é tida perante a sociedade como positiva, tendo o papel importante de disseminar o conhecimento pelo Distrito Federal e pelo mundo, com cursos de alta qualidade nas diferentes áreas do conhecimento. Ainda no que tange à sociedade, a Instituição se relaciona de forma ética, legal e transparente, sempre buscando estabelecer o respeito entre seus tomadores de produtos e serviços.

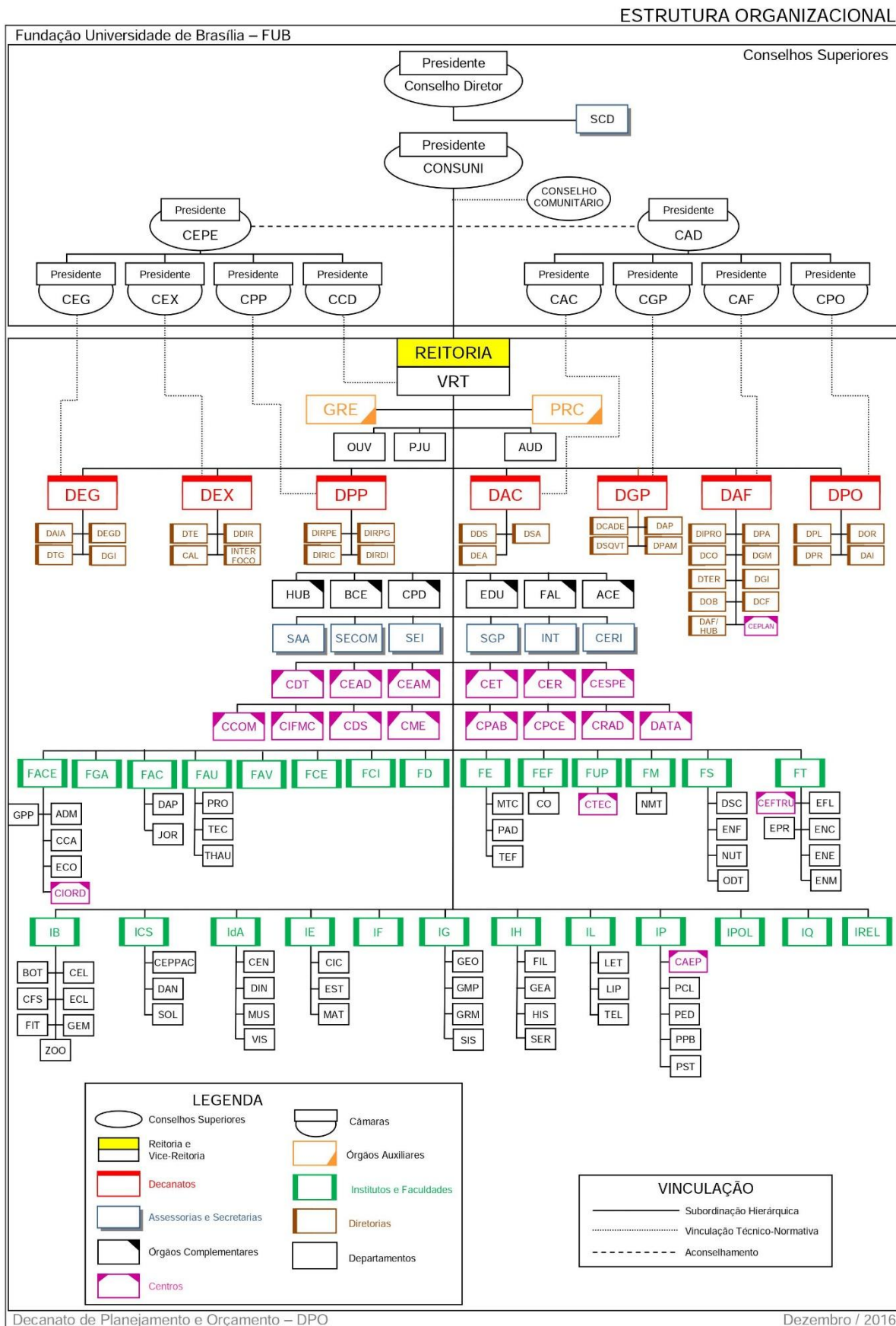
Em relação às atividades futuras, a UnB é decisiva para o país, e vem se desenvolvendo conforme o cenário econômico, social e político da região Centro-Oeste. A Universidade ainda precisa melhorar em alguns aspectos, como diminuir a taxa de evasão dos alunos, ampliar o processo de internacionalização e melhorar a infraestrutura.

## **1.4 Organograma**

Este subitem apresenta o organograma funcional da Universidade de Brasília (UnB), conforme figura 1.1, descrevendo, de maneira breve, as principais competências das áreas e subunidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento das atribuições finalísticas da UnB, que são representadas pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão.



**Figura 1.1 - Organograma funcional da Universidade de Brasília**



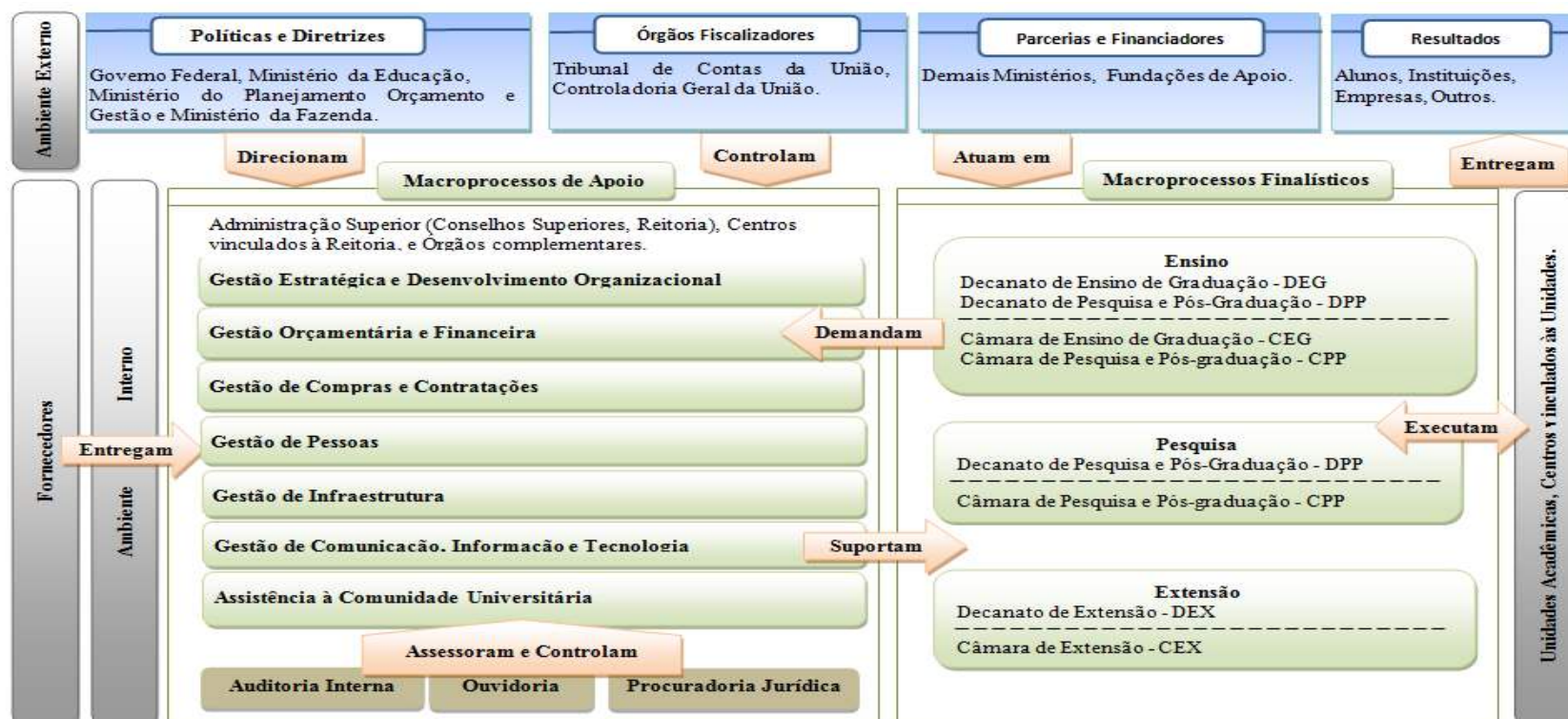


## 1.5 Macroprocessos finalísticos

Este subitem contém a identificação dos macroprocessos finalísticos da UnB, os quais correspondem às funções de ensino, pesquisa e extensão. As principais entidades que fazem parte do contexto interno e externo da Universidade e que podem impactar no desenvolvimento desses macroprocessos são apresentadas na Figura 1.2.

Os principais parceiros externos que colaboraram ou participaram na consecução dos objetivos da Universidade de Brasília atuaram por meio de contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de compromisso e termos de cooperação, conforme descrito no documento [Principais Parceiros Externos da UnB](#).

**Figura 1.2 - Contexto dos macroprocessos finalísticos e de apoio**



Fonte: DPR/DPO.



Quadro 1.1 - Macroprocesso de Ensino

Macroprocesso: <b>Ensino</b>	
<b>UNIDADES RESPONSÁVEIS</b>	
Decanato de Ensino de Graduação (DEG) Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP)	
<b>DESCRIÇÃO</b>	
<p>O macroprocesso de Ensino tem como propósito promover a formação de discentes em nível de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância.</p> <p>O macroprocesso de Ensino é desdobrado em: <b>planejamento, seleção, ingresso, vida acadêmica e diplomação</b>. O <b>planejamento</b> do ensino desmembra-se em ações voltadas à graduação e à pós-graduação. Quanto à graduação, as ações envolvem: elaboração de projetos pedagógicos; orientação acerca da lista de oferta; apresentação do calendário letivo; alocação de espaços físicos para aulas; implementação de políticas de apoio e inovação do ensino. Em relação à pós-graduação, existe o apoio aos programas de pós-graduação; aprovação da criação de novos programas; apoio para aumento de qualidade dos programas; aprovação de credenciamento e descredenciamento de orientadores. A <b>seleção</b>, para ingresso na UnB, é realizada em conformidade com o número de vagas ofertadas, pautando-se pelas exigências estabelecidas em regulamentação da instituição. O <b>ingresso</b> dá-se mediante o registro, no período estabelecido no calendário acadêmico, do discente selecionado. A <b>vida acadêmica</b> refere-se à matrícula em disciplinas e à realização de aulas práticas e teóricas pelos discentes, tanto em disciplinas obrigatórias quanto em optativas, além da participação em atividades de monitoria, tutoria, ações de extensão, eventos científicos, entre outras desenvolvidas pela comunidade acadêmica. A <b>diplomação</b> corresponde ao fim do ciclo de estudos por meio da colação de grau para o discente de graduação, habilitando-o para o exercício profissional avançado. Ao discente de pós-graduação, após o cumprimento dos créditos exigidos e da defesa da dissertação ou tese, a diplomação corresponde ao aperfeiçoamento e obtenção do título mestre ou doutor, respectivamente.</p>	
<b>PRODUTOS/SERVIÇOS</b>	
Formação de cidadãos socialmente responsáveis em níveis de graduação e pós-graduação.	
<b>FORNECEDORES</b>	<b>PRINCIPAIS CLIENTES</b>
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebasp); Decanatos; Unidades Acadêmicas e Unidades Administrativas.	Comunidade acadêmica, instituições e sociedade.

Fonte: DEG e DPP.

Quadro 1.2 - Macroprocesso de Pesquisa

Macroprocesso: <b>Pesquisa</b>
<b>UNIDADE RESPONSÁVEL</b>
Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP)
<b>DESCRIÇÃO</b>
<p>O macroprocesso de Pesquisa tem como propósito produzir, criticar e difundir conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, associando-se ao ensino e à extensão por meio de projetos desenvolvidos.</p> <p>O macroprocesso de Pesquisa orbita em torno de ações que produzem, criticam e difundem conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos por meio de projetos de pesquisa. Esses, por seu turno, são concretizados mediante atividades de: <b>planejamento; avaliação de mérito; aprovação, execução, análise e publicação de resultados</b>. O <b>planejamento</b> envolve métodos científicos e logísticos visando o desenlace prudente das etapas do projeto de pesquisa. A <b>avaliação do mérito pelos pares</b> corresponde à verificação da validade técnica/científica do projeto, também chamado “mérito científico”. A <b>aprovação</b>, realizada por instância superior - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), é a avaliação positiva do mérito</p>



acadêmico/científico e da consideração de outros aspectos, como orçamento e cronograma. A **execução e análise dos resultados** ocorrem no âmbito dos Programas de Pós-Graduação e Unidades Acadêmicas (institutos ou faculdades). A **publicação** dos resultados dos projetos de pesquisa ocorre sob a forma de diversos produtos, tais como: artigos científicos em periódicos, patentes, formação de pessoal, entre outros.

PRODUTOS/SERVIÇOS	
Produção e disseminação de conhecimento por meio de teses, artigos, patentes, dissertações, exposição em eventos e entregas específicas.	
FORNECEDORES	PRINCIPAIS CLIENTES
Decanatos; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF); Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC); Unidades Acadêmicas e Unidades Administrativas.	Comunidade acadêmica, sociedade e órgãos de fomento.

Fonte: DPP.

### Quadro 1.3 - Macroprocesso de Extensão

Macroprocesso:	<b>Extensão</b>
UNIDADE RESPONSÁVEL	
Decanato de Extensão – DEX	
DESCRIÇÃO	
<p>O macroprocesso de extensão tem como propósito desenvolver, por meio das unidades acadêmicas e administrativas, processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa. É por meio da ação extensionista, envolvendo professores, estudantes e técnicos, que a UnB interage com a sociedade, em um exercício de contribuição mútua, por intermédio de projetos e programas, contínuos e especiais, assim como por meio de cursos e eventos.</p> <p>O macroprocesso de Extensão abrange os projetos, programas, eventos e cursos de extensão promovidos. Para a sua execução, as seguintes etapas, referentes às ações de extensão, são desenvolvidas: <b>planejamento, análise e aprovação, execução, monitoramento e avaliação, inscrição, participação, creditação curricular e certificação (cursos e eventos)</b>. O <b>planejamento</b> consiste em um conjunto de atividades, tendo em vista a institucionalização das ações de extensão, a fim de otimizar e racionalizar a sua execução. A <b>análise e aprovação</b> dizem respeito à apreciação das ações de extensão por duas instâncias de avaliação: a primeira, no âmbito da unidade proponente (realizada pelo coordenador de extensão do departamento e pelo colegiado da unidade) e, a segunda, na Câmara de Extensão. A <b>execução</b> corresponde ao início da ação de extensão aprovada, considerando o conjunto de atividades planejadas. O <b>monitoramento e avaliação</b> referem-se ao acompanhamento das ações de extensão. No cenário de avaliação, destaca-se o recebimento dos relatórios parciais e finais dos projetos, programas, cursos e eventos, bem como a supervisão de seu envio. A <b>inscrição</b> envolve a garantia de participação nas ações de extensão e propicia a sua certificação. A <b>participação</b> compreende a atuação da equipe executora nas ações de extensão (professores, estudantes, técnicos e especialistas da própria instituição ou externos), desempenhando funções e tarefas diferenciadas, conforme a modalidade desenvolvida. A <b>creditação curricular</b> consiste em integralizar no histórico do estudante os créditos atribuídos pela participação em projetos/programas de extensão. A <b>certificação (cursos e eventos)</b> abrange o relatório com a relação dos professores e palestrantes que participaram da ação de extensão, bem como dos participantes que devem receber o certificado, explicitando o critério utilizado para certificação (frequência ou menção).</p>	



<b>PRODUTOS/SERVIÇOS</b>	
Atendimento às necessidades da sociedade nos âmbitos técnico, cultural e social, mediante cursos, consultoria, atendimento à saúde, ações culturais, eventos e outras formas.	
<b>FORNECEDORES</b>	<b>PRINCIPAIS CLIENTES</b>
Decanatos; Unidades Acadêmicas e Unidades Administrativas.	Comunidade acadêmica e sociedade.

Fonte: DEX.

## 2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Este capítulo aborda o planejamento organizacional e os desempenhos orçamentário e financeiro.

### 2.1 Planejamento organizacional

O Planejamento Estratégico 2014-2017 da Universidade de Brasília, em sua primeira etapa, englobou 65 participantes: reitor, vice-reitora, assessores, decanos e diretores de decanatos. Nos *workshops* foram utilizadas as técnicas de *brainwriting*, dinâmica de grupo e plenárias. Como resultado dos encontros de planejamento, foram definidas missão e visão de futuro, análise do ambiente interno e externo, objetivos e estratégias.

Como elementos primordiais, o plano explicita a missão e a visão de futuro da Universidade.

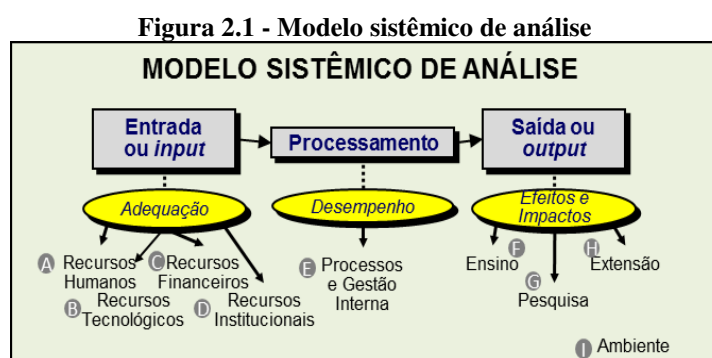
**Missão:** “Ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social”.

**Visão de Futuro:** “Estar entre as melhores universidades do Brasil, inserida internacionalmente, com excelência em gestão de processos que fortaleça o ensino, pesquisa e extensão”.

A Matriz de Análise Estratégica, mais conhecida como [Matriz SWOT](#), serve como instrumento fundamental para a definição do plano de ação de uma organização. Sua construção e análise foram fundamentadas: a) no estudo das tendências do ambiente de atuação das IFES e, em particular, no contexto educacional específico da região Centro-Oeste e do Distrito Federal; b) no diagnóstico organizacional da UnB, abrangendo aspectos processuais e funcionais da sua atuação. O resultado final dessas reflexões foi a escolha dos parâmetros ambientais mais significativos (representados por um elenco de oportunidades e ameaças), assim como a caracterização de importantes traços organizacionais (representados pelos pontos fortes e fracos).

#### 2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Planejamento Estratégico 2014-2017 da UnB está estruturado em seis eixos temáticos, com seus respectivos Objetivos e Estratégias. Sua construção seguiu o modelo sistêmico, demonstrado na figura 2.1.



Fonte: Planejamento Estratégico UnB 2014-2017.



Os objetivos institucionais de cada eixo temático são apresentados a seguir:

**Gestão Acadêmica:** formar com excelência; melhorar o desempenho institucional nas avaliações externas, nacionais e internacionais; consolidar os princípios éticos e humanistas na formação acadêmica e ampliar o processo de internacionalização.

**Gestão de Pessoas:** capacitar e desenvolver servidores em gestão universitária; valorizar o desempenho profissional; dimensionar o quadro de pessoal de acordo com as demandas institucionais e implantar políticas de retenção de talentos.

**Recursos Tecnológicos:** aprimoramento da comunicação institucional; estabelecer governança em TI (planejar e organizar); governança em TI (aprimorar aquisições e implementação de sistemas de informação e comunicação); governança em TI (aprimorar entrega e suporte de serviços de TI e aprimorar recursos humanos em TI).

**Recursos Financeiros:** melhorar o desempenho acadêmico no *ranking* da Matriz; reformular a política de regulamentação de ocupação dos imóveis da FUB; promover e estimular a expansão da captação de recursos pelos diversos centros de custo da FUB e promover a efetividade na execução da despesa.

**Recursos Institucionais:** melhorar e adequar a infraestrutura física às atividades de ensino, pesquisa e extensão; estabelecer uma política voltada à manutenção da infraestrutura física; elaborar plano de gestão de obras; elaborar política de gestão do patrimônio imobiliário da FUB e implantar sistema integrado de gestão de infraestrutura física.

**Gestão Interna:** atualizar o planejamento estratégico; atualizar o PDI e implantar a gestão por processos.

### **2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico**

O planejamento estratégico está integrado ao [Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2017](#). O PDI tem como premissa identificar a UnB no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que a Universidade desenvolve e que pretende desenvolver no período.

A metodologia adotada para a construção do Planejamento Institucional ainda envolve os níveis tático e operacional. Na segunda fase – Planejamento Tático, as estratégias definidas no nível macro foram alinhadas as competências de cada decanato e da Prefeitura, com a concepção de programas, projetos e os planos de ação com seus respectivos responsáveis.

A terceira fase – Planejamento Operacional foi direcionada aos institutos, faculdades e centros, por meio de *workshop* individualizado, conforme a demanda das unidades. Nessa fase foram definidos: missão e visão; programas, projetos e ações, divididos nas temáticas: graduação, pós-graduação, extensão, infraestrutura e administrativo.

Ao final de 2016, com a posse da nova gestão, iniciaram-se os estudos para definição da metodologia a ser utilizada na elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, tendo como foco os pilares ensino, pesquisa e extensão.

### **2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2017 está alinhado ao estatuto da Universidade, que em seu art. 3º declara que são finalidades essenciais o ensino, a pesquisa e a



extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

No que se refere à vinculação do PDI ao planejamento governamental expresso no Plano Plurianual 2016-2019, nossas ações orçamentárias estão associadas ao Programa 2080: *Educação de qualidade para todos* e ao seu Objetivo 1010: Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência e a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação – PNE 2014-2024.

Em relação ao PNE 2014-2024, nossos objetivos estratégicos estão em consonância com as metas e diretrizes direcionadas à educação superior:

- ✓ Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público;
- ✓ Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores;
- ✓ Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

#### **2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos**

Em 2016, o Decanato de Planejamento e Orçamento divulgou o [Painel de Indicadores](#). Uma ferramenta para acompanhar a execução do planejamento da Universidade e avaliar os resultados alcançados de forma simples e objetiva. O detalhamento do painel é demonstrado no item 2.5 Desempenho Operacional, que aborda tanto os indicadores institucionais como os instituídos pelo TCU. Cabe ressaltar que o DPO disponibiliza também os documentos [UnB em números](#) e o [Anuário Estatístico](#).

Como parte de sua estratégia de aperfeiçoamento da gestão e de avaliação, a UnB acompanha por meio do [Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior](#) (Forplad), a construção do software [ForPDI](#). Um sistema para gestão do PDI integrando planejamento e orçamento, sua estrutura é formada por: eixo temático, objetivo, perspectiva estratégica, orçamento, indicador, meta e plano de ação. O ForPDI será disponibilizado gratuitamente às IFES no primeiro semestre de 2017.

Outro destaque é o [Relatório de Autoavaliação](#), por evidenciar o desempenho institucional em consonância com as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O documento apresenta o relato e a avaliação das principais ações e projetos executados na Universidade e as potencialidades e dificuldades identificadas pela [Comissão Própria de Avaliação](#) (CPA), assim como as propostas de ações continuadas para o próximo ano.

A aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários por meio de pesquisas de opinião também é uma ferramenta utilizada para avaliar a atuação da UnB. As principais consultas realizadas em 2016 são apresentadas no capítulo 5 Relacionamento com a Sociedade.

Cabe ainda informar que a UnB se beneficia de diversos sistemas de informação próprios (descritos no anexo A) e dos sistemas do governo federal como Tesouro Gerencial, Siafi, SIMEC, Sigepe, plataformas Censo e Sucupira, entre outros, todos eles contribuindo para a gestão universitária e a tomada de decisão.



## 2.2 Desempenho orçamentário

As Diretorias de Orçamento (DOR), Diretoria de Contabilidade (DCF), Diretoria de Projetos Acadêmicos (DPA) e a Diretoria de Planejamento (DPL) são as unidades responsáveis pela organização das informações pertinentes ao acompanhamento orçamentário designado à UPC para o exercício de 2016, prestadas nesta seção.

### 2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

#### 2.2.1.1 Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da FUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS

A FUB dispõe de seis ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos do Governo Federal na LOA. Sendo assim, as informações prestadas neste capítulo, correspondem, estritamente, às ações orçamentárias vinculadas aos programas temáticos do Governo Federal que estão sob a responsabilidade da FUB, conforme orientação do TCU.

Destaca-se que as informações prestadas nesta seção foram retiradas da Lei Orçamentária Anual - LOA, do Manual Técnico do Orçamento - MTO, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, do Tesouro Gerencial e do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, do Ministério da Educação - MEC.

Dessa forma, são apresentados os atributos e a execução físico-orçamentária de cada ação governamental seguidos da análise situacional. Ressalta-se que os valores dos quadros estão expressos em reais mil.

**Ação 20GK:** Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Quadro 2.1 - Ação 20GK vinculada ao Programa Temático 2080**

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial						
Código	20GK Tipo: Atividade						
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
Iniciativa	06WB - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento das Universidades Federais.						
Objetivo	Código: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.						
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X)PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual de 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2016	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	4.742	4.742	3.755	2.293	2.293	-	1.462



Execução Física da Ação						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Iniciativa apoiada	Unidade	8	-	4	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0053	3.445	1.647	198	Iniciativa apoiada	Unidade	-

Fonte: FUB; LOA 13.255/2016; PPA, Lei 13.249/2016, SIMEC/2016, SIAFI/Tesouro Gerencial/2016 e MTO/2017.

### Análise situacional

Essa ação propicia ao aluno universitário a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a consolidação do conhecimento com a prática, por meio de atividades que viabilizam a vivência social e a integração entre a UnB e a comunidade.

Dessa forma, as quatro iniciativas apoiadas contemplam o Programa de Iniciação Científica - PROIC, o Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX, o PO 03 - Viver sem Limite Educação Bilíngue e o PO 04 - Mais Médicos. Quanto ao PO EIND - Emenda Individual, não houve iniciativa apoiada, devido a não liberação de recursos financeiros no exercício. No tocante aos Programas PROIC e PIBEX, os recursos despendidos nesta ação correspondem, majoritariamente, às despesas com bolsas para estudantes. Em relação ao PO 03 - Viver sem Limite Educação Bilíngue, corresponde à oferta de 40 vagas para o Vestibular em Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira e Português como Segunda Língua - Vestibular 2015, para ingresso em 1º/2016.

No que diz respeito ao PO 04 - Mais Médicos, os recursos ora alocados neste PO visam atender a implantação do Laboratório de Produtos Naturais – LAPRONAT, do curso de farmácia da Faculdade de Ciência da Saúde – FS - UnB, correspondendo, para isso, as despesas com equipamentos para suporte operacional das atividades de iniciativa apoiada desse Projeto.

Quanto à execução física da ação, depreende-se que foram quatro iniciativas apoiadas com recursos alocados nesta ação em 2016. No que tange à execução orçamentária, foram executados 61,1% (R\$ 2.293) dos recursos empenhados na ação, e do total inscrito em restos a pagar não processados, foi executado 47,8% (R\$ 1.647).

**Ação 20RK:** Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.

#### Quadro 2.2 - Ação 20RK vinculada ao Programa Temático 2080

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial
Código	20RK Tipo: Atividade
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	06WB - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento das Universidades Federais.
Objetivo	Código: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.



Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X)PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual de 2016</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2016	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	356.963	353.275	311.655	223.046	222.053	1.002	88.949
<b>Execução Física da Ação</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Estudante matriculado		Unidade	42.660	-	52.597	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	44.138	26.926	4.855	Estudante matriculado	Unidade	-	

Fonte: FUB; LOA 13.255/2016; PPA, Lei 13.249/2016, SIMEC/2016, SIAFI/Tesouro Gerencial/2016 e MTO/2017.

### **Análise situacional**

Essa ação tem a finalidade de assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Cabe ressaltar que não há como vincular diretamente a execução orçamentário-financeira dessa ação com a meta física prevista, tendo em vista que a quantidade de estudantes matriculados não está diretamente relacionada ao aporte de recurso alocado na ação.

Nota-se que alguns fatores influenciaram positivamente a execução orçamentária dessa ação no decorrer do ano, tais como: a liberação em fevereiro, de 80% dos recursos de outras despesas correntes - custeio e de 40% dos recursos para investimento, além da permissão para o remanejamento de recursos alocados em investimento para custear despesas correntes, bem como, aliado a isso, a liberação do superávit financeiro, utilizado para minimizar a insuficiência orçamentária no final do exercício. Cumpre destacar que 74% das despesas discricionárias da FUB concentram-se em contratos que visam à manutenção e ao funcionamento da instituição, principalmente, relacionados a despesas com contratação de mão de obra e de serviços de pessoa jurídica.

Entre os fatores que dificultaram a execução da ação estão a frustração de receita na fonte de recursos próprios, fato que impossibilitou a execução total do orçamento planejado, assim como a não liberação de empenho para a Emenda Parlamentar Individual no valor de R\$ 300 mil, destinada a investimento. Ainda convém lembrar a ocupação da Universidade pelos alunos e a greve dos servidores no fim do ano, que comprometeram o bom andamento das atividades, principalmente relacionadas ao setor de compras e de pagamentos, que nesse período são muito demandados.

Já, no que se refere à execução física da ação, foram considerados todos os estudantes matriculados na Universidade em 2016, na forma descrita: 42.824 estudantes na graduação; 5.463 estudantes no mestrado; 3.978 estudantes no doutorado e 332 estudantes em residência médica, perfazendo um total de 52.597 estudantes matriculados em 2016, segundo dados coletados em janeiro de 2017.



Sendo assim, a Universidade superou em 23% a meta física prevista para 2016. Contudo, executou 71,5% (R\$ 223.046) dos recursos empenhados na ação, além do executado em restos a pagar não processados, que representou 61,0% (R\$ 26.926) do total inscrito.

**Ação 20RK (Localizador 7092):** Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – Implantação da Universidade da Maturidade.

**Quadro 2.3 - Ação 20RK vinculada ao Programa Temático 2080**

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral		( ) Parcial				
Código	20RK		Tipo: Atividade				
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	06WB - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento das Universidades Federais.						
Objetivo	Código: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.						
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X)PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual de 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2016	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7092	500	500	450	110	101	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
7092	Estudante matriculado		Unidade	1	-	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7092	-	-	-	Estudante matriculado	Unidade	-	

Fonte: FUB; LOA 13.255/2016; PPA, Lei 13.249/2016, SIMEC/2016, SIAFI/Tesouro Gerencial/2016 e MTO/2017.

### Análise situacional

O Projeto de Extensão da Universidade da Maturidade (UMA) do Distrito Federal tem como objetivo, fomentar ações educativas e integrativas que possibilitem a ampliação de capacidades e habilidades para adultos e idosos, com foco na saúde, no direito, no esporte, lazer, arte e cultura, de maneira a contribuir para o desenvolvimento humano e social. A execução da ação tem previsão de gastos até maio/2017 com bolsas para estudantes, auxílio a pesquisadores e pagamento de gratificação por encargo de curso ou concurso – GECC, além de custeios de diárias e passagens



para participação de pesquisadores do Brasil e do exterior em eventos promovidos no âmbito do Projeto.

Um fato importante a ser destacado foi a formatura da I Turma do curso *Educador Político Social* em Gerontologia, em dezembro de 2016. O curso visa capacitar adultos e idosos para atuarem na formação de uma sociedade inclusiva, formando cidadãos ativos na construção de políticas para o envelhecimento, com valorização da dignidade humana. Destaca-se, ainda, a realização do *I Simpósio Internacional do Envelhecimento e do I Encontro de Gerontologia do CRF/DF*.

Além disso, contribuiu para o projeto o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema, no âmbito da iniciação científica e da pós-graduação.

**Ação 4002:** Assistência ao Estudante de Ensino Superior.

**Quadro 2.4 - Ação 4002 vinculada ao Programa Temático 2080**

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial						
Código	4002 Tipo: Atividade						
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior						
Iniciativa	061W - Fortalecimento das ações de assistência estudantil, atendendo com bolsa permanência os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que atendam os demais requisitos definidos em normativo específico, contribuindo para permanência e rendimento acadêmico do estudante na educação superior.						
Objetivo	Código: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.						
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X)PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual de 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2016	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	27.995	30.996	30.886	13.497	13.150	347	17.389
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Benefício concedido		Unidade	4.000	-	8.054	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	14.164	12.845	435	Benefício concedido	Unidade	-	

Fonte: FUB; LOA 13.255/2016; PPA, Lei 13.249/2016, SIMEC/2016, SIAFI/Tesouro Gerencial/2016 e MTO/2017.



### Análise situacional

Essa ação caracteriza-se por oferecer incentivos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para que permaneçam na Universidade até concluírem seus cursos.

Dessa forma, os Programas de Assistência Estudantil beneficiaram 8.054 estudantes em 2016. Desses, 2.169 estudantes foram atendidos no Programa Auxílio Socioeconômico, cujo valor da bolsa é de R\$465. Já o Programa de Moradia Estudantil atendeu 1.363 estudantes, sendo que 308 foram beneficiados com vaga na Casa do Estudante Universitário – CEU, e 1.055 com Auxílio Moradia em pecúnia no valor de R\$530. Foram concedidos, ainda, 4.109 benefícios de alimentação que puderam ser utilizados no Restaurante Universitário – RU.

Além disso, a UnB atendeu 282 estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os quais foram beneficiados com Auxílio Emergencial – identificado em situações momentâneas e inesperadas de dificuldade financeira -, cujo valor do benefício é de R\$465. Destaca-se, ainda, a concessão de 105 bolsas para o Programa Bolsa Atleta, no valor de R\$400 mensais e 26 bolsas para o Programa Afroatitude, visando o fortalecimento do sistema de cotas na UnB, no valor de R\$465 mensais.

Por fim, o Programa para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PPNE), realizou 215 atendimentos a estudantes do núcleo de acessibilidade. Para essas demandas, não houve o aporte de recursos financeiros.

Em vista do que foi apresentado e no que tange à execução físico-orçamentária da ação, conclui-se que foram executados 43,7% dos recursos empenhados nesta ação, além do executado com restos a pagar não processados, que representou 88,1% (R\$ 12.845) do total inscrito. Sendo assim, superou-se a meta física, substancialmente, com 8.054 benefícios concedidos em 2016.

### Ação 8282: Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior.

**Quadro 2.5 - Ação 8282 vinculada ao Programa Temático 2080**

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial						
Código	8282 Tipo: Atividade						
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	06WB - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento das Universidades Federais.						
Objetivo	Código: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.						
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X)PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual de 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2016	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	56.612	36.612	18.267	503	503	-	17.764



Execução Física da Ação						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Projeto viabilizado	Unidade	7	-	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0053	12.590	8.488	2.352	Projeto viabilizado	Unidade	-

Fonte: FUB; LOA 13.255/2016; PPA, Lei 13.249/2016, SIMEC/2016, SIAFI/Tesouro Gerencial/2016 e MTO/2017.

### Análise situacional

Essa ação apoia planos de reestruturação e expansão que visam o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o pleno aproveitamento da estrutura instalada, assim como a adequação e modernização da estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Contribuem, para isso, os programas de fomento à melhoria da qualidade do ensino de graduação por meio da concessão de bolsas de auxílio à participação em eventos científicos, bolsas de tutoria de graduação, bolsas de aprendizagem e inovação social, bem como a realização de eventos acadêmicos de acolhimento dos estudantes e reflexão crítica, como ciclo de diálogos, encontro de avaliação, além de apoio ao transporte de estudantes e docentes para atividades de prática em campo.

Dessa forma, contemplou-se com esta ação: o acolhimento de novos estudantes e a orientação acadêmica; o fomento à monitoria e à tutoria; a mobilidade estudantil, o ensino de línguas estrangeiras e a inovação pedagógica com o uso de novas tecnologias. Alguns projetos apoiados são de caráter continuado, justificando, assim, os restos a pagar.

Além disso, os recursos empenhados nesta ação deram andamento as seguintes obras e aquisições, a saber: execução da segunda etapa de construção do prédio da Unidade de Laboratório de Ensino de Graduação – Uleg da Faculdade de Tecnologia - FT, reforma das salas de aula da Faculdade de Saúde - FS, adequação da rede elétrica do Instituto de Biologia – IB, bem como a aquisição de computadores e de *switchs* para consolidação da estrutura de rede do CPD.

No tocante ao Plano Orçamentário – 0001 – Mais Médico – não houve liberação de recursos para execução das fases do Programa, nesse exercício.

Já em relação à execução físico-orçamentária desta ação, conclui-se que foram viabilizados três projetos ao longo de 2016. Para isso, foram utilizados 49,9% (R\$ 18.267) dos recursos empenhados na ação. Já, no que se refere aos restos a pagar não processados, o executado foi 67,4% (R\$ 8.488) do total inscrito.

Destaca-se que houve autorização do Ministério do Planejamento para o remanejamento de recursos (R\$ 20 milhões) alocados nesta ação para investimento, que foram despendidos em custeio, de forma a garantir a manutenção e o funcionamento da Universidade. Salienta-se, também, que houve o bloqueio de crédito desta ação no valor de R\$ 18,3 milhões referente à Emenda de Bancada.



**Ação 8282 (Localizador 7194):** Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior – Faculdade de Ciências da Saúde - FS.

**Quadro 2.6 - Ação 8282 vinculada ao Programa Temático 2080**

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	8282 Tipo: Atividade						
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	06WB - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento das Universidades Federais.						
Objetivo	Código: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.						
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X)PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual de 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2016	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7194	1.000	1.000	1.000	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
7194	Projeto viabilizado		Unidade	1	-	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7194	-	-	-	Projeto viabilizado	Unidade	-	

Fonte: FUB; LOA 13.255/2016; PPA, Lei 13.249/2016, SIMEC/2016, SIAFI/Tesouro Gerencial/2016 e MTO/2017.

### Análise situacional

Trata-se da mesma ação do quadro 2.10, entretanto, com código localizador de gasto diverso (7194). Destaca-se que ambas estão vinculadas à unidade orçamentária 26.271 - FUB, sendo que esta ação vigorou por meio de emenda parlamentar.

Cumprir informar, ainda, que esta ação tem a finalidade específica de apoiar o projeto de reestruturação, expansão, adequação e modernização da estrutura física e operacional da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB - FS, por meio da aquisição de equipamentos de grande porte para o Laboratório de Tecnologia de Medicamentos, Alimentos e Cosméticos – LTMAC, bem como suporte técnico e operacional da área. Esse Laboratório foi concebido para desenvolver processos e produtos inovadores nas áreas de produção e controle de qualidade de medicamentos, alimentos e cosméticos da FS - UnB.



Para isso, foram adquiridos dois equipamentos, importados, de grande porte, sendo: um Sistema de Cromatografia Líquida de Altíssima Eficiência e Velocidade, modelo Nexera XR, no valor R\$ 554 mil; e um *Sistema Buchi Nano Spray Dryer Model B-90 Advanced* e acessórios, no valor de R\$ 445,9 mil.

Em relação à execução física dessa ação, conclui-se que 100% da meta prevista foi realizada, tendo em vista se tratar de, apenas, um projeto viabilizado no exercício.

No tocante à execução orçamentária, depreende-se que foram empenhados 100% dos recursos alocados na ação. Entretanto, o que dificultou de forma tempestiva a execução da ação, foi o retardo no repasse financeiro feito pelo governo federal.

### **2.2.1.2 Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS**

**Ação 20RJ:** Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

**Quadro 2.7 - Ação 20RJ vinculada ao Programa Temático 2080**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	20RJ Tipo: Atividade					
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.					
Iniciativa	Código: 02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades: presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Objetivo	Código: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília					
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X)PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0053	3.775	2.458	92	Projeto apoiado	Unidade	-

Fonte: FUB; LOA 13.255/2016; PPA, Lei 13.249/2016, SIMEC/2016, SIAFI/Tesouro Gerencial/2016 e MTO/2017.

### **Análise situacional**

Essa ação tem o objetivo de incentivar e promover a capacitação e a formação inicial e continuada de professores, profissionais e gestores da educação básica, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.



Em contrapartida, por se tratar de uma ação que não foi prevista para a FUB na LOA de 2016, não constaram dados relativos à meta física e à dotação do exercício de 2016, mas sim, relacionados a restos a pagar de exercícios anteriores.

Sendo assim, deu-se andamento aos projetos apoiados pela UnB em parceria com a Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi/MEC, quais sejam: os Programas Pró-Letramento; Gestar II; Especialização em Educação Infantil; Escola de Gestores; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Pnaic, Centro de Formação Continuada de Professores em Alfabetização e Linguagem - CFORM, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, Comitê Gestor Institucional de Formação Continuada – COMFOR; Associação UniRede; e Educação do Campo (PROCAMPO).

Quanto à análise orçamentária desta ação no exercício de 2016, executou-se 65,1% dos recursos inscritos em restos a pagar não processados de exercícios anteriores. Cabe salientar que esses recursos serviram para custear: bolsas de auxílio a estudantes e a pesquisadores, seminários, serviços gráficos e editoriais para produção de livros, além de pagamentos de participações externas.

### **2.2.1.3 Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade do HUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS**

O Hospital Universitário de Brasília (HUB) dispõe de duas ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos do Governo Federal na LOA. Sendo assim, constarão nesta seção, apenas, informações referentes às ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos sob a responsabilidade desta UPC, conforme orientação do TCU.

Cabe lembrar que, ainda, vigora o contrato de gestão entre o HUB e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Sendo assim, a Ebserh passou a administrar o HUB, sendo responsável pelo pagamento de funcionários e pela compra de insumos, entre outros compromissos.

Entretanto, o hospital continua academicamente subordinado à UnB, sobretudo, com a missão de formar os alunos da área de saúde e prestar atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse sentido, o plano de reestruturação do HUB está sendo executado de forma conjunta entre a Universidade e a Ebserh, e prevê a adoção de medidas para a recuperação da infraestrutura física e tecnológica, bem como a recomposição do quadro de pessoal.

Dessa forma, a seguir, são apresentados os atributos e a execução físico-orçamentária de cada ação governamental, em quadros específicos, seguidos da análise situacional. Ressalta-se que os valores estão expressos em reais mil.

**Ação 20RX:** Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais.

**Quadro 2.8 - Ação 20RX vinculada ao Programa Temático 2080**

<b>Identificação da Ação</b>	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral      ( ) Parcial
Código	20RX      Tipo: Atividade
Título	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais.
Iniciativa	062A - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com fortalecimento da formação de recursos humanos na área da saúde.



Objetivo	Código: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.						
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X)PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual de 2016</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2016	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	241	193	29	26	26	-	3
<b>Execução Física</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Unidade apoiada		Unidade	1	-	1	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	2.717	1.742	957	Unidade apoiada	Unidade	1	

Fonte: FUB; LOA 13.255/2016; PPA, Lei 13.249/2016, SIMEC/2016, SIAFI/Tesouro Gerencial/2016 e MTO/2017.

### Análise situacional

Essa ação tem por finalidade criar condições materiais e institucionais para que os Hospitais Universitários Federais (HUFs) possam desempenhar plenamente suas funções, formando alunos da área de saúde e prestando atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS).

Em relação à execução física, depreende-se que a meta física prevista para 2016 foi integralmente alcançada, tendo em vista o produto da ação ser uma unidade apoiada.

Quanto à execução orçamentária, detalha-se que os recursos despendidos nesta ação, correspondem, majoritariamente, a taxas judiciais e à reestruturação na área de pessoal, com cursos de capacitação e treinamentos em geral. Além disso, foram adquiridos, com recursos provenientes de restos a pagar, equipamentos – entre os quais: aparelhos de medição e orientação – máquina unitarizadora de doses, e outros mobiliários em geral, visando à modernização e à adequação nas instalações de algumas áreas do Hospital.

**Ação 4086:** Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais.

#### Quadro 2.9 - Ação 4086 vinculada ao Programa Temático 2080

<b>Identificação da Ação</b>	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial
Título	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais.
Iniciativa	062A - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com fortalecimento da formação de recursos humanos na área da saúde.



Objetivo	Código: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.						
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X)PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual de 2016</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2016	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	1.803	1.647	1.572	572	572	-	999
<b>Execução Física</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Instituição beneficiada		Unidade	2	-	1	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física - Metas</b>			
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	202	1	14	Instituição beneficiada	Unidade	1	

Fonte: FUB; LOA 13.255/2016; PPA, Lei 13.249/2016, SIMEC/2016, SIAFI/Tesouro Gerencial/2016 e MTO/2017.

### **Análise situacional**

Ação responsável pelo funcionamento e manutenção dos hospitais universitários, bem como pela melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, como também, pela restauração e modernização das instalações.

Dessa forma, a maior parte dos recursos empenhados nesta ação foi destinada ao pagamento da folha dos servidores – PASEP (R\$ 526 mil). Além disso, foram custeados também com recursos dessa ação, os gastos com telefonia e com taxas judiciais. Já o valor referente à Emenda Individual (R\$ 999,9 mil), foi empenhado para a realização da reforma na área de odontologia do Hospital.

Quanto à execução física da ação, conclui-se que foi realizado 100% da meta física prevista, levando em conta uma instituição beneficiada e não duas, como está descrito na LOA. Já, no que se refere à execução orçamentária, foram executados 36,4% (R\$ 572 mil) do total de recursos empenhados. Cabe ressaltar, ainda, que o restante dos recursos empenhados nesta ação 63,6% (999,9 mil), foi inscrito em restos a pagar.

### **2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário**

O orçamento inicial da FUB aprovado para 2016 foi de R\$ 1,6 bilhão nas Fontes de Recursos do Tesouro e Próprios, sendo R\$ 1,1 bilhão para cumprimento das despesas obrigatórias (Pessoal, Encargos e Benefícios), R\$ 412,7 milhões para Outras Despesas Correntes (ODC) e R\$ 81,9 milhões para investimento, incluindo Emendas Parlamentares.

Na Lei Orçamentária Anual da FUB, constam as Ações Governamentais relativas ao Funcionamento da IFES (Ação 20RK); Reestruturação e Expansão das IFES (8282); Capacitação dos Servidores Públicos (4572); Assistência ao Estudante de Ensino Superior (4002); Fomento às



Ações de Ensino de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (20GK); Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais (212H); Contribuições e anuidades a Organismos Internacionais (00OL).

A seguir, apresenta-se o desempenho orçamentário das Ações contempladas na LOA 2017.

**Quadro 2.10 - Desempenho das Ações Orçamentárias (LOA 2017) - Em R\$ mil**

UO	Ação Orçamentária		GND	Fonte SOF	Despesas Empenhadas	Despesas liquidadas
26271	00OL	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais	3	0100	70	-
	20GK	Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4	0112	480	-
			3	0112	2.980	2.290
	20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	4	0112	8.000	1.890
				0250	3.870	820
			3	0112	205.030	167.450
				0250	81.960	47.130
				0280	2.800	2.800
	0650	10.000	2.950			
	212H	Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	3	0250	10	-
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	4	0100	730	-	
		3	0100	30.160	13.500	
4572	Capacitação de Servidores Públicos	3	0112	1.000	640	
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino	4	0112	17.270	500	
<b>Total</b>					<b>364.350</b>	<b>239.980</b>

Fonte: DPO/DOR.

Cumprir destacar que a Ação 20RK relativa ao funcionamento das IFES, no ano de 2016, teve sua execução orçamentária influenciada pelos seguintes fatores:

- Liberação de 80% do limite orçamentário de empenho no mês de fevereiro em Outras Despesas Correntes (ODC), fato que possibilitou uma melhor programação da despesa;
- Liberação de 40% do limite orçamentário de empenho no mês de fevereiro em investimento;
- Remanejamento de R\$ 20 milhões de investimento da ação 8282 para ODC da ação 20RJ;
- Superávit Financeiro no valor R\$ 10 milhões em ODC no mês de outubro;
- Liberação, em outubro, de 20% dos limites orçamentários de ODC na fonte do tesouro, totalizando 100% em relação à dotação inicial;
- Liberação, em outubro, de 10% dos limites orçamentários de investimento na fonte do tesouro, totalizando 50% em relação à dotação inicial;
- Flexibilidade da utilização dos limites da fonte do tesouro entre despesas de ODC e Investimento, uma vez que todos os limites recebidos pela FUB nesta fonte podiam ser utilizados de forma discricionária em qualquer ação orçamentária ou grupo de despesa.

Quando vista a execução da ação, nota-se que foram empenhados 100% do orçamento do tesouro (ODC e investimento) bem como o proveniente do Superávit Financeiro (fonte 0650). Já nas fontes de recursos próprios empenhou-se o montante arrecadado.



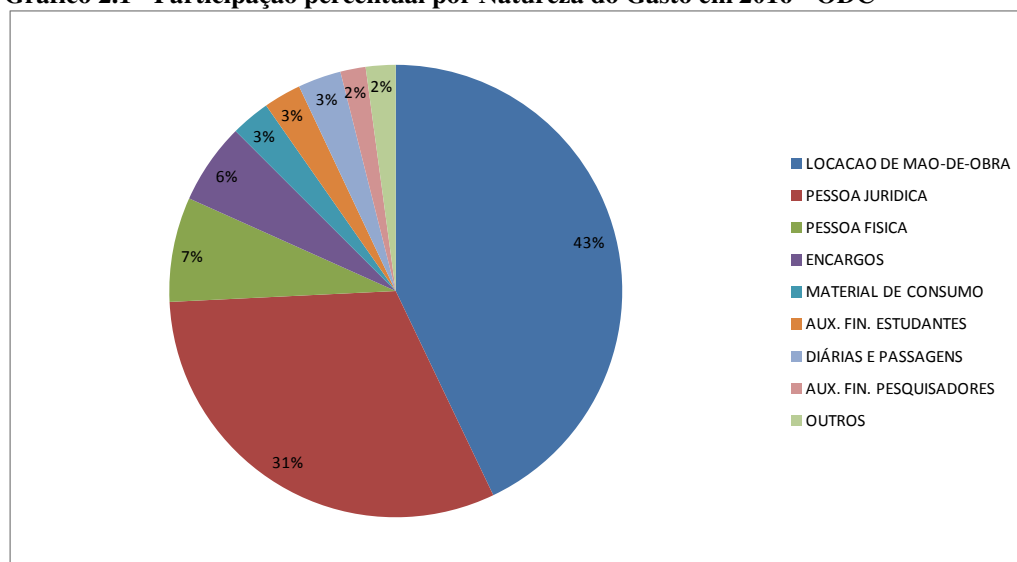
**Quadro 2.11 - Execução Orçamentária da Ação 20RK por Grupo de Despesa e Fonte – Em R\$ mil**

UO	Ação Governo	Grupo Despesa	Fonte SOF	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	%
26271	20RK	4 INV	0112	8.000	8.000	100,0%
			0250	3.871	3.871	100,0%
		3 ODC	0112	205.036	205.025	100,0%
			0250	122.580	81.958	66,9%
			0280	3.488	2.801	80,3%
			0650	10.000	10.000	100,0%
<b>Total</b>			<b>352.975</b>	<b>311.655</b>	<b>88,3%</b>	

Fonte: SIAFI, Dez/2016

O gráfico 2.1 demonstra a repartição dos gastos de OCD da FUB por natureza da despesa. Nota-se que 74% dos gastos da FUB concentram-se com contratos visando à manutenção da FUB (locação de mão de obra + pessoa jurídica).

**Gráfico 2.1 - Participação percentual por Natureza do Gasto em 2016 - ODC**



Fonte: DPO/DOR.

Os fatores que dificultaram a execução da ação de manutenção foram:

- Frustração de receita na fonte de recursos 0250, fato que impossibilitou a execução total do orçamento planejado;
- Impossibilidade de utilização do orçamento na fonte 0280, dado entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Não recebimento de recursos financeiros visando honrar os valores liquidados;
- Não liberação de limite de empenho para a Emenda Parlamentar Individual do Deputado Alberto Fraga no valor de R\$ 300 mil, destinada a investimento.

### 2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

As informações contidas nessa subseção foram prestadas pela Diretoria de Contabilidade (DCF) da Universidade de Brasília, unidade responsável pela gestão financeira da Instituição. O quadro 2.12 apresenta a situação durante o exercício de 2016 e seus valores estão expressos em reais mil.



**Quadro 2.12 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos - Em R\$ mil**

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21.311.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais				
UG	Credor (CNPJ)	Saldo final exercício anterior	Movimento devedor	Movimento credor	Saldo final do exercício
154106	OI S.A. - 765357640326-90	42 c	42	-	-
HUB	Comércio de Alimentos PC Ltda. – ME – 03913851/0001-13	5	5	-	-

Fonte: DCF/DAF.

### Análise Crítica

A DCF informa que os valores referentes a passivos sem suporte orçamentário constantes nas Demonstrações Contábeis de 2015 do Hospital Universitário - HUB no ano de 2015 e levados para o Relatório de Gestão/2015 da FUB foram devidamente cancelados no exercício de 2016 por se tratarem de ajustes de transição para o PCASP 2015, conforme a seguir:

- **76535764/0326-90 - OI S.A.:** Em 21 de dezembro de 2016, foi efetuado lançamento contábil (2016NS001709) na UG/GESTÃO nº 154106/15257-HUB de baixa do valor de R\$ 41.654,15 (quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos) cancelamento de lançamento de passivo após regularização de empenho de fonte 025000000. Solicitação da Setorial de Contabilidade do Ministério da Educação, mensagem SIAFI nº 2016/1256357 e 2016/1274291, DSP.AUT 216/2016-SOF/DAF/GAD/HUB-UnB, EMPENHO 2016NE800042.
- **03913851/0001-13 - COMERCIO DE ALIMENTOS PC LTDA - EPP:** Em 8 de setembro de 2016, foi efetuado lançamento contábil (2016NS001391) na UG/GESTÃO nº 154106/15257-HUB de baixa do valor de R\$ 5.114,60 (cinco mil, cento e onze reais e sessenta centavos) com o objetivo de regularizar as contas contábeis que registravam valores indevidos de passivos sem suporte orçamentário. O lançamento contábil foi amparado pela mensagem SIAFI nº 2016/1182733 SPO/MEC.

### 2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Os quadros a seguir consolidam os dados relativos a restos a pagar em 2016, subdivididos em FUB (26271), HUB (26393) e FUB + HUB. Os montantes apresentados estão expressos em reais mil.

**Quadro 2.13 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores – Total FUB + HUB - EM R\$ Mil**

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	102.727	78.931	2.743	21.053
2014	32.744	12.198	3.459	17.079
2013	18.149	4.534	8.332	5.282
2012	4.810	128	3.547	1.135
2011	3.249	37	3.212	-



<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2016</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2016</b>
2015	15915	15812	12	91
2014	9914	9781	115	18
2013	569	212	89	268
2012	241	52	102	88
2011	394	56	270	68
2010	540	-	536	4
2009	190	-	190	-
2008	92	-	92	-
2007	8	-	8	-

Fonte: DCF/DAF.

**Quadro 2.14 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores – Total FUB - Em R\$ Mil**

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2016</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2016</b>
2015	102.215	78.541	2.709	20.964
2014	30.703	12.040	2.279	16.376
2013	12.345	1.762	5.638	4.944
2012	3.252	66	2.701	486
2011	1.974	37	1.937	-
2010				

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2016</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2016</b>
2015	10.914	10.812	12	91
2014	9.864	9.732	114	18
2013	551	212	89	250
2012	87	45	26	16
2011	267	2	265	0
2010	540	-	536	4
2009	190	-	190	-
2008	33	-	33	-
2007	-	-	-	-

Fonte: DCF/DAF.



**Quadro 2.15 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores – Total HUB - Em R\$ Mil**

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2016</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2016</b>
2015	512	390	34	89
2014	2041	158	1180	703
2013	5804	2772	2694	338
2012	1557	62	846	650
2011	1275	-	1275	-
<b>Restos a pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2016</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2016</b>
2015	5001	5001	-	-
2014	50	49	1	-
2013	18	-	-	18
2012	154	6	76	72
2011	127	53	5	68
2010	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
2008	59	-	59	-
2007	7	-	7	-

Fonte: DCF/DAF.



### Análise Crítica

De acordo com a DCF, a gestão financeira da Instituição não sofreu impactos negativos com respeito ao pagamento de restos a pagar, pois os recursos foram repassados pelo Ministério da Educação (MEC) e por Termos de Execução Descentralizada (TED), para os casos que envolvessem outros órgãos concedentes.

Pode-se também afirmar que não ocorreram impactos negativos acerca dos pagamentos de restos a pagar cuja origem se deu por arrecadação própria (0250), pois o empenho da despesa se deu com respaldo orçamentário da fonte 0250 e autorizado mediante prévio recolhimento por parte da UPC.

Ademais, no tocante a restos a pagar não processados, a UPC esclarece que no ano de 2011 foram reinscritos R\$ 3.249 milhões. Desse montante, foram pagos R\$ 37 mil, e o restante, R\$ 3.212 milhões, cancelado com base no artigo 70 do Decreto 93.872/86. Em 2012, foram reinscritos R\$ 4.810 milhões; R\$ 128 mil pagos e R\$ 3.547 milhões cancelados por não atenderem ao disposto no artigo 68, § 3º, C do Decreto 93.872/86. Caso haja reclamação de pagamento referente aos empenhos cancelados, essa será atendida à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores, conforme preconiza o artigo 69 do Decreto 93.872/86. No ano de 2013, foram reinscritos R\$ 18.149 milhões, dos quais R\$ 4.534 milhões foram pagos, e R\$ 8.332 milhões cancelados por não atenderem ao disposto no artigo 68, § 3º, C do Decreto 93.872/86. Os empenhos inscritos em 2014 e 2015 estão de acordo com o Decreto 93.872/86 seção VIII.

Acerca dos restos a pagar processados, tem-se que para os anos de 2007, 2008 e 2009 os valores correspondentes foram cancelados em 2016. Cabe informar que tais montantes não foram cancelados em 2015 em virtude da implantação do Novo PCASP e, concomitantemente a regularização da fonte 0177 (a classificar). Importante frisar que os eventos de baixa para o passivo estavam bloqueados em 2015, o que nos permitiu realizá-los no exercício passado, com o seu desbloqueio. Para 2010, 2011 e 2012, os valores correspondentes serão analisados e cancelados em 2017. Justifica-se o não cancelamento em 2016 em virtude do volume de conciliações realizadas e da ocupação da Universidade de Brasília pelo movimento estudantil durante os meses de novembro e parte de dezembro/2016. Por fim os empenhos inscritos em 2013, 2014 e 2015 estão de acordo com o Decreto 93.872/86 seção VIII.

Mensalmente a DCF em conjunto com as UGs descentralizadas promove a análise e o cancelamento (se necessário) dos empenhos emitidos e inscritos em restos a pagar por meio de conciliações, em obediência aos prazos estabelecidos na seção VIII do Decreto 93.872/86.

### 2.2.5 Informações sobre a realização das receitas

As receitas arrecadadas no ano de 2016 estão dispostas no quadro 2.16. É possível constatar que a receita patrimonial, proveniente de aluguéis e taxas de ocupação, representa a principal arrecadação própria da FUB no ano de 2016, atingindo 45,1% do total arrecadado (R\$ 99,49 milhões).

**Quadro 2.16 - Tabela 1: Receita da FUB no ano de 2016 - Em R\$ mil**

Natureza da Receita - Categoria Econômica e Origem		Valor	%
Receitas Correntes	Receitas Patrimoniais	44.902	45,1%
	Receita de Serviços	39.025	39,2%
	Receitas Financeiras	11.638	11,7%
	Outras Receitas Correntes	2.746	2,8%
	Receita Agropecuária	1	0,0%
Receitas Intraorçamentárias	Receita de Serviços	1.180	1,2%
<b>Total</b>		<b>99.492</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial.



A seguir, são apresentadas as principais fontes de receita da FUB registradas no exercício de 2016. Em complemento, as naturezas de receita mais utilizadas foram: aluguéis e arrendamentos, serviços administrativos e comerciais gerais, inscrição em concursos e processos seletivos, remuneração de depósitos bancários, multas e juros previstos em contratos.

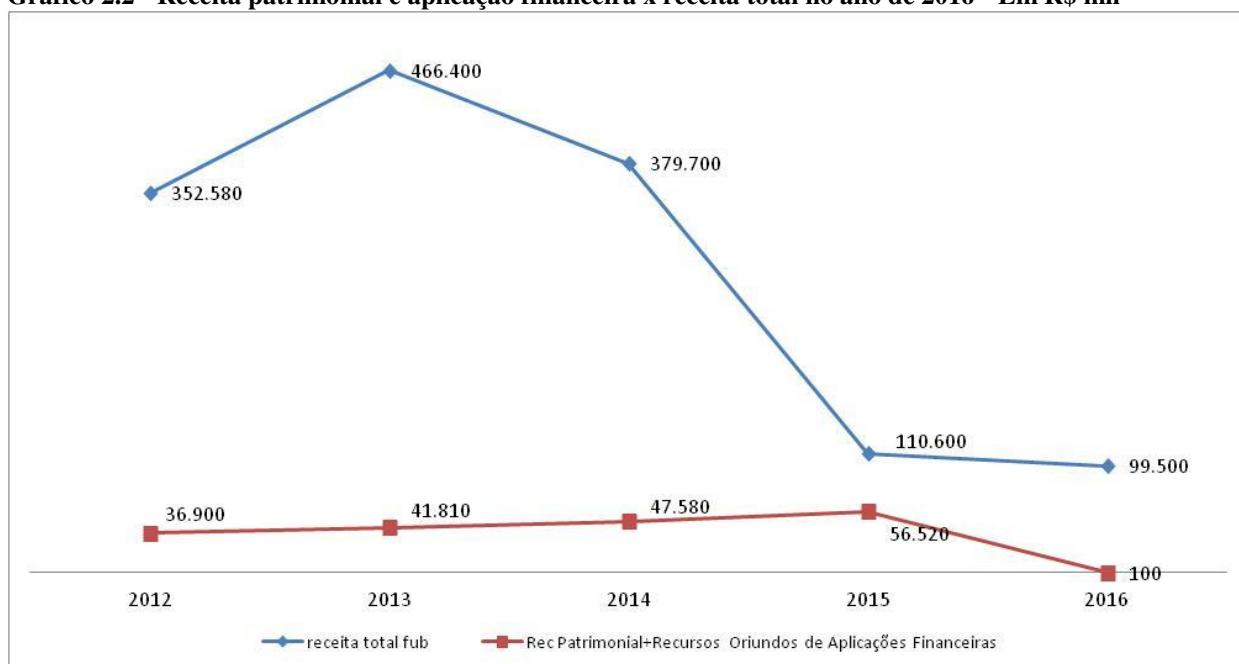
Quadro 2.17 - Receita da FUB por Fonte de Recursos – Ano 2016 - Em R\$ mil

Identificação Fonte	Fonte de Recursos Detalhada	Receita realizada
0250262710	Recursos diretamente arrecadadas – Fundação Univ. Brasília	53.631
0280262710	Recursos financeiros diretamente arrecadados/FUB	11.638
0250154079	FUB- Arrecadação Cespe	11.269
0250158945	UnB Idiomas – Cursos abertos sequenciais	10.021
0250158889	Taxa de condomínio/FUB	5.523
0250155512	Arrecadação – CDT	4.341
0250158895	Hospital veterinário/FUB	830
0250158897	Cead/FUB	750
0250154164	Taxas emolumentos exp. reg. diplomas certificados – FUB	640
0250153002	Receita da indústria editora e gráfica – FUB	489
0250153033	Recursos diretamente arrecadados (próprios) – FUB	219
0250158891	Biblioteca Central – FUB	142
<b>Total</b>		<b>99.492</b>

Fonte: DOR/DPO.

O gráfico 2.2 demonstra a acentuada queda na captação de recursos próprios da Instituição, principalmente, a partir de 2013, quando as atividades desenvolvidas pelo Cespe foram transferidas para a Organização Social – Cebraspe.

Gráfico 2.2 - Receita patrimonial e aplicação financeira x receita total no ano de 2016 - Em R\$ mil



Fonte: DOR/DPO.



A receita estimada da FUB para o ano de 2016, contemplada na Lei Orçamentária Anual – LOA, perfaz R\$161,67 milhões (Fonte 0250) e R\$15,96 milhões (Fonte 0280).

Pela comparação da receita prevista na LOA nas Fontes de Recursos e a receita diretamente realizada pela FUB ao longo dos cinco últimos anos, observa-se redução significativa na captação de recursos (em 2012, receita realizada de R\$352,58, enquanto em 2016, R\$99,50).

Os principais fatores que impactaram a queda na variação das receitas da FUB no ano de 2016 deve-se, principalmente, à mudança na promoção de eventos e taxas de inscrições em processos seletivos promovidos, anteriormente, realizados pelo Cespe; oferta de serviços de estudos e pesquisas, além de serviços administrativos.

**Quadro 2.18 - Receita estimada x Receita realizada – Anos 2012 a 2016 – Em R\$ mil**

Ano	Receita Prevista na LOA	Receita arrecadada	% realizado
2012	407.860	352.580	86%
2013	325.030	466.400	143%
2014	399.290	379.700	95%
2015	293.110	110.600	38%
2016	177.630	99.500	56%

Fonte: DOR/DPO.

Ao longo do exercício de 2016, foi possível acompanhar e reestimar a receita própria da FUB, em três momentos, pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC. Os valores constantes no quadro 2.19 consideram o posicionamento da FUB, compatibilizados com a projeção da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/ MP.

**Quadro 2.19 - Acompanhamento da receita da FUB no ano de 2016 - Em R\$ mil**

Previsão LOA	Reestimativa da Receita (SIMEC)		
	1º momento	2º momento	3º momento
177.630	108.340	99.120	97.630

Fonte: DOR/DPO.

## **2.2.6 Informações sobre a execução das despesas**

As informações providas nesta seção foram fornecidas pela Diretoria de Contabilidade (DCF) e destacam a execução da despesa sob duas perspectivas: por modalidade de licitação ou contratação e por grupo e elemento de despesa. Em ambos os casos tem-se as despesas da UPC FUB (26271) e HUB (26393).

### **2.2.6.1 Despesas totais por modalidade de contratação**

Os quadros a seguir apresentam as informações consolidadas das despesas relativas à Universidade de Brasília (FUB) e Hospital Universitário (HUB).



**Quadro 2.20 - Despesas por modalidade de contratação – FUB (26271) - Em R\$ mil**

Unidade Orçamentária: <b>Fundação Universidade de Brasília - FUB</b>				UO: <b>26271</b>		UGO: <b>154040</b>
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada			Despesa paga		
	2016	%	2015	2016	%	2015
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d)</b>	<b>146.048</b>	<b>9,52</b>	<b>141.823</b>	<b>145.560</b>	<b>9,50</b>	<b>137.871</b>
a) Convite	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	1.220	<b>0,08</b>	1.169	1.220	<b>0,08</b>	1.022
c) Concorrência	304	<b>0,02</b>	19.962	304	<b>0,02</b>	19.938
d) Pregão	144.524	<b>9,42</b>	120.691	144.036	<b>9,40</b>	116.911
<b>2. Contratações Diretas (e+f)</b>	<b>31.950</b>	<b>2,08</b>	<b>44.738</b>	<b>31.866</b>	<b>2,08</b>	<b>38.568</b>
e) Dispensa	28.841	<b>1,88</b>	41.177	28.757	<b>1,88</b>	36.217
f) Inexigibilidade	3.109	<b>0,20</b>	3.562	3.109	<b>0,20</b>	2.351
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>169</b>	<b>0,01</b>	<b>283</b>	<b>168</b>	<b>0,01</b>	<b>283</b>
g) Suprimento de Fundos	169	<b>0,01</b>	283	168	<b>0,01</b>	283
<b>4. Pagamento de Pessoal (h+i)</b>	<b>1.245.128</b>	<b>81,17</b>	<b>1.167.458</b>	<b>1.245.119</b>	<b>81,25</b>	<b>1.167.369</b>
h) Pagamento em Folha	1.242.043	<b>80,97</b>	1.164.917	1.242.042	<b>81,05</b>	1.164.868
i) Diárias	3.085	<b>0,20</b>	2.541	3.077	<b>0,20</b>	2.501
<b>5. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.423.295</b>	<b>92,79</b>	<b>1.354.302</b>	<b>1.422.713</b>	<b>92,83</b>	<b>1.344.091</b>
<b>6. Total das Despesas da UPC</b>	<b>1.533.964</b>	<b>100,00</b>	<b>1.469.006</b>	<b>1.532.518</b>	<b>100,00</b>	<b>1.458.092</b>

Fonte: DCF/DAF.

**Quadro 2.21 - Despesas por modalidade de contratação – HUB (26393) - Em R\$ mil**

Unidade orçamentária: <b>Hospital Universitário de Brasília - HUB - UO: 26393</b>				UGO: <b>154106</b>		
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada			Despesa paga		
	2016	%	2015	2016	%	2015
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b)</b>	<b>8.959</b>	<b>8,55</b>	<b>22.411</b>	<b>8.782</b>	<b>8,42</b>	<b>17.659</b>
a) Tomada de Preços	42	<b>0,04</b>	-	41	<b>0,04</b>	-
b) Pregão	8.917	<b>8,51</b>	22.411	8.741	<b>8,38</b>	17.659
<b>2. Contratações Diretas (c+d)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>92</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>92</b>
c) Dispensa	-	-	-	-	-	-
d) Inexigibilidade	-	-	92	-	-	92
<b>3. Pagamento de Pessoal</b>	<b>72.043</b>	<b>68,76</b>	<b>70.667</b>	<b>71.722</b>	<b>68,78</b>	<b>70.667</b>
e) Pagamento em Folha	72.043	<b>68,76</b>	70.668	71.722	<b>68,78</b>	70.667
<b>4. Total (1+2+3)</b>	<b>81.002</b>	<b>77,31</b>	<b>93.170</b>	<b>80.504</b>	<b>77,20</b>	<b>88.418</b>
<b>5. Total das Despesas da UPC</b>	<b>104.780</b>	<b>100,00</b>	<b>108.671</b>	<b>104.281</b>	<b>100,00</b>	<b>103.671</b>

Fonte: DCF/DAF.

### 2.2.6.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

Os quadros a seguir apresentam a execução da despesa da UPC – (FUB e HUB), conforme a classificação nos grupos e elementos de despesa, compreendendo as UGs que compõem a FUB. Os montantes expressos nos quadros estão expressos em reais mil.



**Quadro 2.22 - Despesas por grupo e elemento de despesa – FUB (26271) - Em R\$ mil**

Unidade Orçamentária: <b>Fundação Universidade de Brasília - FUB</b>			Código UO: <b>26271</b>				UGO: <b>154040</b>	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>1.248.649</b>	<b>1.164.922</b>	<b>1.242.043</b>	<b>1.164.917</b>	<b>6.607</b>	<b>7</b>	<b>1.242.042</b>	<b>1.164.868</b>
Venc. e Vant. Fixas - P Civil	591.572	544.439	591572	544434	-	7	591.572	544.434
Aposent. RPPS, Reser. Remun. e Refor. Militar	248.381	226.003	241774	226003	6.607	-	241.774	226.003
Sentenças Judiciais	182.148	169.467	182.148	169.467	-	-	182.148	169.467
Demais elementos do grupo	226.548	225.013	226.549	225.013	-	-	226.548	224.964
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>466.951</b>	<b>379.264</b>	<b>288.153</b>	<b>297.628</b>	<b>178.798</b>	<b>81.634</b>	<b>286.711</b>	<b>288.475</b>
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	157.763	86.534	68.577	61.300	89.186	25.233	67.280	55.626
Locação de Mão de Obra	123.005	114.806	102.748	114.802	20.257	4	102.748	114.672
Auxílio Fin. a Pesquisadores	37.761	31.272	15.958	11.359	21.803	19.912	15.958	11.275
Demais elementos do grupo	148.422	146.652	100.870	110.167	47.552	36.485	100.725	106.902
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>4. Investimentos</b>	<b>35.456</b>	<b>27.033</b>	<b>3.769</b>	<b>6.461</b>	<b>31.687</b>	<b>20.573</b>	<b>3.769</b>	<b>4.750</b>
Equipamento e Mat. Permanente	19.265	15.883	2302	4.250	16.963	11.633	2.302	2.696
Obras e Instalações	15.592	4.041	1408	1.802	14.184	2.239	1.408	1.704
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	392	4.817	59	79	333	4.739	59	20
Demais elementos do grupo	207	2.292	-	330	207	1.962	-	330

Fonte: DCF/DAF.



**Quadro 2.23 - Despesas por grupo e elemento de despesa – HUB (26393) - Em R\$ mil**

Unidade Orçamentária: Hospital Universitário de Brasília - HUB						UGO: 154106		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>72.043</b>	<b>70.671</b>	<b>72.043</b>	<b>70.667</b>	-	-	<b>71.723</b>	<b>70.667</b>
Venc. e Vant Fixas - P Civil	46.659	46.214	46.659	46.214	-	-	46.339	46.214
Obrig. Patronais - OP.Intra Orçamentária	12.307	11.429	12.307	11.429	-	-	12.307	11.429
Sentenças Judiciais	9.955	9.898	9.955	9.898	-	-	9.955	9.898
Demais elementos do grupo	3.122	3.130	3.122	3.126			3.122	3.126
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>32.793</b>	<b>38.517</b>	<b>32.732</b>	<b>38.005</b>	<b>61</b>	<b>512</b>	<b>32.557</b>	<b>33.004</b>
Outros Auxílios Financeiros - Pessoa Física	10.397	8.594	10.397	8.594	-	-	10.397	8.594
Disp. de Exercícios Anteriores	8.142	676	8.142	676	-		8.119	676
Locação de Mão de Obra	4.145	10.785	4.145	10.785	-	-	4.145	8.565
Demais elementos do grupo	10.109	18.462	10.048	17.950	61	512	9.896	15.169
DESPESAS DE CAPITAL								
<b>4. Investimentos</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>
Demais elementos do grupo	4	-	4	-	-	-	4	-

Fonte: DCF/DAF.

**Quadro 2.24 - Total Despesas por grupo e elemento de despesa – FUB (26271) e HUB (26393) - Em R\$ mil**

DESPESAS – FUB (26271) e HUB (26393)								
Total das Despesas do Órgão 26271 e 26393	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
		<b>1.855.896</b>	<b>1.680.407</b>	<b>1.638.744</b>	<b>1.577.677</b>	<b>217.153</b>	<b>102.725</b>	<b>1.636.806</b>

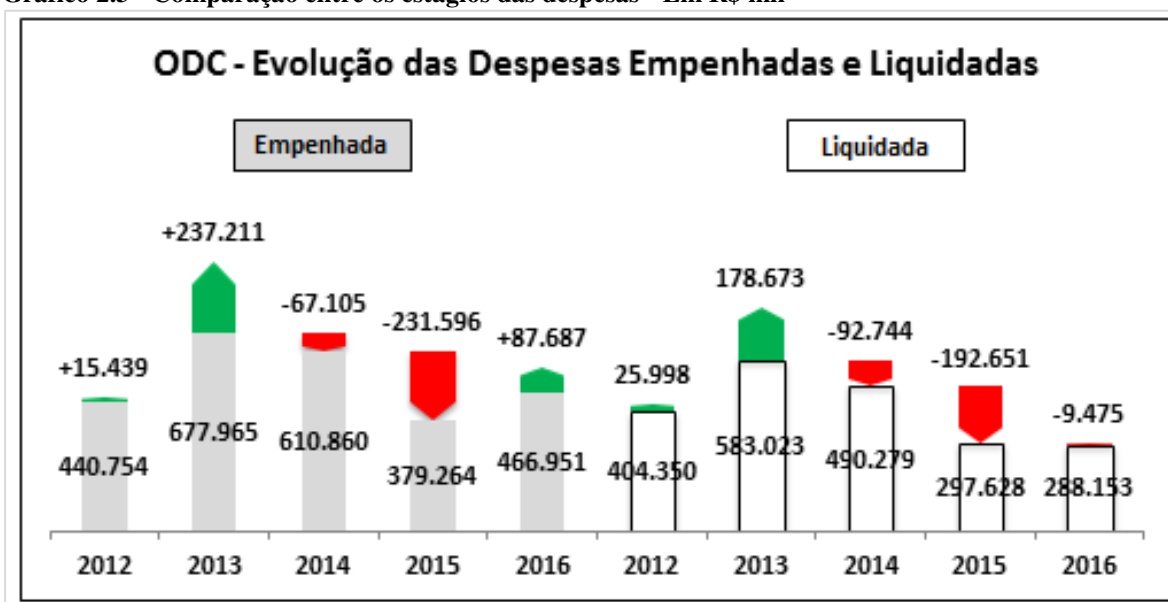
Fonte: DCF/DAF.



O gráfico 2.3 a seguir apresenta a evolução de Outras Despesas Correntes (ODC) nas modalidades: empenhada e liquidada durante o período de 2012 a 2016. As despesas empenhadas em 2016 cresceram, em termos absolutos, R\$ 87.687 milhões, ou seja, um acréscimo de 23,1% em relação ao exercício anterior. Pode-se verificar também que em 2016 ocorre quebra na tendência de baixa no volume de recursos empenhados entre 2014 e 2015, apesar das políticas contracionistas adotadas pelo Governo Federal. Entretanto, a comparação 2016-2012 demonstra acréscimo no volume empenhado de apenas 5,94%.

As despesas liquidadas revelam também uma desaceleração no ritmo de queda identificado a partir de 2014. Diferentemente das despesas empenhadas, o volume liquidado foi menor que em 2015 em R\$ 9.475 milhões (3,18%).

Gráfico 2.3 - Comparação entre os estágios das despesas - Em R\$ mil

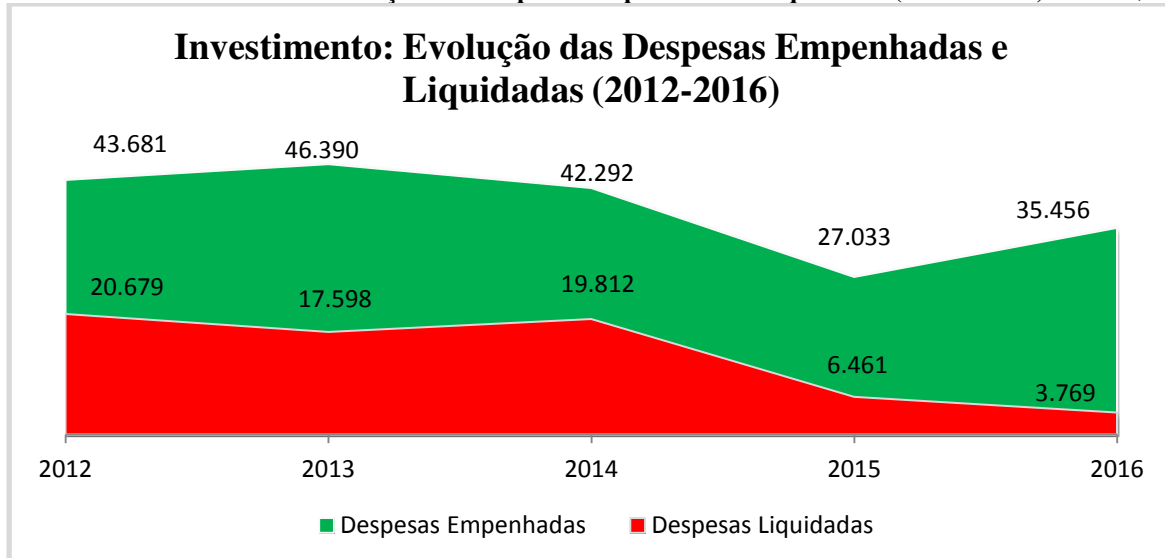


Fonte: DPL/DPO.

O gráfico 2.4 apresenta a evolução das despesas de investimento empenhadas e liquidadas no período 2012-2016. Em termos de despesas empenhadas em 2016, verifica-se um acréscimo de 31,16% em comparação ao ano de 2015. A série histórica evidencia ruptura na tendência de queda desses recursos que se deu em 2014 e 2015. Por outro lado, as despesas liquidadas apresenta comportamento bastante diferente. O volume liquidado entre 2012 e 2014 permaneceu basicamente no mesmo nível. Entretanto, a partir da comparação 2015/2014 tem-se uma redução de 67,4% e no período 2016/2015, uma redução de 41,7% no volume de despesas liquidadas.



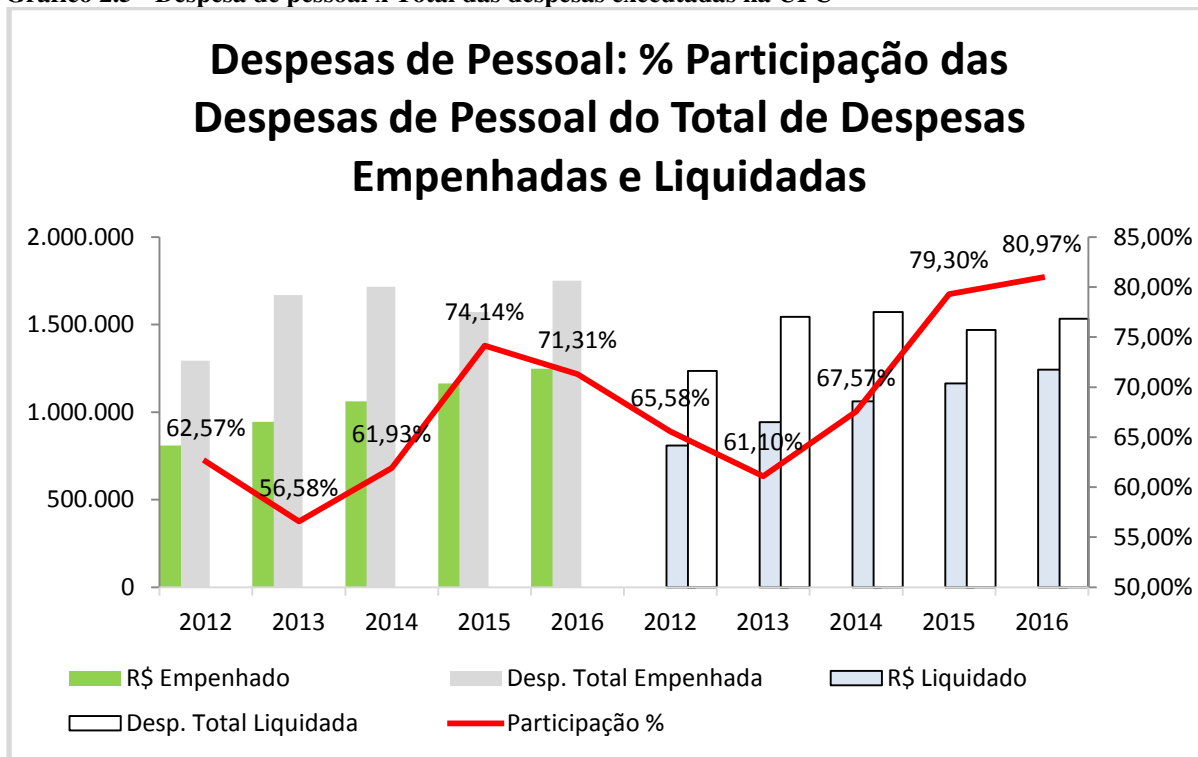
**Gráfico 2.4 - Investimento: Evolução das Despesas Empenhadas e Liquidadas (2012 – 2016) - Em R\$ Mil**



Fonte: DPL/DPO.

As informações contidas no gráfico 2.5 demonstram a proporção dos empenhos e liquidações das despesas de pessoal em relação ao total empenhado e liquidado na série 2012 – 2016. Apesar das reduções acentuadas nos montantes totais empenhados e liquidados, em especial entre 2014 e 2015, pode-se verificar que o mesmo não aconteceu com as despesas de pessoal. Em 2012, a participação desse grupo estava em torno de 62-65%, passando no exercício em análise para 71-81%.

**Gráfico 2.5 - Despesa de pessoal x Total das despesas executadas na UPC**



Fonte: DPL/DPO.



## Análise Crítica

### UO 26271 – FUB

No que concerne às informações prestadas sobre a execução de despesas de acordo com a modalidade de licitação, a DCF informou que não ocorreram contratações dos tipos convite, concurso, consulta e regime diferenciado de contratações públicas. A contratação pela modalidade “tomada de preços” foi decorrente da contratação de empresa para construção e gestão de obras nos *campi* da UnB. Essas empresas estavam devidamente cadastradas e atenderam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação conforme dispõe a Lei 8.666/1993. O quadro 2.25 apresenta maiores detalhes sobre o processo de Tomada de Preços.

**Quadro 2.25 - Tomada de Preços – Por UO - Em R\$ mil**

NE Origem	Credor	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Empenhado	Liquidado	Arrecadado	Pago
2016NE801866	04.279.621/0001-07	4490.51.00	0112	874	874	85	874
2016NE802156	07.834.839/0001-74	4490.51.00	0112	146	146	16	146
2016NE802157	07.834.839/0001-74	4490.51.00	0112	200	200	9	200
2016NE804196	21.268.043/0001-22	4490.51.00	0250	826	0	0	0
<b>Total</b>				<b>2047</b>	<b>1220</b>	<b>109</b>	<b>1220</b>

Fonte: DCF/SIAFI, 2016.

A redução na contratação por meio da modalidade concorrência ocorreu, principalmente, pela queda na atividade econômica do país, uma vez que a FUB optou por manter os contratos existentes. Entretanto, algumas contratações foram conduzidas, conforme explicita o quadro 2.26.

**Quadro 2.26 - Concorrência – Por UO - Em R\$ mil**

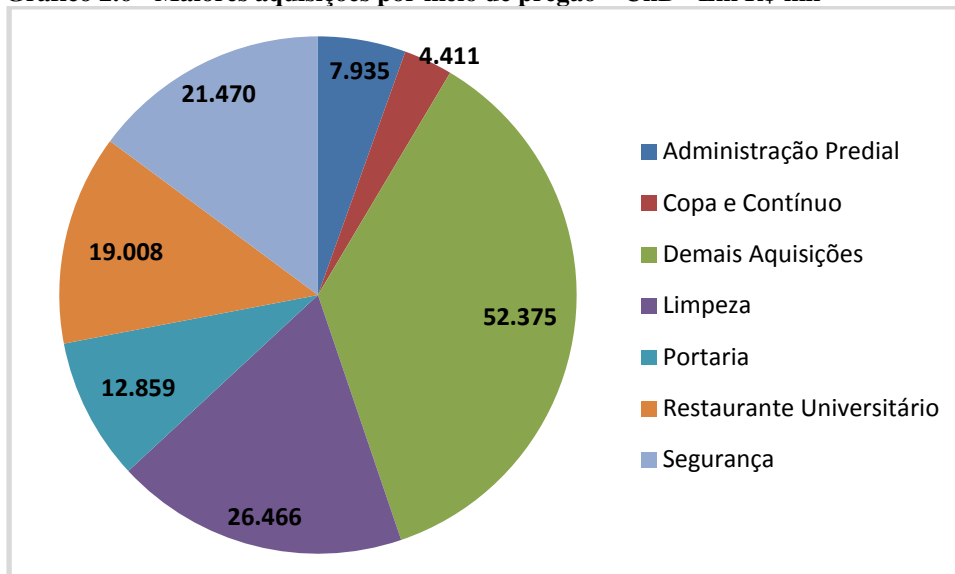
NE Origem	Credor	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Empenhado	Liquidado	Arrecadado	Pago
2016NE800025	33.457.862/0001-05	3390.39.00	0112	1.117	117	7	116
2016NE800052	33.480.104/0001-08	4490.51.00	0112	2	-	-	-
2016NE800263	33.457.862/0001-05	3390.39.00	0112	0	0	-	0
2016NE801091	26.478.859/0001-02	4490.51.00	0112	123	74	25	74
2016NE803301	01.000.050/0001-31	4490.51.00	0112	4.852	113	14	113
2016NE804817	01.000.050/0001-31	4490.51.00	0112	36	-	-	-
2016NE804818	01.000.050/0001-31	4490.51.00	0112	19	-	-	-
2016NE804819	01.000.050/0001-31	4490.51.00	0250	1.120	-	-	-
2016NE804820	01.000.050/0001-31	4490.51.00	0112	251	-	-	-
2016NE805082	21.916.881/0001-65	4490.51.00	0112	4.561	-	-	-
<b>Total</b>				<b>12.082</b>	<b>304</b>	<b>46</b>	<b>303</b>

Fonte: DCF/SIAFI, 2016.

Nos últimos anos, a FUB tem privilegiado a contratação por meio de pregão. Registra-se que em 2016 houve aumento nesta modalidade de compra de 19% em relação a 2015. O gráfico 2.6 demonstra as maiores aquisições realizadas na FUB (exceto HUB) por meio do pregão frente às demais despesas.



Gráfico 2.6 - Maiores aquisições por meio de pregão – UnB - Em R\$ mil



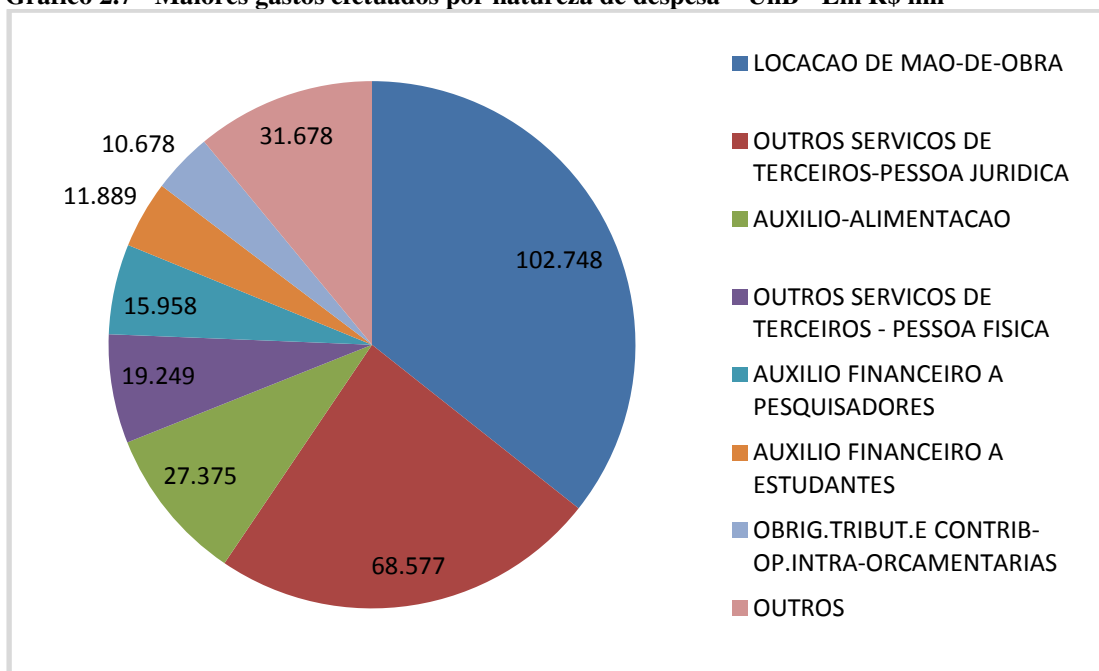
Fonte: DCF/SIAFI, 2016.

Cabe ressaltar que a redução nas contratações diretas e no suprimento de fundos são reflexos do trabalho que a UnB tem feito ao longo dos anos em comprar produtos e serviços privilegiando o pregão como modalidade de licitação.

No tocante às despesas de pessoal, o aumento refere-se ao reajuste salarial autorizado pelo Governo Federal e inserido na Folha de Pagamento a partir de agosto/2016. Com respeito a outras despesas correntes, verifica-se queda de 3% em relação a 2015, em função dos cortes orçamentários impostos pelo Governo Federal e pela atuação da gestão da FUB no controle dos gastos, decorrente da retração econômica em 2016.

O gráfico 2.7 demonstra os maiores gastos efetuados por natureza de despesa em 2016 na FUB.

Gráfico 2.7 - Maiores gastos efetuados por natureza de despesa – UnB - Em R\$ mil



Fonte: DCF/SIAFI, 2016.



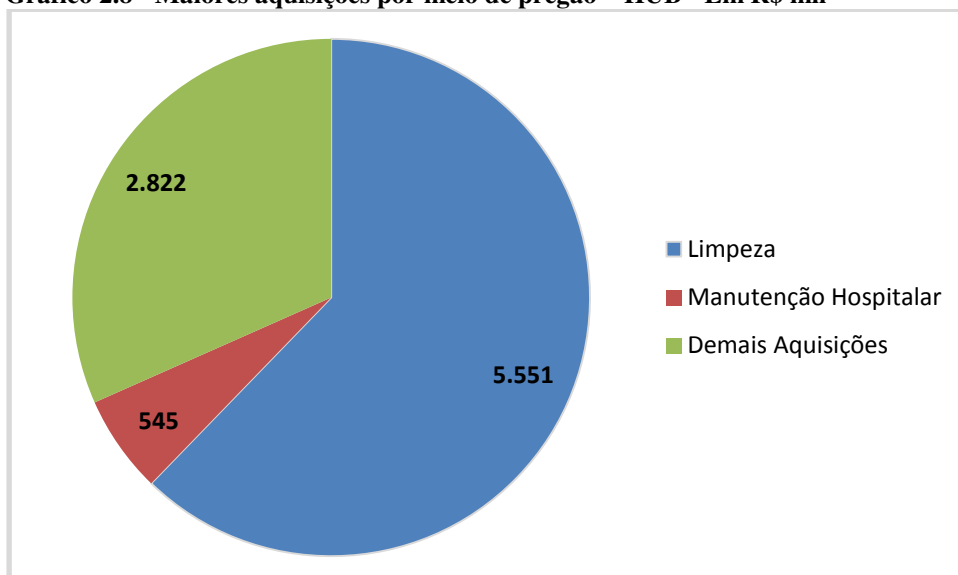
No que concerne à liquidação das despesas de capital, verifica-se queda de 42% em relação a 2015, em função do contingenciamento da LOA/2016 em 50% da dotação inicial. Ademais, ocorreu bloqueio de R\$ 17 milhões oriundos de emendas de bancadas pelo MEC, além de remanejamento de R\$ 20 milhões, a pedido da FUB, retirando de Investimentos (despesas de capital) para Outras Despesas Correntes.

Além do contingenciamento promovido pelo Governo Federal, a redução verificada nas contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade ocorreu em função de a administração superior da FUB ter envidado esforços em não utilizar essas justificativas legais. Dessa forma, privilegiaram-se compras por meio de pregão, bem como se evitou o fracionamento da despesa pública com aquisições.

### **UO 26393 – HUB**

Não houve contratações nas modalidades: convite, concorrência, concurso, consulta e regime diferenciado de contratações públicas no HUB. O pregão, em função do contrato firmado entre FUB x HUB x EBSEH para gestão administrativa do Hospital, foi a modalidade mais utilizada para aquisições de produtos e serviços. O gráfico 2.8 demonstra as maiores aquisições por meio do pregão frente às demais despesas.

**Gráfico 2.8 - Maiores aquisições por meio de pregão – HUB - Em R\$ mil**



Fonte: DCF/SIAFI, 2016.

As despesas liquidadas no HUB sofreram redução de 60%, em função do contrato firmado entre FUB x HUB x EBSEH para gestão administrativa do Hospital. A maioria dos contratos antigos já foram sub-rogados e as novas contratações estão sendo realizadas por meio da EBSEH.

Alterações significativas ocorridas no exercício por grupo e elemento de despesa:

- No tocante às despesas de pessoal, o aumento é referente ao acordo salarial autorizado pelo Governo Federal e inserido na Folha de Pagamento a partir de agosto/2016;
- No tocante às outras despesas correntes, a redução no elemento de despesa locação de mão de obra ocorreu em função das contratações ficarem a cargo da EBSEH;
- No tocante aos demais elementos do grupo, a redução no elemento de despesa locação de mão de obra ocorreu em função das contratações estarem ocorrendo na UG da EBSEH;
- As despesas de capital ficaram sobre a responsabilidade da EBSEH;



- No tocante às Despesas de Exercícios Anteriores, o quadro 2.27 demonstra a composição destas:

**Quadro 2.27 - Despesas com Exercícios Anteriores HUB - Em R\$ mil**

<b>Tipo</b>	<b>Liquidado</b>
Energia Elétrica	5.569
Limpeza	1.405
Manutenção Hospitalar	545
Outros	622
<b>Total</b>	<b>8.142</b>

Fonte: DCF/SIAFI, 2016.

A administração superior do Hospital Universitário realizou negociação com a CEB para pagamento dos valores em aberto sem o acréscimo de multas e juros. Similarmente, nos demais pagamentos de despesas com exercício anterior não ocorreram pagamentos de multas e juros.

A DCF informou que não foram efetuadas contratações via a modalidade dispensa e inexigibilidade na UPC, pois essas ocorreram na UG EBSEH.

### **Tópicos relevantes sobre o contingenciamento do exercício**

O contingenciamento orçamentário promovido pelo Governo Federal em 2016 trouxe impactos negativos principalmente nas despesas de capital e no pagamento da despesa orçamentária. No que se refere às despesas de capital, o contingenciamento provocou impacto negativo na programação orçamentária das unidades acadêmicas e administrativas, pois a Universidade adotou a reprogramação e priorização dos investimentos a serem realizados, limitando-se ao novo teto orçamentário disponibilizado (corte de 50% da dotação inicial, bloqueio de R\$ 17 milhões oriundos de emendas de bancadas e remanejamento de R\$ 20 milhões, a pedido da FUB, de investimentos para outras despesas correntes).

A movimentação financeira, notadamente para pagamento de despesas, em função do contingenciamento promovido gerou transtornos a fornecedores e Gestores da Universidade, pois os valores repassados mensalmente pelos órgãos superiores e concedentes eram insuficientes para quitação plena das despesas. Dessa forma, a adoção de priorização de despesas a serem pagas foi uma das estratégias implementadas pelos gestores.

Ademais, a ocupação da Universidade de Brasília (de 31/10 a 08/12/2016) comprometeu os processos relacionados à execução da despesa orçamentária, contribuindo, assim, para a não realização de licitações, atraso nos pagamentos aos fornecedores, no cumprimento de demandas dos órgãos de controle, atrasos na liquidação e no pagamento de verbas de pessoal, tais como progressões funcionais, adicionais por qualificação, etc.

O aumento significativo no *turnover* de servidores concursados também influenciou negativamente as rotinas operacionais, causando perda de eficiência na execução dos processos de trabalho. Cabe ressaltar que a FUB apresenta carência de servidores técnicos especializados em áreas estratégicas da execução da despesa orçamentária, em especial nas diretorias DCF, DOR, DCO, DTER, DGI e PRC.

Por fim, a Universidade de Brasília não dispõe de um sistema integrado de gestão, o que acarreta processos de trabalho menos eficientes e eficazes do ponto de vista do aumento da produtividade dos trabalhos internos. Não obstante, a implantação da plataforma SEI de gestão de processos trouxe enormes benefícios e agilidade, porém, em razão da sua fase inicial e da adaptação do usuário à ferramenta, verificou-se aumento considerável no volume de processos a serem tratados, principalmente, em áreas estratégicas para a execução da despesa orçamentária.



## 2.2.7 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Nesta seção a FUB apresenta a evolução dos gastos efetuados por meio de suprimento de fundos. A DCF é a unidade administrativa responsável pela prestação das informações. O quadro 2.28 evidencia as informações sobre a concessão dos suprimentos de fundos em todas as modalidades; o quadro 2.29 detalha a despesa realizada por meio de suprimento de fundos, considerando, também, todas as modalidades; por fim, o quadro 2.30 apresenta a caracterização dos objetos de gasto com suprimento de fundos. A FUB informa não possuir contas bancárias do tipo B. Os valores apresentados estão expressos em reais mil.

### Concessão de Suprimento de Fundos

O quadro 2.28 demonstra a quantidade e os valores concedidos a título de suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF. A UPC FUB é composta pelas UG's executoras 154040, 154078, 154079, 154106 e 154019. A partir de 2014 a UG 154040 utiliza somente suprimento de fundos na modalidade cartão de pagamento do Governo Federal.

**Quadro 2.28 - Concessão de suprimento de fundos - Em R\$ mil**

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Qtde	Valor Total	
2016	154040	Fundação Universidade de Brasília	89	166	8
2015	154040	Fundação Universidade de Brasília	132	283	8
2014	154040	Fundação Universidade de Brasília	199	326	8

Fonte: DCF/DAF.

### Utilização de Suprimento de Fundos

O quadro 2.29 demonstra a quantidade e os valores utilizados efetivamente a título de suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

**Quadro 2.29 - Utilização de suprimento de fundos - Em R\$ mil**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
			Saque		Fatura	Total
	Código	Nome ou Sigla	Qtde	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	(a+b)
2016	154040	Fundação Universidade de Brasília	1	0	166	<b>166</b>
2015	154040	Fundação Universidade de Brasília	1	0	283	283
2014	154040	Fundação Universidade de Brasília	12	4	322	326

Fonte: DCF/DAF.

### Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos

O quadro 2.30 lista os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos no exercício de 2016.



Quadro 2.30 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência - Em R\$ mil

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
154040	Fundação Universidade de Brasília	339030	33903096	154
		339039	33903996	12

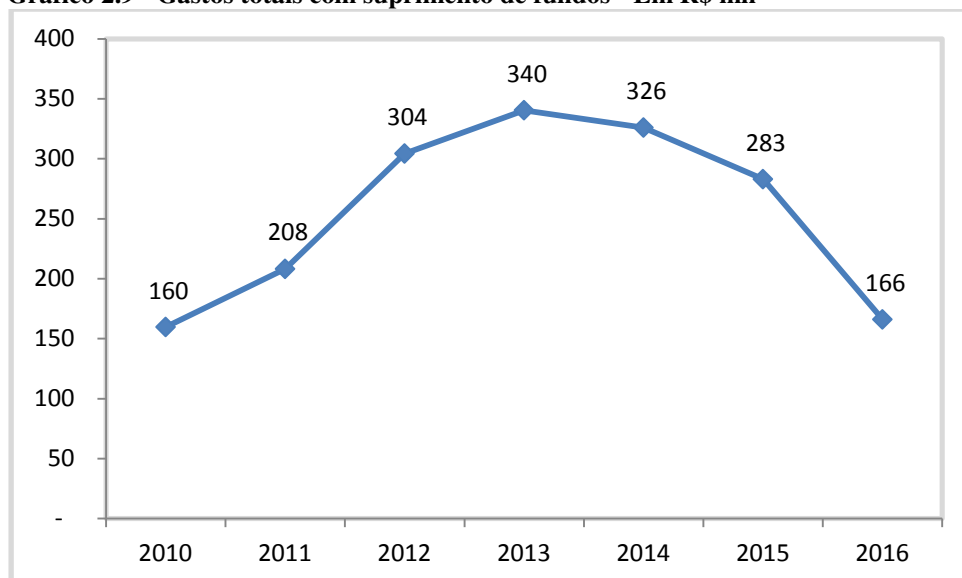
Fonte: DCF/DAF.

### Análise Crítica

Para 2016, a administração superior da Universidade, com a finalidade de evitar gastos exorbitantes e abusivos no uso do suprimento de fundos, limitou o gasto anual na modalidade de suprimento de fundos em R\$ 200 mil. Seu uso é essencialmente em atividades específicas, tais como aulas de campo para os alunos e aquisições emergências e de pequena monta, quando não disponíveis no almoxarifado ou em atas de registro de preço.

O gráfico 2.9 apresenta a evolução dos gastos no período 2010 a 2016. Verifica-se que no período 2010-2013, o comportamento da curva é ascendente. A partir de 2014, a curva assume comportamento descendente e atinge em 2016 níveis próximos daqueles de 2010. Verifica-se acentuada queda no período 2015-2016, de 5

Gráfico 2.9 - Gastos totais com suprimento de fundos - Em R\$ mil



Fonte DCF/SIAFI.

A Coordenação de Exame e Prestação de Contas (CEPC/DCF) exerce a função de controle interno da unidade, gestão do suprimento de fundos, prestação de contas e cadastro de operadores no SIAFI. Está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Contabilidade e Finanças vinculada ao Decanato de Administração.

Não há sistemas informatizados na FUB que permitam controle mais acurado do suprimento de fundos. A CEPC utiliza planilha eletrônica e consultas ao SIAFI, periodicamente, para gerenciar essa modalidade. Em 2016, medidas contingenciais foram adotadas pela administração, tais como cancelamento de diversos cartões de pagamento por inatividade ou pouco uso, bem como redução do número de cartões emitidos com mais de dois favorecidos por unidade administrativa, exceto PRC e IG. A partir de 2017 os gastos por natureza de despesa ficaram limitados a R\$ 800.

No tocante às prestações de contas de suprimentos de fundos, salientamos que não há pendências de apreciação ou aprovação, pois, uma vez concedido o crédito, o suprido toma ciência do prazo para prestação de contas dos gastos autorizado. Em caso de descumprimento, a CEPC

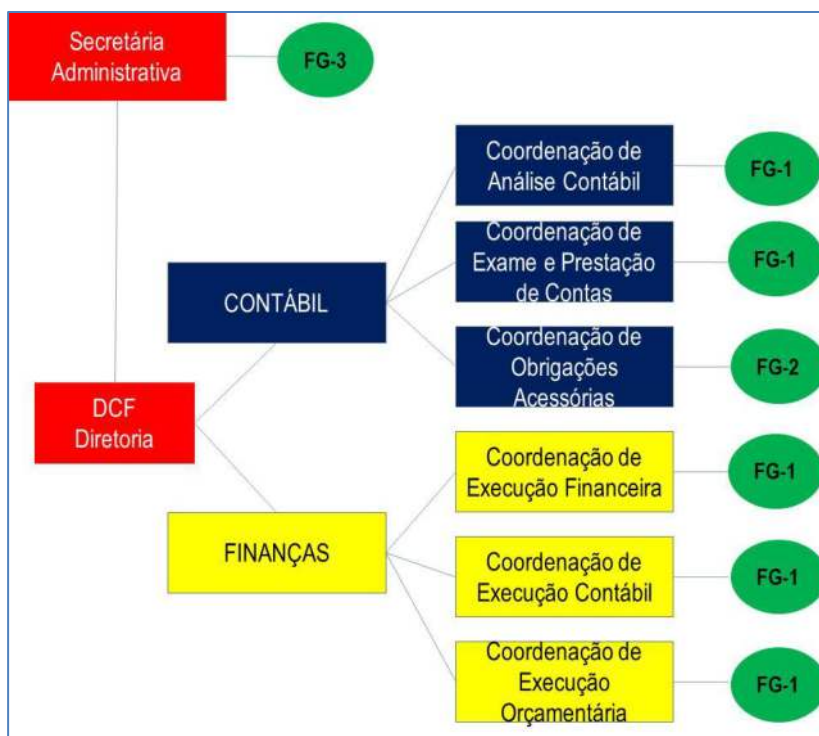


providencia a cobrança administrativa por meio de GRU e, para os casos de não recolhimento, o processo é encaminhado ao DGP para desconto em folha, o que não ocorreu em 2016.

## 2.2.8 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

De acordo com o organograma funcional do Decanato de Administração (DAF), a Coordenação de Exame e Prestação de Contas (CEPC/DCF), unidade vinculada à Diretoria de Contabilidade (DCF), é a área responsável pela prestação de contas, gestão do suprimento de fundos institucional e o cadastro de operadores no SIAFI.

**Figura 2.2 - Organograma da Diretoria de Contabilidade e Finanças**



Fonte: DCF/DAF.

As competências da CEPC/DCF estão dispostas no art. 10º do Ato da Reitoria nº 1.088 de 26 de dezembro de 2013. Quanto à estrutura de pessoal da coordenação, o quadro 2.31 apresenta a distribuição de servidores e funções exercidas no início de 2016.

**Quadro 2. 2.31 - Estrutura de pessoal da CEPC/DCF**

Nome	Cargo	Formação	Função
Yara Carvalho Barros	Economista	Economia	Coordenador de Equipe e realiza prestação de contas de convênios, TEDs e outros.
Aílson Alves do Nascimento	Auxiliar de Administração	Teólogo	Gerencia o Suprimento de Fundos e o cadastro de operadores no SIAFI.
Elizabeth Mª de J Pereira	Assistente Administrativo	Tecnólogo em RH	Presta apoio operacional.
Antônio Márcio Lopes Bezerra	Contador	Contabilidade	Realiza prestação de contas de convênios, TEDs e outros.
Emerson Ferreira Alves	Assistente Administrativo	Matemático	Realiza prestação de contas de convênios, TEDs e outros.
VAGO	VAGO	VAGO	VAGO

Fonte: DAF/DCF, 2016.



A CEPC/DCF aguarda a reposição da vaga do servidor Carlos Vieira Mota que está exercendo suas funções como assessor da Reitora, desde novembro/2016. É importante registrar que os convênios, TEDs e similares são formalizados na Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos – DPA/DAF.

Registre-se, ainda, que não há sistemas de gestão na UnB que gerenciem a formalização, controle e a prestação de contas dos projetos nos quais a Universidade atua. Portanto, descompassos e atrasos podem ocorrer no preparo e envio de prestações de contas aos órgãos concedentes. Em razão do volume de processos envolvidos em prestação de contas, admite-se que o aporte de recursos humanos asseguraria a análise tempestiva requerida.

### 2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

Esta seção apresenta informações a respeito das descentralizações de execução com transferência de recursos, tais como aquelas oriundas de convênios, contratos de repasse e termos de descentralização, nos quais a FUB figura como concedente ou contratante. No entanto, segundo a Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos (DPA), a FUB não possui quaisquer instrumentos nos quais figure como contratante para descentralizações em 2016. Dessa forma, é apresentada no quadro 2.32 apenas a consolidação dos instrumentos celebrados nos anos de referência em que a FUB é representada como contratada. As informações presentes nesta seção foram elaboradas pela DPA, unidade responsável pela gestão e cadastro desses instrumentos. Os valores constantes das tabelas estão expressos em reais mil.

A DPA informa que os valores recebidos e acumulados no exercício para convênio e contrato de repasse não estão disponíveis para consulta, pois esses são registrados na fonte 0250, não havendo especificação pelo emitente. Para a modalidade termo de cooperação, os valores acumulados no exercício não estão disponíveis para consulta, pois a unidade não dispõe de sistema para acompanhamento de projetos. As informações sobre os instrumentos de transferências vigentes, em 2016, e os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio constam no *link*: [http://www.dpo.unb.br/?option=com\\_phocadownload&view=category&id=101:2016&Itemid=675](http://www.dpo.unb.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=101:2016&Itemid=675)

**Quadro 2.32 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Em R\$ mil**

Unidade conveniente ou contratada						
Nome	Fundação Universidade de Brasília - FUB					
UG/Gestão						
Modalidade	Qtde de instrumentos celebrados			Montantes recebidos no exercício		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
<b>Convênio</b>	10	13	12	904	735	1.714
<b>Contrato de repasse</b>	27	24	30	8.772	7.326	6.109
<b>Termo de descentralização</b>	39	49	69	63.290	48.727	92.871
<b>TOTAIS</b>	<b>76</b>	<b>86</b>	<b>111</b>	<b>72.966</b>	<b>56.788</b>	<b>100.694</b>

Fonte: DPA/DAF.

Em 2016, de acordo com a DCF, não houve descentralização de recursos financeiros em que a FUB figure como concedente, logo, não ocorrendo registro de prestação de contas para o exercício em análise. Portanto, os quadros **“Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse”** e **“Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão”** não foram preenchidos.



## **Análise Crítica**

Da instrução fornecida pelo TCU para a elaboração da demanda, verificamos que se trata de informações a serem prestadas no âmbito das descentralizações feitas pela FUB para outro órgão no exercício de 2016 para a execução de atividades sob sua responsabilidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. Essa descrição define tratar-se de formalização de convênios de mútuo interesse, não abordando, portanto, contratos meramente administrativos.

Nessa situação, informamos que não foram formalizadas descentralizações de recursos no ano de 2016 registradas ou tramitadas na Diretoria (DPA).

As informações já prestadas por meio de planilhas detalhadas por unidade concedente se referem ao recebimento de recursos na FUB – por meio de descentralizações e transferências voluntárias sob a forma de termos de descentralização, convênios e contratos – de outros órgãos.

Dessa forma, do texto da demanda sobre análise crítica, esclarecemos que, por não ter havido descentralização de recursos onde a FUB caracterize-se como descentralizadora (concedente) em 2016, não há prestações de contas inadimplentes de conhecimento da DPA.

Por fim, a DPA informa que as discrepâncias que ocorrem no relatório de convênios apresentado pela DPA referentes a um mesmo ano, mas elaborados em anos diferentes, justifica-se devido a ajustes necessários feitos junto ao Sistema SICONV (FUB) durante o ano, relativos a correções de registro especialmente quanto ao tipo de instrumento de convênio registrado.

### **2.4 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos**

As informações contidas nesta seção foram providas pela Diretoria de Projetos Acadêmicos (DPA), Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) e pela Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) e fazem referência aos projetos e programas financiados com recursos externos.

O quadro 2.33 relaciona as parcerias em vigor em 2016 entre instituições estrangeiras e a UnB, reportados e gerenciados pelo CDT. Dos quatro projetos relacionados, três são financiados por entidades privadas e apenas o projeto UNESCO recebeu recursos governamentais. Entretanto, por razões diversas, os trabalhos foram interrompidos em 2015, mediante distrato representado pelo convenente.

A consolidação dos projetos financiados com recursos externos e registrados na DPA é apresentada no quadro 2.34. Segundo a Diretoria, o acompanhamento e prestação de contas desses instrumentos são coordenados diretamente pelos gestores responsáveis pelos acordos com as instituições estrangeiras.



**Quadro 2.33 - Projetos custeados com recursos internacionais por intermédio do CDT 2016 - Em R\$ mil**

<b>Número do contrato</b>	<b>Empresa</b>	<b>Título do Projeto</b>	<b>Andamento</b>	<b>Receita R\$ no Exercício</b>
643/11477389/000103	<i>Join Stock Company</i>	Projeto de implantação e manutenção de uma estação de referência de monitoramento e correção diferencial para o sistema russo de localização por satélite Glonass	75% das atividades concluídas	192
131/2013	OAO NPK SPP	Instalação, Uso e Pesquisa da Estação Óptica (EO) Equipada com Estação de Medição Unidirecional (OWS) MS Glonas - <i>Sazhen-TM-OWS</i> no Território da República Federativa do Brasil	80% das atividades concluídas	568
Contrato S/N	<i>Motorola Foundation</i>	Capacitação em Comunicação Sem Fio Crítica para a <i>Motorola Foundation</i>	80% das atividades concluídas	-
00861/2015	UNESCO	Acordo de parceria para implementação do Projeto de pesquisa – Sistema de geração de indicadores para o Mapa Brasil Transparente.	Atividades interrompidas (30% das atividades concluídas)	-

Fonte: CDT.



Quadro 2.34 - Convênios formalizados entre a FUB e organismos internacionais com ou sem sede no Brasil (2014 - 2016) - Em R\$ mil

	Concedente	Dt. Assinatura	Dt. Término	Valor Inicial	Cronograma de desembolso	Unidade Gestora na FUB	Contrapartida	Observações
1	Motorola Solutions	29/07/2013	29/01/2015	70	2014	Centro Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	Doação para a realização de cursos	Recurso não foi utilizado está no superávit
2	União Europeia	02/04/2013	02/04/2018	10.000	N/D	Assessoria de Assuntos Internacionais	Cooperação técnica para o desenvolvimento de <i>nanosolutions</i>	Projeto em andamento
3	Boeing Brasil Serviços Aeronáuticos LTDA	17/08/2015	31/12/2018	82.685	2015	Departamento de Ciência da Computação	Recurso para o desenvolvimento de programas para a Boeing na área de ciência da computação	Projeto em andamento
4	Building Research Establishment Limited	06/02/2015	02/10/2015	33	2015	Assessoria de Assuntos Internacionais	Recurso para o desenvolvimento de metodologias de levantamento de dados	Fase de apresentação da prestação de contas

Fonte: DPA/DAF, 2016.



Por fim, o quadro 2.35 relaciona aqueles projetos registrados no INT e, similarmente na DPA, não gerenciados por essa unidade administrativa. A responsabilidade pela gestão é exclusiva dos professores coordenadores elencados nesses convênios.

No entanto, cabe ressaltar que, de acordo com informações fornecidas pelos gestores responsáveis pelos projetos constantes do quadro 2.35, apenas o *Building Research Establishment – BRE* recebeu recursos financeiros advindos do exterior, conforme descrição resumida do projeto apresentada mais adiante.

O projeto *Aix Marseille Université*, de acordo com a Prof.<sup>a</sup> Magda Duarte, é patrocinado pelo CNPq, logo, não se enquadra nos critérios estabelecidos pela Portaria TCU que normatiza esta seção.

O projeto da Associação Sul-americana para Água GWP SAM, conforme informações dadas pelo coordenador no Brasil, não recebe financiamento obtido por meio de organismos multilaterais de crédito ou agências governamentais estrangeiras.

A parceria UnB e o *European Research Council*, representado pela Universidade Livre de Amsterdam – POLPART, coordenada pelo professor Marcelo Rosa, foi celebrada em 2016, e maiores detalhes desse projeto são apresentados nas seções a seguir.

**Quadro 2.35 - Convênios formalizados segundo a Assessoria de Assuntos Internacionais - 2016**

ACORDOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS - 2016							
Países	Instituição Estrangeira	Executor Principal	Matrícula	Centro de Custo	Início Vigência	Final da Vigência	SEI/UnBDoc
França, Argélia, Brasil	Aix Marseille Université, Universidade de Telemcen e UFSC	Magda Duarte dos Anjos Scherer	1038206	DSC	17/01/2016	17/01/2021	130257/2014
Holanda e diversos	Universidade Livre de Amsterdam - POLPART	Marcelo Carvalho Rosa	1028332	ICS	11/03/2016	11/03/2021	3588/2015 - 23106.027424 /2016-12
Reino Unido	Building Research Establishment - BRE	Raquel Naves Blumenschein	137634	FAU	27/01/2016	27/05/2016	24303/2016 - 23106.034092 /2016-14
Uruguai	Associação Sulamericana para Água GWP SAM	Carlos Hiroo Saito	148504	CDS	16/02/2016	30/06/2016	23106.035224 /2016-25

Fonte: INT, 2016.

### Descrição do Projeto BRE/UnB

A BRE é de propriedade do BRE *Trust*, uma instituição registrada na Inglaterra e no País de Gales, e registrada na Inglaterra e Escócia como uma entidade de caridade. Os lucros realizados pela BRE são usados pelo BRE *Trust* para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e projetos que beneficiam a sociedade, acelerando mudanças de paradigmas e contribuindo para a sustentabilidade do planeta, uma vez que trabalha edifícios, comunidades e organizações ([www.bre.co.uk](http://www.bre.co.uk)).

O principal objetivo desse acordo é criar um grupo de pesquisa Brasil-Reino Unido liderado pela BRE e pela Universidade de Brasília para iniciar a colaboração em uma série de áreas, incluindo, intercâmbio acadêmico, científico e cultural, envolvendo as áreas de interesse mútuo ligados ao ambiente construído e às indústrias relacionadas.

O programa de cooperação em relação aos projetos envolve, especificamente:



- 1 - Troca de informações entre os responsáveis por trabalhos de pesquisas;
- 2 - Elaboração de programas de pesquisas;
- 3 - Permuta de equipamentos e material bibliográfico
- 4 - Troca de experiências e informações pedagógicas;
- 5 - Permuta de recursos de ensino;
- 6 - Intercâmbio de professores, estudantes, especialistas e técnicos administrativos; e
- 7 - Presença recíproca em eventuais debates, conferências ou simpósios de mútuo interesse.

As partes colaboram em projetos em construção sustentável, incluindo:

- a) Análise de Ciclo de Vida.
- b) Gestão de Resíduos.
- c) Comunidades Sustentáveis.
- d) Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído.

Os projetos de pesquisa que vêm sendo desenvolvidos são:

- Implementação do primeiro Centro de Excelência da BRE na América Latina;
- Projeto de pesquisa Resiliência; e
- Implementação do CEPAC.

A contrapartida da BRE são bolsas de pesquisa para alunos de graduação e pesquisadores colaboradores, e bolsa de pesquisa para coordenação das pesquisas realizadas no âmbito do Centro de Excelência, disponibilizadas no ano de 2016. A contrapartida da UnB é econômica e a disponibilização de professores pesquisadores que se envolvem com os projetos de pesquisa de interesse comum das partes. Os quadros 2.36 e 2.37 a seguir apresentam as transferências ocorridas em 2016 a título de pagamento de bolsas, conforme previsão do projeto BRE/UnB.

Por fim, cabe ressaltar que não se aplicam as avaliações dos efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, pois os montantes disponibilizados são para pagamento de bolsas.



**Quadro 2.36 - Demonstrativo dos Pagamentos Realizados – Projeto BRE/UnB - Em R\$ mil**

Órgão	ND	Credor	Documento	Emissão	Saque	Finalidade	Nº Processo	Pago
26271 - Fundação Universidade de Brasília								11.040
	3390.18.00 – Auxílio Financeiro a Estudantes							7.440
	341.374.978-18 - Rodrigo Dadamos Lopes da Silva							7.440
			2016OB806868	10/03/2016	11/03/2016	Auxilio para Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas - Folha 9 / 2015 / 161 - /DE	FL.9/2015-161	1.240
			2016OB806873	10/03/2016	11/03/2016	Auxilio para o Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas C. Custo: Faculdade do Gama	FL.7/2015-993	1.240
			2016OB806878	10/03/2016	11/03/2016	Auxilio para Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas - Folha 8 / 2015 / 757 - /DE	FL.8/2015-757	1.240
			2016OB811723	16/05/2016	17/05/2016	Auxilio para Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas - Folha 10 / 2015 / 121 - /DE	FL.10/2015-121	1.240
			2016OB811728	16/05/2016	17/05/2016	FL.11/2015-136 – Auxílio para Pesquisa. Centro de Custo: UnB - Faculdade do Gama	FL.11/2015-136	1.240
			2016OB811730	16/05/2016	17/05/2016	Folha 12 / 2015 / 185- Auxilio para Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas -DEPART	FL.12/2015-185	1.240
	3390.20.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores							3.600
	034.588.711-52 - Felipe Martins de Lima							1.800
			2016OB824135	19/12/2016	20/12/2016	Folha 12/2016-261 // Ref. Auxilio Financeiro a Pesquisadores // Departamento FAU	23106.092179/2016-14	600
			2016OB824142	19/12/2016	20/12/2016	Folha 12/2016-259 // Ref. Auxilio Financeiro a Pesquisadores // Departamento FAU	23106.095283/2016-52	600
			2016OB824144	19/12/2016	20/12/2016	Folha 12/2016-256 // Ref. Auxilio Financeiro a Pesquisadores // Departamento FAU	23106.095297/2016-76	600
	341.374.978-18 - Rodrigo Dadamos Lopes Da Silva							1.800
			2016OB824134	19/12/2016	20/12/2016	Folha 12/2016-261 // Ref. Auxilio Financeiro a Pesquisadores // Departamento FAU	23106.092179/2016-14	600
			2016OB824141	19/12/2016	20/12/2016	Folha 12/2016-259 // Ref. Auxilio Financeiro a Pesquisadores // Departamento FAU	23106.095283/2016-52	600
			2016OB824143	19/12/2016	20/12/2016	Folha 12/2016-256 // Ref. Auxilio Financeiro a Pesquisadores // Departamento FAU	23106.095297/2016-76	600
<b>Total</b>								<b>11.040</b>

Fonte: DCF, 2016.



Quadro 2.37 - Relação de Pagamentos Realizados pela FINATEC

Item	Nome	CNPJ/CPF	Nat. Despesa	CH/OB	Data	NF / Recibo / Fatura	Data Emissão	Valor
1	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ. a Pesquisador referente a jan / 16	31.601	16-mar-16	Recibo AP 138275	15-mar-16	8.770
2	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ. a Pesquisador referente a fev / 16	31.601	16-mar-16	Recibo AP 138276	15-mar-16	8.770
3	Fund. de Empreend. Científicos e Tecn.	37.116.704/0001-34	Outros Serviços Terceiros - PJ (Desp. Admin. e Operacionais de Caráter Indivisível)	6.047	23-mar-16	Nfe 8.720	23-mar-16	13.391
4	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ a Pesquisador referente a mar / 16	40.101	1-abr-16	Recibo AP 138447	30-mar-16	8.770
5	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ a Pesquisador referente a abr / 16	50.401	4-mai-16	Recibo AP 138763	27-abr-16	8.770
6	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ a Pesquisador referente a mai / 16	60.301	3-jun-16	Recibo AP 139215	31-mai-16	8.770
7	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ. a Pesquisador referente a jun / 16	70.601	6-jul-16	Recibo AP 139649	27-jun-16	8.770
8	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ. a Pesquisador referente a jul / 16	80.501	5-ago-16	Recibo AP 140083	2-ago-16	8.770
9	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ. a Pesquisador referente a ago / 16	90.501	5-set-16	Recibo AP 140640	1-set-16	8.770
10	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ a Pesquisador referente a set / 16	100.501	5-out-16	Recibo AP 141149	29-set-16	8.770
11	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ. a Pesquisador referente a out / 16	110.901	9-nov-16	Recibo AP 141948	9-nov-16	8.770
12	Raquel Naves Blumenschein	310.832.771-20	Aux. Financ. a Pesquisador referente a nov / 16	120.701	7-dez-16	Recibo AP 142567	5-dez-16	8.770
<b>TOTAL</b>								<b>109.861</b>

Fonte: Relatório FINATEC – com adaptações.



## **Descrição do projeto entre a UnB e a Universidade Livre de Amsterdam – POLPART**

O projeto intitulado *How citizens try to influence politics and why* – POLPART, coordenado pelo professor Marcelo Carvalho Rosa do Instituto de Ciências Sociais (ICS), é uma parceria com a Universidade Livre de Amsterdam, financiado pelo *European Research Council*. Seu objetivo é realizar pesquisas para identificar como os cidadãos tentam influenciar a política e por que, bem como efetuar comparações internacionais de movimentos e de políticas partidárias. O prazo para vigência é de 11/03/2016 a 11/03/2021, e, dependendo das flutuações cambiais, o orçamento previsto para a UnB seria de R\$ 155 mil reais.

A contrapartida prevista para a UPC é de cessão do espaço da Universidade para realização da pesquisa. Por problemas internos, o projeto não recebeu quaisquer transferências de recursos financeiros em função de não haver responsabilidade de controle eficiente para uma pesquisa da conta única do Tesouro por parte da UnB. Segundo o gestor, o não recebimento de recursos comprometeu a pesquisa e a reputação da UPC diante o ERC. Por fim, cabe informar que, não tendo havido repasses, o projeto não desenvolveu qualquer produto ou serviço.

### **Análise Crítica**

Com respeito ao andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos dispostos no quadro 2.33, houve ingresso de R\$ 759 mil por meio do CDT no ano de 2016, oriundos de parcerias com entes internacionais para custear as despesas de projetos em execução por aquele Centro. Destaca-se que os efeitos do câmbio monetário internacional foram negativos, tendo em vista ter havido uma perda de capital de 8,24%. Ante o exposto, a arrecadação dos projetos superou as previsões orçamentárias iniciais, bem como a não ocorrência de atrasos significativos no recebimento desses recursos.

Além disso, não houve impactos negativos no fornecimento de bens e serviços, objetos desses contratos.

## **2.5 Desempenho operacional**

O desempenho da Universidade de Brasília é apresentado nos subitens 2.5.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho e 2.5.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União. Os indicadores têm como objetivo garantir maior transparência à sociedade e auxiliar os gestores na tomada de decisão.

Entre as ações que contribuíram para o desempenho da Universidade, destaca-se a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ocorrida em maio de 2016, com o objetivo de modernizar a gestão de documentos e os fluxos de trabalho. O projeto UnBDigital está descrito no subitem 4.3.7.

Nesse contexto, a gestão por processo segue atuando em busca da racionalização da estrutura organizacional, bem como dos processos de trabalho. Em 2016, a Diretoria de Processos Organizacionais atendeu a demanda das unidades: DEG (DAIA); DAF (HUB, DTER e DPA); DGP (CAM, CPROV, COEST, CAC e COFIN); PRC (CTR); FCE (Secretaria de Graduação e Pós-Graduação e Coordenação de Gestão de Pessoas); FAC (Secretaria de Pós-Graduação e Administrativa); Almoxarifado e Cespe. No total foram mapeados 181 processos. Os desenhos dos fluxos estão divulgados na página da diretoria: [http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=67:mapeamento-de-processos&Itemid=721](http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=67:mapeamento-de-processos&Itemid=721)

Além disso, em prol de uma gestão universitária eficiente, a UnB tem se empenhado na ampliação da força de trabalho por meio de concurso público, na qualificação e capacitação dos servidores, conforme detalhado no item 4.1 Gestão de Pessoas.

As dificuldades vivenciadas no decorrer do exercício são relatadas nos itens desempenho orçamentário e financeiro. Diante da missão de melhorar a qualidade das atividades acadêmicas, a



difficuldade orçamentária é enfrentada por meio de diálogos com o Ministério da Educação e racionalização dos gastos.

### **2.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho**

O DPO, por meio da Diretoria de Planejamento, desenvolveu, no primeiro semestre de 2016, o [Painel de Indicadores](#). Esse projeto foi apresentado aos conselhos Consuni e CAD e amplamente divulgado à comunidade universitária. Destaca-se também o acompanhamento do desempenho da Universidade nos [rankings](#) nacionais e internacionais.

O Painel engloba 36 indicadores, metade no âmbito acadêmico e a outra metade destinada a dados administrativos. A ferramenta é interativa, permite ao usuário pesquisar por instituto/faculdade, *campus*, obter dados de diferentes anos e será atualizada periodicamente. Há informações sobre notas em avaliações externas, rankings, taxa de evasão, número de estudantes matriculados e formados por unidade, entre outros. Na área de gestão é possível consultar, por exemplo, custo aluno por unidade, número de refeições servidas por *campi*, bem como o montante de investimentos em tecnologias de informação e comunicação e a quantidade de ordens de serviço atendidas pela Prefeitura do *Campus*.

A UnB lançou ainda, o [Relatório Ilustrado - Gestão 2012-2016](#), disponível à comunidade na versão digital e impressa. Por meio de gráficos e textos curtos, a publicação mostra resultados gerenciais e conquistas em ensino, pesquisa e extensão no período.

Posteriormente, em agosto de 2016, a Diretoria de Planejamento realizou trabalho conjunto com a Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais, resultando no lançamento do [Painel de Indicadores da Matriz de Alocação de Recursos da UnB e no Simulador da Matriz de Partição](#). Em consonância com o modelo atual de cálculo da matriz orçamentária da instituição, aprovado pela Câmara de Planejamento e Orçamento em julho de 2015, o Painel de Indicadores da Matriz contempla informações sobre a distribuição dos recursos orçamentários da matriz e o valor de cada variável que compõe o cálculo desta distribuição para cada instituto/faculdade nos últimos três anos. Já o simulador, criado com o objetivo de auxiliar os gestores no planejamento da aplicação dos recursos da matriz, permite a simulação dos valores de cada variável e a estimativa do orçamento da matriz destinado às unidades.

Todas essas iniciativas visam aumentar o entendimento dos resultados da gestão e estimular a adoção de indicadores que subsidiem o processo de tomada de decisão. Além disso, consistem em documentos de monitoramento e avaliação anual dos resultados alcançados pela Universidade e surgem como ferramentas de auxílio à construção de uma cultura organizacional de controle e monitoramento na UnB.

A repercussão desses trabalhos foi positiva e aponta que as estratégias adotadas foram adequadas. O objetivo consiste em continuar trabalhando em prol do desenvolvimento de indicadores capazes de mensurar o desempenho da gestão e propiciar a análise crítica dos resultados alcançados.

### **2.5.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União**

Neste item, serão demonstrados os resultados dos indicadores de desempenho estabelecidos nos termos da Decisão TCU nº 408/2002, considerando as modificações posteriores feitas pelo Acórdão TCU 1.043/2006, bem como a análise dos resultados dos respectivos indicadores. A metodologia do TCU determina o modelo de cálculo dos indicadores que parte das seguintes variáveis:



**AG** = total de alunos efetivamente matriculados<sup>1</sup> na graduação (média anual dos dois semestres);

**APG** = total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo alunos de mestrado e doutorado (média anual dos dois semestres);

**AR** = alunos de residência médica.

A partir destes dados, o TCU calcula:

**AGTI** = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral<sup>2</sup>. Após o ajuste, normalmente o **AGTI** resulta em um quantitativo menor que o **AG** e o **AGE**.

**AGE** = Número de Alunos Equivalentes da Graduação<sup>3</sup>.

**APGTI** e **ARTI** = Número de Alunos em Tempo Integral de Pós-Graduação (APGTI) e de Residência (ARTI).

Para o cálculo de alunos em tempo integral, os alunos de mestrado, doutorado e residência devem ser computados com peso dois:

$$APGTI = 2 * APG \text{ e } ARTI = 2 * AR$$

Os resultados desses indicadores estão dispostos no quadro 2.38

**Quadro 2.38 - Resultados dos indicadores primários – 2012 a 2016**

<b>Indicadores Primários</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
1) Custo Corrente com HUB (em R\$ mil)	911.208,24	957.602,87	1.274.246,57	1.389.071,1	1.025.643,77
2) Custo corrente sem HUB (em R\$ mil)	884.112,56	919.567,78	1.222.151,79	1.330.869,27	865.671,46
3) Número de Professores Equivalentes	2.777,50	2.646,50	2.449,00	2.424,00	2.474,00
4) Número de Funcionários Equivalentes com HUB	5.206,00	6.258,00	5.773,00	7.551,00	7.068,75
5) Número de Funcionários Equivalentes sem HUB	4.053,25	5.034,25	5.130,50	5.724,75	5.185,25
6) Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	37.174,00	33.836,50	29.837,00	32.765,00	29.565,00

<sup>1</sup> Aluno efetivamente matriculado é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final, monografia, dissertação ou tese, em graduação ou pós-graduação, conforme o caso.

<sup>2</sup> Este indicador é calculado pela fórmula:

$AGTI = \sum \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI) / 4) * DPC \}$ , onde:

NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

NI = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.

DPC = Duração padrão do curso.

Fator de retenção = calculado de acordo com metodologia da SESu.

O DPC e o Fator de retenção são obtidos de tabela da SESu, que se encontra na página 8 do documento orientador do cálculo dos indicadores do TCU: Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão, disponível em <http://simec.mec.gov.br>.

<sup>3</sup>  $AGE = \sum \text{ de todos os cursos } \{ (NDI * DPC) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI) / 4) * DPC \} * [\text{peso do grupo em que se insere o curso}]$ .

NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

NPC = Duração padrão do curso.

NI = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.

Fator de Retenção e Peso do grupo calculado de acordo com metodologia da MEC/ANDIFES/FORPLAD.



Indicadores Primários	2016	2015	2014	2013	2012
7) Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	7.344,00	7.351,00	7.664,00	7.345,50	6.416,00
8) Alunos de residência médica (AR)	332,00	317,00	309,00	355,00	254,00
9) Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	44.334,11	39.893,33	35.724,96	30.702,21	34.444,65
10) Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	28.209,05	25.061,89	22.863,96	21.059,46	21.204,11
11) Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	14.688,00	14.702,00	15.328,00	15.012,00	12.832,00
12) Número de alunos de residência médica em tempo integral (ARTI)	664,00	634,00	618,00	710,00	508,00

Fonte: DPO, DGP e HUB.

Obs: O resultado é expresso com casas decimais que são utilizadas para o cálculo dos indicadores.

Sobre a análise relacionada aos cálculos dos indicadores, listam-se as seguintes observações:

- A Decisão do TCU para atualização dos indicadores referentes ao ano de 2016 não sofreu alterações quanto à base de Cálculo dos Indicadores de Gestão de 2015, conforme as orientações da SESu/MEC;
- Para os alunos, conforme as orientações para o cálculo dos indicadores do TCU, foram considerados apenas os dados relativos aos cursos permanentes/presenciais, excluídos cursos a distância e mestrado profissionalizante que visam atender a demandas específicas;
- Para fins de cálculo dos indicadores foram considerados os alunos formados nos semestres 2015/2 e 2016/1, devido à prorrogação do semestre letivo 2016/2, o qual ainda não estava concluído na data do cálculo, conforme consta no Manual de Elaboração dos Indicadores do TCU;
- Para os dados de servidores, em 2016 foram considerados 2.417 servidores de empresas terceirizadas, conforme orientação constante da metodologia Decisão TCU n. 408/2002;
- Para o ano de 2016, a maioria dos dados apresenta-se estável em relação aos apresentados em anos anteriores;
- Queda nos indicadores de funcionários equivalentes, devido à regularização da força de trabalho. A UnB cumpriu o Acordo Judicial – PAJ Nº 608/2009, firmado entre a Fundação Universidade de Brasília, o MEC e o Ministério Público do Trabalho. Todos os trabalhadores terceirizados foram substituídos por servidores concursados. Cumpre-se ressaltar que, em 2015, a FUB sanou a irregularidade que trata o Acórdão TCU 3005/2009 – Plenário, notadamente quanto à contratação e pagamento irregular de mão de obra do Cespe, mediante a qualificação do Cebraspe como Organização Social, por meio do Decreto nº 8.078/2013.
- Aumento de mais de 11% no número de alunos equivalentes da graduação, devido à expansão de vagas e conseqüente acréscimo de matrículas de ingressantes e de diplomados;
- Os indicadores do TCU referentes ao ano de 2016 estão disponíveis no SIMEC, módulo Rede Federal, em observância ao Ofício-Circular nº 2/2017/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC de 20/1/2017.

Para efeito de análise dos órgãos de fiscalização externa, o quadro 2.39 apresenta a série histórica dos 12 indicadores relativos aos exercícios de 2012 a 2016.



**Quadro 2.39 - Resultados dos indicadores – 2012 a 2016**

INDICADORES	2016	2015	2014	2013	2012
1) Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente (em R\$ mil)	15,27	17,34	24,66	29,92	34,35
2) Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente (em R\$ mil)	14,81	16,65	23,65	28,67	25,59
3) Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	15,68	15,26	15,85	15,17	13,96
4) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	8,37	6,46	6,72	4,87	4,89
5) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	10,75	8,02	7,56	6,42	6,66
6) Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,87	2,36	2,36	3,12	2,86
7) Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,46	1,90	2,09	2,36	2,10
8) Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,76	0,74	0,77	0,64	0,72
9) Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,16	0,18	0,20	0,18	0,18
10) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	4,39	4,46	4,46	4,34	4,34
11) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,33	4,59	4,46	4,64	4,52
12) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	49,84%	43,90%	39,73%	47,93%	59,09%

Fonte: DPO, DGP e HUB.

Apresenta-se nos tópicos a seguir a análise da evolução dos indicadores básicos do TCU calculados para a UnB a partir da série histórica de 2012 a 2016, com comentários sobre o desempenho de cada indicador. Em relação aos aspectos mais relevantes, são reportadas as apurações de cálculo dos indicadores por meio da metodologia da UnB, conforme quadro 2.40.

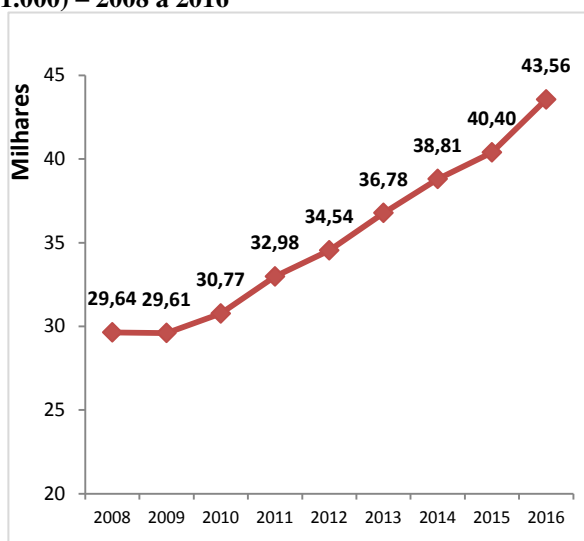
### **Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente**

Este indicador expressa a produtividade e a eficiência do corpo docente, a partir do número médio de alunos atendidos por professor.

A série histórica do número de Alunos em Tempo Integral (gráfico 2.10) indica um crescimento durante o período de análise, observando-se também aumento na variável professor equivalente desde o ano de 2013. A razão Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente (gráfico 2.12) subiu no último ano, devido, principalmente, ao aumento no Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI).

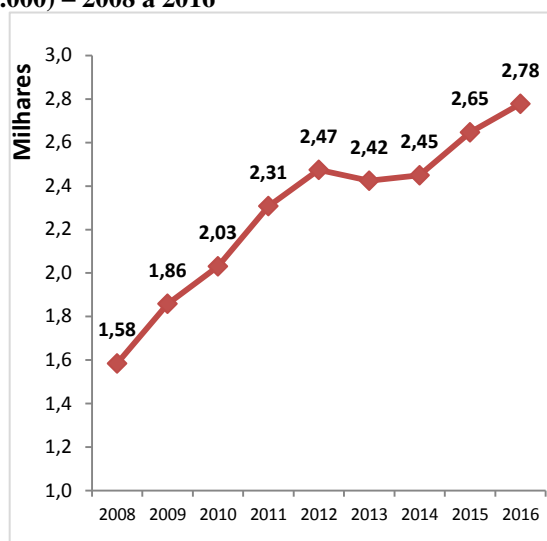


Gráfico 2.10 - Número de alunos em tempo integral (x1.000) – 2008 a 2016



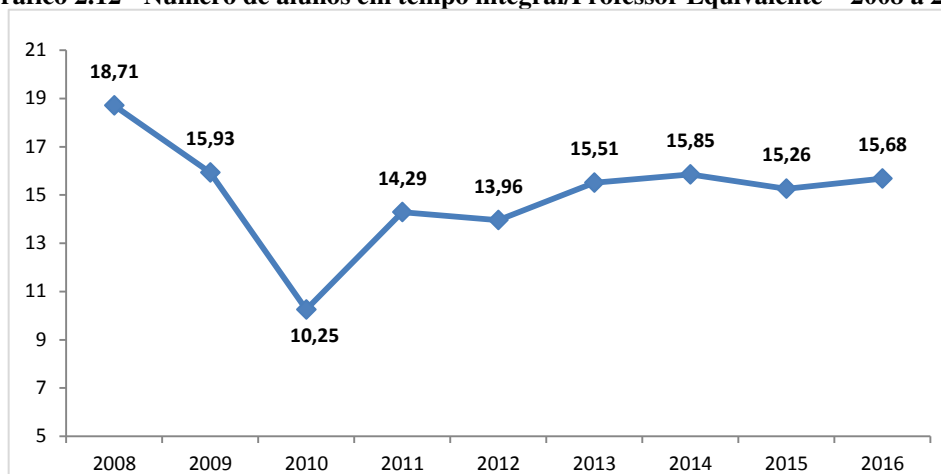
Fonte: DAI.

Gráfico 2.11 - Número de Professores Equivalentes (x1.000) – 2008 a 2016



Fonte: DAI.

Gráfico 2.12 - Número de alunos em tempo integral/Professor Equivalente – 2008 a 2016



Fonte: DAI.

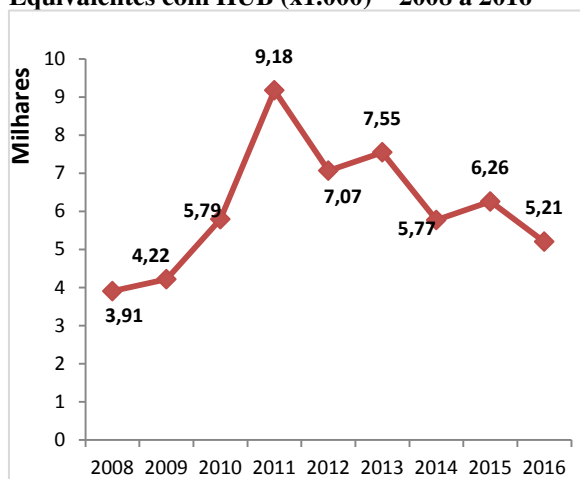
### Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB

Esse indicador expressa a produtividade e a eficiência dos servidores do quadro permanente da instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário, incluindo o Hospital Universitário da UnB (HUB). De acordo com o cálculo do indicador TCU, em 2015, havia 6,46 alunos por funcionário. Verifica-se que, em 2016, esse índice subiu para 8,37 alunos atendidos por funcionário (gráfico 2.13), o que se deve principalmente ao aumento de Aluno Tempo Integral da UnB.

O indicador Número de Funcionários Equivalentes com HUB diminuiu, apesar da queda na quantidade de terceirizados, que se expressa na redução do indicador Número de Funcionários Equivalentes sem HUB. O Hospital Universitário, historicamente, apresentava expressiva quantidade de terceirizados, mas nos últimos anos esse contingente caiu.

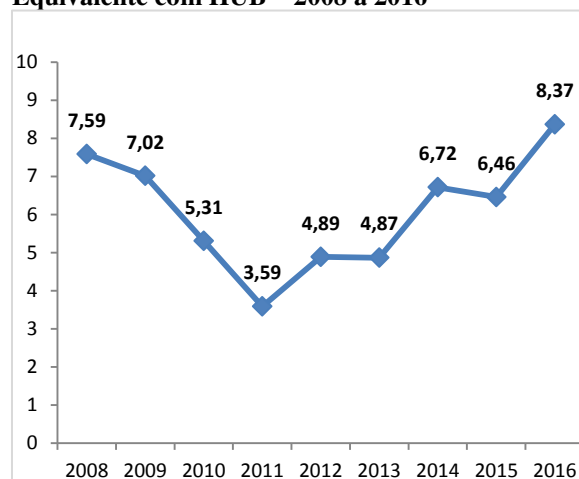


**Gráfico 2.13 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB (x1.000) – 2008 a 2016**



Fonte: DAI.

**Gráfico 2.14 - Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB – 2008 a 2016**



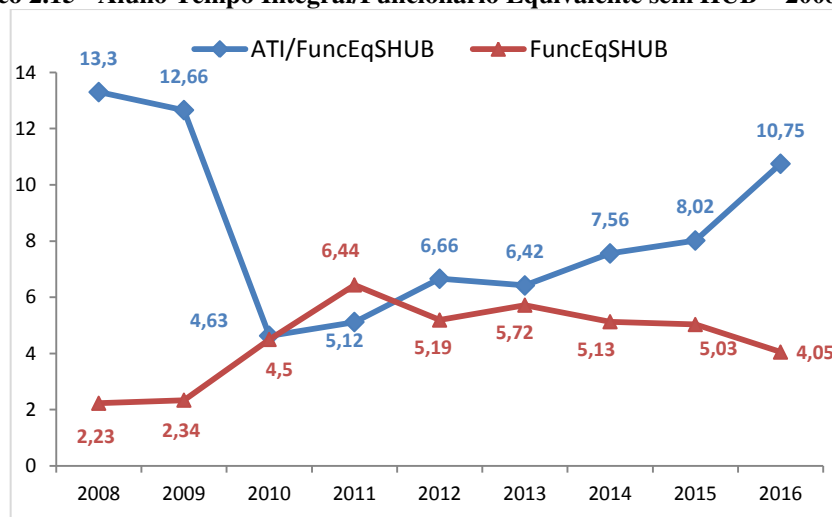
Fonte: DAI.

### Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB

De acordo com a determinação do TCU, apurou-se o número de alunos por funcionário excluindo os que atuam no HUB. Em 2016, o índice alcançou 10,75 alunos por funcionário, mantendo a tendência de crescimento que vem sendo observada nos últimos anos.

A razão Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB apresentou aumento no último ano (gráfico 2.15), o que se deu em função do decréscimo da variável Funcionário Equivalente sem HUB, que pode ser observado no mesmo gráfico.

**Gráfico 2.15 - Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB – 2008 a 2016**



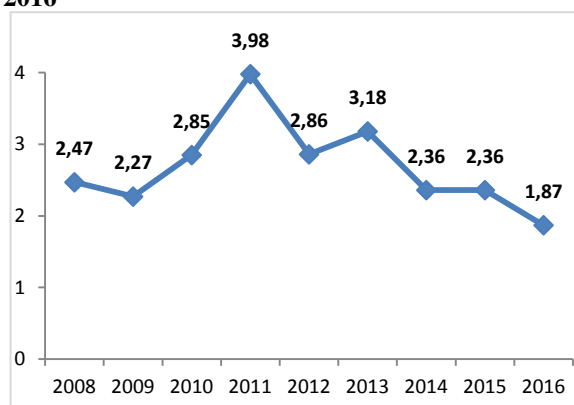
Fonte: DAI.

### Funcionário Equivalente com HUB/Professor Equivalente e Funcionário Equivalente sem HUB/Professor Equivalente

A apuração deste indicador com HUB engloba os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, inclusive Hospital Universitário, e exclui os funcionários afastados para capacitação e cedidos para outros órgãos. Em 2016, esse indicador diminuiu em relação ao ano anterior. Em 2015, o índice era 2,36, passando, em 2016, para 1,87 (gráfico 2.16), o que se deve principalmente ao decréscimo da variável Funcionário Equivalente com HUB.

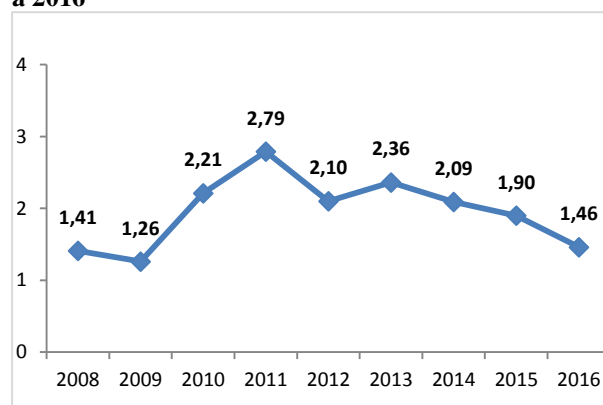


Gráfico 2.16 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB/Número de Professores Equivalentes – 2008 a 2016



Fonte: DAI.

Gráfico 2.17 - Número de Funcionários Equivalentes sem HUB/Número de Professores Equivalentes – 2008 a 2016



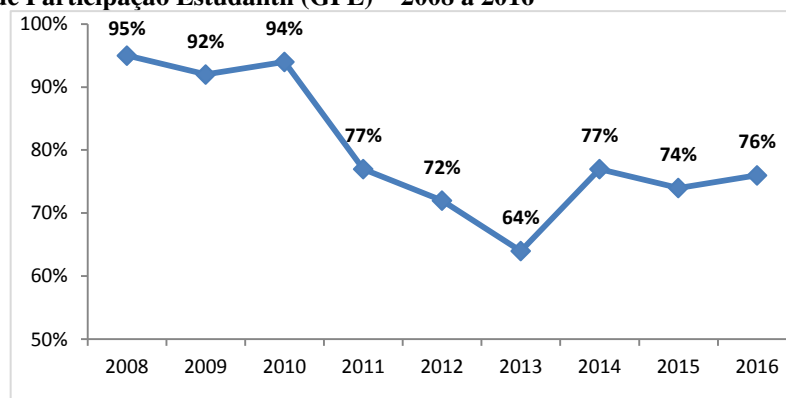
Fonte: DAI.

O indicador Funcionário Equivalente sem HUB/Professor Equivalente engloba os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, excluindo aqueles que operam no Hospital Universitário e os funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos. De acordo com a metodologia do TCU, esse indicador resultou em 1,46 no ano de 2016, apresentando um decréscimo em relação a 2015, quando era 1,90 (gráfico 2.17). Também nesse caso vem se mantendo a tendência de queda. Isso se deve à redução na quantidade de Funcionários Equivalentes sem HUB.

### Grau de Participação Estudantil (GPE)

O GPE expressa o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da UnB e a velocidade de integralização curricular. É obtido por meio da razão entre o número de alunos em tempo integral (ATI) e o número total de alunos matriculados nos cursos de graduação (AG). Pela metodologia do TCU, o melhor desempenho nos últimos anos ocorreu no ano de 2008, com o índice de 95% (gráfico 2.18). Em 2016, o GPE foi de 76%, indicando um leve aumento em relação a 2015.

Gráfico 2.18 - Grau de Participação Estudantil (GPE) – 2008 a 2016



Fonte: DAI.

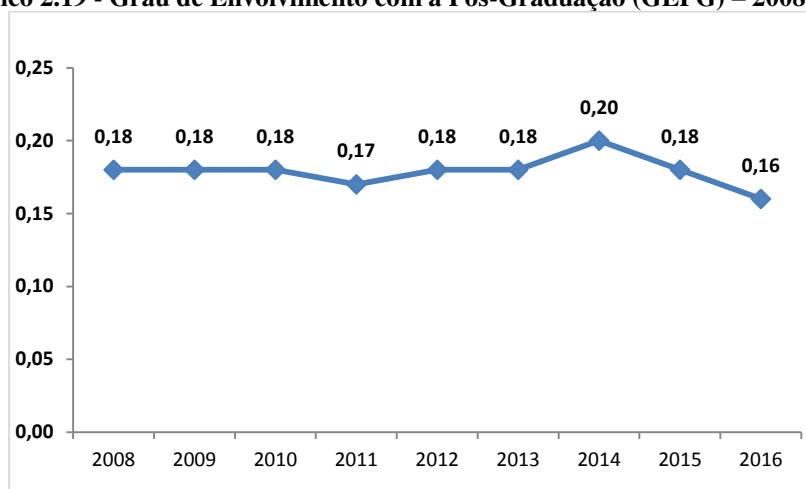
### Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)

Segundo afirma o próprio TCU, a inclusão desse índice “deveu-se à assertiva, aceita pelos analistas, de que envolvimento mais profundo com pós-graduação significa, geralmente, atividades de pesquisa mais intensa (TCU, 2009)”. Intrinsecamente, esse indicador privilegia as IFES que se dedicam mais às atividades de pesquisa, que é o que diferencia substantivamente a



Universidade de uma escola de 3º grau ou de outra instituição que mantenha, como principal objetivo, o ensino na graduação (VELLOSO, 1991 *apud* TCU). Em 2016, o GEPG foi de 0,16, conforme o gráfico 2.19.

Gráfico 2.19 - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação (GEPG) – 2008 a 2015



Fonte: DAI.

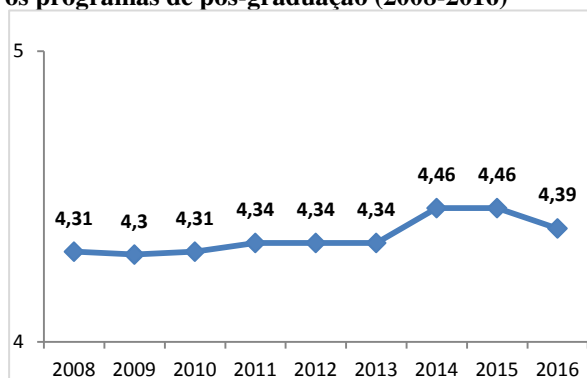
### Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação

O indicador reflete a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) segundo avaliação da Capes. É obtido pela divisão entre o somatório dos conceitos dos diversos programas e a quantidade de programas de pós-graduação. No período destacado no gráfico 2.20, percebe-se que esse indicador ficou estável de 2011 a 2013 (4,34), aumentando em 2014 para 4,46 e mantendo-se nesse patamar em 2015. Em 2016, esse índice reduziu para 4,39. A redução deveu-se à inclusão de seis novos cursos de mestrado, de notas 3 e 4, e de quatro cursos de doutorado, com notas 4.

### Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

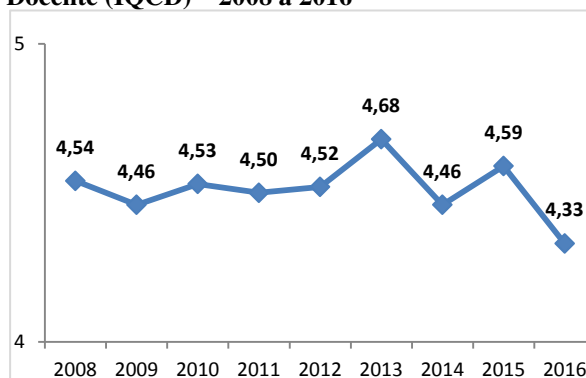
Esse indicador mede a qualidade do corpo docente, seu valor máximo é 5, denotando o caso de uma IFES na qual todos os docentes são doutores. Atualmente, o IQCD da UnB é 4,33, tendo diminuído em relação a 2015, conforme aponta o gráfico 2.21. No total de professores ativos, 79% possuem doutorado.

Gráfico 2.20 - Média dos conceitos da CAPES para os programas de pós-graduação (2008-2016)



Fonte: DAI.

Gráfico 2.21 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) – 2008 a 2016



Fonte: DAI.



## Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

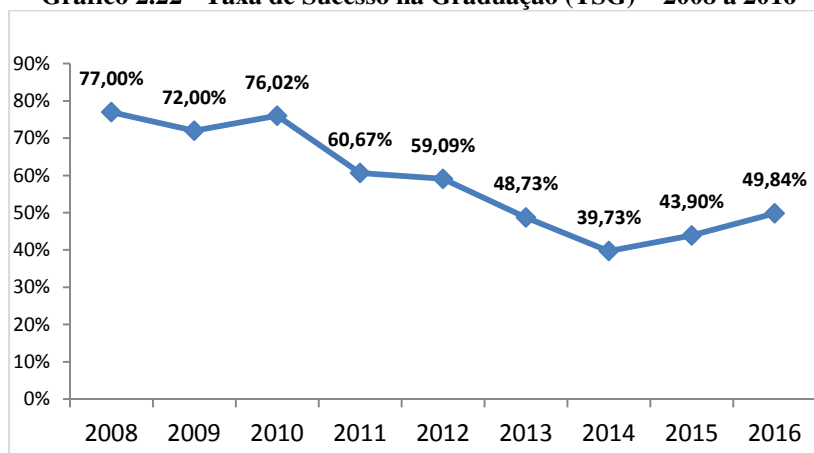
Este último indicador é obtido pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que os alunos ingressaram na UnB e pelo tempo de permanência fixado pela SESu/MEC para cada curso. O indicador procura “dar uma medida do grau de evasão dos alunos que ingressam na Universidade”, segundo o TCU.

Após período de queda de 2010 a 2014, esse indicador aumentou em 2015 e continuou aumentando em 2016 (gráfico 2.22). Esse aumento pode ser explicado pela expressiva ampliação do quantitativo de diplomados, que passou de 3.943 em 2015 a 4.540 em 2016.

Reitera-se que a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) indica o percentual de alunos que se formaram no prazo do curso, conforme definido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos (DCN) e MEC, o que não inclui os que irão se formar em prazos maiores. Portanto, esse indicador expressa, sobretudo, a retenção e não especificamente a evasão, pois parte dos alunos que se não formaram no prazo mínimo também irão concluir seus cursos posteriormente.

Além disso, a duração do curso não diferencia cursos noturnos, normalmente com duração maior. No caso da UnB, quatro cursos possuem duração maior do que a prevista, dos quais 3 são noturnos.

**Gráfico 2.22 - Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) – 2008 a 2016**



Fonte: DAI.

### 2.5.3 Comparação entre os indicadores do TCU e da UnB

A seguir, foram comparados indicadores similares obtidos segundo as metodologias do TCU e da UnB, conforme itens do quadro 2.41. Os insumos para o cálculo dos indicadores podem ser observados no quadro 2.40.

**Quadro 2.40 - Insumos dos indicadores de gestão segundo as metodologias TCU e da UnB (2015-2016)**

2015				2016			
AG	33.834,50	AGTI	25.061,89	AG	37.174,00	AGTI	28.209,05
A <sub>PG</sub>	7.351,00	APGTI	14.702,00	A <sub>PG</sub>	7.344,00	APGTI	14.688,00
A <sub>R</sub>	317,00	ARTI	634,00	A <sub>R</sub>	332,00	ARTI	664,00
Total	43.517,50	Total	42.412,89	Total	44.850,00	Total	43.561,05
<b>AGE</b>	<b>39.893,33</b>			<b>AGE</b>	<b>44.334,11</b>		
Docente (Quadro)	2.752,00	Docente sem Subst.	2.404,00	Docente (Quadro)	2.777,50	Docente sem Subst.	2.502,50
Func. com HUB	4.770,00	Com HUB e sem Prestadores	2.661,50	Func. com HUB	5.206,00	Com HUB e sem Prestadores	2.793,00
Func. sem HUB	3.488,00	Sem HUB e sem Prestadores	2.120,00	Func. sem HUB	4.053,25	Sem HUB e sem Prestadores	2.254,25

Fonte: DAI.



**Quadro 2.41 - Indicadores de gestão (metodologias TCU e UnB) – 2015 e 2016**

Indicador		2015			2016		
Item	Forma de cálculo	TCU <sup>1</sup>	UnB <sup>2</sup>		TCU <sup>1</sup>	UnB <sup>2</sup>	
Aluno Tempo Integral/Professor	ATI/Prof.	15,26	17,11 <sup>1</sup>	20,82 <sup>2</sup>	15,68	17,41 <sup>1</sup>	20,99 <sup>2</sup>
Aluno Tempo Integral/Funcionário com HUB	ATI/Funcionário com HUB	6,46	14,46 <sup>3</sup>	17,60 <sup>4</sup>	8,37	15,60 <sup>3</sup>	18,81 <sup>4</sup>
Aluno Tempo Integral/Funcionário sem HUB	ATI/Funcionário sem HUB	8,02	17,92 <sup>3</sup>	21,81 <sup>4</sup>	10,75	19,32 <sup>3</sup>	23,30 <sup>4</sup>
Funcionário com HUB/Professor	Funcionário com HUB/Professor	2,36	1,18 <sup>5</sup>	1,06 <sup>6</sup>	1,87	1,12 <sup>5</sup>	1,01 <sup>6</sup>
Funcionário sem HUB/Professor	Funcionário sem HUB/Professor	0,95	1,02 <sup>5</sup>	0,85 <sup>6</sup>	1,46	0,90 <sup>5</sup>	0,81 <sup>6</sup>
Grau de Participação Estudantil (AGTI/AG)	GPE	74,07%	-	-	75,88%	-	-
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (APG/(AG+APG))	GEPG	17,85%	-	-	16,50%	-	-
Conceito CAPES	Conceitos	4,46	-	-	4,39	-	-
Índice de Qualificação do Corpo Docente	IQCD	4,59	-	-	4,33	-	-
Taxa de Sucesso na Graduação <sup>7</sup>	TSG	43,90%	-	-	49,84%	-	-

Fonte: DAI.

Notas: 1: Considerando Professor Equivalente sem os substitutos e visitantes; Nota 2: Considerando (AG + APGTI + ARTI) /Professor Equivalente sem o substituto/visitante; Nota 3: Funcionários equivalentes sem os Prestadores de serviço; Nota 4: Considerando (AG + APTI + ARTI) /Técnico sem os Prestadores de serviço; Nota 5: Funcionários equivalentes sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalentes sem os Substitutos/Visitantes; Nota 6: Funcionários equivalentes sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalentes; Nota 7: O indicador TSG, calculado a partir do modelo UnB, difere do calculado pelo modelo TCU no que tange à variável ingressantes, uma vez que esse considera todos os ingressantes no período, enquanto aquele faz uso dos ingressantes oriundos apenas pelas formas Vestibular e PAS.

As diferenças observadas se devem ao fato de a UnB considerar, no caso dos alunos, não apenas os de tempo integral, como faz o TCU, mas a totalidade dos graduandos. Entre os docentes, a metodologia da UnB não inclui substitutos e visitantes e nem os técnicos administrativos terceirizados e prestadores de serviço, ao contrário do TCU. Assim, alteram-se as relações entre alunos e professores e entre alunos e funcionários, como se viu nos quadros anteriores.

Comparando 2015 com 2016, observa-se que o indicador da UnB sobre a quantidade de alunos por professor subiu de 20,82 para 20,99, e a diferença em relação ao indicador do TCU (15,68) foi ampliada (quadro 2.41). Isso pode ser atribuído ao peso dos professores substitutos e visitantes, que vem caindo desde 2015, relativamente ao quadro de docentes efetivos, pois o indicador da UnB desconsidera professores substitutos e visitantes, o que implica uma quantidade mais alta de alunos por professor.

Já a diferença na relação entre alunos e técnicos administrativos manteve-se alta na comparação das duas metodologias. Apesar de os concursos públicos para provimento de cargos efetivos e a contratação de novos servidores em 2016, o indicador aumentou em ambas as metodologias. As ações para recomposição dos quadros efetivos, no entanto, não surtem efeitos mais evidentes devido aos constantes desligamentos de técnicos, incluindo os novos funcionários. Essa rotatividade no corpo técnico-administrativo da UnB incide sobre esses indicadores, estabilizando-os, enquanto que o número de discentes cresce a cada ano.

Por fim, a relação entre técnicos por professor, que vinha apresentado resultados menores nos indicadores da UnB, voltou a ter a diferença ampliada, devido, principalmente, à recomposição do quantitativo de prestadores de serviços.



### 3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O sistema de governança, gestão de riscos e controles internos da Fundação Universidade de Brasília (FUB) é apresentado neste capítulo, composto pela descrição das estruturas de governança; atuação da unidade de auditoria interna; atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos; e gestão de riscos e controles internos. Cabe informar que a FUB não contrata empresa de auditoria independente. As unidades responsáveis pelas informações desse capítulo foram: Diretoria de Planejamento/Decanato de Planejamento e Orçamento (DPL/DPO), Auditoria Interna (AUD) e Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD).

#### 3.1 Descrição das estruturas de governança

A administração superior da Universidade de Brasília (UnB) tem como órgãos deliberativos, normativos e consultivos o Conselho Universitário (Consuni), o Conselho de Administração (CAD) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe); como órgão consultivo, o Conselho Comunitário; e como órgão executivo, a Reitoria, conforme disposto no artigo 11 do [Estatuto](#) da UnB.

A Lei n. 3.998/1961, que instituiu a FUB, criou o Conselho Diretor. Entre as competências desse Conselho, tem-se: deliberar sobre a administração dos bens da Fundação, promover-lhes o incremento e aprovar a aplicação de recursos e a realização de operações de crédito; e decidir sobre a aceitação de doações e subvenções de qualquer natureza. O Conselho Diretor reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou pela metade de seus membros.

O Conselho Universitário (Consuni) é o órgão máximo da Universidade e tem como atribuições, para citar alguns exemplos, conforme artigo 4º do [Regimento Geral](#): formular as políticas globais da Universidade; aprovar o orçamento interno da UnB, ouvido o CAD; criar e extinguir cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, ouvido o Cepe; e aprovar os regimentos internos das unidades acadêmicas, órgãos complementares e centros.

Já o Conselho de Administração (CAD) delibera sobre matéria administrativa, econômica, financeira, de planejamento e orçamento, de gestão de pessoas e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias, conforme preceitua o artigo 11 do Regimento Geral. Compete ao CAD, entre outras atribuições: aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), regulamentar a moradia estudantil e os imóveis destinados à ocupação por servidores e opinar a respeito de projetos relativos à utilização de prédios, de instalações da UnB e de áreas do *campus*. O CAD delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Administração, de Assuntos Comunitários, de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento, presididas pelos respectivos decanos.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), por sua vez, delibera sobre matéria acadêmica, científica, cultural e artística, sendo a última instância de deliberação para recursos nessas áreas, ressalvados os casos previstos no Regimento Geral. Compete ao Cepe, entre outras atribuições descritas no artigo 12 do Regimento Geral: regulamentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão; o aproveitamento de estudos; e o desligamento e a reintegração de alunos. O Cepe delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão, presididas pelos respectivos decanos.

O Conselho Comunitário é um órgão consultivo da administração superior, que deve se reunir uma vez ao ano, ordinariamente, ou quando convocado pelo Reitor, ou por requerimento da maioria dos membros do Consuni. Sua função é opinar sobre estudos, projetos, planos e relatórios da Universidade e recomendar ações e medidas à administração superior, conforme preceitua o artigo 16 do Regimento Geral.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), por seu turno, foi instituída pela Lei 10.861/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), sendo responsável por



participar da organização do processo de avaliação interna e elaborar o Relatório de Autoavaliação Institucional, enviado anualmente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No âmbito da UnB, a CPA atual foi instituída pela Resolução do Consuni n. 031/2013 e é composta por 17 membros, entre eles representantes dos discentes, dos docentes, dos servidores técnico-administrativos e da sociedade civil.

As câmaras deliberativas, constituídas pelo Consuni, atuam conforme a natureza dos assuntos e obedecem ao princípio de representatividade. São elas: Câmara de Ensino de Graduação (CEG), Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), Câmara de Extensão (CEX), Câmara de Carreira Docente (CCD), Câmara de Administração (CAF), Câmara de Assuntos Comunitários (CAC), Câmara de Gestão de Pessoas (CGP) e Câmara de Planejamento e Orçamento (CPO). Cada uma em sua competência, as Câmaras têm como atribuições emitir pareceres, analisar propostas e projetos e regulamentar as normas dos Conselhos.

Como órgão executivo, a Reitoria é integrada por: decanatos, com a atribuição de supervisionar e coordenar as respectivas áreas: Ensino de Graduação; Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão; Assuntos Comunitários; Administração; Gestão de Pessoas; e Planejamento e Orçamento, tendo esses suas respectivas competências detalhadas no capítulo 1 do presente Relatório; Procuradoria Jurídica; Auditoria; e Ouvidoria. Ao Reitor, nomeado na forma da lei, compete representar a Universidade de Brasília, bem como coordenar e superintender as atividades universitárias. Nas faltas e impedimentos do reitor, a Reitoria é exercida pelo vice-reitor.

A Procuradoria Jurídica (PJU), vinculada ao Gabinete do Reitor (GRE), integra a Procuradoria Geral Federal (PGF), órgão vinculado à Advocacia Geral da União (AGU), com a função de representar judicial e extrajudicialmente a UnB, realizar consultoria e assessoramento, examinar e elaborar minutas de contratos e convênios, emitir pareceres, assim como zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à UnB.

A Auditoria Interna (AUD), criada por meio da Resolução do Conselho Diretor n. 21/1986, é um órgão de assessoramento e está diretamente vinculada ao GRE. A indicação do seu dirigente é de competência do reitor, conforme previsto no Regimento Geral. Tem como finalidade, além de assessorar a Administração Superior e os centros de custo, fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A Ouvidoria (OUV), criada pela Resolução do Consuni n. 07/2011, é vinculada administrativamente ao GRE, sem subordinação técnica, de modo a agir com independência funcional e imparcialidade. A OUV tem a finalidade de garantir a efetiva comunicação entre o manifestante e os diversos órgãos da UnB, recepcionando e encaminhando sugestões, reclamações, denúncias, pedidos de informação e elogios da comunidade universitária e da sociedade em geral.

Instituída por meio do Ato da Reitoria n. 212/2014, a Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) é vinculada ao GRE e possui como algumas de suas competências: orientar as comissões disciplinares em aspectos referentes ao rito processual aplicado à matéria, sem, no entanto, envolver-se diretamente na condução dos trabalhos; atestar a participação de servidores nas comissões disciplinares; e fornecer o Nada Consta a servidores em processo de redistribuição, aposentadoria e vacância.

Por fim, o Comitê de Tecnologia da Informação (CTI), instituído pela Resolução da Reitoria n. 57/2013, possui caráter deliberativo e sua função é formular e implementar as estratégias e planos para a área de Tecnologia da Informação (TI), assim como promover a harmonização da área de TI com os objetivos organizacionais de alto nível da UnB. O CTI reúne-se, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Ainda, cada unidade acadêmica possui um conselho. O Conselho de Instituto ou de Faculdade é o órgão máximo deliberativo e de recurso em matéria administrativa e acadêmica da unidade e a Direção é o órgão executivo. Dispostas no artigo 25 do Regimento Geral, o Conselho de Unidade possui como atribuições, dentre outras: conduzir o processo interno de escolha de nomes para



Diretor e para Vice-Diretor da Unidade, decidir sobre a alocação interna de recursos orçamentários e estabelecer normas e critérios de gestão de pessoal lotado na Unidade.

### **3.2 Atuação da unidade de auditoria interna**

A AUD ainda não tem formalizados estatuto ou normas que regulamentem a sua atuação, uma vez que a minuta encontra-se em elaboração pelos servidores da unidade. Cabe ser mencionado que a estrutura funcional da AUD está sendo discutida no âmbito da Alta Administração da FUB. A perspectiva é que a minuta de Regimento Interno da AUD seja encaminhada à autoridade superior para conhecimento e análise ainda no exercício de 2017 e, posteriormente, seja submetida ao Consuni, colegiado responsável pela aprovação do referido regulamento.

A independência da unidade de Auditoria Interna pode ser demarcada por dois fatores: forma de atuação e observância de normativos. Quanto à forma de atuação, não há quaisquer restrições ao estabelecimento do escopo, do tipo de auditoria e do centro de custo a ser auditado. O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é encaminhado à autoridade superior para conhecimento e apresentação de sugestões, se for o caso, de áreas e temas não contemplados inicialmente na proposta da AUD. A proposta e encaminhamento do PAINT aprovado segue o regramento da Instrução Normativa (IN) n. 24/2015. Com referência aos normativos, a AUD está vinculada atualmente à Reitoria, o que não retirou sua independência e autonomia ao planejar e executar suas atividades durante o exercício de 2016, pois contou com o apoio da alta administração.

Quanto à estratégia de atuação da AUD, por falta de estatuto e manuais aprovados, tem-se por lastro o PAINT e o planejamento das ações de controle, que podem incluir, além do *campus* principal (Darcy Ribeiro), os demais *campi* da UnB (Ceilândia, Gama e Planaltina).

No que tange à estrutura da AUD, há doze servidores lotados na unidade, sendo dez servidores técnico-administrativos de nível superior e um assistente em administração (cargo de nível médio), além do Auditor-Chefe. Os trabalhos são realizados de acordo com o estabelecido no PAINT, e os procedimentos de auditoria são estabelecidos na fase de planejamento, conforme o objeto e o escopo da ação de controle. A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da unidade de auditoria observa o que prescreve o §5º, do art. 15, do Decreto n. 3.591/2000.

Todos os trabalhos realizados pela AUD são encaminhados à alta autoridade para conhecimento dos respectivos conteúdos. Posteriormente, após a realização de ação de monitoramento, encaminha-se nota técnica acerca dos resultados observados quanto ao estágio de implementação das recomendações constantes do Plano de Providência Permanente da Auditoria Interna (PPP) ao centro de custo que deu origem à elaboração do relatório de Auditoria. Além disso, outra nota técnica é elaborada contendo os pontos mais relevantes e dirigida à alta administração.

Assim, a alta administração toma ciência do estágio de implementação das recomendações expedidas pela AUD a partir do recebimento da nota técnica resultante da ação de monitoramento. Para o ano de 2017 será adotada a diretriz estabelecida pelo §1º do art. 17 da IN n. 24/2015, que estabelece a periodicidade mensal para o encaminhamento das informações à Reitoria quanto às recomendações constantes do PPP.

Com relação a eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, conforme resposta encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU) em virtude do recebimento do Ofício n. 0381/2015, que solicitava informações para saneamento do processo de Prestação de Contas do exercício de 2013 da FUB, até o presente momento a AUD mantém-se vinculada à Reitoria e não a um Conselho Superior. Tal posicionamento diverge da recomendação exarada pela Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) em seu Relatório de Auditoria nº 201305679, referente à avaliação da gestão do exercício de 2012 da FUB e referendado em seu item 2.2.1.2.

No entanto, o Relatório de Auditoria 201407325 da CGU, fls. 72 e 73, apresenta posicionamento diferente daquele exposto no Relatório 201305679, uma vez que afirma que a questão da vinculação mais adequada das auditorias internas no âmbito das Instituições Federais de



Ensino encontra-se em fase de estudos. Assim, espera-se o posicionamento definitivo do Órgão Central de Controle Interno para que eventual adequação no posicionamento da AUD seja realizada.

### **3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos**

O objetivo principal da CPAD é orientar as comissões apuratórias de ilícitos administrativo-disciplinares nos aspectos referentes ao rito processualístico aplicado à matéria. Além de toda onerosa seara administrativa disciplinar que lhe compete, cumpre destacar que a CPAD também auxilia a Diretoria de Gestão de Materiais/Decanato de Administração (DGM/DAF) no que se refere à apuração de dano ou desaparecimento de bem público por meio de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) ou sindicância, conforme IN CGU n. 04/2009 e Instrução da Reitoria n. 03/2010 e, ainda, orienta os vários setores desta Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) na realização de investigação preliminar, previsto na Portaria CGU n. 335/2006.

Outrossim, a CPAD ampara a autoridade máxima do órgão no juízo de admissibilidade para apuração de possíveis irregularidades disciplinares, conforme artigo 143 da Lei 8.112/1990. Também é realizado pela CPAD atendimento presencial a toda a comunidade universitária para esclarecimentos, fornecimento de Nada Consta para fins de vacância, aposentadoria e exoneração.

Sinteticamente, as atividades da CPAD se desenvolvem da seguinte forma: realizada denúncia da prática de possível irregularidade realizada por agente público, esta é instruída, de forma correta, justa, com respeito aos preceitos legais e com dados relevantes que subsidiem o juízo de admissibilidade. Posteriormente, os autos são enviados à autoridade máxima do órgão para adoção das medidas cabíveis, quais sejam abertura de processo administrativo disciplinar, abertura de sindicância e/ou arquivamento. Determinada a devida apuração, a CPAD procede à confecção do ato inaugural dos trabalhos investigativos e a orientação da comissão processante no que se refere ao rito processualístico a ser aplicado. Assim, findados os trabalhos investigativos da comissão processante, os autos são remetidos à autoridade máxima do órgão para decisão.

Em consonância à Portaria n. 1.043/2007 da CGU, os procedimentos disciplinares (processos administrativos disciplinares – PADs e sindicâncias) são cadastrados no sistema CGU-PAD. Porém, alguns prazos quanto ao cadastramento não são cumpridos tendo em vista grande volume de processos, insuficiência de recursos humanos, greves institucionais que influenciam diretamente nos trabalhos das comissões investigativas, bem como estrutura física não condizente, o que interfere na obtenção de melhores resultados.

A respeito da instituição de sistema de correição, por intermédio de unidade seccional vinculada à CGU, informa-se que está em trâmite nesta IFES processo administrativo que visa à criação de corregedoria. Neste processo será previsto o regimento interno da corregedoria, sua composição mínima, assim como outras normas necessárias para seu bom funcionamento.

O quadro 3.1 apresenta a consolidação dos resultados obtidos no ano de 2016.

**Quadro 3.1 - Resultados obtidos em 2016**

PADs instaurados	13
Sindicâncias punitivas instauradas	0
Sindicâncias investigativas instauradas	8
PADs julgados	15
Sindicâncias julgadas	9
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários	0
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários	0
Quantidade de demissões aplicadas a estatutários	2

Fonte: CPAD.

Conforme mencionado anteriormente, os processos disciplinares dispostos no quadro 3.1 poderão estar em desconformidade com o apresentado em relatório da CGU-PAD, pois ainda estão sendo cadastrados no referido sistema. Acrescenta-se que esforços são envidados pela



administração superior para que a inconsistência dos dados decorrentes de todas as dificuldades apresentadas seja sanada.

Cabe esclarecer também que a CPAD possui estrutura tecnológica modesta, mas que recentemente passou por melhorias devido à aquisição de equipamentos de informática e mobiliários modernos. Ocorrem reuniões regulares com a administração superior a fim de pleitear instalações mais adequadas.

No quadro 3.2 são demonstrados alguns dos principais eventos realizados e/ou finalizados no período do presente relatório.

**Quadro 3.2 - Principais eventos realizados/finalizados em 2016**

Processo	Assunto	Tipo	Situação
23106.014515/2014-18	Apuração de suposta quebra de Dedicção Exclusiva por parte da docente Mércia Maria Braga Rocha	PAD	Arquivamento
23106.000153/2015-69	Apuração de suposta inassiduidade habitual e/ou abandono de cargo de Luciene da Silva Saldanha	PAD	Arquivamento
23106.018817/2015-46	Apuração de denúncia do Centro Acadêmico de Comunicação em desfavor de docente	Sindicância	Abertura de PAD
23106.004528/2016-41	Apuração de anulação/cancelamentos de empenhos orçamentários	Sindicância	Arquivamento
23106.019715/2014-67	Apuração de suposta inassiduidade habitual e/ou abandono de cargo de Marco Marcondes de Moura	PAD	Arquivamento e demissão
23106.013520/2015-94	Apuração de sumiço/extravio/desaparecimento de bens públicos	Sindicância	Arquivamento
23106.042038/2016-42	Apuração de suposta inassiduidade habitual e/ou abandono de cargo de Juliana Retameiro Silva	PAD	Demissão

Fonte: CPAD.

### 3.4 Gestão de riscos e controles internos

Nos anos anteriores, a FUB realizou o gerenciamento de riscos baseado em metodologia própria, tendo como referência o *Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos* do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), considerando ainda os riscos apresentados em formulários de outras instituições de ensino, como a Universidade de Cambridge e a *Association of Governing Boards of Universities and Colleges*, além dos riscos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de Brasília (PDI – 2014/2017). Para a avaliação dos riscos, utilizou-se a matriz de probabilidade e impacto, analisando-se ainda os fatores que contribuiriam para a frequência dos riscos e as consequências decorrentes destes.

Com o advento da IN conjunta nº 01/2016 MP/CGU, constatou-se que a metodologia anteriormente descrita tornou-se insuficiente para incorporar a estrutura de governança, gestão de riscos e controles internos proposta pelo normativo. Dessa maneira, buscou-se uma reformulação da sistemática de gestão de riscos a partir da publicação da Resolução da Reitoria nº 102/2016, a qual instituiu uma comissão responsável pela proposição de novas medidas para atender às disposições legais, sendo iniciados, em 2016, os procedimentos necessários à sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança.

Em reuniões iniciais, foi proposta a entrega de quatro produtos resultantes do trabalho da comissão, considerando as exigências da instrução normativa e as adequações necessárias à implementação da estrutura de gestão de riscos: 1. Minuta de resolução para a implantação do comitê de governança, riscos e controles, com o estabelecimento de sua composição e de suas



competências; 2. Minuta de resolução para a formalização e o estabelecimento da política de gestão de riscos; 3. Proposta de estratégias para sistematização do gerenciamento de riscos, dos controles e da governança; 4. Proposta de estruturação e funcionamento de uma instância exclusiva (segunda linha de defesa) para monitorar e supervisionar essa sistemática. Estima-se que esses produtos sejam concluídos até o final do primeiro trimestre de 2017 e que a política de gestão de riscos seja publicada em maio deste mesmo ano.

Com base nessas considerações, espera-se que seja formalizada e estabelecida a estrutura de gestão de riscos e controles internos da FUB, abrangendo a definição das respectivas competências e responsabilidades, além das diretrizes, dos princípios e dos objetivos necessários ao cumprimento adequado das diretrizes contidas na IN conjunta nº 01/2016 MP/CGU.



## 4 ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

O presente capítulo apresenta informações concernentes às seguintes áreas: gestão de pessoas, gestão do patrimônio e infraestrutura, gestão da tecnologia da informação e gestão ambiental e sustentabilidade.

### 4.1 Gestão de pessoas

Este subcapítulo objetiva informar aspectos qualitativos e quantitativos da gestão de pessoas da Fundação Universidade de Brasília (FUB). A estrutura de pessoal da FUB está descrita no item 4.1.1. Já o item 4.1.2 refere-se ao demonstrativo de despesas com pessoal. Os itens 4.1.3 e 4.1.4 retratam a gestão de riscos relacionados ao pessoal e a contratação de pessoal de apoio e estagiários, respectivamente. O item 4.1.5 apresenta ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, o item 4.1.6 refere-se à política de capacitação e treinamento de pessoal e, por fim, os indicadores gerenciais sobre gestão de pessoas são mostrados no item 4.1.7. Registra-se, ainda, a ausência de contratação de consultores a partir dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. As unidades Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) e Diretoria de Terceirização (DTER)/Decanato de Administração (DAF) prestaram as informações constantes deste subcapítulo.

#### 4.1.1 Estrutura de pessoal da FUB

A força de trabalho da FUB é apresentada no quadro 4.1, em que são descritas as lotações autorizadas por lei e as efetivamente ocupadas, bem como os ingressos e egressos durante o ano de 2016.

Quadro 4.1 - Força de Trabalho da FUB

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>6.167</b>	<b>5.665</b>	<b>514</b>	<b>216</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	6.167	5.665	514	216
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	6.112	5.615	505	199
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	9	9	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	35	31	5	11
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	10	3	5
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>594</b>	<b>329</b>	<b>196</b>	<b>161</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>349</b>	<b>140</b>	<b>130</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>6.761</b>	<b>6.343</b>	<b>850</b>	<b>507</b>

Fonte: DGP (Extrator de Dados/SIAPE 02/01/2017 e SIAPE 06/01/2017).

Dos 5.665 servidores efetivos, 3.262 são servidores técnico-administrativos em educação divididos em cinco níveis, em conformidade com a [Lei n. 11.091/2005](#), que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFES) vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). Os níveis, por sua vez, se dividem em cargos, a saber: A, B, C, D e E. Os cargos de níveis A e B foram, em sua maioria, extintos e correspondem, respectivamente, a 1,6% e 2,6% do total de servidores técnico-administrativos. Conforme redação dada pela [Lei n. 11.233/2005](#), que alterou o



Anexo II da Lei n. 11.091/2005, os cargos dos níveis A e B têm como requisitos para o ingresso a alfabetização, o nível fundamental incompleto ou completo.

Já os níveis C, D e E representam, respectivamente, 14%, 41,5% e 40,3% do quantitativo total de servidores técnico-administrativos. O quadro 4.2 apresenta a divisão por cargos dos níveis E, D e C, nessa ordem.

**Quadro 4.2 - Classificação por cargos dos servidores técnico-administrativos em educação dos níveis E, D e C**

Nível E		Nível D		Nível C	
Outros	30,3%	Assistente em administração	52%	Auxiliar de enfermagem	53,7%
Administrador	12,6%	Técnico de laboratório/Área	17,2%	Auxiliar em administração	20,3%
Secretário executivo	10,5%	Outros	11,6%	Outros	10,7%
Técnico em assuntos educacionais	9,9%	Vigilante	8,6%	Contínuo	4,8%
Médico/Área	8,3%	Técnico em tecnologia da informação	5,4%	Recepcionista	3,5%
Analista de tecnologia da informação	8,2%	Técnico em audiovisual	1,8%	Motorista	3,3%
Enfermeiro/Área	4,9%	Técnico em contabilidade	1,8%	Administrador de edifícios	2%
Bibliotecário/Documentalista	4,5%	Técnico em secretariado	1,6%	Contramestre/Ofício	1,7%
Psicólogo/Área	4,2%	-	-	-	-
Assistente social	3,5%	-	-	-	-
Contador	3,1%	-	-	-	-

Fonte: DGP.

O quadro 4.3 evidencia a distribuição da força de trabalho entre a área meio e a área fim dos servidores de carreira — docentes e servidores técnico-administrativos, com contratos temporários e sem vínculo com a administração pública.

**Quadro 4.3 - Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1+1.2+1.3+1.4)</b>	<b>2.944</b>	<b>2.721</b>
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.894	2.721
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	9	0
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	31	0
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>329</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>349</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>3.293</b>	<b>3.050</b>

Fonte: DGP (Extrator de Dados/SIAPE 02/01/2017).

A força de trabalho da FUB se distribui entre três tipos de unidades: administrativas, acadêmicas e hospital. O tipo unidade administrativa presta serviço administrativo à Universidade, como provimento de recursos, relações com órgãos externos, planejamento, fiscalização, auditoria, emissão de documentos, dentre outros serviços, classificada, portanto, como área meio.

O tipo acadêmico, considerado área fim da Universidade, mantém contato mais próximo com os discentes. Nessas unidades são realizadas atividades como administração do colegiado, que toma



decisões relacionadas aos cursos, às disciplinas e aos estudantes; emissão de documentos para alunos; administração de vagas para disciplinas de cursos de graduação e de pós-graduação e de atividades de extensão; funcionamento de laboratórios de ensino e de pesquisa, dentre outras.

Os servidores que atuam no hospital, considerado também como área meio, são aqueles que continuaram atuando no Hospital Universitário de Brasília (HUB) após a transferência de sua administração para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Geralmente não há demanda para esses cargos em outras unidades da FUB; contudo, quando houver vacância, essas vagas serão redistribuídas a outros tipos de unidades.

Os tipos de atividades administrativa e acadêmica são exercidas nos diversos *campi* da UnB. Nos *campi* de Planaltina, Ceilândia e Gama, os servidores realizam atividades voltadas à finalidade da Universidade, ensino, pesquisa e extensão, mas também realizam algumas atividades meio que foram descentralizadas e que dizem respeito ao funcionamento do *campus*. No *campus* Darcy Ribeiro concentra-se a Administração Central.

Nos *campi*, algumas vezes existem centros, que têm funcionamento distinto das unidades administrativas e acadêmicas, mas integram a área fim, pois são unidades que realizam pesquisas e algumas atividades de ensino e extensão, às vezes por meio de projetos.

É possível constatar que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) proporcionou uma expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades, democratizando a educação para uma maior quantidade de estudantes. Tal expansão demandou a realização de obras e, conseqüentemente, um aumento do número de servidores, mas que ainda não corresponde ao ideal, o que pode prejudicar a qualidade dos serviços prestados pela FUB.

Não há previsão de novo concurso público para provimentos de vagas de servidores técnico-administrativos, visto que ainda existe um certame em andamento cujo edital foi publicado no segundo semestre de 2016 e com previsão de homologação do resultado final em abril de 2017.

Cabe ainda ressaltar que, em 2015, houve o desligamento de colaboradores sem vínculo (Sistema de Cadastramento Unificado de Prestação de Serviço – SICAP), os quais estão sendo substituídos por servidores públicos efetivos. Contudo, a FUB ainda não recebeu dos órgãos competentes o quantitativo de vagas correspondente ao número de colaboradores SICAP que foram desligados.

A Coordenadoria de Planejamento e Alocação de Pessoal (CPAP), vinculada à Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação (DPAM)/DGP, iniciou um projeto de avaliação da distribuição e alocação do corpo organizacional em toda a Instituição. Esse estudo de dimensionamento da força de trabalho seguiu as orientações previstas no Decreto n. 5.825/2006, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do PCCTAE.

Notadamente no contexto das unidades acadêmicas da FUB, foi utilizada uma base de cálculo disseminada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e também realizado um levantamento de dados qualitativos obtidos por meio de uma parceria com alunos do curso de Engenharia de Produção da Faculdade de Tecnologia (FT) da UnB.

Por meio desse trabalho, a CPAP possui atualmente parâmetros que demonstram que a FUB vai ao encontro de muitos quesitos apresentados no Decreto: análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária; análise da estrutura organizacional e suas competências; e análise dos processos de condições de trabalho e tecnológicas. A partir da análise dos dados, foi possível obter uma visão mais ampla das unidades acadêmicas, no entanto, a análise qualitativa ainda deve corrigir possíveis inconsistências decorrentes da análise quantitativa.

Vale mencionar também que o estudo para a elaboração desse projeto aplicado às áreas administrativas já está acontecendo e deve perdurar pelos anos de 2017 e 2018. Contudo, ainda não é possível avaliar o impacto da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível.

Ainda quanto à força de trabalho, ressalta-se que quando os servidores docentes se afastam para capacitação, a FUB pode contratar professores substitutos para suprir essa ausência, conforme



preceitua a Lei n. 12.772/2012, medida que minimiza o impacto da redução da força de trabalho disponível.

Entretanto, quando se trata de afastamento de servidor técnico-administrativo em educação, não há essa previsão legal. Esse afastamento é condicionado à anuência da chefia imediata e, por não haver autorização legal para contratação de um colaborador temporário, a força de trabalho é afetada, incorrendo assim, algumas vezes, em negativa da chefia imediata, haja vista que a concessão de afastamento pode afetar a continuidade do serviço público.

Em 2016 a FUB concedeu 189 afastamentos, incluídos nesse quantitativo a concessão para servidores técnico-administrativos e para docentes.

No que tange ao detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, é apresentado o quadro 4.4.

**Quadro 4.4 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da FUB**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão<sup>1</sup></b>	<b>118</b>	<b>108<sup>3</sup></b>	<b>74</b>	<b>59</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	não há <sup>2</sup>	108	74	59
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há <sup>2</sup>	106	74	59
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há <sup>2</sup>	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há <sup>2</sup>	0	0	0
1.2.4. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há <sup>2</sup>	1	0	0
1.2.5. Sem Vínculo	não há <sup>2</sup>	0	0	0
1.2.6. Aposentados	não há <sup>2</sup>	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>800</b>	<b>735</b>	<b>239</b>	<b>164</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há <sup>2</sup>	729	238	164
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há <sup>2</sup>	3	1	0
2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há <sup>2</sup>	2	0	0
2.4. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há <sup>2</sup>	1	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>918</b>	<b>843</b>	<b>313</b>	<b>223</b>

Fonte: DGP (Extrator de Dados/SIAPE 02/01/2017 e SIAPE 06/01/2017).

Nota 1: No item 1 foram considerados os Cargos de Direção (CD), visto que não há Cargos de Natureza Especial nem de Direção e Assessoramento Superior (DAS) na FUB.

Nota 2: A quantidade descrita na coluna “Autorizada” refere-se à quantidade de Cargos de Direção disponíveis na FUB. Conforme o quadro 4.4, a FUB dispõe de 118 funções que podem ser utilizadas em todos os tipos de categoria do item 1.2, não havendo discriminação para cada alocação.

Nota 3: Durante o ano de 2016 alguns servidores foram cedidos. Desses, 3 exerceram função na FUB: 2 em Cargo de Direção e 1 em Função Gratificada, os quais estão contemplados no item 1, no campo “Lotação Efetiva”.

A distribuição de funções na FUB ocorre conforme a estrutura organizacional e a demanda de cada área. Pelo quadro 4.4 infere-se que 13% da força de trabalho da FUB possuem cargo de direção ou função gratificada e que aproximadamente 92% das funções autorizadas encontram-se ocupadas. No entanto, a metodologia de extração dos dados não capta as vacâncias provisórias associadas à troca de titularidade por encerramento de mandato, por exemplo. Para algumas funções, a ocupação já é maior que 99%, o que dificulta a expansão da instituição. Assim sendo, a FUB entende ser necessária a disponibilização de mais funções, tanto para o apoio ao ensino de graduação e pós-graduação, quanto para a atividade-meio. Dessa forma, foi solicitado ao MEC e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) o repasse dessas funções.



Vale informar que, em cumprimento à Portaria n. 246/2016, foi assinada, em 27 de janeiro de 2017, a Resolução da Reitoria n. 006/2017, criando uma Comissão para avaliar o cumprimento das regulamentações da FUB que tratam da distribuição de cargos de direção e de funções gratificadas.

Com relação à qualificação da força de trabalho é apresentado o quadro 4.5, que demonstra a escolaridade dos servidores técnico-administrativos e docentes. Destaca-se que 39% dos servidores possuem o título de doutor. Notadamente quanto aos docentes, esse percentual chega a 79%, conforme o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD). Observa-se, ainda, que 35% da força de trabalho da FUB possui graduação como formação maior.

**Quadro 4.5 - Qualificação da força de trabalho**

<b>Escolaridade</b>	<b>Percentual</b>
Doutorado	39%
Mestrado	7%
Especialização	3%
Graduação	35%
Ensino Médio/Técnico	14%
Ensino Fundamental completo	1%
Ensino Fundamental Incompleto	1%

Fonte: DGP.

Ainda não é possível desmembrar a qualificação por especialização, pois na FUB não há sistema informatizado que conceba um relatório com esse nível de detalhamento. Também não é possível relacionar tempo para aposentadoria e idade, pois nem todo servidor com idade para se aposentar possui o tempo de contribuição suficiente ou vice-versa. Com isso, ressalta-se que não é possível mensurar essas variáveis, visto que na FUB não há sistema informatizado que produza esses dados.

#### **4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal**

O quadro 4.6, expresso em reais mil, demonstra as despesas com pessoal no exercício objeto desse relatório e no exercício anterior. No que tange aos servidores de carreira vinculados à FUB, houve acréscimo em alguns itens, como gratificações, adicionais e outros devido à reposição do quadro de pessoal com a substituição dos colaboradores com contratação precarizada por servidores efetivos.



**Quadro 4.6 - Despesas com pessoal - Em R\$ mil**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Servidores de carreira VINCULADOS ao órgão da unidade</b>										
2016	723.956,51	11.007,61	126.512,60	122.937,20	37.021,76	21.182,81	18.769,46	7.424,72	193.768,45	1.262.581,14
2015	266.028,85	189.677,66	64.082,09	46.671,80	325,59	40.833,95	95,97	602,57	122.161,23	730.479,71
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>										
2016	0	104,65	13,88	55,48	9,82	3,07	0	4,01	0	190,91
2015	0	0	204,33	13,40	9,72	4,56	0	0	0	232,01
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>										
2016	0	163,00	14,90	1,82	5,58	0	0	0	0	185,31
2015	85,94	0	0	0	0	0	0	0	0	85,94
<b>Servidores cedidos com ônus</b>										
2016	12.262,85	0	2.116,49	751,56	749,71	1.052,06	0	158,52	5.159,58	22.250,78
2015	12.050,67	6.118,28	1.978,42	1.805,97	64,07	1.722,34	95,18	38,01	5.132,15	29.005,07
<b>Servidores com contrato temporário</b>										
2016	11.970,75	0	527,27	807,83	1.443,97	0	0	343,83	0	15.093,65
2015	12.411,05	0	1.020,16	70,35	792,71	1.179,74	2,69	102,87	3,48	15.583,05
<b>Total</b>										
2016	748.190,12	11.275,27	129.185,14	124.553,90	39.230,84	22.237,95	18.769,46	7.931,07	198.928,04	1.300.301,79
2015	290.576,50	195.795,94	67.284,99	48.561,51	1.192,09	43.740,59	193,84	743,45	127.296,86	775.385,78

Fonte: DGP (Data Warehouse – DW/SIAPE 27/01/2017).



### 4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O DGP identificou alguns riscos que podem comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo. O primeiro risco se refere à falta de um sistema integrado de informações de recursos humanos. Assim, alguns procedimentos são realizados por meio de planilhas, podendo resultar em erros e também em retrabalhos. Percebe-se a necessidade de trabalho conjunto com o Centro de Informática (CPD) para que seja possível o desenvolvimento de um sistema que gere informações precisas. O DGP sugere, ainda, a criação de sistemas informatizados integrados com toda a Administração Pública Federal e em todos os Poderes, a fim de aprimorar o controle sobre os casos de acumulação indevida de cargos públicos.

O segundo risco diz respeito à alta rotatividade do quadro de colaboradores da FUB, especialmente dos servidores técnico-administrativos, o que prejudica o desempenho e a continuidade das atividades. Essa alta rotatividade pode ser explicada, principalmente, pelo baixo salário, falta de políticas de permanência e pouca perspectiva no desenvolvimento da carreira dos servidores da instituição. Dessa maneira, podem ser elencadas algumas alternativas para mitigar esse risco, quais sejam: desenvolver políticas voltadas para a gestão de pessoas, considerando as expectativas, as motivações e os problemas de cada membro da equipe; melhorar a comunicação entre chefia e servidor, para juntos buscarem o melhor caminho para atingir os objetivos institucionais; e valorizar os servidores da instituição, oportunizando a participação como conteudistas, supervisores, tutores, revisores, diagramadores e *web designers* dos cursos a distância. Igualmente, o DGP sugere a atualização do plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em educação, pois está desatualizado e defasado frente a outras carreiras semelhantes.

Outro risco importante a ser considerado é a falta de espaço adequado para reuniões, recebimento, análise e armazenamento dos processos, atendimento ao público, bem como para atividades dos cursos semipresenciais. Para mitigar tal risco, faz-se necessária uma reforma e/ou mudança de alguns locais de trabalho, para assim oferecer aos servidores um local mais apropriado para o desenvolvimento das atividades.

Pode ser destacado também como um risco que compromete a missão institucional da FUB a greve dos servidores, que acarreta atrasos na execução das atividades. Dessa forma, estabelecer a reposição das horas não trabalhadas durante a greve pode ser uma opção para atenuar as consequências de tal risco. Em 2016, a ocupação da UnB por alunos e movimentos estudantis contrários à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 55/2016, que limita o teto dos gastos públicos, impossibilitou que o trabalho fosse realizado em condições ordinárias, comprometendo seu pleno desenvolvimento durante o período da ocupação.

Ainda podem ser citados alguns riscos pontuais identificados pelo Decanato de Gestão de Pessoas, a saber: atraso na contratação de professores substitutos devido a problemas de trocas de vagas e ao grande volume de outras modalidades de pagamento; centralização e falta de padronização de alguns procedimentos de trabalho; ausência e/ou poucas ações voltadas à melhoria ergonômica do ambiente de trabalho; riscos psicossociais presentes no contexto de trabalho; ausência de Brigada de Incêndio no âmbito da Universidade, bem como de equipamentos de treinamento para prevenção e combate a incêndios.

### 4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

As informações concernentes às contratações de pessoal para realizar trabalhos fora da relação das atividades-fim da FUB estão disponíveis nos *links*: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1BJAs30jeci9ZMU4FDA8yrPTh3JoaLwUgHFrHOG8KZg4/pubhtml?gid=1132016351&single=true> (contratos encerrados em 2016) e <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1BJAs30jeci9ZMU4FDA8yrPTh3JoaLwUgHFrHOG8KZg4/pubhtml?gid=1335066400&single=true> (contratos vigentes) e especificadas no quadro 4.7.



**Quadro 4.7 - Contratação de pessoal de apoio**

Número do Contrato	Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	CNPJ Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit. <sup>1</sup>
					Início	Fim		
604	2010	Serviços de jardinagem	Ágil Serviços Especiais Ltda.	72.620.735/0001-29	12/02/2010	12/02/2016	Ensino Médio	E
610	2010	Serviços de motorista e manutenção de autos	Ágil Serviços Especiais Ltda.	72.620.735/0001-29	14/02/2010	07/02/2016	Ensino Médio	E
607	2010	Serviços de apoio técnico e manutenção	Planalto Service Ltda.	02.843.359/0001-56	12/02/2010	05/02/2016	Ensino Médio	E
608	2010	Serviços de manutenção de estruturas em geral	Planalto Service Ltda.	02.843.359/0001-56	12/02/2010	05/02/2016	Ensino Médio	E
179	2014	Serviços de limpeza e conservação	Apecê Serviços Gerais Ltda.	00.087.163/0001-53	01/09/2014	14/01/2016	Ensino Médio	E
103	2015	Serviços de portaria	Utopia Consultoria e Assessoria Ltda.	04.281.568/0001-60	16/06/2015	13/11/2016	Ensino Médio	E
23	2016	Serviços Elétricos	Apecê Serviços Gerais Ltda.	00.087.163/0001-53	14/03/2016	09/09/2016	Ensino Médio	E
21	2016	Serviços Hidráulicos	Fortaleza Serviços Empresariais Ltda.	38.054.508/0001-45	14/03/2016	09/09/2016	Ensino Médio	E
22	2016	Serviços de Impermeabilização	RCA Produtos e Serviços	69.207.850/0001-61	14/03/2016	09/09/2016	Ensino Médio	E
24	2016	Serviços agropecuários	Confere Comércio e Serviços	26.413.146/0001/52	14/03/2016	19/07/2016	Ensino Médio	E
315	2013	Serviços de almoxarife e operador de caixa	Ágil Serviços Especiais Ltda.	72.620.735/0001-29	16/09/2013	14/09/2017	Ensino Médio	P
206	2014	Serviços de segurança e vigilância desarmada	Life Defense Segurança Ltda.	02.674.687/0001-76	27/05/2014	12/05/2017	Ensino Médio	P
125	2015	Serviços de garçom	HPEX Apoio Administrativo Eireli – ME	38.053.377/0001-81	15/07/2015	15/07/2017	Ensino Médio	P
154	2015	Serviços de recepcionistas	JAG7 Soluções Empresariais Ltda. – ME	15.757.904/0001-33	29/09/2015	29/09/2017	Ensino Médio	P



153	2015	Serviços de apoio e copeiragem	Fortaleza Serviços Empresariais Ltda.	38.054.508/0001-45	29/10/2015	28/10/2017	Ensino Médio	P
200	2015	Serviços de limpeza e conservação	RCA Produtos e Serviços	69.207.850/0001-61	15/01/2016	15/01/2018	Ensino Médio	P
28	2016	Apoio à Editora Universidade de Brasília	Liderança Limpeza e Conservação LTDA	00.482.840/0001-38	18/04/2016	18/04/2017	Ensino Médio	A
32	2016	Serviços de jardinagem	Ágil Serviços Especiais Ltda.	72.620.735/0001-29	09/05/2016	03/05/2017	Ensino Médio	A
25	2016	Serviços de Motorista e Operador de Trator	Ágil Serviços Especiais Ltda.	72.620.735/0001-29	14/03/2016	14/03/2017	Ensino Médio	A
19	2016	Serviços de Serralheria, Marcenaria e Carpintaria	Ágil Serviços Especiais Ltda.	72.620.735/0001-29	01/03/2016	25/02/2018	Ensino Médio	A
74	2016	Serviços Agropecuários	Ágil Serviços Especiais Ltda.	72.620.735/0001-29	20/07/2016	20/07/2017	Ensino Médio	A
79	2016	Serviços de Pintura	Cetro RM Serviços LTDA	08.307.120/0001-48	08/08/2016	08/08/2017	Ensino Médio	A
171	2016	Serviços de portaria	SS Empreendimentos e Serviços Eireli	03.159.145/0001-28	14/11/2016	12/12/2017	Ensino Médio	P

Nota 1: Situação do contrato: ativo normal (A), ativo prorrogado (P) ou encerrado (E).

Fonte: DTER/DAF.

A fim de se calcular a proporção da terceirização de mão de obra em relação à força de trabalho efetiva, foi utilizado o quantitativo de trabalhadores terceirizados em contratos ativos prorrogados ou ativos normais para evitar a dupla contagem. Dessa forma, sendo 1.731 trabalhadores terceirizados e 6.343 servidores efetivos na FUB, tem-se uma proporção de 27%.



Quanto aos estagiários, o gerenciamento de bolsas de trabalho para alunos que irão prestar serviço na FUB fica sob a responsabilidade da Coordenadoria de Estágios (COEST) /Diretoria de Provisão, Acompanhamento e Movimentação (DPAM) /DGP. Não há norma interna para a contratação de estagiários e a FUB segue estritamente o que preceitua a Lei n. 11.788/2008.

Segundo o que determina a Lei supracitada, o estágio é firmado por meio de um Termo de Compromisso que fazem a FUB e o estudante, com prazo mínimo de 6 meses e máximo de 24 meses. O Termo de Compromisso contém ainda o local de execução das atividades, o responsável pela supervisão do estágio e deveres e direitos de ambas as partes.

Cada unidade solicita a contratação de estagiários fazendo a correlação com o curso e a atividade a ser desenvolvida, e são as próprias unidades que selecionam os bolsistas. Os pedidos de bolsas são feitos ao DGP que, dispondo de recursos e limite, aprova a solicitação.

Na página virtual da COEST (<http://www.dgp.unb.br/estagio>) são disponibilizadas a legislação, as rotinas e as orientações para a concessão de estágio para estudantes de nível superior e médio.

O quadro 4.8 detalha o quantitativo de estagiários nos anos de 2015 e 2016, assim como a respectiva despesa. Acerca da divisão de estagiários lotados nas áreas meio e fim, cabe destacar que não é possível efetuar essa separação, pois aqueles lotados nas unidades administrativas podem ser considerados da área meio, já os estagiários lotados nas unidades acadêmicas podem estar enquadrados tanto na área meio quanto na área fim.

**Quadro 4.8 - Quantitativo de contratos de estágio vigentes em 2015 e 2016**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes	
	2015	2016
1. Nível superior	938	844
2. Nível Médio	194	173
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>1.132</b>	<b>1.017</b>
<b>4. Despesa no exercício<sup>1</sup></b>	<b>7.521,66</b>	<b>6.872,26</b>

Nota 1: Valores em reais mil.

Fonte: DGP (Sistema Extrator de Dados/SIAPE 09/02/2017) e Diretoria de Orçamento (DOR) /Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO).

#### **4.1.5 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal**

O DGP contém em sua estrutura a Assessoria de Controle Interno e Orientação à Legislação (ASCOL), a qual integra a Coordenadoria de Controle Interno (CI), responsável, entre outras competências, por analisar casos possíveis de acumulação indevida de cargos e quebra do regime de Dedicção Exclusiva (DE). A Coordenadoria observa ou recebe denúncias de situações com indícios de acúmulo de cargos e descumprimento ao regime de DE e faz a apuração.

Em março de 2016 a CI incluiu entre suas atribuições a consulta de vínculos prévia ao ingresso de candidatos. Essa atividade consiste em analisar, antes do ingresso ou renovação do contrato, se o interessado possui vínculos que impossibilitariam a ação pretendida por configurarem ilicitude no caso da acumulação dos cargos. Essa análise é realizada por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e dos Portais da Transparência do Governo Federal e do Distrito Federal.

A fim de aprimorar as pesquisas, a CI encontra-se aguardando autorização de acesso à base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), por meio da qual é possível visualizar vínculos empregatícios inclusive na esfera privada.

Ademais, quando do ingresso/renovação, aos interessados é exigido o preenchimento de declaração informando se acumulam ou não cargos, funções ou empregos públicos. Além disso, quando há crítica no sistema SIAPE e/ou quando há denúncias de possível acumulação, a CI



verifica se o fato procede ou não, envia ofício para os órgãos/entidades citados na denúncia a fim de obter a confirmação, e também solicita, após essas medidas, que o servidor se manifeste quanto à crítica do sistema/denúncia, apresentando documentações comprobatórias.

A despeito das medidas supracitadas, entende-se que tais atividades não são suficientes. Assim, sugere-se a criação, por parte dos órgãos de controle, de mecanismos informatizados que efetuem de forma eficaz essa análise preventiva, a fim de mitigar esses casos, bem como de uma normatização definitiva quanto à matéria de acumulação de cargos (regulamentação de cargos técnicos, profissões privadas da área de saúde, jornada máxima de trabalho acumulável) e quebra do regime de DE, uma vez que tal assunto gera entendimentos variados pelos diversos órgãos de controle e fiscalização, assim como diverge também das jurisprudências e das notas e normas do MP.

No que tange aos dados diagnosticados pela CI, de março até dezembro de 2016 foram realizadas 1.427 consultas, a partir das quais foram identificados aproximadamente 326 casos em que candidatos já possuíam cargos ou funções públicas. Nesses casos, cabe a opção por um dos cargos ou redução ou alteração da jornada de trabalho a fim de que os candidatos pudessem ingressar na FUB.

Não obstante as referidas consultas, em 2016 foram recebidas 33 denúncias sobre acumulação irregular de cargos ou desobediência ao regime de DE, bem como uma Solicitação de Auditoria do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), com 22 indícios de acúmulo ilegal de cargos.

Ainda, destacam-se as ações adotadas pela CI para regularizar as inconsistências apontadas, quais sejam: após ciência por parte da FUB das indicações acerca da acumulação irregular de cargos públicos, os servidores são notificados, por meio de Carta, e precisam apresentar documentação comprobatória referente à redução da jornada de trabalho ou opção de exercício em um dos cargos indicados, se for o caso. Quando não há manifestação por parte do servidor ou não há documentação que comprove a regularização, no prazo de 10 dias a contar do recebimento da notificação, o processo é enviado para a Coordenadoria de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD), para exame de admissibilidade e apuração da acumulação indevida de cargos públicos, conforme preceitua o artigo 133 da Lei n. 8.112/1990.

Por fim, são apresentados no quadro 4.9 os resultados das 55 indicações ocorridas em 2016, a partir de denúncias ou Solicitação de Auditoria da CGU, de acumulação irregular de cargos públicos ou descumprimento do regime de dedicação exclusiva. Das 10 sugestões de abertura de PAD, 9 foram abertos e um foi regularizado antes da respectiva instauração.

**Quadro 4.9 - Resultados das indicações de 2016**

Indicações	Apontamentos	Regularizados	Sugestão de abertura de PAD
Denúncias	33	28	5
CGU	22	17	5

Fonte: DGP.

#### **4.1.6 Política de capacitação e treinamento de pessoal**

A Coordenadoria de Capacitação (Procap), integrante da Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação (DCADE), executou, durante o ano de 2016, o Plano Anual de Capacitação (PAC), de acordo com as linhas de desenvolvimento e a oferta de ações ali contempladas. Esse plano é um dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento (Decreto n. 5.707/2006) e fundamenta-se na busca do setor público pela excelência e melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade.

O PAC fundamenta-se nas premissas da gestão por competências e possui metodologia orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das atividades dos servidores da instituição.



As ações de capacitação dos servidores visam adequar as competências individuais às competências institucionais, promovendo o desenvolvimento contínuo do servidor com foco na efetividade do alcance dos objetivos e metas da FUB. O desenvolvimento dessas competências individuais é condição essencial para a oferta de melhores serviços ao cidadão usuário de serviços públicos.

As ações da Procap se subdividem em duas frentes: capacitações internas (realizadas pela Procap com instrutores selecionados e oferecidas nas modalidades presencial ou a distância) e capacitações externas (realizadas em outras instituições públicas ou privadas, situadas em Brasília ou em outras localidades, por meio da inscrição dos servidores em ações de capacitação oferecidas por esses órgãos/empresas com subsídio financeiro da Procap para inscrição, diárias e passagens, se aplicável).

Para a construção do PAC 2016, as demandas por ações de capacitação foram captadas por meio da avaliação das ações ofertadas no PAC 2015, da chamada para apresentação de demandas por ações internas de capacitação 1/2015, do edital de apoio à participação de servidores em eventos externos 1/2016 e de solicitações específicas das unidades com respectiva justificativa da demanda.

O quadro 4.10 apresenta a quantidade de ações de capacitação viabilizadas durante o ano de 2016. Foram oferecidas 3.843 vagas e mais de 3.500 horas de treinamento. No total, foram realizadas 64 ações de apoio financeiro à participação em eventos externos (por exemplo: congressos, seminários, cursos, visita técnica, entre outros) e 62 ações de capacitação internas (cursos desenhados e ofertados pela Procap) nas modalidades presencial e ensino a distância (EaD). O total de servidores capacitados em 2016 foi de 2.850 em 126 ações de capacitação.

**Quadro 4.10 - Descrição quantitativa das oportunidades de capacitação**

Modalidade	Nº de Ações de Capacitação	Horas/Aula Ministradas	Nº de Vagas Ofertadas	Nº de Concluintes
Presencial	49	1.828	2.811	2.335
EaD	13	524	880	363
Externo	64	1.280 <sup>1</sup>	152	152
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>3.632</b>	<b>3.843</b>	<b>2.850</b>

Nota 1: Estimativa considerando que cada ação teve 20 horas de duração.

Fonte: DGP.

Verifica-se que a Procap ampliou significativamente o número de vagas ofertadas e o quantitativo de servidores capacitados em 2016. Além disso, por meio do Edital de Apoio à Participação de Servidores em Eventos Externos, foi possível expandir o alcance a diferentes setores da FUB, possibilitando, com isso, o desenvolvimento de competências específicas que não foram previstas no PAC. Entretanto, cabe destacar que 2016 foi um ano atípico tendo em vista a oferta da ação de capacitação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – SEI USAR, em que mais de 1.200 servidores concluíram a referida ação. Mais detalhes sobre esse treinamento são apresentados no tópico 4.3.4.

No tocante ao financeiro, durante o ano de 2016 o valor total executado foi de R\$ 820.029,63. A discriminação da forma como os valores foram gastos pode ser notada no quadro 4.11. Observa-se que a maior parte dos valores investidos em capacitação de servidores foi feita por meio de ações presenciais organizadas pela Procap (29%), pelo custeio de eventos externos realizados em outras instituições (23%) e por ações na modalidade a distância ofertadas pela Procap (23%).



**Quadro 4.11 - Valor investido por tipo de ação em 2016**

Tipo de Ação	Valor Investido (R\$)	Valor Percentual
Cursos Presenciais - Procap	239.654,01	29%
Eventos Externos	190.979,75	23%
Cursos EAD - Procap	187.884,85	23%
Passagens Nacionais	68.258,43	8%
Diárias Nacionais	57.440,48	7%
Cursos <i>in Company</i>	44.790,00	6%
Diárias Internacionais	21.189,49	3%
Passagens Internacionais	9.832,62	1%
<b>Total Executado</b>	<b>820.029,63</b>	<b>100%</b>

Fonte: DGP.

É importante ressaltar que parte do valor executado em 2016 foi oriundo de restos a pagar do orçamento do ano de 2014. Dos R\$ 820.029,63 do montante executado em 2016, R\$ 649.005,52 é oriundo do orçamento de 2016 da Lei Orçamentária Anual (LOA). O restante (R\$ 171.024,11) foi oriundo de Restos a Pagar (RP) de 2014.

Merece ser mencionado que em 2016 o orçamento disponível para capacitação foi de R\$ 1 milhão. Porém, ao longo do ano, com vistas a conter e gastos e por estratégia da FUB, efetivamente foi disponibilizado o montante de R\$ 800 mil para ações de capacitação. Dessa forma, considerando que o valor executado da LOA 2016 foi de R\$ 649.005,52, a Procap realizou aproximadamente 81% do orçamento disponibilizado. O restante encontra-se empenhado para ações que serão pagas no ano de 2017 e não foram efetivamente liquidadas em 2016.

Com relação ao público-alvo das ações de capacitação, o quadro 4.12 apresenta o quantitativo de egressos que possuem função gerencial e o quadro 4.13 apresenta quantos servidores técnico-administrativos em educação, quantos docentes e quantos servidores dos órgãos da parceria Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) concluíram ações de capacitação pela Procap em 2016.

**Quadro 4.12 - Quantitativo de ocupantes de função gerencial que participou de ações de capacitação**

Ocupante de função gerencial	Frequência Presencial	Frequência EaD	Total
Com função	392	67	459
Sem função	2.095	296	2.391

Fonte: DGP.

**Quadro 4.13 - Quantitativo por categoria funcional que participou de ações de capacitação**

Categoria Funcional	Frequência Presencial	Frequência EaD	Total
Técnico	2.153	338	2.491
Docente	170	25	195
Parceira SIASS	12	0	12

Fonte: DGP.

A partir desses dados, verifica-se que 84% dos egressos das ações de capacitação da Procap não ocupam função gerencial na FUB. Além disso, 92% são servidores técnico-administrativos em educação.

Por fim, observa-se que a Procap vem aprimorando suas ações de capacitação e formas de apoio à capacitação aos servidores da FUB. Houve grande expansão no quantitativo de servidores capacitados e de ações ofertadas em relação ao ano de 2015. A satisfação do concluinte com as ações ofertadas (avaliação de reação), bem como o grau de transferência para o ambiente de trabalho dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos apresentou médias elevadas, indicando que os cursos ofertados estão atendendo aos objetivos institucionais e aos dos servidores envolvidos. Cabe destacar ainda que a implantação do Edital de Apoio dos Servidores a Eventos



Externos possibilitou participação mais isonômica de todos os servidores, além de atender a demandas específicas das áreas. Ressalta-se também que a criação da página da Capacitação ([www.capacitacao.unb.br](http://www.capacitacao.unb.br)) possibilitou ampliar a divulgação das ações aos servidores e facilitou o gerenciamento das inscrições de cursos e das avaliações de reação e impacto.

#### **4.1.7 Indicadores gerenciais sobre gestão de pessoas**

Neste item são apresentados alguns indicadores relacionados à qualidade de vida no trabalho, assim como indicadores de capacitação, carreira e desempenho dos servidores da FUB.

A Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (DSQVT), por meio de sua Coordenadoria de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida (CASQV) oferece atividades que se subdividem em três linhas: Prevenção e Promoção à Saúde, Assistência à Saúde e Acompanhamento Funcional.

##### **4.1.7.1 Atividades de prevenção e promoção à saúde**

4.1.7.1.1 Viva Mais! Programa de Preparação para aposentadoria: tem como objetivo promover a reflexão de servidores e ajudá-los a desenvolver recursos e estratégias para enfrentar os desafios da transição da vida laboral para a aposentadoria. Foram realizados 415 atendimentos para 95 servidores.

4.1.7.1.2 Programa Equilíbrio – Promoção da Alimentação Saudável e da Prática Regular de Exercícios Físicos: promove a alimentação saudável e a prática regular de exercícios físicos entre os servidores FUB e da Unidade SIASS/UnB. Foram realizados 506 atendimentos para 71 servidores.

4.1.7.1.3 Oficinas de Habilidades Sociais: auxilia os trabalhadores em suas relações interpessoais, maximizando a probabilidade de relações salutaras e respeitadas dentro e fora do ambiente de trabalho. O tema é abordado utilizando-se conteúdo teórico aliado a práticas e vivências que permitem ao participante aplicar os conteúdos aprendidos em situações pré-definidas como estratégia de treinamento e sensibilização. Foram realizados 241 atendimentos para 81 servidores.

4.1.7.1.4 Atividades Itinerantes: buscam promover a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores por meio de ações interligadas e articuladas entre diferentes centros de custo, membros da DSQVT e parceiros externos. Além disso, buscam oferecer atendimento humanizado aos trabalhadores, garantindo a equidade das ações em saúde. Visando ampliar o público alvo das campanhas de saúde, a DSQVT traçou uma estratégia diferenciada de oferta das atividades denominadas “Hiper Dia” – atividade que engloba atendimentos gratuitos para aferição de pressão arterial e verificação do teste de glicemia; atendimento nutricional com verificação do peso, da altura, cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC), aferição da circunferência abdominal, e orientações nutricionais. Com periodicidade quinzenal, a equipe da DSQVT comparece a algum centro de custo da Universidade, previamente mapeado pela Diretoria, para realização das ações de saúde. Foram realizados 317 atendimentos de janeiro a dezembro de 2016.

##### **4.1.7.2 Atividades de assistência à saúde**

4.1.7.2.1 Serviço de Acolhimento Psicossocial: espaço de escuta técnica destinada a acolher a fala do servidor que se encontra em sofrimento psicossocial. O público-alvo do serviço são servidores da FUB e, eventualmente, servidores dos demais órgãos da Unidade SIASS/UnB. Foram realizados 251 atendimentos.



**4.1.7.2 Serviço de Intervenção em Crise:** refere-se a um conjunto de procedimentos clínicos específicos e diferenciados do processo psicoterápico. Refere-se às estratégias e procedimentos utilizados quando a pessoa que solicita ajuda está vivenciando uma crise psicológica. Caracteriza-se por ser um procedimento intensivo, mais diretivo, rápido e eficiente na avaliação do risco de suicídio e na prevenção deste. Foram realizados 458 atendimentos para 110 servidores.

#### **4.1.7.3 Atividades de acompanhamento funcional**

Tem como objetivo principal atuar no campo de promoção da saúde e prevenção de doenças, tendo como foco as questões relacionadas ao binômio saúde/trabalho dos servidores. Oferece atendimento aos servidores que apresentem demandas relacionadas a: avaliação de desempenho em estágio probatório com notas baixas; processos de realocação e/ou remoção; processo de readaptação funcional por motivos de saúde; usuários de álcool e/ou outras drogas; servidores com deficiência; e queixas relacionadas ao trabalho. Foram realizados 252 atendimentos para 208 servidores.

Já a Coordenadoria de Engenharia e Segurança do Trabalho (CEST)/DSQVT avalia os ambientes de trabalho com vistas a prevenir acidentes laborais, bem como emite laudos de insalubridade e periculosidade. No período de janeiro a dezembro de 2016, foram alcançados 6.713 colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários) nas ações.

Quanto ao desenvolvimento da Carreira, a DCADE/DGP aplicou diversas ações de capacitação e de desenvolvimento para os servidores da UnB. O quadro 4.14 apresenta alguns indicadores referentes à capacitação, carreira e desempenho do exercício de 2016.

**Quadro 4.14 - Indicadores de capacitação, carreira e desempenho**

<b>Objeto</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Performance</b>
<b>Capacitação</b> (Todos os servidores são público-alvo: docentes e técnicos)	Nº de ações de capacitação ofertadas	126
	Nº de vagas ofertadas	3.843
	Nº de concluintes por cursos ofertados	2.850
	Nº de horas ofertadas de capacitação e treinamento	3.632
	Satisfação do concluinte com as ações ofertadas (Avaliação de Reação)	Média de 8,49, com desvio-padrão (DP) de 1,78 nos cursos presenciais
	Aplicação de escala com nível de concordância de 0 a 10.	Média de 9,04, com DP de 1,54 nos cursos à distância
<b>Carreira</b> (Desenvolvimento, Carreira, Qualificação)	Grau de transferência de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos para o ambiente de trabalho.	Média do Impacto percebido pelo concluinte: 3,76, com DP de 0,65
	Aplicação de escala com nível de concordância de 1 a 5.	Média do Impacto percebido pela chefia: 4,00, com DP de 0,58
	Nº de Licenças-capacitação concedidas a docentes e técnicos	215
	Nº de Afastamentos concedidos a servidores docentes e técnicos	1.761
	Nº de Progressões por Mérito concedidas a servidores técnicos	1.304
<b>Desempenho</b> (Gestão de Desempenho)	Nº de Progressões por Capacitação concedidas a servidores técnicos	573
	Nº de Incentivos à Qualificação (IQ) concedidos a servidores técnicos	524
	Quantidade de servidores (técnicos e docentes) em acompanhamento no estágio probatório	1.276
	Nº de servidores (técnicos e docentes) aprovados nas avaliações de estágio probatório	112

Fonte: DGP.



## 4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Este tópico apresenta informações relevantes acerca da gestão da frota de veículos automotores e dos bens imóveis sob a gestão da FUB.

As informações são provenientes do Decanato de Administração – DAF, representado pela Diretoria de Compras – DCO e pela Diretoria de Gestão de Materiais – DGM; Prefeitura do *Campus* - PRC, por meio da Coordenadoria de Gestão Administrativa – DIRAD/CGA e pela Coordenação de Transportes – DISER/CTR e da Secretaria de Gestão Patrimonial – SGP.

### 4.2.1 Gestão da frota de veículos

Esse item refere-se à gestão da frota de veículos à disposição da FUB, tanto da frota própria da Universidade como dos veículos locados juntos a terceiros.

A forma de utilização dos veículos está baseada na [Lei nº 1.081/1950](#), juntamente com a revogação do artigo 9º dado pela [Lei nº 9.327/1996](#); no [Decreto nº 6.403/2008](#); e na [Instrução da Reitoria 04/2002](#).

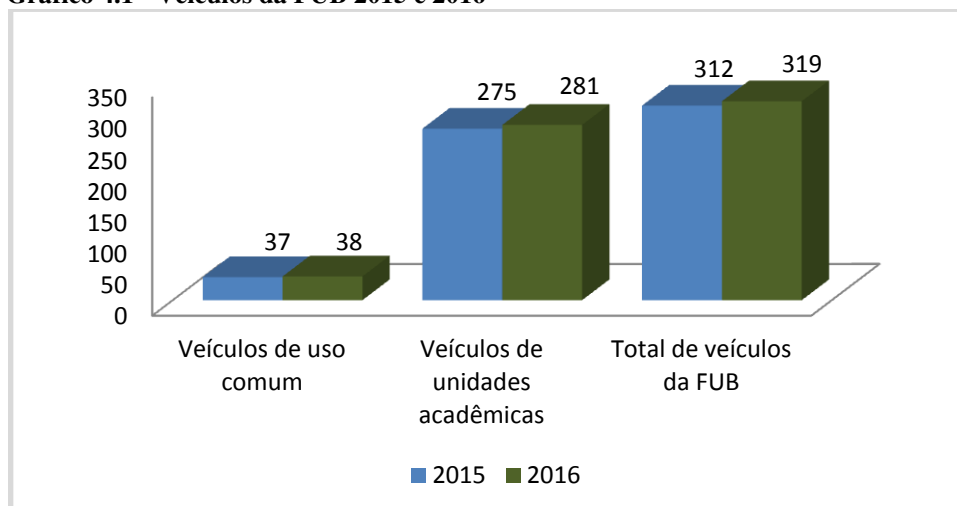
O transporte de veículos mantém serviços essenciais à continuidade das ações da UnB. A atividade torna-se ainda mais relevante se considerarmos as dimensões dos 4 *campi* da Universidade e a distância entre eles.

São constantes as necessidades de deslocamento de pessoas e materiais para atender as atividades fins e meio da UnB, tais como: visitas técnicas, viagens para fins acadêmicos e administrativos, transporte em apoio aos alunos entre *Campi*, bem como excursões didáticas e simpósios.

A frota é composta por 326 veículos, distribuídos em duas categorias: 38 veículos de uso comum, dos quais as unidades acadêmicas e administrativas fazem uso em diversas atividades e sob a responsabilidade plena da Coordenação de Transporte, e 288 veículos de unidades acadêmicas, cujos uso e responsabilidade ficam restritos à unidade.

O gráfico 4.1 especifica a quantidade de veículos da FUB nos anos de 2015 e 2016.

Gráfico 4.1 - Veículos da FUB 2015 e 2016



Fonte: CTR/DSER/PRC.



O quadro 4.15 detalha os tipos e quantidades de veículos utilizados FUB:

**Quadro 4.15 - Quantidade de veículos agrupados por tipo**

Tipo de Veículo	Quantidade
Automóvel	111
Caminhão	14
Caminhonete	47
Furgão	04
Jipe	07
Micro	07
Micro-ônibus	22
Misto	54
Moto	03
Ônibus	13
Picape	08
Trator	02
Van	34
<b>TOTAL</b>	<b>326 Veículos</b>

Fonte: CTR/DISER/PRC

A média anual de quilômetros rodados com toda a frota foi de aproximadamente 115.073 quilômetros. Os 38 veículos de uso comum rodaram 13.707 quilômetros e os 288 veículos de unidades acadêmicas 101.365 quilômetros.

As informações atinentes à idade média da frota de veículos são retratadas no quadro 4.16:

**Quadro 4.16 - Idade média da frota em 2016**

Tipo de veículo	Idade média (em anos)
Automóvel	11
Caminhão	16
Caminhonete	14
Furgão	14
Jipe	30
Micro-ônibus	8
Misto	13
Moto	11
Ônibus	17
Picape	13
Trator	20
Van	12

Fonte: CTR/DISER/PRC.

Importante ressaltar que os valores da idade média dos veículos, em anos, foram arredondados para o primeiro valor inteiro acima, por terem gerado uma fração superior a 0,5. O resultado da idade média da frota foi superior a apenas um ano se comparado ao resultado de 2015.

Os custos associados à frota própria foram calculados em R\$ 1.000 (reais mil) e são representados pelo seguro obrigatório R\$ 40,47 e licenciamento anual R\$ 20,19, em uma frota de 326 veículos. Além dos custos mencionados acima, vigora um contrato com empresas especializadas na prestação, sob demanda, dos serviços continuados de manutenção operacional, preventiva, corretiva e de socorro mecânico-elétrico/reboque, com fornecimento de peças e acessórios, nos veículos leves e pesados que pertencentes à frota da FUB. O custo com esse contrato foi de R\$ 199,56, no ano de 2016.

A estimativa de renovação da frota é a cada 10 anos, com exceção de alguns veículos específicos como o caminhão *munck*, os veículos da marca *Toyota* voltados para uso em estradas ruins e as *Kômbis*, que não são mais fabricadas. Contudo, em função das restrições orçamentárias



vividas nos últimos anos, essa renovação não tem sido feita com a periodicidade estimada, por isso busca-se prolongar o tempo de uso dos veículos realizando manutenções preventivas e corretivas.

Com relação à utilização, a frota própria é utilizada, prioritariamente, para deslocamentos na região do Distrito Federal, enquanto a frota contratada, locada junto a terceiros, é utilizada para viagens interestaduais.

Por fim, a estrutura de controle na FUB para a prestação do serviço de transporte é realizada por meio de lançamentos em planilha eletrônica. O controle de quilometragem é feito pelo Boletim Diário de Tráfego (BDT), em que o motorista informa dados da viagem realizada, como itinerário, quilometragem inicial e final.

### **Frota de veículos terceirizada**

Consta ainda a frota de veículos terceirizada. A FUB não possui estudo técnico em relação a essa frota. Ocorreu apenas uma pesquisa geral sobre os modelos de prestação de serviço de transporte no serviço público, o que norteou o processo adotado pela Universidade.

A forma de utilização da frota de veículos é regida pela Lei nº 10.520/2002, 10.406/2002, 8.078/1990 e 8.666/1993, além das normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Código Nacional de Trânsito (ANTT).

Na prestação do serviço de transporte atuam 2 empresas, a primeira é a Planalto Transportadora Turística Ltda - Me, CNPJ:03.590924/0001-83, contrato nº 1205/2014, no valor de R\$ 2.098.000 por ano e com vigência do contrato de 12 meses, prorrogável por até 60 meses. Já a segunda empresa é a *Travel Bus* Ltda, CNPJ: 04.982.981/0001-70, contrato nº 1205/2014, com valor anual de R\$ 5.127.519,99 e também com vigência do contrato de 12 meses, prorrogável por até 60 meses.

A importância da frota terceirizada faz-se relevante, principalmente, para o atendimento de demandas de viagens e deslocamentos interurbanos, para fora da região do Distrito Federal. Torna-se ainda mais eficiente, uma vez que o serviço inclui o fornecimento de motorista, guincho, substituição de ônibus, além do seguro de passageiro. Destaca-se ainda que tal contratação permite que as viagens ocorram em veículos, relativamente, novos.

No tocante ao aspecto econômico, o modelo adotado elimina o custo da ociosidade da frota. Desse modo, não existem veículos contratados sob a responsabilidade da FUB, pois toda a frota contratada é de responsabilidade da empresa e esse pagamento é feito por quilômetro rodado.

A média anual dos veículos é de 240.027 quilômetros rodados.

Já com relação à idade média, os veículos possuem quatro anos de fabricação, no máximo, e essa é uma condição contratual.

Da mesma forma que ocorre com a frota própria a estrutura que permite o controle na prestação do serviço é feita por meio do Boletim Diário de Transporte, pela CTR/DISER/PRC, com o lançamento em planilha eletrônica. Nesse caso, as notas fiscais são pagas desde que estejam em conformidade com o controle apurado das demandas de transporte.

#### **4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

A FUB atua na avaliação constante da situação da sua frota. Os veículos que não tiverem mais condições de uso ou que a manutenção exigida seja muito onerosa são direcionados ao processo de leilão. De acordo com a DGM/DAF, os veículos são vendidos em Leilão Público, seguindo os critérios estabelecidos pelo [Decreto 99.658/1990](#), realizado por leiloeiro oficial, conforme contrato, sendo a remuneração deste cobrada do arrematante comprador.

As informações atinentes a esses veículos são retratadas no quadro 4.17.



Quadro 4.17 - Veículos inservíveis

Lote/Veículo	Características dos veículos	Valor da venda (em reais mil)
Lote 166 MURRAY/Micro Trator	ano 2009, gasolina, 4 tempos, com partida elétrica.	1,4
Lote: 167 VOLKSWAGEN/Gol	modelo Gol 1000, ano 1994, gasolina, placa JFO6026, chassi 9BWZMOZRT119385, Renavan 623549182, cor branca.	3,5
Lote: 169 VOLKSWAGEN/Kombi	modelo Standard, ano 1996, placa JFO9281, chassi 9BWZ22231TP037371, Renavan 661698920, cor branca.	5

Fonte: DGM/DAF.

### 4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Com o intuito de facilitar a compreensão, as informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da União estão divididas em subitens apresentados a seguir.

#### 4.2.3.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da FUB

A Secretaria de Gestão Patrimonial (SGP), unidade vinculada ao GRE, é responsável pela gestão do patrimônio dos bens imóveis. Também possui a competência de planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades relativas à administração geral do patrimônio imobiliário da FUB.

A carteira de imóveis comerciais e residenciais da FUB é composta por:

- terrenos comerciais e residenciais na região do Distrito Federal, incorporados ao capital social da Fundação ou que vierem a ser adquiridos ou transferidos a essa mediante doação, aquisição ou permuta;
- edificações autônomas e áreas específicas localizadas em edifícios acadêmicos nos *campi* da UnB, destinadas ao suporte às atividades institucionais (ensino, pesquisa e extensão) da Universidade, tais como agências e terminais bancários, torres de telecomunicações, lanchonetes, papelaria, venda de livros, jornais e revistas, serviços de reprografia e assemelhados;
- edificações, salas comerciais e imóveis residenciais localizados na região do Distrito Federal, destinados à locação; e
- imóveis residenciais localizados no *campus* Darcy Ribeiro e nas superquadras norte (SQN) 205 e 206, destinados à ocupação de servidores docentes e técnico-administrativos, e docentes e estudantes de outras instituições de ensino superior em períodos de intercâmbio.

Os servidores inquilinos de imóveis da FUB pagam, a título de aluguel, uma taxa de ocupação, cujo valor é subsidiado, e uma taxa de manutenção por meio de rateio das despesas realizadas pelo número de apartamentos do edifício.

Os imóveis e áreas de que tratam os itens “b” e “c” têm como finalidade principal a geração de receita para a UnB e são locados a pessoas jurídicas e físicas, segundo regras definidas pelo Conselho Diretor e pela Administração Superior da UnB. Os imóveis de que trata o item “d” têm como finalidade principal a atração e fixação de quadros diferenciados de servidores docentes e técnico-administrativos da UnB, e são ocupados mediante Termo de Ocupação, segundo regras também definidas pelo Conselho Diretor e pela Administração Superior da UnB.

Diversas informações úteis são encontradas no site [www.sgp.unb.br](http://www.sgp.unb.br), tais como: imóveis disponíveis, fotos dos apartamentos, informações sobre condomínio e contrato residencial.



#### 4.2.3.2 Distribuição geográfica dos imóveis da União

Os imóveis que abrigam as atividades-fim e meio da Universidade, tidos como de uso acadêmico, classificados também como de uso especial, são identificados no quadro 4.18.

**Quadro 4.18 - Imóveis de uso acadêmico**

Imóveis	Localização	Área
<i>Campus</i> Darcy Ribeiro	Asa Norte – Brasília - DF	3.950.579,07 m <sup>2</sup> de terreno e 487.384,99 m <sup>2</sup> de área construída
Fazenda Água Limpa	Núcleo Rural Vargem Bonita - DF	26.800.000 m <sup>2</sup> de terreno
Centro de Estudos UnB Cerrado	Alto Paraíso de Goiás - GO	47.000 m <sup>2</sup> de terreno
Casa Oscar Niemeyer	SMPW Quadra 26, Conjunto 03, Casa 7, Park Way – Brasília - DF	20.000 m <sup>2</sup> de terreno e área construída DE 706 m <sup>2</sup>
<i>Campus</i> UnB Ceilândia	Centro Metropolitano, Conjunto A, Lote 01, Ceilândia - DF	199.499 m <sup>2</sup> de terreno e 10.247,75 m <sup>2</sup> de área construída
<i>Campus</i> UnB Gama	Área Especial, Projeção A, Setor Leste, Gama -DF	335.534 m <sup>2</sup> de terreno e 10.247,75 m <sup>2</sup> de área construída
<i>Campus</i> UnB Planaltina	Vila Nossa Senhora de Fátima, Área Universitária, Planaltina - DF	301.847,06 m <sup>2</sup> de terreno e 10.872,51 m <sup>2</sup> de área construída

Fonte: SGP.

Os imóveis residenciais da FUB, detalhados no quadro a seguir, estão geograficamente localizados em diversas quadras de Brasília.

**Quadro 4.19 - Distribuição geográfica dos imóveis residenciais**

Localização geográfica	Blocos	Quantidade
Colina – <i>Campus</i> Darcy	Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I,	354
SHTN TR 01 CJ 02	Bloco E	6
SQN 107	Bloco H	2
SQN 109	Blocos H, I, J	128
SQN 205	Blocos C, G, H, L	144
SQN 206	Bloco A, B, F, J, K	180
SQN 212	Blocos A, C, D, E, F, G, H, I, J, K	262
SQN 214	Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I,	363
SQN 310	Blocos E, F, G, J, K	72
<b>Total de imóveis residenciais</b>		<b>1.511</b>

Fonte: SGP.

Já a localização das salas e lojas, bem como as respectivas quantidades em cada bloco, são demonstradas no quadro 4.20.



**Quadro 4.20 - Distribuição geográfica dos imóveis comerciais**

Localização geográfica	Blocos	Quantidade
SCLN 109	Bloco A	3
SCLN 115	Bloco A	8
SCLN 406	Bloco A	62
SGAS 915	Bloco B	24
SEPS 714/914	Bloco E – Ed. Talento	27
SCS Q 02	Bloco C – Edifício OK	12
SCS Q 04	Bloco A – Edifício	45
<b>Total de imóveis comerciais</b>		<b>181</b>

Fonte: SGP.

Conforme distribuição no quadro 4.21 é possível identificar os imóveis comerciais utilizados para fins de ensino, pesquisa e extensão.

**Quadro 4.21 - Imóveis comerciais ocupados por unidades da FUB**

Localização geográfica	Blocos	Ocupantes
SCLN 406	Bloco A	* CPAB: 5 Salas
		* Ceam/Nesp: 18 salas
		* Data/UnB: 9 salas
		* IDA (Galeria de Arte): 1 sala
		* Editora da UnB (Livraria): 1 sala
SCS Q 02	Bloco C – Edifício OK	* Centro Regional de Referência da UnB: 3 salas
		* Editora da UnB: 5 salas
SCS Q 04	Bloco A – Edifício Anápolis	* Casa da Cultura da América Latina, CAL: 18 salas
		* LET (UnB Idiomas): 8 salas e 2 auditórios
		* Núcleo de Estudos de Direito: 1 sala

Fonte: SGP.

#### 4.2.3.3 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no SPIUnet

Todos os imóveis residenciais e comerciais administrados pela SGP estão cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet. A atualização dos dados é realizada anualmente.

O Código Civil brasileiro classifica os bens públicos em três categorias: uso comum, uso especial e os de uso dominicais. Os imóveis estão classificados e cadastrados no SPIUnet como de uso especial, pois a categoria dominical não consta na classificação desse sistema. Esse é o motivo pelo qual o sistema não contempla as características jurídicas da maior parte dos imóveis da FUB, classificados como 'imóveis dominicais', de natureza comercial ou residencial, locados a terceiros em estrito respeito ao Código Civil, à legislação pertinente e à Lei 8.666/1993, após a devida avaliação de preço de mercado e pregão público para os candidatos.

A FUB possui cadastrados no SPIUnet 1.753 imóveis localizados no Distrito Federal e 1 imóvel localizado no estado de Goiás, totalizando, 1.754 imóveis.



#### **4.2.3.4 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis**

Os imóveis que têm o seu condomínio gerido por síndicos ou administradoras de imóveis ensejam despesas para a FUB, proprietária desses imóveis. As despesas decorrentes de condomínio (fundo de reserva, taxa extra e taxa ordinária de condomínio), que recaem para a FUB somente quando os imóveis não estão alugados, somaram R\$1,2 milhão em 2016.

Os valores de despesas com manutenção predial dos imóveis residenciais e comerciais da FUB estão em processo de análise e apuração final, dado o recente fechamento do referido ano base. No entanto, o contrato de manutenção nº 078/2016 firmado pela FUB com a Construtora Engemega Ltda., em agosto de 2016, para realização de serviços de manutenção predial, tem o valor anual estipulado em R\$ 4.milhões

Esse contrato altera substancialmente o sistema de gestão dos serviços de manutenção predial, em que os serviços são demandados pelo corpo técnico de engenheiros e arquitetos lotados na SGP, ou em atendimento de demandas dos usuários.

Os serviços são vistoriados, conferidos, avaliados e têm pagamentos autorizados com supervisão técnica pelos profissionais especializados da SGP, sendo que o recebimento dos serviços passa pelo aval dos moradores, quando são estes os solicitantes, com a liberação da ordem de serviço.

Ressalta-se, ainda, que os registros contábeis das receitas e despesas oriundas da administração e gestão dos imóveis da FUB são realizados pela Diretoria de Contabilidade e Finanças do Decanato de Administração (DCF/DAF) e pela Diretoria de Orçamento do Decanato de Planejamento e Orçamento (DOR/DPO).

#### **4.2.3.5 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los**

Os riscos relacionados referem-se à manutenção dos imóveis. A FUB realiza serviços de manutenção corretiva dos edifícios residenciais de sua propriedade. A SGP possui em seu quadro de pessoal 4 técnicos, sendo 2 arquitetos e urbanistas, 1 engenheiro civil e 1 técnico de edificações. Esses profissionais demandam, orientam e supervisionam os serviços que são executados por empresa de engenharia devidamente aparelhada para os atendimentos de urgência, rotina e de serviços planejados pela equipe técnica da FUB.

Espera-se que com esse novo modelo de contratação de serviços, que substitui os postos de trabalho, possibilite a execução de rotinas de manutenção mais eficientes e com custos reduzidos.

#### **4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicos ou privadas**

Dentre os imóveis residenciais, 45% são destinados aos servidores FUB (moradia funcional), 20% são imóveis alugados para servidores da FUB (com desconto) e 35% são destinados para aluguel de terceiros. Já com relação aos imóveis comerciais, 70% são cedidos para órgãos vinculados à FUB e 30% dos imóveis encontram-se alugados para terceiros.

Com relação a este item, percebeu-se que não há controle integral e adequado no tocante às informações sobre a cessão dos espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicos ou privados. A UnB está trabalhando para estruturar e melhorar sua gestão imobiliária. Foram identificados 5 espaços cedidos para a iniciativa privada (Posto Comercial UnB, Banco do Brasil, Memorial Darcy Ribeiro, Banco Santander e Autotrac) e 1 imóvel para entidade da esfera federal (Fiocruz Brasília) nos quais os custos da construção dos estabelecimentos, bem como de sua manutenção são de responsabilidade dos cessionários. A comunidade acadêmica em geral é beneficiada na medida em que usufrui dos produtos e serviços ofertados por esses estabelecimentos. Todos os seis imóveis



estão localizados no *campus* Darcy Ribeiro. O quadro 4.22 apresenta outras informações sobre esses imóveis.

**Quadro 4.22 - Alguns imóveis objetos de cessão de espaço físico**

Identificação dos cessionários	Identificação dos imóveis	Instrumento	Natureza	Finalidade do uso	Período
Posto Comercial UnB Ltda.	Avenida L3 Norte, sem número	convênio	interesse mútuo	posto de combustíveis, restaurante, lanchonetes	19/06/1996 a 19/06/2026
Banco do Brasil	Centro de Vivência, Bloco C	convênio	interesse mútuo	serviços bancários	não informado
Memorial Darcy Ribeiro (Beijódromo)	Sem número	convênio	comodato/cessão de uso	instituição cultural e restaurante	09/03/2010 a 30/04/2040
Fiocruz Brasília	Avenida L3 Norte, sem número, Gleba A	acordo de cooperação	comodato/cessão de uso	articular e integrar as unidades da Fiocruz distribuídas pelo país, e também entre toda a instituição e órgão ligados aos três Poderes da União e representações de entidades nacionais e internacionais ligados à saúde	29/11/2007 a 29/11/2037
Banco Santander Banespa S.A.	sem número	acordo de cooperação	comodato/cessão de uso	serviços bancários	28/02/2008 a 28/02/2038
Autotrac Comércio e Telecomunicações S/A	Gleba A, Ed. Autotrac	acordo de cooperação	comodato/cessão de uso	empresa especializada em desenvolvimento de equipamentos, de software e na prestação de serviços de comunicação móvel de dados	16/12/1993 a 16/12/2018

Fonte: DPA/DAF.

#### **4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros**

A Diretoria de Compras (DCO) responde pela instrução dos processos de imóveis locados de terceiros, enquanto a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS/DAC) representa a unidade gestora/executora do contrato que atende a reforma da Casa do Estudante Universitário (CEU). Constam sete imóveis alugados. O quadro 4.23 retrata os locados de terceiros pela FUB.



Quadro 4.23 - Imóveis locados de terceiros

Empresa	Objeto	Vencimento	Valor global anual/estimado (em reais mil)
<b>Brasília – DF</b>			
Recanto Empreendimentos Imobiliários Ltda. Contrato nº 116/2011	Aluguel de imóvel (SCLN 109, Sala 216, Asa Norte – DF)	22/05/2014 <sup>1</sup>	R\$ 16,90
Aguiar Administração de Imóveis Ltda. – ME. Contrato nº 013/2010	Aluguel de galpão para a FGA (QI 06, lote 1.440, Setor Industrial do Gama – DF)	31/03/2017	R\$ 23,93
Aguiar Administração de Imóveis Ltda. – ME. Contrato nº 160/2015	Aluguel de galpão para a FGA (QI 06, lote 1.460, Setor Industrial do Gama – DF)	10/11/2017	R\$ 127
Carlos Pinto da Silva Contrato nº 293/2013	Aluguel para a FUP (Quadra B, conjunto B3, lote 19, Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF)	16/09/2017	R\$ 60
Paulo Octavio Imobiliária e Administradora LTDA Contrato nº 100/2012	Aluguel SHCN - Quadra 110, BLOCO "A" Sala Nº 201 - Asa Norte	30/09/2018	R\$ 42
SESC Serviço Social do Comércio Administração Regional Contrato nº 053/2016	Locação de clinica Odontológica localizada na unidade do SESC no Setor Comercial Sul. Com a área de 163,92m, composto de recepção/sala de espera e sala de laboratório de prótese, com 11 equipamentos odontológicos completos e uma sala de aula.	31/01/2017	R\$ 20
<b>Alto Paraíso – GO</b>			
Adrielle Cristina Chaves Souza	Aluguel para o CER (Rua 01, quadra 07, lote 09, Alto Paraíso de Goiás – GO)	10/10/2017	R\$ 18

Nota <sup>1</sup>: O imóvel estava, desde 2014, aguardando rescisão do contrato em vias judiciais.

Fonte: DCO/DAF.

O primeiro imóvel apresentado na planilha – Recanto Empreendimentos Imobiliários Ltda – Contrato nº 116/20011 teve as chaves devolvidas à empresa em junho/2016, quando a FUB conseguiu reintegrar a posse do imóvel por ação judicial.

Houve uma nova contratação em 2016, referente à sala comercial do Serviço Social do Comércio (SESC), para utilização da Faculdade de Odontologia.

Cabe ainda informar que cada processo abrange as especificações e justificativas individuais da necessidade de contratação, disponíveis na DCO/DAF. Para efeito de renovação, os contratos são submetidos e analisados pela Procuradoria Jurídica da FUB (PJU).



### **4.3 Gestão da Tecnologia da Informação**

Este tópico tem a finalidade de informar os principais aspectos da gestão da Tecnologia da Informação (TI) na Fundação Universidade de Brasília (FUB). Dessa forma, são apresentados o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o comitê gestor de TI, os principais sistemas de informação utilizados pela FUB e a composição e o plano de capacitação da força de trabalho da área. Ademais, são elencados os processos de gerenciamento dos serviços de TI, os projetos desenvolvidos em 2016 e as medidas adotadas para reduzir a dependência tecnológica das empresas terceirizadas envolvidas na prestação dos serviços de tecnologia da informação.

#### **4.3.1 Plano diretor de tecnologia da informação – PDTI**

O [Plano Diretor de Tecnologia da Informação](#) (PDTI) da FUB foi elaborado com vigência de quatro anos, compreendendo os exercícios de 2014 a 2017, e possui a finalidade de orientar a aplicação de recursos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito da Universidade de Brasília. Esse plano consiste em um instrumento de governança corporativa de TIC, o qual abrange toda a Universidade, em consonância com as necessidades da comunidade universitária e da gestão interna da instituição.

Destaca-se que o PDTI vigente busca promover o alinhamento entre a utilização da tecnologia da informação e comunicação e os objetivos e as diretrizes estratégicas definidas no planejamento estratégico da UnB estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2017. As bases desse plano diretor abrangem a missão e a visão da instituição e têm como princípio fundamental o respeito à identidade da UnB e o modelo tridimensional de ensino, pesquisa e extensão, de forma a contribuir para uma formação universitária de qualidade.

A metodologia utilizada para a construção do PDTI 2014-2017 tem como referência a estrutura proposta no *Guia de Elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação* (SISP) e o Modelo de Referência 2011-2012 para Elaboração de PDTI, versão 1.0, da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Cabe ressaltar que foram realizadas adaptações desses modelos para maior adesão à realidade da UnB. O detalhamento dos diagnósticos realizados para a definição dos projetos e das ações e a lista completa dos objetivos estratégicos, dos princípios e das diretrizes que integram o PDTI 2014-2017 estão disponíveis no site do [Decanato de Planejamento e Orçamento](#) da Universidade de Brasília.

Ressalta-se que os objetivos, as metas e as ações constantes no PDTI 2014-2017 também foram definidos com base em um inventário priorizado de necessidades de tecnologia da informação. Esse inventário resultou da avaliação organizacional do relacionamento entre os objetivos estratégicos da UnB e o referencial estratégico de TI e, também, da análise das necessidades de informação, serviços, infraestrutura, pessoal, entre outras, em todas as áreas administrativas envolvidas com TIC. Essa priorização contribuiu para a definição dos objetivos estratégicos do PDTI vigente e para o respectivo alinhamento com as áreas estratégicas do planejamento institucional, por meio do fornecimento de soluções de TI, conforme indicado no quadro 4.24.



**Quadro 4.24 - Alinhamento das soluções de TI às áreas estratégicas do planejamento institucional 2014-2017**

Área Estratégica	Soluções de TI
Gestão de Pessoas	Desenvolvimento de tecnologias para melhoria da gestão universitária, seja por meio de capacitação, seja por meio de sistemas de informação melhor integrados.
Recursos Tecnológicos	Melhoria da comunicação institucional e aprimoramento do planejamento, da organização, da aquisição, da implementação de sistemas e da entrega e do suporte a serviços.
Recursos Financeiros	Aprimoramento do processo de aquisições.
Infraestrutura	Melhoria da gestão da informação nas áreas de infraestrutura predial.
Processos e Modelo de Gestão	Aumento da automação de qualidade para os processos mapeados.
Gestão Acadêmica	Aprimoramento da automação dos sistemas de informação acadêmicos.

Fonte: PDTI 2014-2017, UnB.

Além das soluções de TI propostas, o PDTI 2014-2017 também compreende um plano de metas e ações em que devem ser definidos os marcos mensuráveis, controláveis e quantificáveis para o alcance das necessidades identificadas para o ciclo vigente do PDTI. Complementarmente, são delineadas quais ações devem ser executadas para que as metas sejam alcançadas, apontando-se os prazos e recursos necessários. Contudo, destaca-se que o plano de metas e ações carece de aprovação do comitê de TI da UnB. Adicionalmente, torna-se importante destacar os fatores críticos de sucesso, os quais consistem em condições e ações gerenciais necessárias ao alcance dos resultados planejados para o PDTI 2014-2017. Esses fatores podem ser verificados no documento do PDTI vigente, conforme *link* supracitado.

Ressalta-se que o Centro de Informática da UnB tem a responsabilidade pela coordenação, padronização, supervisão e acompanhamento dos recursos de tecnologia de informação e comunicação corporativos, especialmente pelos bens comuns de informação e comunicação da UnB. Além do CPD, também possuem papel relevante na gestão de TIC o Arquivo Central, que gerencia o arquivo dos documentos produzidos, e o Comitê de TI (CTI), que define as estratégias para a área, sendo, portanto, o órgão de governança das TIC na UnB.

Por fim, cabe destacar que o PDTI consiste em um instrumento de controle da aplicação dos recursos e investimentos em TIC na UnB. Os resultados das ações planejadas são acompanhados por meio de um relatório de avaliação e pelo Comitê de TI, o qual pode efetuar correções nas ações do plano diretor de TI para o seu devido realinhamento em função de revisões do PDI ou alteração de prioridades.

#### 4.3.2 Comitê gestor de TI

O comitê de Tecnologia da Informação (CTI) da UnB foi instituído em 18 de abril de 2013, por meio da Resolução da Reitoria nº 0057/2013, considerando a necessidade de implementar parâmetros e diretrizes nas ações de TI. Este comitê possui caráter deliberativo e a finalidade de formular e implementar as estratégias e os planos para a área de TI contribuindo para a harmonização entre a TI e os objetivos organizacionais de alto nível da Universidade de Brasília.

Dentre as atividades do CTI, pode-se destacar: propor e aprovar políticas de TI da UnB; elaborar, revisar e aprovar as políticas e diretrizes do PDTI; definir as prioridades dos programas de investimento em TI e as normas para o uso dos recursos computacionais da Universidade; monitorar e avaliar a implementação das políticas de TI; propor a criação de grupos de trabalho para auxiliar nas atribuições do CTI e, por fim, exercer outras atribuições em conformidade com o regimento interno.

A composição do CTI em 2016, de acordo com a atualização da Resolução da Reitoria nº 45/2015, de 23 de abril de 2015, e da Resolução do CTI nº 78/2016, de 22 de junho de 2016, está descrita no quadro 4.25. Destaca-se que, em função da posse de uma nova gestão no final do exercício de 2016, a composição do comitê de TI será revista.



Quadro 4.25 - Composição do Comitê de TI - 2016

Composição do Comitê de TI	
<b>1. Membros Naturais</b>	
Reitor: Prof. Ivan Marques de Toledo Camargo Vice-Reitora: Profa. Sônia Nair Bão Decano de Ensino de Graduação: Prof. Mauro Luiz Rabelo Decano de Ensino de Pós-Graduação: Prof. Jaime Martins de Santana Decana de Extensão: Profa. Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa Decano de Administração: Prof. Luís Afonso Bermúdez Decano de Planejamento e Orçamento: Prof. César Augusto Tibúrcio Silva Decana de Assuntos Comunitários: Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho Decana de Gestão de Pessoas: Profa. Maria Ângela Guimarães Feitosa Diretor da Prefeitura dos <i>Campi</i> : Prof. Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira Diretor do Centro de Informática: Prof. Jorge Henrique Cabral Fernandes	
<b>2. Membros Titulares</b>	
Prof. Leonardo Lazarte (MAT) Prof. Paulo Roberto Miranda Meirelles (FGA) Prof. Geovany Araújo Borges (ENE) Profa. Cyntia Roncaglio (ACE) Prof. Marcelo de Macedo Brígido (IB) Prof. Natan Monsoreos de Sá (FS)	
<b>3. Membros Suplentes</b>	
Profa. Amaralina Miranda de Souza (TEF) Prof. Francisco A. O. Nascimento (ENE) Prof. José Felipe Beaklini Filho (IF) Prof. Kleber Carlos Mundim (IQ) Prof. Alexandre Sanches (FCS) Consuelo Martins Galo (CPD)	

Fonte: DPO.

Ao decorrer do ano de 2016, foram realizadas quatro reuniões e as principais decisões foram:

- Aprovação da [Resolução do CTI nº 02/2016](#) que instaura a comissão responsável pela elaboração da proposta de regimento interno do Comitê de Tecnologia da Informação da UnB;
- Aprovação da [Resolução do CTI nº 03/2016](#) que institui a comissão permanente de política de telefonia fixa e móvel da UnB;
- Aprovação da [Resolução do CTI nº 04/2016](#) que instaura a comissão responsável pelo desenvolvimento de indicadores para o PDTI 2014-2017 da UnB;
- Aprovação da [Resolução do CTI nº 06/2016](#) que estabelece os limites para utilização de telefones celulares funcionais da UnB.

Ressalta-se que as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do comitê de tecnologia da informação da UnB podem ser consultadas no site do DPO, em "[Reuniões](#)".

### 4.3.3 Principais sistemas de informação

Os sistemas de informação da UnB são mantidos pelo CPD, o qual também é responsável pelo desenvolvimento dos sistemas corporativos e pela realização de manutenções evolutivas nos sistemas em estágio de produção, a partir da utilização do processo de desenvolvimento de software e metodologia próprios.

Os sistemas corporativos são compreendidos como aqueles oriundos da automação de um processo de negócio formal relacionado à gestão acadêmica ou administrativa da UnB. Considerando isso, no anexo A, encontram-se especificados os principais sistemas de informação



da Universidade, incluindo seus objetivos, funcionalidades, responsáveis técnicos e área de negócios, nível de criticidade e informações sobre a manutenção.

Além disso, são indicados os sistemas relacionados diretamente ao ensino, pesquisa e extensão, dado que estes são caracterizados como os que mais contribuem para a realização da missão e dos objetivos institucionais da UnB.

Destaca-se que a avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e as medidas para mitigar eventuais riscos existentes ainda não foram finalizadas, dadas a complexidade da análise e a dependência do envolvimento de alguns atores da instituição, incluindo o corpo técnico do CPD, os gestores de negócio e os gestores dos sistemas. Dessa forma, atualmente, a continuidade e disponibilidade dos sistemas gerenciados pelo CPD são avaliadas conforme nível de criticidade.

#### 4.3.4 Plano de capacitação de equipe de TI

As ações de capacitação no campo da tecnologia da informação e comunicação da UnB, em 2016, foram realizadas pela Coordenadoria de Capacitação (Procap), do Decanato de Gestão de Pessoas, e pelo CPD. Destaca-se que também foram realizados treinamentos em parceria com outros órgãos, além de capacitações internas em determinadas unidades para o atendimento de demandas específicas na área de informática.

As ações desenvolvidas pela Procap abrangem cursos voltados para o uso de software e construção ou operação de sistemas, esses realizados conjuntamente com a Escola de Informática do CPD. O quadro 4.26 retrata a síntese dessas ações.

**Quadro 4.26 - Capacitações realizadas em 2016 – PROCAP e CPD**

<b>Tipo de ação de capacitação</b>	<b>Número de ações</b>	<b>Horas/aula</b>	<b>Número de participantes</b>	<b>Número inicial de vagas</b>
Construção ou operação de sistemas (Gerenciamento de Conteúdo Web - CMS JOOMLA; Sistemas Operacionais Linux II; Programando com T-SQL; Governança de TI na prática)	7	254	127	156
Ações para uso de software	12	252	192	250
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>506</b>	<b>319</b>	<b>406</b>

Fonte: DGP e CPD.

Destaca-se que o plano de capacitação do CPD para 2016 englobou treinamentos realizados em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), organização social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), conforme descrito no quadro 4.27.

**Quadro 4.27 - Treinamentos realizados em 2016 – CPD e RNP**

<b>Cursos – Parceria RNP</b>	<b>Período</b>	<b>Servidores capacitados</b>
Planejamento e Contratação de Serviços de TI	07 a 11 de novembro	2
Fundamentos do COBIT 5	17 a 19 de outubro	3
Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005	03 a 07 de outubro	1
Análise Forense	26 a 30 de setembro	7
Administração de Sistemas Linux	12 a 16 de setembro	1
Segurança de Redes e Sistemas	15 a 19 de agosto	4
Gerenciamento de Projetos de TI	01 a 03 de agosto	3
OSPF Avançado	25 a 26 de julho	1
Planejamento e Projeto de Infraestrutura para Datacenter	18 a 22 de julho	3
Introdução ao Linux	04 a 08 de julho	2
Gerência de Redes de Computadores	13 a 17 de junho	5



Protocolos de Roteamento IP	01 a 03 de junho	5
Introdução à Segurança de Redes	16 a 20 de maio	4
Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002	02 a 06 de maio	6
Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP	11 a 15 de maio	9

Fonte: CPD.

Além dos treinamentos supracitados, destacam-se ainda as ações de capacitação relacionadas à implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do projeto UnBDigital, o qual será detalhado posteriormente no item 4.3.7 deste capítulo. O curso *SEI USAR*, disponibilizado por meio da Procap, capacitou 1.234 servidores da FUB, entre março e novembro de 2016, sendo realizado em três etapas: a primeira entre março e maio de 2016, com 57 turmas e 950 capacitados; a segunda com 8 turmas de maio a junho do mesmo ano e 145 capacitados; e a última etapa com 19 turmas de agosto a novembro de 2016, com 139 participantes.

Dessa forma, foram ofertadas, no total, 84 turmas no período de 15/03/2016 a 01/11/2016, sendo as primeiras 57 turmas ofertadas nos *campi* Darcy Ribeiro, FCE, FGA e FUP, além de duas turmas reduzidas (carga horária de 4 horas) para ocupantes de função de decano, diretor ou assessor. As outras 27 turmas foram ofertadas somente no *campus* Darcy Ribeiro. As turmas foram compostas de aproximadamente 20 alunos, com duração de 8 horas/aula cada. O investimento na ação foi de cerca de R\$ 81.120, em pagamentos de GECC aos instrutores.

No perfil dos treinados nessa ação, os técnicos administrativos em educação (TAE) compõem o maior segmento atendido. Houve grande adesão de servidores que ocupam função gerencial, em comparação a outras ações de capacitação realizadas pela Procap, conforme indicado no quadro 4.28.

**Quadro 4.28 - Indicadores do curso SEI USAR**

Indicador	Quantitativo
Turmas ofertadas	84
Vagas ofertadas	1.499
Nº de TAEs capacitados	1.118
Nº de docentes capacitados	116
Nº de ocupantes de função gerencial (dentro do total)	278
Quantitativo total de servidores capacitados	1.234

Fonte: DGP.

### 4.3.5 Força de trabalho de TI

A força de trabalho de TI da UnB é composta por servidores efetivos da carreira de TI alocados nos quatro *campi* da instituição e estagiários, conforme descrito no quadro 4.29.

**Quadro 4.29 - Força de trabalho de TI**

Cargo	Número de Servidores
Analista de TI	95
Técnico de TI	68
Assistente de TI	1
<b>Servidores (Subtotal)</b>	<b>164</b>
Estagiários	7
<b>Total</b>	<b>171</b>

Fonte: DGP (em 02.01.2017).

Os sete estagiários contidos na relação do quadro 4.29 estão alocados no CPD e são estudantes da área de Tecnologia da Informação e comunicação. Ademais, cabe ressaltar que, em 2016, quarenta estagiários, estudantes da área de TI, compuseram a força de trabalho da FUB, dos quais, dez foram lotados em áreas de TI e trinta em outros centros de custos.



No que tange aos servidores da FUB cedidos a outros órgãos, de um total de quarenta e seis servidores da Instituição que se encontram nessa condição, apenas três servidores da carreira de TI foram cedidos. Já com relação aos servidores requisitados de outros órgãos, a FUB possui apenas três, contudo nenhum destes atua na área de TI.

#### 4.3.6 Processos de gerenciamento de TI

Com o objetivo de oferecer adequado suporte aos objetivos da instituição e atender às necessidades da comunidade acadêmica, abrangendo a integração entre pessoas, processos e tecnologias que formam os serviços de TI, o CPD utiliza as recomendações da *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL V.3) e do modelo de governança e gestão de TI corporativa *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT 5). Os processos são adaptados à maturidade do órgão visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da gestão de TI.

Nesse âmbito, destaca-se que o CPD, por meio da empresa Central IT (contrato nº 274/2013), vem buscando oferecer serviços de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação e comunicação da UnB. Esse contrato compreende uma unidade de referência para a prestação desses serviços de acordo com especificações relativas às tarefas, atividades, aos resultados, ao padrão de qualidade e aos fatores de glosa vinculados. Dessa maneira, espera-se alcançar melhor qualidade nos serviços ofertados pelo CPD e o atendimento às recomendações expressas no Acórdão nº 2.471/2008 – Plenário TCU.

Além disso, ressalta-se que, desde outubro de 2016, as solicitações dos usuários dos serviços de TI do CPD são registradas em novo software (CITSMART ITSM), o qual consiste em uma ferramenta *web* de gerenciamento de serviços de TI baseada nas melhores práticas da ITIL e permite que os serviços prestados pela empresa contratada sejam acompanhados em tempo real fornecendo informações técnicas e gerenciais para auxiliar a gestão, fiscalização e o aprimoramento dos serviços.

Essas medidas permitiram o aperfeiçoamento de alguns processos de gerenciamento dos serviços de TI, os quais se encontram descritos no quadro 4.30. Destaca-se que, desde o início da utilização do CITSMART ITSM, foi possível verificar que 90,62% dos usuários que responderam as pesquisas de satisfação consideraram que o serviço prestado é bom ou ótimo e 94,77% dos chamados foram atendidos dentro do prazo acordado.

**Quadro 4.30 - Processos de gerenciamento de serviços de TI**

Processo	Descrição	Área de Implementação	Ferramenta Utilizada
Base de conhecimento	Define as bases de dados ou de conhecimentos acumulados sobre um determinado assunto. Essas informações podem ser utilizadas na solução dos problemas apresentados pelos clientes e usuários, por meio de ferramentas automatizadas. Iniciou-se o processo de inclusão dos dados ou conhecimentos acumulados diretamente no sistema de solicitação de serviços.	Serviço de Atendimento ao Usuário 1º e 2º nível e monitoramento do ambiente de TI.	CITSMART ITSM
Cumprimento de Requisição	Processo de gerência dos vários tipos de demandas que são enviadas pelos usuários de TI.	Serviço de Atendimento ao Usuário 1º e 2º nível	CITSMART ITSM
Gerenciamento de Eventos	Trata da gestão das mudanças de um item de configuração (IC) ou serviço de TI. Em outras palavras, qualquer ocorrência dentro do escopo de TI que tenha relevância para a gestão dos serviços entregues aos clientes.	Serviço de Atendimento ao Usuário 1º e 2º nível e monitoramento do ambiente de TI.	CITSMART ITSM



Gerenciamento de Incidentes	Processo responsável por gerenciar o ciclo de vida de todos os incidentes. Incidentes podem ser identificados pela equipe técnica, detectados e relatados por ferramentas de monitoramento de eventos, comunicações de usuários, ou relatados por terceiros (fornecedores e parceiros). Na ferramenta utilizada esse gerenciamento pode ser realizado em tempo real.	Serviço de Atendimento ao Usuário 1º e 2º nível	CITSMART ITSM
Catálogo de Serviços	Considerado um dos elementos centrais de alinhamento da área de TI com a área de negócio da instituição. O objetivo desse processo é fornecer uma única fonte de informações consistentes sobre todos os serviços que estão acordados para serem entregues aos clientes e usuários. O Catálogo de Serviços foi atualizado na nova ferramenta de solicitações de serviços, o que fez com que o usuário tenha acesso mais rápido ao atendimento.	Áreas de Serviço do CPD	CITSMART ITSM
Acordo de Níveis de Serviços	Corresponde à descrição dos serviços de TI, das suas metas de nível de serviço (em termos de desempenho, quantidade e qualidade), do ponto de vista do negócio da instituição, das características da carga de trabalho, dos papéis e responsabilidades, das prioridades e do procedimento de exceção. O cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviços pré-estabelecidos é verificado em tempo real.	Serviço de Atendimento ao Usuário 1º e 2º nível e monitoramento do ambiente de TI	CITSMART ITSM
Central de Serviços	Responsável pelo atendimento a usuários, clientes e pessoal interno, atuando como primeiro ponto de contato do CPD com seus clientes e usuários. É responsável pelo registro de todos os eventos e encaminhamento das demandas às áreas de serviço do CPD. A qualidade dos serviços prestados aos usuários tem aumentado significativamente, tendo como consequência uma avaliação muito positiva por parte dos usuários.	Áreas de Serviço do CPD	CITSMART ITSM

Fonte: CPD.

#### 4.3.7 Projetos de TI desenvolvidos em 2016

Em 2016, a UnB efetivou a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) por meio do projeto [UnBDigital](#). Este projeto surgiu devido à necessidade de modernização da gestão de documentos e fluxos de trabalho na UnB, de forma a conduzir a comunidade universitária à minimização da cultura de utilização do papel como mídia documental e a uma maior eficiência institucional.

O UnBDigital iniciou em 2015, a partir dos trabalhos da comissão instituída pelo Ato da Reitoria nº 1298/2015 encarregada de coordenar as ações envolvidas na realização do projeto e na capacitação dos servidores. Em atendimento ao disposto na Portaria Conjunta MP/TRF4 nº 3, de 16 de dezembro de 2014, por meio do Ofício n.º 0678/2015, a UnB solicitou a formalização da cessão do direito de uso do SEI e de sua participação no projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN). Em fevereiro de 2016, a UnB recebeu representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica. Vários parceiros auxiliaram na execução do projeto UnBDigital, contribuindo com a troca de informações e experiências, tais como: Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Ministério das Comunicações, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre outros.

Em maio de 2016, por meio da Instrução da Reitoria nº 0003/2016, o SEI foi regulamentado no âmbito da FUB como sistema de gestão eletrônica de documentos e como ferramenta auxiliar na execução dos fluxos de trabalho. Foi criada também a Comissão de Gestão e Acompanhamento do SEI, formada por representantes do Arquivo Central (ACE), CPD e do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) com a finalidade de acompanhar a adequada utilização do SEI e orientar as



unidades acadêmicas e administrativas quanto à mudança de cultura e capacitação dos usuários na UnB.

Dentre os benefícios resultantes da utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pode-se destacar: redução do uso de papel gerada pela informatização de documentos e processos, economia de recursos utilizados em impressão, o alinhamento ao “Projeto Esplanada Sustentável” (PES) por meio da promoção de uma gestão voltada para a utilização racional de recursos, agilidade e transparência aos fluxos de trabalho e eficiência no atendimento ao público interno e externo da UnB.

Por fim, torna-se relevante destacar o êxito da implementação do SEI na UnB com o reconhecimento da instituição como referência para novos projetos de implantação do sistema em órgãos do Mato Grosso do Sul, Ceará, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, entre outros. Informações complementares acerca do projeto UnBDigital podem ser encontradas no site do projeto, por meio do *link*: <http://www.unbdigital.unb.br/>.

Os demais projetos de TI com início em 2016, continuados ou encerrados neste mesmo ano, estão detalhados no anexo B, em que são elencados os resultados pretendidos, o alinhamento com os objetivos estratégicos do PDTI para o exercício, fase atual e duração estimada.

Ressalta-se que, conforme definido no PDTI 2014-2017 da FUB, os valores orçados ou qualquer outro tipo de previsão orçamentária para os projetos indicados nem sempre foram contemplados, conforme decisão do CTI, dada a dificuldade de estimativa dos custos dos projetos face à redução dos recursos disponibilizados para a UnB durante os exercícios de vigência dos projetos constantes no plano.

#### **4.3.8 Medidas adotadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas**

O CPD gerencia dois contratos com empresas de TI relacionados aos serviços de suporte tecnológico ao ambiente de TI e à manutenção preventiva e corretiva do ambiente de alta disponibilidade (sala cofre). Nesses contratos não há evidência de dependência tecnológica da UnB em relação às empresas, dado o tipo de serviço contratado conforme detalhamento dos tópicos adiante.

##### **4.3.8.1 Serviço de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação**

O objeto deste contrato abrange a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte ao ambiente computacional e de infraestrutura de redes. O processo de contratação atende às recomendações legais e por meio desse busca-se promover um novo perfil de suporte e manutenção decorrente da implementação de tecnologias de informática e da garantia de sustentação dessa infraestrutura e seus serviços.

Apesar da não adoção de um modelo consagrado pelo mercado, essa contratação tem em sua essência o mesmo conceito de execução dos modelos mais difundidos, com o estabelecimento de padrões adequados de resultados com vistas ao ganho de escala produtiva, além de considerar a facilidade de custeamento e ornamentação dada a ampla competitividade do mercado.

##### **4.3.8.2 Serviço de manutenção preventiva programada e corretiva da sala cofre**

Este serviço visa à manutenção da integridade e da disponibilização de todo o ambiente de alta disponibilidade, por meio do monitoramento, da inspeção dos elementos, manutenção corretiva (com o fornecimento de materiais e suas substituições), dos treinamentos às equipes envolvidas na operação e a segurança da sala cofre.



#### 4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Neste item estão reunidas as principais informações a respeito da gestão ambiental e dos critérios de garantia da sustentabilidade ambiental na UnB, especialmente de seus programas em execução relacionados à aquisição de bens e serviços.

A gestão e sustentabilidade ambientais são atividades desenvolvidas por diversas unidades dentro da Universidade, que compartilham ações e responsabilidades. Assim, as informações para compor este tópico foram disponibilizadas pela Prefeitura do *Campus* (PRC), pela Diretoria de Compras (DCO), pela Diretoria de Gestão de Materiais (DGM) e pelo Núcleo da Sustentabilidade (NS), unidade vinculada ao Decanato de Extensão (DEX).

A [resolução da Reitoria nº 1.406/2014](#) criou o Núcleo da Sustentabilidade da UnB, que tem como principais objetivos: 1- promover ações para a conscientização e mobilização da comunidade para a sustentabilidade na Universidade; 2- criar e auxiliar projetos e campanhas ambientais desenvolvidas pela comunidade universitária; 3- expandir as ações ambientais para os grupos e comunidades externas à Universidade; e 4- planejar de forma aberta e participativa o processo de adesão aos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em 2016, o Núcleo desenvolveu inúmeras atividades, tais como: capacitação de encarregados e funcionários da limpeza; lançamento do guia da coleta seletiva na UnB, a fim de conscientizar e ajudar a compreender como acontece a coleta seletiva em todos os *campi*; oficina de reciclagem de óleo de cozinha e implantação da coleta seletiva solidária no *campus* Darcy Ribeiro.

A PRC, DCO e DGM, unidades responsáveis pela gestão e manutenção da infraestrutura, pelas compras e pelo almoxarifado, respectivamente, buscam seguir as políticas federais de gestão ambiental e sustentabilidade dentro dos limites orçamentários, operacionais e legais, de acordo com as especificidades de suas atividades. A DGM, durante o ano de 2016, desempenhou suas tarefas voltadas para ser referência na implantação de uma padronização nas aquisições de materiais, reduzindo custos e evitando o retrabalho, além de promover a prática de reutilização de bens permanentes e o uso consciente de papel e demais materiais descartáveis.

A Universidade não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). No entanto, desenvolve a Agenda Ambiental da UnB, que consiste em um programa que tem como objetivo interligar e mobilizar a comunidade universitária, integrando pesquisa, ensino e extensão, colaborando para uma gestão coletiva sustentável nos *campi* da Universidade.

Para atender às recomendações do [Decreto nº 5.940/2006](#), a separação de resíduos recicláveis é realizada em toda a UnB. O tratamento dos materiais recolhidos no *campus* Darcy Ribeiro é feito pela Central de Reciclagem do Varjão (CRV). Salienta-se que no ano de 2016 foram recolhidos e enviados para reciclagem 34.521 kg de papéis e papelões, 3.650 kg de resíduos metálicos e 199 kg de resíduos plásticos, gerados na Universidade. A UnB disponibiliza caminhão e motorista, duas vezes por semana, para levar os resíduos do *campus* Darcy ao Varjão.

Cabe ainda informar que a instituição conta com a Comissão de Gerenciamento, Tratamento e Destinação de Resíduos Perigosos da Universidade de Brasília (GRP-UnB), que tem como função gerenciar os resíduos perigosos, sejam eles biológicos, químicos ou radioativos. O controle desses resíduos é de fundamental importância, tendo em vista a função da UnB em ensinar de forma ética e responsável.

A logística de coleta dos resíduos perigosos considerados biológicos, como carcaças de animais, perfuro-cortantes contaminados e outros que tiveram contato com material biológico, são também coletados pela GRP e prontamente descartados em contêineres apropriados e, posteriormente, levados para incineração por empresa especializada. O descarte dos resíduos químicos é realizado nos laboratórios e nos pré-postos instalados. Os resíduos coletados são levados aos depósitos temporários da GRP, onde sofrem novo processo de segregação e são preparados para o descarte final de maneira ambientalmente correta. Já os resíduos radioativos são coletados e armazenados no depósito de resíduos radioativos. Esses exigem um cuidado especial em seu



descarte e os coletores estão devidamente treinados e capacitados segundo as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

A GRP conta atualmente com três depósitos de material, sendo dois de material químico e um de material radioativo. Um dos depósitos de material químico se destina ao estoque de reagentes que ainda podem ser aproveitados. A comissão também atua em dois postos de coleta localizados no Instituto de Biologia (IB) e nas Faculdades de Saúde e Medicina (FS e FM), que são os institutos que mais geram resíduos dentro do *campus* Darcy Ribeiro.

Cabe ressaltar o aumento dos laboratórios cadastrados para coleta de resíduos perigosos nos últimos anos. Atualmente, o cadastro conta com 113 laboratórios, distribuídos da seguinte forma: Darcy Ribeiro 99 laboratórios, Gama 1, Ceilândia 10 e Planaltina 3.

Em relação às contratações e aquisições no âmbito da DCO, observando o [Decreto nº 7.746/2012](#) ou norma equivalente, foram realizados alguns pregões embasados em critérios de sustentabilidade e gestão ambiental. Tiveram como objeto aquisição de cartuchos, toner, cilindro e fusor; aquisição de água mineral; aquisição de material de limpeza; contratação de empresa especializada para serviços de manutenção, entre outros.

Por fim, a Universidade de Brasília não possui ainda um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Entretanto em casos pontuais faz uso de logística reversa com os fabricantes e distribuidores de cartuchos e toneres originais de impressora. Além de utilizar, sempre que possível, componentes óticos e eletrônicos de equipamentos inservíveis ou obsoletos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa acadêmico.

### **Análise crítica**

As ações apresentadas no relatório comprovam os esforços da UnB para alinhar-se à legislação vigente, bem como estimular continuamente o uso das melhores práticas de gestão e sustentabilidade ambiental por toda comunidade acadêmica.

Os resultados encontrados com a racionalização de recursos, com ações de economia sustentável e com a preservação do meio ambiente devem ser acompanhados e avaliados estando relacionados, também, à implantação de uma cultura interna de sustentabilidade. Dessa forma, espera-se que para o ano de 2017, com a chegada da nova administração no âmbito da Universidade, esse quadro possa evoluir, tendo em vista a ampliação das ações de cunho ambiental nos *campi* e da criação da Política Ambiental da UnB.



## 5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O capítulo evidencia as estruturas da Universidade de Brasília que promovem a comunicação com a sociedade, no tocante às formas de atendimento ao cidadão, à avaliação da satisfação dos serviços prestados e à transparência das informações.

Os mecanismos de comunicação entre a UnB e a sociedade são representados, principalmente, pelos canais: Ouvidoria (OUV), Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), Secretaria de Comunicação (Secom) e Comissão Própria de Avaliação (CPA).

### 5.1 Canais de acesso do cidadão

Este item tem por finalidade descrever as formas e os canais que o cidadão dispõe de acesso às informações de interesse individual ou coletivo relacionadas à Universidade.

#### 5.1.1 Ouvidoria (OUV)

É um canal de comunicação democrático e transparente do cidadão com a UnB, por meio da utilização de linguagem simples e acessível aos usuários. Trata-se de um serviço que garante a defesa dos princípios fundamentais que devem prevalecer na administração pública.

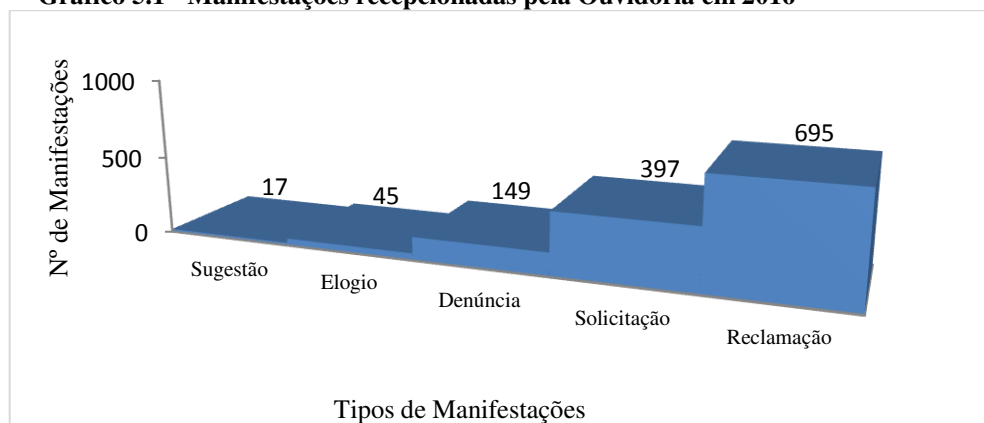
São disponibilizados os seguintes canais de acesso para comunidade interna e externa à UnB:

1. Por e-mail, para [ouvidoria@unb.br](mailto:ouvidoria@unb.br);
2. Via sistema informatizado da UnB (SISOUV), disponível no link "[fale com a ouvidoria](#)";
3. Por carta/ofício, endereçada à Ouvidoria da Universidade de Brasília, endereço: *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Biblioteca Central, 2º andar, sala A1 09/39, Brasília-DF, CEP 70910-900 e
4. Pessoalmente, mediante preenchimento do formulário de manifestação, no mesmo endereço informado acima e com horário de atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

No desempenho de suas atividades, no decorrer do ano de 2016, a Ouvidoria contabilizou 1.303 registros de manifestações, 434 a mais que no ano anterior.

O gráfico 5.1 detalha os tipos de manifestações recebidas no exercício.

Gráfico 5.1 - Manifestações recepcionadas pela Ouvidoria em 2016



Fonte: OUV.

O item "sugestão" teve o menor número de registros entre todas as manifestações. Os principais assuntos abordados nesse item foram: aquisição de bens, infraestrutura dos *campi*, mau



uso do bem público, organização de eventos acadêmicos/culturais, perturbação do espaço universitário, registro e emissão de certificado/diploma e transporte coletivo interno e/ou externo.

Os "elogios" aos serviços prestados ou à postura adotada por servidor da UnB (servidor técnico-administrativo ou docente) foram feitos 45 vezes ao longo do exercício.

O item "denúncia", que no ano de 2016 registrou 149 manifestações, teve como principais assuntos abordados: aquisição de bens, assédio (moral/sexual), discriminação de gênero/raça, homofobia, curso/concurso, mau uso do bem público, violação de direitos individuais/coletivos e postura de servidor técnico-administrativo, docente ou discente.

Já "solicitação" diz respeito aos pedidos que o usuário faz à Universidade. Os assuntos mais comuns são pedido/divulgação de informação, curso/concurso, ingresso acadêmico na UnB (vestibular, PAS, ENEM, transferências facultativa e obrigatória, pós-graduação), registro e emissão de certificados/diploma, segurança nos *campi*, tecnologia da informação e transporte coletivo interno ou externo.

Finalizando o rol das manifestações, "reclamação" é o tipo mais recorrente, pois representou no ano de 2016 o percentual de 53% do total. Os casos mais frequentes são: demora excessiva na resposta de demanda, infraestrutura dos *campi*, mau uso do bem público, políticas e estratégias de gestão acadêmica e administrativa, registro e emissão de certificado/diploma e segurança nos *campi*.

No decorrer do exercício, não houve alteração significativa nos procedimentos adotados pela Ouvidoria. Salienta-se que a unidade enfrentou dificuldades para atingir algumas metas estabelecidas para o ano, destacadas a seguir.

Em relação ao sistema SISOUV, as benfeitorias almejadas não foram alcançadas. O objetivo para o próximo ano é implementar o sistema e-OUV, que consiste em um canal integrado, criado pela CGU, para encaminhamento de manifestações (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios) a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Outra meta era aumentar a visibilidade da unidade, a partir de projetos de comunicação com apoio da Faculdade de Comunicação, havendo sido essa meta parcialmente cumprida. Inicialmente, elaborou-se um plano de estudo, porém, devido à falta de pessoal na área de Tecnologia da Informação, não foi possível colocá-lo em prática.

Para melhorar o atendimento, em 2017 pretende-se alterar documentos e procedimentos da Ouvidoria, além de construir instrumentos de avaliação e monitoramento que possam refletir os resultados das políticas institucionais realizadas.

Entre as ações previstas destacam-se: revisão e reestruturação do regimento interno da área; elaboração de material pedagógico sobre assédio moral, sexual, etc.; execução do sistema e-OUV e da Ouvidoria Ativa, mediante ações proativas e o estreitamento das relações e do diálogo nos mais diversos âmbitos da instituição.

### 5.1.2 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

O SIC/UnB foi criado em consonância com a [Lei nº12.527/2011](#), Lei de Acesso à Informação/LAI, para garantir ao cidadão o acesso às informações públicas. O serviço tem como principais objetivos atender e orientar o público quanto ao acesso à informação e, quando possível, prestar a informação disponível.

Os meios que a unidade disponibiliza para atendimento aos pedidos de acesso à informação são os seguintes:

1. Meio eletrônico, pelo sistema e-SIC; e
2. Meio físico, presencialmente, no endereço localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, no prédio da Biblioteca Central (BCE), 2º andar, sala A1 09/39.



O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) permite a qualquer pessoa física ou jurídica encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. No ano de 2016, o serviço foi acionado 520 (quinhentas e vinte) vezes. No entanto, somente 412 (quatrocentos e doze) eram de competência da UnB. Esse número representa o total de solicitações de informações dos usuários, para os quais o SIC conduziu procedimentos administrativos visando ao atendimento das solicitações. A média mensal de pedidos foi de 34,33. Essas informações também estão disponibilizadas no sítio: [www.acessoinformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx](http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx).

Por meio da figura 5.1 é possível identificar um aumento na quantidade de pedidos de informações à Instituição.

Figura 5.1 - Linha do tempo pedido de informação no e-SIC 2014-2016



Fonte: SIC/CGU.

Quando um pedido de informação é respondido, o sistema oferece ao usuário a opção de entrar com recurso à autoridade hierarquicamente superior àquela que deu a resposta. Nesse contexto, os recursos interpostos obtiveram os seguintes números: na fase recursal em 1ª instância: 55 (cinquenta e cinco) interposições; fase recursal à autoridade máxima do órgão: 21 (vinte e uma) interposições; ainda é possível após o término do prazo para resposta ao recurso à autoridade máxima, o usuário “recorrer à CGU”, à Controladoria-Geral da União obteve: 13 (treze) interposições; e por fim, fase Recursal à Comissão Mista de Reavaliação de Informações: 1 (uma) interposição.

Os assuntos relacionados aos pedidos de informações são variados, em sua maioria estão relacionados à educação; trabalho; economia e finanças e ciência, informação e comunicação. No quadro 5.1 serão apresentados os cinco temas mais demandados.

Quadro 5.1 - Cinco principais temas demandados no e-SIC em 2016

Categorias e assuntos	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Assistência ao estudante	100	24,27%
Trabalho - Profissões e ocupações	90	21,84%
Educação - Profissionais de educação	63	15,29%
Educação - Educação superior	60	14,56%
Trabalho - Fiscalização do trabalho	18	4,37%

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>.

Para o ano de 2017, com a perspectiva de mudança de instalações da unidade dentro do *campus* Darcy Ribeiro e da criação do Portal de Transparência do e-SIC, o qual atenderá a um rol abrangente de setores da UnB, a unidade terá uma nova ferramenta para melhoria da qualidade do atendimento ao usuário.

Por fim, não houve alteração nos procedimentos adotados pelo SIC no decorrer do exercício.



### 5.1.3 Secretaria de Comunicação (SECOM)

A Secom é a unidade responsável por divulgar o papel social da UnB; promover eventos e atividades que integrem estudantes, professores, servidores e colaboradores às funções de ensino, pesquisa e extensão; além de informar ao público interno e externo os atos da administração e os fatos associados à Universidade que produzam repercussão na comunidade acadêmica.

No decorrer do exercício, foram realizadas diversas ações para ampliar a integração dos usuários com a Universidade, por meio da produção de informativos. Como exemplo, cita-se a campanha *UnB Diversa e Plural*, que teve como objetivo celebrar as multiplicidades humana, cultural e científica que convivem na Universidade.

Figura 5.2 - Postagem no Facebook sobre a campanha *UnB diversa e plural*



Fonte: Secom.

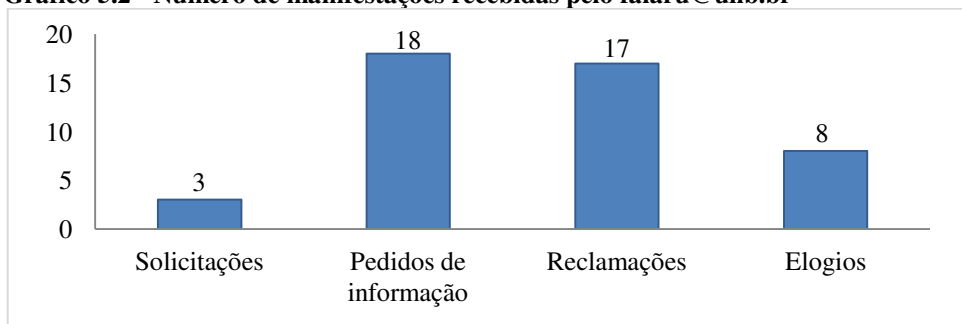
### 5.1.4 Restaurante Universitário (RU)

As principais informações sobre o restaurante estão disponíveis no portal da internet: [www.ru.unb.br](http://www.ru.unb.br).

Com vistas a ampliar os canais de acesso do cidadão, o Restaurante Universitário recebe as manifestações de seus usuários pelo e-mail: [falaru@unb.br](mailto:falaru@unb.br) e realiza atendimentos pessoais em suas dependências diariamente.

O gráfico 5.2 evidencia o número de manifestações recebidas pela unidade.

Gráfico 5.2 - Número de manifestações recebidas pelo [falaru@unb.br](mailto:falaru@unb.br)



Fonte: RU.



## 5.2 Carta de serviços ao cidadão

Este item tem por finalidade atender ao [Decreto nº 6.932/2009](#). O objetivo da Carta é promover visibilidade e transparência da gestão do serviço público prestado pela Universidade de Brasília, informando aos cidadãos, de maneira clara e precisa, quais os serviços prestados, bem como a orientação sobre a forma de acessar e obter informações relacionadas às atividades mais relevantes da Universidade.

A Carta de Serviços ao Cidadão da UnB está em sua segunda edição, com publicação de novembro de 2014. Encontra-se disponível em meio físico, impresso, acessível para consulta em todas as unidades acadêmicas e administrativas e, também, em meio eletrônico disponível no portal da [UnB](#), na aba serviços, opção carta de serviços ou diretamente no [link www.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/Carta\\_Cidadao.pdf](http://www.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/Carta_Cidadao.pdf).

Os usuários podem ainda sugerir alterações e atualizações da Carta pelo e-mail [ouvidoria@unb.br](mailto:ouvidoria@unb.br) ou pessoalmente, na Ouvidoria da UnB, no Prédio da Biblioteca Central, 2º andar, sala A1 09/39.

## 5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O propósito deste item é informar os mecanismos utilizados pela Universidade para medir a satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços, bem como demonstrar e analisar os resultados, incluindo os registrados em pesquisa de opinião.

### 5.3.1 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

A pesquisa de satisfação no Serviço de Informação ao Cidadão é realizada após o atendimento da solicitação do cidadão. O usuário do e-SIC/CGU é solicitado a efetuar uma avaliação sobre o serviço prestado.

Em 2016, a pesquisa de satisfação obteve 145 (cento e quarenta e cinco) manifestações. Esse número representa 35% do total das 412 (quatrocentas e doze) manifestações registradas no ano. Houve um crescimento de seis pontos percentuais em relação ao ano de 2015, no qual foram respondidas 82 pesquisas de satisfação das 285 manifestações, totalizando 29%.

A pesquisa apresentou duas questões sobre a experiência com o SIC. Na primeira, o usuário foi indagado se a resposta fornecida atendia plenamente ao seu pedido.

O quadro 5.2 representa um comparativo das respostas dos anos de 2015 e 2016, destaca-se que as cinco opções disponíveis de resposta são uma gradação entre o não atendido até o plenamente atendido, de acordo com modelo eletrônico estabelecido pelo e-SIC/CGU.

**Quadro 5.2 - Resposta à pergunta 1**

Resposta 1	2015	2016
Não atendeu	6	34
2	3	11
3	2	6
4	5	11
Atendeu plenamente	27	83

Fonte: e-SIG/CGU.

Já na segunda pergunta questionou se a resposta fornecida foi de fácil compreensão. Assim sendo, as cinco opções de resposta são também uma evolução entre a difícil compreensão da justificativa fornecida até a fácil compreensão.



Quadro 5.3 - Resposta à pergunta 2

Resposta 2	2015	2016
Difícil compreensão	4	13
2	1	2
3	1	11
4	2	15
Fácil compreensão	35	104

Fonte: e-SIG/CGU.

Em relação aos índices apresentados, muito embora a pesquisa não tenha alcançado um mínimo de 51% de avaliações, é possível identificar um crescimento na qualidade dos atendimentos.

Por fim, com vistas a melhorar a qualidade de atendimento ao usuário, em maio de 2016, foi adotado pela Universidade de Brasília o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). No SIC, o sistema facilitou o trâmite interno de documentos, simplificando as rotinas operacionais. No entanto, somente em maio de 2017 será realizado, pela unidade, um levantamento com a finalidade de verificar o impacto na qualidade do seu atendimento após o primeiro ano da utilização da ferramenta.

### 5.3.2 Secretaria de Comunicação (SECOM)

No exercício de 2016, a Secom utilizou como meios principais de aferição da satisfação dos usuários o serviço de clipping e das redes sociais. No entanto, não foi realizada nenhuma pesquisa de opinião direta com o usuário sobre os produtos da Secretaria.

A participação da UnB nas redes sociais é orientada ao diálogo da Instituição com seus públicos, levando informações e conteúdos pertinentes ao ensino, à pesquisa e à extensão. Dessa forma, o trabalho é realizado seguindo o planejamento de ações cotidianas ou pontuais, tais como campanhas em épocas de vestibular e matrícula; além de contemplar a divulgação dos conteúdos publicados no Portal da UnB Notícias.

As redes sociais funcionam como canal direto de comunicação entre os usuários e a UnB. Diariamente são recebidos questionamentos e solicitações a respeito de diversos assuntos que envolvem a Universidade. Essas demandas são encaminhadas para os setores que melhor possam respondê-las. Assim sendo, mensalmente são produzidos relatórios de métricas e de acompanhamento dos resultados do trabalho nas redes sociais, analisando o alcance dos conteúdos postados, as interações com os fãs/seguidores e a efetividade de tráfego direcionado ao Portal de Notícias. Esses relatórios são utilizados para embasar as futuras ações, além de permitir corrigir possíveis falhas na execução do trabalho nas redes sociais e direcionar os calendários e a programação de conteúdos e postagens. Para alimentar tais informações dos relatórios são consultadas regularmente as páginas dos *Analytics*<sup>3</sup> de cada rede social.

No Facebook, a *funpage* da UnB conta com aproximadamente 79 mil fãs. O maior público está na faixa etária dos 18 aos 34 anos, coincidindo com as idades dos alunos de graduação e pós-graduação da UnB, além dos candidatos em fase de processos seletivos. Para os fãs, os assuntos mais relevantes foram os relacionados a processos seletivos, reportagens culturais e saúde. Segundo o *Analytics* do Facebook, a página do perfil da UnB manteve, em 2016, a média diária de 74 novos seguidores.



Quadro 5.4 - Métricas mensal no Facebook

Mês	Nº fãs	Publicações	Reações <sup>4</sup>	Alcance <sup>5</sup>	Compartilhamentos
Janeiro	53.086	24	9.354	134.458	895
Fevereiro	54.710	34	10.047	141.079	1.140
Março	58.276	37	19.071	725.046	2.770
Abril	62.311	45	12.382	802.584	3.136
Mai	64.007	70	7.519	419.461	936
Junho	65.843	47	10.258	403.604	1.338
Julho	68.967	63	22.019	897.899	2.290
Agosto	71.097	72	15.062	695.568	3.961
Setembro	73.053	75	22.003	709.650	1.059
Outubro	74.817	69	23.836	609.240	1.987
Novembro	76.405	13	12.079	301.629	1.031
Dezembro	77.105	34	26.415	493.230	1.690
Total	-	583	168.064	6.333.448	22.233
Média Mensal	-	48	14.005	527.787	1.852

Fonte: Analytics Facebook; Relatórios Mensais de Mídias Sociais – Secom/UnB.

O perfil no Twitter conta com 50 mil seguidores. Essa rede social apresenta um perfil de público diferente, pois também é direcionada à comunicação de eventos científicos e culturais promovidos por membros da comunidade acadêmica. Os assuntos mais vistos pelos seguidores foram: notícias e informações gerais sobre cinema, política e atualidades e negócios. Segundo as estatísticas fornecidas pela rede social, o crescimento de seguidores da UnB é, em média, de 62 novos perfis por dia.

Além das redes sociais, a Secom disponibiliza o *clipping*, que é uma compilação das matérias que saíram na mídia sobre a Universidade de Brasília. É feito, atualmente, apenas com base em jornais impressos, rádios, televisão e sites. O serviço foi contratado e é realizado por uma empresa especializada nesse tipo de atividade. Os dados são publicados e ficam à disposição para consulta no portal da Universidade, no *link*: <http://unb2.unb.br/noticias/unbclipping/index.php>.

A análise feita nas matérias sobre a Universidade de Brasília, que saem na mídia, consiste em verificar se o conteúdo é neutro (informação sem juízo de valor); positivo (conteúdo valoriza a imagem da Instituição) e negativo (conteúdo contém alguma informação que prejudica a imagem da Instituição).

Em 2016 foram rastreadas, no serviço de *clipping*, mais de 5.100 (cinco mil e cem) notícias envolvendo o nome da Universidade, nos principais meios digitais e impressos do Brasil. A classificação do conteúdo ficou com a seguinte disposição, conforme demonstrado no gráfico 5.3:

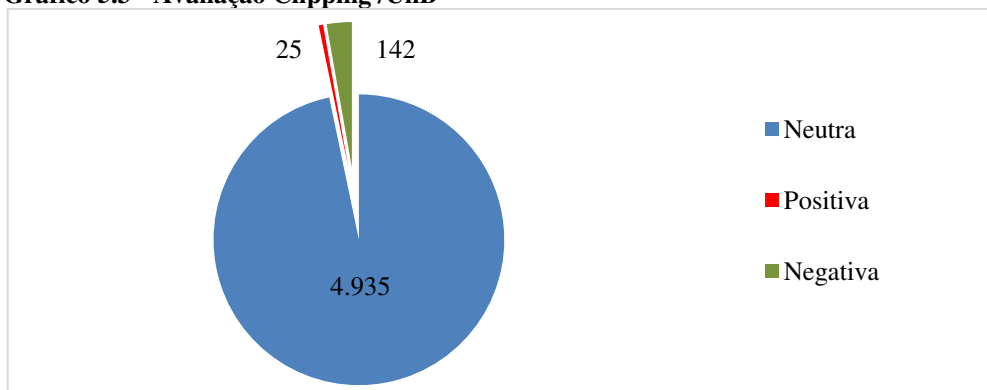
<sup>3</sup> Analytics: estática da rede social informa a interação do fã na página.

<sup>4</sup> As cinco opções de reações, além do "curti", são: "amei", "haha", "uau", "triste" e "grr". São reações que demonstram a opinião de uma pessoa sobre determinada postagem.

<sup>5</sup> Quantas pessoas foram atingidas por determinada postagem.



Gráfico 5.3 - Avaliação Clipping /UnB



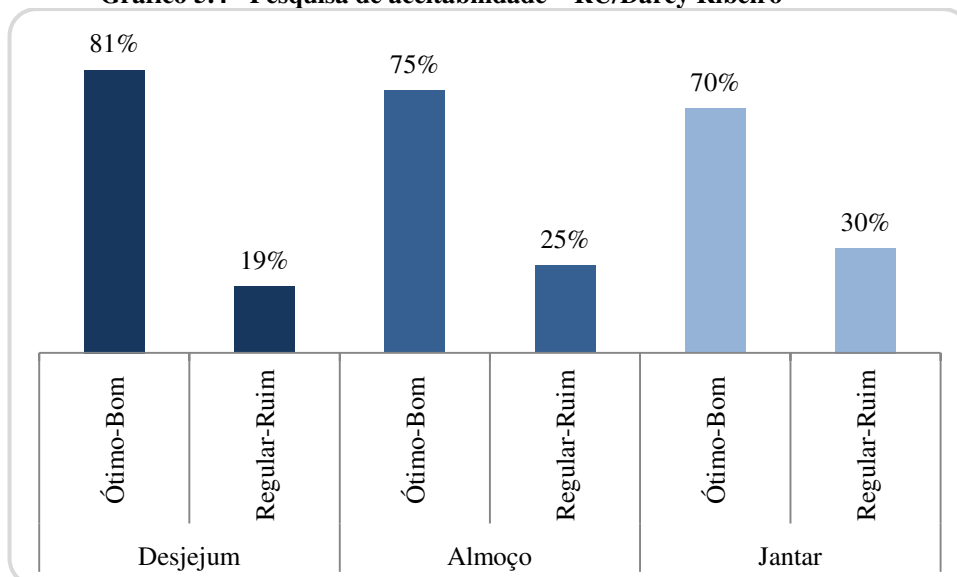
Fonte: Secom.

### 5.3.3 Restaurante Universitário (RU)

A alimentação oferecida no Restaurante Universitário dos *campi* Darcy Ribeiro, Ceilândia, Gama e da Fazenda Água Limpa, foi objeto de um programa de aferição de opinião realizada pela empresa Sanoli, responsável pela distribuição de alimentos nos restaurantes. Ressalta-se que não foi realizada pesquisa de satisfação no RU do *campus* Planaltina, tendo em vista a ocupação da unidade no período programado para realização da pesquisa. Na pesquisa, questionou-se sobre o cardápio ofertado, de acordo com os seguintes requisitos: apresentação, sabor, temperatura e variedade. Foram disponibilizados dois grupos de resposta: ótimo-bom e regular-ruim.

A pesquisa de aceitabilidade do cardápio no *campus* Darcy Ribeiro realizou-se durante períodos distintos no decorrer do ano, nos dias 31 de maio de 2016; 27 de junho de 2016; 23 de agosto de 2016; 8, 20 e 28 de setembro de 2016; 26 de outubro de 2016; e 06 de dezembro de 2016, contando com um total de 2.470 participações.

Gráfico 5.4 - Pesquisa de aceitabilidade – RU/Darcy Ribeiro

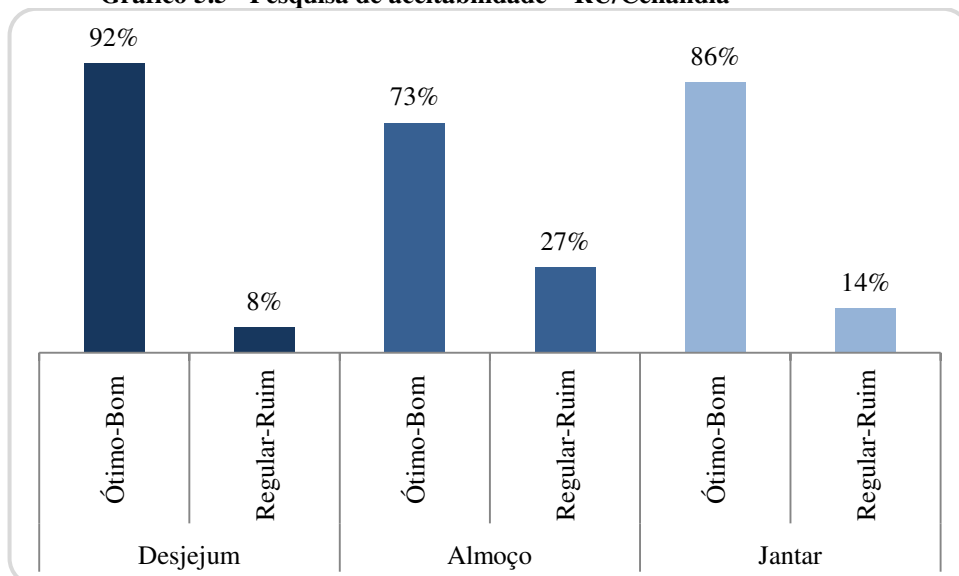


Fonte: RU.

No Restaurante Universitário do *campus* Ceilândia, a pesquisa de aceitabilidade foi realizada no dia 11 de novembro de 2016. O número de participantes da pesquisa do cardápio foi de 45 no desjejum, 174 no almoço e 19 no jantar; totalizando 238 participações.



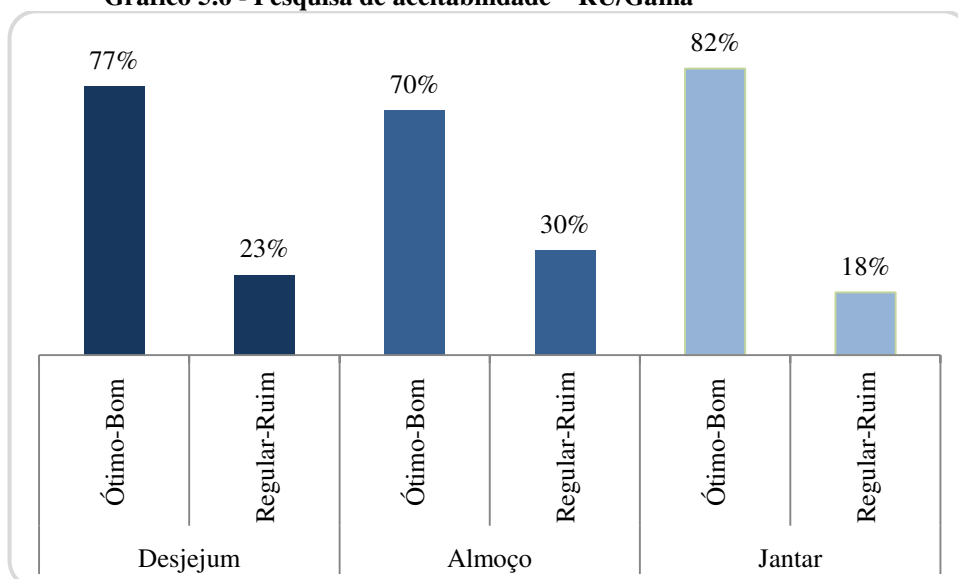
Gráfico 5.5 - Pesquisa de aceitabilidade – RU/Ceilândia



Fonte: RU.

Já no *campus* Gama, a pesquisa foi realizada no dia 09 de novembro de 2016. O número de participantes da pesquisa foi de 93 no desjejum, 136 no almoço e 61 no jantar do dia 09 de novembro de 2016; totalizando 290 participações.

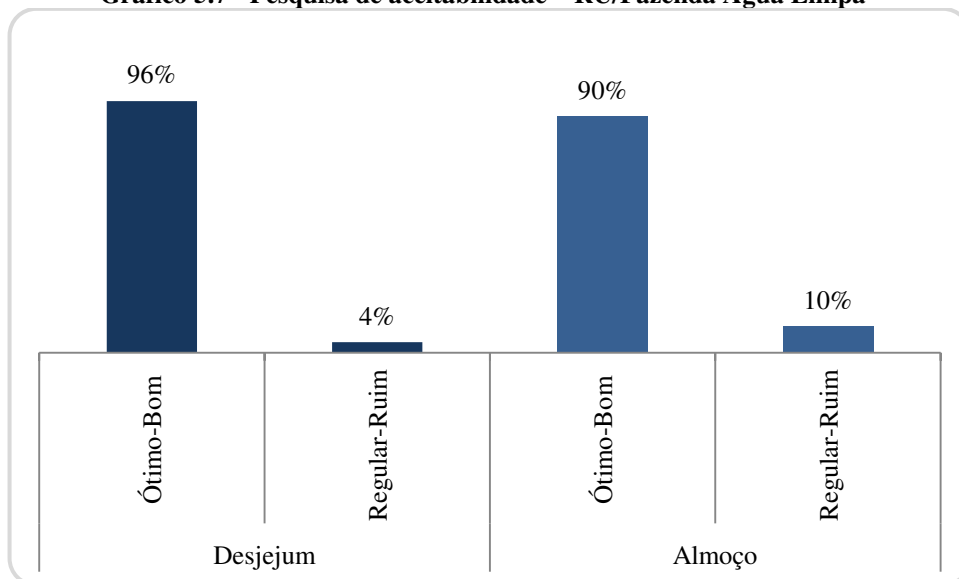
Gráfico 5.6 - Pesquisa de aceitabilidade – RU/Gama



Fonte: RU.

O Restaurante Universitário do *campus* Fazenda Água Limpa realizou no dia 10 de novembro de 2016 sua pesquisa de satisfação. O número de participantes foi de 17 no desjejum e 45 no almoço; totalizando 62 participações.

Gráfico 5.7 - Pesquisa de aceitabilidade – RU/Fazenda Água Limpa

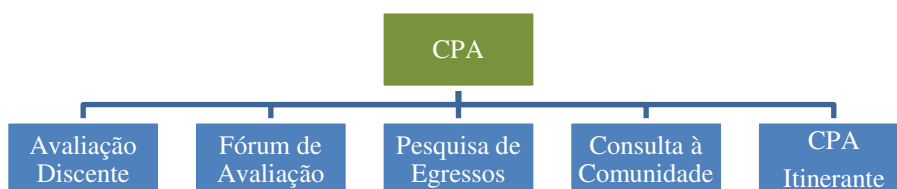


Fonte: RU.

### 5.3.4 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade de Brasília é uma instância dotada de autonomia para conduzir os processos de avaliação interna e também responsável pela elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional. Para o melhor desempenho de suas tarefas, a CPA desenvolveu instrumentos e canais com o intuito de se aproximar da comunidade acadêmica e de captar a percepção dos segmentos docentes, discentes e técnico administrativos. Os métodos utilizados pela comissão são demonstrados na figura 5.3:

Figura 5.3 - Organograma dos métodos utilizados pela CPA



Fonte: [www.cpa.unb.br](http://www.cpa.unb.br).

A consulta à comunidade acadêmica é realizada por meio de questionário online enviado para docentes, discentes e servidores técnico-administrativos com o objetivo de ampliar os canais de comunicação e interação entre a comunidade universitária e a gestão. Em relação ao exercício de 2016, os formulários ainda estão sendo coletados. O resultado da consulta, assim que for concluído, ficará disponível no endereço [www.cpa.unb.br](http://www.cpa.unb.br). Também é possível por meio da mesma página eletrônica acessar os resultados dos anos anteriores. Todas essas informações funcionam como ponte entre os usuários e a gestão da Universidade, que a partir dos resultados é capaz de identificar potencialidades, fragilidades e sugestões para melhorar o funcionamento da Instituição.

A CPA disponibilizou, durante o ano de 2016, dois boletins com informações sobre diversos assuntos que permeiam a avaliação na Universidade. A comunidade acadêmica tem acesso a essas informações por meio do e-mail institucional, no [próprio site da CPA](#) e também versões impressas, que são fixadas nos murais de divulgação nos *campi* da Universidade.



Em continuidade às ações da Comissão, tratou-se em outubro de 2016 do 3º AVAL - Fórum de Avaliação da Universidade de Brasília, que teve como tema: *Perspectivas da avaliação no Ensino Superior; Avaliação externa: como receber uma comissão de avaliação externa; Egressos: onde e como estão nossos ex-alunos? e Evasão, Retenção e Taxa de Sucesso na Graduação na UnB*. Para o ano de 2017, a meta é que o Fórum continue promovendo a discussão dos resultados da autoavaliação e o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UnB.

Além das ações já mencionadas, a comissão desenvolveu-se o projeto CPA Itinerante para atender à proposta estabelecida no PDI, de diálogo com todos os órgãos e instâncias institucionais da UnB. Essa ação visa ampliar o espaço de atuação da Comissão, por meio de contato direto com as unidades acadêmicas e Diretores de Institutos e Faculdades, coordenadores de cursos e integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Foram realizadas em 2016 as primeiras visitas do projeto, apresentando um estudo relacionado à unidade acadêmica, contendo indicadores de avaliação. Os cursos/unidades contemplados foram: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Automotiva e o Instituto de Ciências Exatas.

Para 2017, o projeto será ampliado, com um planejamento trienal nas unidades, a fim de discutir o uso dos resultados da avaliação interna e externa e construção de ações para a melhoria da qualidade.

#### **5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

A Universidade de Brasília, em atendimento a [Lei 12.527/2011](#), que regulamenta o acesso à informação, disponibiliza em sua página ([www.unb.br](http://www.unb.br)) informações que visam promover a transparência da gestão. Abaixo, indica-se o endereço eletrônico para o acesso as informações mais relevantes da instituição:

Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2017:

[http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=94&Itemid=683](http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=94&Itemid=683)

Portal de Transparência:

[http://unb2.unb.br/transparencia\\_unb](http://unb2.unb.br/transparencia_unb)

Relatório de Gestão 2015:

[http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=1&Itemid=675](http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1&Itemid=675)

Relatório de Autoavaliação 2015:

[http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=91&Itemid=686](http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=91&Itemid=686)

Anuário Estatístico 2015 (versão parcial):

[http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742](http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742)

Cartilha de Execução da Despesa:

<http://www.daf.unb.br/images/DAF/Cartilha%20de%20Execuo%20da%20Despesa%202002.05.2006.pdf>

Cartilha de Compras:

[http://www.daf.unb.br/images/DCO/Cartilhas/Cartilha%20de%20Compras%20verso\\_01\\_2016.pdf](http://www.daf.unb.br/images/DCO/Cartilhas/Cartilha%20de%20Compras%20verso_01_2016.pdf)

Página da UnB no facebook:

<https://www.facebook.com/oficialUnB/>

UnB Ciência:

<http://unbciencia.unb.br/>

UnB eucuido:

<http://www.boasvindas.unb.br/>



## 5.5 Medidas para garantir a acessibilidade a produtos, serviços e instalações

As ações referentes a este item objetivam garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em cumprimento à [Lei 10.098/2000](#), ao [Decreto 5.296/2004](#) e às normas técnicas da ABNT.

O Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade de Brasília (PPNE/UnB) estabelece uma política permanente de atenção a esse público e também assegura sua plena integração à vida universitária. Nesse contexto, as atividades desenvolvidas pelo Programa visam propiciar e garantir condições para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes por meio da consolidação de uma rede de apoio da Universidade e da garantia de uma prática cidadã na comunidade universitária em todos os seus *campi*, construindo, desta forma, uma Universidade acessível e inclusiva.

Compõem o público-alvo do PPNE pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual e múltipla; dislexia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade; transtornos globais do desenvolvimento; e mobilidade reduzida.

Em 2016, o programa contou com 215 alunos cadastrados. A maioria são alunos com dislexia, transtorno do déficit de atenção e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. Em comparação ao ano anterior, nota-se que houve aumento no número de estudantes atendidos em quase todos os tipos de necessidades. O quadro 5.5 demonstra o número de atendimento nos anos de 2016 e 2015.

**Quadro 5.5 - Atendimentos no programa PPNE**

Necessidades especiais	Estudantes de Graduação		Estudantes de Pós-Graduação	
	2016	2015	2016	2015
Deficiência Auditiva	14	11	1	0
Deficiência Física	24	22	1	2
Deficiência Intelectual	3	2	0	0
Deficiência Múltipla	4	5	0	0
Deficiência Visual	19	18	1	2
Dislexia e/ou TODA/TDAH	127	124	1	3
Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD	16	15	0	0
Outras Necessidades	3	2	0	0
Surdo/Cego	1	0	0	0
<b>Total:</b>	<b>211</b>	<b>199</b>	<b>4</b>	<b>7</b>

Fonte: PPNE.

Do total de estudantes atendidos, 182 estudantes estão no *campus* Darcy Ribeiro, 8 no *campus* Ceilândia, 22 no Gama e 3 no *campus* de Planaltina.

Além do acompanhamento acadêmico, outras ações desenvolvidas pelo PPNE em 2016 compreenderam:

- Programa de Tutoria Especial: serviço de apoio aos estudantes com necessidades especiais nos moldes da monitoria;
- Ações de interação com Institutos e Faculdades: objetiva dialogar com coordenadores de curso, professores e servidores sobre estratégias para adequação da prática educativa;
- Ações de interação com a Prefeitura do *Campus*: visando garantir ações de acessibilidade;
- Cursos e Palestras internos e externos à Universidade;
- Parceria com a Biblioteca Digital Sonora (BDS) e Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual da Faculdade de Educação;
- Transporte no *campus*;



- Laboratório de Tecnologia Assistiva; e
- Campo de realização de pesquisas.

Alguns números demonstram os atendimentos do programa, tais como as cartas de apresentação aos professores e coordenadores de cursos, um dos principais programas de acompanhamento acadêmico, que totalizaram 1.094 cartas no ano de 2016.

O programa de tutoria especial atendeu 90 estudantes com a colaboração de 189 tutores. Ocorreu também prioridade na matrícula de estudantes, sendo 97 solicitações efetivadas por meio do PPNE.

O transporte no *campus* atende pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção, por meio de agendamento prévio. Ressalta-se, no entanto, que o programa de transporte no *campus* vem atendendo os estudantes com um veículo inapropriado para o serviço de transporte de alunos com mobilidade reduzida, uma vez que o modelo utilizado é um *hatch* compacto Fiat Mille, que não transporta uma pessoa em sua cadeira de rodas.

O quadro 5.6 tem por objetivo apresentar as ações estabelecidas pela parceria entre o PPNE e a PRC, com a finalidade de ampliar a acessibilidade física dos alunos com necessidades especiais.

**Quadro 5.6 - Ações do PPNE e da PRC**

Sequencial	Ações
1	Discussão com a PRC sobre acessibilidade física nos projetos das novas edificações dos <i>campi</i> ;
2	Ações conjunta com a PRC, no início de cada semestre, para transferência para salas acessíveis de disciplinas que possuem matriculados alunos com dificuldades de locomoção e que estejam previstas para espaços inadequados, como subsolo, 1º andar e auditório com escadarias;
3	Monitoramento de elevadores visando uso e manutenção adequadas;
4	Planejamento de instalações de elevador em prédios novos e construções de rampa nas entradas dos prédios dos <i>campi da UnB</i> ;
5	Acompanhamento da conservação da reserva de vagas em todos os estacionamentos para pessoas com deficiência e idosos; e
6	Planejamento da recuperação/construção de novas calçadas e construção de vias de acesso para pedestres com rebaixamento de meio-fio.

Fonte: PPNE.



## 6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 Desempenho financeiro no exercício

As informações constantes desta seção foram fornecidas pela DCF e abordam de maneira sucinta as eventuais dificuldades enfrentadas pela UPC na sua gestão financeira, tais como contingenciamento, limitação de gastos e dificuldade de estimação dos ingressos. Busca-se, assim, demonstrar as informações relevantes sobre o fluxo financeiro de forma a demonstrar a compatibilidade e sincronismo entre ingressos e dispêndios financeiros.

Com respeito ao ingresso de recursos financeiros oriundos do Tesouro (fontes 0100, 0112, 0108, etc.), ressalta-se que esta etapa ocorre mediante a liquidação da despesa. Em seguida, os recursos são alocados na UPC para pagar os compromissos ora liquidados.

Durante o exercício de 2016, o repasse de recursos financeiros dessa fonte ficou estabelecido em percentuais com base na liquidação da despesa, ou seja, a apuração dos valores liquidados era efetuada em uma data base que variou de mês a mês. Dada a forma de trabalho aplicada, a Universidade não pode planejar suas liquidações, pois não se sabia a data prevista de apuração da liquidação. Uma vez realizada a apuração, o Tesouro estabelecia o percentual de distribuição do recurso financeiro, que, ocasionalmente, limitou-se a 50% ou menos dos valores liquidados durante o mês anterior.

Quanto ao ingresso de recursos financeiros oriundos de TEDs, Convênios, Contratos etc., tem-se que aqueles oriundos de descentralizações ocorrem mediante a liquidação da despesa. Após esta fase, os órgãos concedentes transferem os recursos para que a Universidade possa pagar os compromissos ora liquidados. Cabe ressaltar que em diversas ocasiões houve contingenciamento nos montantes transferidos ou mesmo o não envio dos recursos financeiros com base na liquidação da despesa por parte dos órgãos concedentes.

As emendas parlamentares destinadas à FUB, de maneira similar, seguiram o mesmo rito estabelecido para repasses da União e de descentralizações recebidas. Em 2016, o procedimento para solicitação de recursos financeiros das emendas parlamentares foi constantemente alterado, causando assim dificuldades operacionais na Universidade. Mesmo cumprindo os prazos estabelecidos para solicitação destes recursos, muitas vezes a unidade não os recebia, causando assim atraso nos compromissos liquidados.

Por fim, o ingresso de recursos financeiros advindos da arrecadação própria (fonte 0250) apresentou redução significativa no volume de recursos, em comparação a anos anteriores. Essa queda ocorreu, principalmente, por conta do não pagamento de recursos da OS Cebraspe para a FUB, em 2016, a título de cessão onerosa.

Em função da sistemática adotada pelo governo central, pelas unidades descentralizadoras e CEBRASPE, a Universidade, inevitavelmente, assumiu volumoso acúmulo de obrigações. Como consequência, a UPC adotou medidas emergenciais para priorização dos pagamentos, em detrimento à determinação contida no artigo 5º da Lei 8.666/93 (Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento das Obrigações). Portanto, a fim de cumprir o referido artigo, a UnB editou e publicou o Ato Administrativo DAF 76/2016, que trata da priorização de pagamentos no âmbito da Universidade.

Ademais, cabe destacar outros pontos que afetaram o desempenho financeiro da Universidade, tais como:

- ocupação da Universidade, por parte do Movimento Estudantil, que causou descontinuidade em áreas que impactam diretamente a gestão financeira da Universidade; e
- o contingenciamento promovido pelo Governo Federal, que afetou negativamente os investimentos e os projetos desenvolvidos na área acadêmica, no tocante à realização de novas avenças contratuais (ex: TEDs, convênios, etc.) e a continuidade das existentes.



Os quadros 6.1 e 6.2 referem-se a fornecedores e credores a pagar em 31/12/2016, com respeito aos compromissos assumidos com as fontes próprias e do MEC. Esses montantes foram pagos ao longo do mês de janeiro de 2017. De acordo com a DCF, não havia credores a pagar ao final de 2016, conforme demonstrado no quadro 6.2 abaixo.

Quanto às descentralizações, essas serão pagas no decorrer de 2017, mediante o envio do recurso financeiro por parte da concedente.

Os casos ocorridos em 2016 de reconhecimento de passivos anteriores foram liquidados e pagos dentro exercício.

O valor referente ao acerto PCASP foi baixado em 2016. Salienta-se que mensalmente a DCF concilia os valores pendentes de pagamento, baixando os valores indevidos e providenciando o pagamento dos valores devidos.

**Quadro 6.1 - Fornecedores a Pagar em 31/12/2016 por Origem de Recursos – Em R\$ mil**

UG	Fonte de Recurso	2015	2016
154040	Acerto PCASP	3	-
	Descentralizações	10.960	544
	MEC	6.200	1.033
	Próprios	933	6
	MEC - Internacionais	900	-
154079	Próprios	263	250
154106	Passivos anteriores	47	-
	Descentralizações	5.068	399
	MEC	85	120
	Próprios	5	5
	<b>Fornecedores -</b>	<b>24.463</b>	<b>2.357</b>

Fonte: SIAFI.

**Quadro 6.2 - Credores a Pagar em 31/12/2016 por Origem de Recursos - Em R\$ mil**

UG	Fonte de Recurso	VALOR	2016
154040	Descentralizações	587	-
	MEC	320	-
	Próprios	1	-
	<b>Bolsas e Auxílios</b>	<b>908</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI.

## 6.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

### 6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

A gestão acadêmica está orientada para a qualidade no ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Para concretizar esse objetivo, a Universidade prima pela constante revisão e aperfeiçoamento das práticas de ensino, dos conteúdos ministrados, além de investimento em tecnologias de ensino e alocação eficiente dos recursos. Destaca-se que as informações relativas ao desempenho acadêmico são apresentadas no [Relatório de Autoavaliação Institucional](#).

Por meio do sistema de cotas, a UnB busca assumir seu papel na luta pela exclusão social, atendendo à missão social de ampliação do acesso e garantia de permanência de estudantes. Entre as ações afirmativas, a UnB estabelece políticas permanentes para atender alunos com deficiência, para assegurar a igualdade de oportunidades e a plena integração dos alunos à vida universitária.

O relacionamento com a sociedade é realizada por diversos programas e ações extensionistas, atendimento no Hospital Universitário, a partir de consultas e cirurgias, serviço prestado no



Hospital Veterinário de grande e pequeno porte, atendimento do núcleo de práticas jurídicas, atendimento psicológico à comunidade, prática esportivas para idosos, oferta de livros pela Editora da UnB, entre outros serviços prestados.

A UnB já apresenta a reserva de vagas para alunos de escolas públicas em cumprimento à Lei 12.711, de 29/08/2012, pela qual todas as Universidades Federais, até 2016, deverão destinar 50% das vagas para estudantes que cursaram os três anos do ensino médio em escola Pública.

Em relação à captação de recursos, a Resolução CAD nº 45/2014 prevê a cobrança de custos indiretos por captação de receita – oriunda de oferta de cursos, convênios e contratos firmados, entre outros tipos de serviços – para fomentar em, pelo menos, 5% o ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa. No ano de 2016, cerca de 50% dos recursos captados foram destinados à pós-graduação e pesquisa.

As receitas próprias da FUB no exercício de 2016 estão discriminadas por natureza da receita, destacando as receitas imobiliárias, serviços administrativos prestados pelas Unidades da FUB, remunerações financeiras, entre outras. Cabe informar que consta material complementar no tópico “Informações sobre a realização das receitas”.

**Quadro 6.3 - Receita Orçamentária Líquida da FUB no ano de 2016 – Em R\$ mil**

Código	Natureza da receita	Receita Orçamentária Líquida
13100111	Aluguéis e arrendamentos	39.380
16100111	Serv. administrativos e comerciais gerais	18.560
13210011	Remuneração de depósitos bancários	11.640
16100211	Inscrição em concursos e processos seletivos	10.450
16909911	Outros serviços	10.020
13900011	Demais receitas patrimoniais	5.520
19100911	Multas e juros previstos em contratos	1.420
19220611	Restituições de despesas de exercícios anteriores	960
76100211	Inscrição em concursos e processos seletivos	800
76100111	Serviços administrativos e comerciais gerais	380
19229911	Outras restituições	220
19100111	Multas previstas em legislação específica	140
	Outras receitas	1
<b>Total</b>		<b>99.490</b>

Fonte: DOR/DPO.

## 6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e resultados

Conforme se pode verificar o quadro 6.4 mostra os principais projetos desenvolvidos pela FUB com captação total de R\$14,12 milhões. Observa-se que 47,36% referem-se à arrecadação de cursos abertos e sequenciais realizados pelo UnB Idiomas.

No decorrer do ano de 2016, a liberação de cota de limite orçamentário – em virtude de receita gerada internamente –, pela SPO, ocorreu mediante a arrecadação realizada no corrente exercício, não ocasionando restrições para a execução das despesas das Unidades.



**Quadro 6.4 - Aplicação dos recursos captados por projeto desenvolvido pelas Unidades da FUB –2016 - Em R\$ mil**

<b>Especificação dos projetos</b>	<b>Empenhado</b>
UnB idiomas - cursos abertos e sequenciais	6.690
Contrato 02/2012 MMA FUB – CPAI	750
Curso de extensão música para crianças	610
Hospital veterinário	590
Observatório sismológico - SIS	550
Curso de especialização em gestão judiciária	540
Direção do Instituto de Letras da FUB	310
Mestrado profissional em adm. - PPGA/ FACE	290
Curso especialização aval. impacto regulatório - ANEEL	290
Mestrado prof. economia do setor publico - ESAF	280
Arrecadação bovinocultura – FAL	260
XVIII Curso de especialização em relações internacionais	260
Curso mestrado prof. economia e gestão - FUB IPEA	240
Mestrado prof. Engenharia elétrica inf. forense	240
VII curso especialização reabilitação ambiental	240
Curso mestrado prof. gestão econ. meio ambiente	190
Curso especialização direito constitucional trabalho	170
Programa de pós-graduação em direito – FD	170
Projeto leveduras ind. modifíc genetic etanol	160
Arrecadações geocronologia_Petrobrás – IGD	160
UnB idiomas - Câmara dos Deputados	140
Curso especialização fisioterapia cardiorrespiratória	130
Receitas lab - análises laboratoriais – IG	110
Programa permanente extensão UnB idiomas/LET	110
UnB idiomas - contrato MRE	110
Projeto de pesquisa: 1a. conf. 2009 a 2015 - PPF	110
XII curso de especialização em psicopatologia clínica	100
Curso de especialização em auditoria e contabilidade em IFRS	100
Cursos de especialização do TCDF-ADM/ FACE	100
Curso especialização auditoria de obras públicas - TCU	100
<b>Total</b>	<b>14.120</b>

Fonte: DOR/DPO.

Devido à insuficiência de dotação orçamentária na Fonte do Tesouro, a receita própria de origem patrimonial representou fonte complementar para assegurar os compromissos assumidos com empresas prestadoras de serviços de apoio, orientados para o alcance dos propósitos institucionais.

Para reforçar o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade, a dotação da Matriz Andifes foi alocada nas Ações Orçamentárias 20GK e 20RK. No ano de 2016, foram destinados R\$ 2,7 milhões para suprir as necessidades finalísticas da FUB.

Foram mantidos os valores aprovados no ano anterior (R\$ 18,9 milhões), na distribuição do orçamento programa interno entre as unidades acadêmicas e administrativas – por meio dos modelos da Matriz de Partição de Recursos, reforço do PDI e Atividades Específicas.



### 6.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Nesta seção procura-se demonstrar as informações relativas aos procedimentos e práticas adotadas pela UPC para a depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e também para avaliação e mensuração de ativos e passivos em cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10, bem como as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional ou outra norma, quando pertinente. As informações prestadas foram elaboradas pela Diretoria de Contabilidade (DCF) da UPC.

#### 1. Quanto à aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10:

- a) Com respeito à NBC T 16.9, a FUB registra a depreciação dos bens móveis desde 2010, de acordo com a macro função STN 020330;
- b) A depreciação de bens imóveis é registrada pela Secretária do Tesouro Nacional;
- c) Quanto à adoção da NBC T 16.10, foi implantada em 2016, por meio da Resolução nº 06/2016 da vice-reitoria, conforme dispõe o Acórdão TCU 377/2016, a 1ª Câmara para instauração de uma comissão com a finalidade de:
  - i. Realizar o inventário físico dos bens imóveis de uso comercial em todos os *campi* da FUB, mensurá-los e reavaliá-los;
  - ii. Realizar o inventário físico dos bens imóveis de uso residencial em todos os *campi* da FUB, mensurá-los e reavaliá-los;
  - iii. Realizar o inventário físico dos bens imóveis de uso educacional em todos os *campi* da FUB, mensurá-los e reavaliá-los;
  - iv. Realizar o inventário físico das obras em andamento em todos os *campi* da FUB;
  - v. Realizar o inventário físico dos terrenos/projeções da FUB, mensurá-los e reavaliá-los;
  - vi. Estabelecer norma para as rotinas de lançamento no SPIUNET no tocante aos Bens Imóveis de uso especial e comercial pertencentes à FUB;
  - vii. Estabelecer norma para as rotinas de escrituração contábil no tocante aos Bens Imóveis de uso especial e comercial pertencentes à FUB;
  - viii. Estabelecer norma para a rotina de reavaliação dos bens imóveis da FUB de uso especial e comercial;
  - ix. Estabelecer norma para a rotina de reavaliação dos terrenos/projeções da FUB de uso especial e comercial.
- d) O resultado dos trabalhos realizados pela Comissão instituída pela Resolução nº 06/2016 da Vice-Reitoria foram:
  - i. Estabelecimento de critério para reavaliação do valor atribuído às benfeitorias (edificações) no SPIUnet, qual seja, o CUB (Valor do Custo Unitário Básico da benfeitoria utilizada), e para os terrenos o valor de R\$ 500/m<sup>2</sup> (quinhentos reais por metro quadrado), conforme estabelece o Manual SPIUnet;
  - ii. O registro contábil dos *campi* de Planaltina, Gama e Ceilândia no SPIUnet/SIAFI foi efetuado em setembro/2016, após levantamento realizado pela comissão;
  - iii. O registro contábil dos imóveis situados no *campus* Darcy Ribeiro no SPIUnet/SIAFI foi efetuado em setembro/2016 e de forma individualizada, após o relatório final da comissão, o qual fora encaminhado ao TCU, em resposta ao Acórdão 377/2016.



2. Em decorrência dos bens imóveis não terem vida útil definida, eles foram avaliados pela Comissão instituída pela Resolução nº 06/2016 da Vice-Reitoria e não foi criada metodologia para estimar sua vida útil econômica, entretanto, a cada dois anos a Comissão efetuará inventário para reavaliá-los.
3. A vida útil econômica dos bens móveis é definida pela macro função STN 020330.
4. A metodologia de cálculo da depreciação dos bens móveis e amortização dos intangíveis são definidas pela macro função STN 020330 e pelo Ato do DAF 81/2016.
5. A metodologia de cálculo da depreciação dos bens imóveis é definida e contabilizada pela STN.
6. As taxas utilizadas para os cálculos são definidos pela macro função STN 020330, no caso dos bens móveis.
7. Sobre a metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido:
  - i. Quanto às disponibilidades: são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. A UnB não possui disponibilidades em moeda estrangeira;
  - ii. Quanto aos créditos e dívidas: avaliados pelo valor original;
  - iii. Quanto aos estoques: mensurados com base no valor de aquisição;
  - iv. Quanto aos investimentos: a FUB não possui investimentos do ponto de vista da NBC T 16.10;
  - v. Quanto ao imobilizado e intangível: mensurados com base no valor de aquisição, produção ou construção;
  - vi. A FUB não possui diferido do ponto de vista da NBC T 16.10.
8. Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício:
  - i. A execução orçamentária e financeira da FUB é realizada no SIAFI;
  - ii. No tocante à depreciação o impacto é negativo, pois reduz o resultado patrimonial do exercício, porém representa com maior fidedignidade o valor do ativo;
  - iii. No tocante a reavaliação, o seu impacto nos bens imóveis, após a apuração das informações prestadas pela comissão citada na letra a, afetou positivamente o resultado patrimonial da UnB em 2016.

## **6.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

### **6.4.1 Custo com base na metodologia do Tribunal de Contas da União**

Esta seção trata do cálculo do custo do ensino na UnB, no exercício de 2016, de acordo com a metodologia do TCU. A partir das definições do órgão de fiscalização, foram apurados os custos discriminados no quadro 6.5: na primeira parte é demonstrado o custo corrente por aluno, excluindo todas as despesas realizadas pelo HUB, em 2016; na segunda parte é evidenciado o custo apurado, considerando-se, como parte da estrutura de custos da Fundação, 35% das despesas realizadas no Hospital Universitário de Brasília.



A fórmula de cálculo determinada pelo TCU não contempla as diferenças entre instituições em termos de diversidade de atuação e de porte, bem como não discrimina os custos diretos com os estudantes dos demais custos de uma Universidade.

Diferentemente da metodologia da UnB, a do TCU utiliza todas as despesas correntes executadas pela FUB/UnB no exercício, inclusive aquelas não relacionadas diretamente com o estudante, como os dispêndios efetuados com atividades de pesquisa, de extensão e administrativas, aumentando consideravelmente o custo com o aluno.



**Quadro 6.5 - FUB/UnB – Custo Corrente por aluno, 2010 a 2016, segundo a Metodologia do TCU**

Valores Nominais em R\$ 1.000,00

<b>Especificações</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Custo Corrente sem HUB</b>							
Despesa Corrente da Universidade	1.237.271,22	1.347.291,40	1.452.979,07	1.877.295,03	1.822.632,49	1.571.217,03	1.500.300.664,00
(-) Despesa Corrente HUB	-107.825,05	-148.042,77	-147.928,37	-166.290,93	-148.842,21	-108.671,68	-77.416,243,00
(-) Aposentadorias e Reformas (conta n. 319001)	-129.335,11	-143.892,13	-155.620,37	-181.735,01	-204.187,04	-261.929,60	-241.774.327,00
(-) Pensões (conta n. 319003)	-19.851,03	-22.353,27	-25.639,82	-28.990,17	-33.596,37	-40.786,32	-43.597.765,00
(-) Sentenças Judiciais (conta n. 319091)	-107.160,46	-120.999,95	-130.281,37	-145.266,68	-166.164,60	-171.400,22	-182.147.890,00
(-) Despesas com pessoal cedido - docente	-3.388,60	-2.212,19	-10.090,41	-3.726,46	-7.043,62	-10.470,58	-11.016.735,35
(-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo	-6.544,20	-6.744,13		-6.574,22	-11.994,37	-18.086,86	-19.931.193,38
(-) Despesas com pessoal afastado País - docente	-184,00	-0,0	-9.549,86	-8.392,76	-21.779,58	-36.618,74	-36.618.744,00
(-) Despesas com pessoal afastado País – técnico-adm.	-0,00	-0,00		-5.449.497,28	-6.872.868,14	-3.685.210,00	-3.685.210,00
<b>Total de despesa</b>	<b>862.982,74</b>	<b>903.046,92</b>	<b>983.418,69</b>	<b>1.330.869,27</b>	<b>1.222.151,79</b>	<b>919.567,78</b>	<b>884.112.556,27</b>
<b>Total n. alunos</b>	<b>42.534</b>	<b>43.804</b>	<b>47.785</b>	<b>46.424</b>	<b>51.670</b>	<b>55.229</b>	<b>59.686</b>
<b>Custo aluno</b>	<b>20,28</b>	<b>20,61</b>	<b>20,58</b>	<b>28,66</b>	<b>23,65</b>	<b>16,64</b>	<b>14,81</b>
<b>Custo Corrente com HUB</b>							
Despesas Correntes	1.237.271,22	1.347.291,40	1.452.979,07	1.877.295,03	1.822.632,49	1.571.217,03	1.500.300.664,00
(-) 65% das despesas correntes do HUB	-70.086,28	-96.227,80	-96.153,44	-108.089,10	-96.747,43	-70.636,59	-50.320.557,95
(-) Aposentadorias e Reformas (conta n. 319001)	-129.335,11	-143.892,13	-155.620,37	-181.735,01	-204.187,04	-261.929,60	-241.774.327,00
(-) Pensões (conta n. 319003)	-19.851,03	-22.353,27	-25.639,82	-28.990,17	-33.596,37	-40.786,32	-43.597.765,00
(-) Sentenças Judiciais (conta n. 319091)	-107.160,46	-120.999,95	-130.281,37	-145.266,68	-166.164,60	-171.400,22	-182.147.890,00
(-)Despesas com pessoal cedido - docente	-3.388,60	-2.212,19	-10.090,41	-3.726,46	-7.043,62	-10.470,58	-11.016.735,35
(-)Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo	-6.544,20	-6.744,13		-6.574,22	-11.994,37	-18.086,86	-19.931.193,38
(-) Despesas com pessoal afastado País - docente	-184,00	-0,00	-9.549,86	-8.392,76	-21.779,58	-36.618,74	-36.618.744,00
(-) Despesas com pessoal afastado País – téc.-adm.	-0,00	-0,00		-5.449,49	-6.872,86	-3.685,21	-3.685.210,00
<b>Total de despesa</b>	<b>900.721,51</b>	<b>954.861,90</b>	<b>1.025.643,76</b>	<b>1.389.071,09</b>	<b>1.274.246,56</b>	<b>957.602,87</b>	<b>911.208.241,32</b>
<b>Total n. alunos</b>	<b>42.534</b>	<b>43.804</b>	<b>47.785</b>	<b>46.424</b>	<b>51.670</b>	<b>55.229</b>	<b>59.686</b>
<b>Custo aluno</b>	<b>21,17</b>	<b>21,79</b>	<b>21,46</b>	<b>29,92</b>	<b>24,66</b>	<b>17,33</b>	<b>15,26</b>

Fonte: DPO, 2015.



#### **6.4.2 Apuração do custo do ensino e do custo aluno segundo metodologia de apuração desenvolvida pela UnB**

A FUB, ao definir o seu PDI para o período 2002/2006, estabeleceu como projeto estratégico a definição de metodologia específica para a apuração do custo do ensino, e conseqüentemente, o custo por aluno. Naquela ocasião, iniciou-se a análise da metodologia recomendada pelo TCU, por meio da Decisão Plenária n. 408/2002. Apesar da iniciativa do referido órgão em buscar forma de mensurar os custos relativos à atividade de ensino nas IFES, observou-se que a metodologia proposta apresentava algumas limitações para ser utilizada como instrumento gerencial na administração da expansão da oferta de ensino e no aperfeiçoamento da administração acadêmica.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE) e a Secretaria de Planejamento (SPL), atualmente Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), desenvolveram em conjunto a metodologia descrita no “Manual Modelo de apuração de Custos da UnB”, que desde então vem sendo aperfeiçoada, conforme descrito no histórico a seguir apresentado.

- Em 2003, foi apresentada a primeira versão do custo por aluno da UnB, sendo a metodologia utilizada para apurar o custo do ensino para 2001 e 2002. A primeira versão da metodologia teve as seguintes características: retiradas de despesas realizadas por unidades que não possuíam vínculo com o produto-ensino; analisadas, para as demais unidades, as despesas executadas, sendo excluídas aquelas não relacionadas com o ensino em unidades acadêmicas; incluído o custo proporcional à realização do PAS e vestibular, dado que a unidade responsável pela realização das seleções desenvolve atividades de prestação de serviços à comunidade externa; segregado o esforço despendido pela mão-de-obra ocupada das atividades de ensino das demais atividades da Instituição; não inclusão do custo da depreciação. A partir da análise dos resultados obtidos anteriormente, foi feita a segunda versão da apuração do custo por aluno da UnB. Naquele momento, foi incluído o custo da depreciação e foram realizadas entrevistas e análise de relatórios sobre o grau de utilização, pelos alunos, dos serviços prestados pelas seguintes unidades: BCE, PRC, RU e CPD. Além disso, foi detalhada a apuração do custo por instituto/faculdade, bem como feita a inclusão do custo do ensino do HUB.
- Em 2004, foram realizados os seguintes aperfeiçoamentos na metodologia: cálculo do esforço despendido, em relação à mão-de-obra, para manter o ensino oferecido por institutos e faculdades; alocação recíproca dos custos entre as principais unidades prestadoras de serviço; identificação do direcionador de custos por unidade de apoio e suporte; segregação, na SRH, dos custos relacionados ao setor responsável pelo atendimento de aposentados e pensionistas; identificação dos institutos e faculdades que utilizam regularmente a Fazenda Água Limpa; apuração do custo do ensino do CDT; apuração do custo do espaço físico das salas de aula de uso comum, com base na capacidade prática.
- Em 2005, a apuração do custo aluno foi baseada na terceira versão da metodologia, com a inclusão das despesas de energia elétrica, água e esgoto, uma vez que até março daquele ano a Instituição era isenta do pagamento destas despesas (Lei Distrital n. 227/1992). É importante ressaltar que os resultados de 2005, anteriormente divulgados, foram recalculados em virtude da existência de novos dados internos, que à época do relatório anual daquele ano não estavam disponíveis. Tais ajustes foram necessários para garantir a consistência da análise. Assim sendo, o custo total do ensino apurado e divulgado para 2005 foi de R\$ 177.374,01 este valor substitui o dimensionado anteriormente (R\$ 148.145,67).
- Em 2006, em virtude da greve no ano anterior, o segundo semestre de 2005 foi cursado no ano letivo de 2006, sendo assim, alguns custos desse semestre foram incorporados na apuração do



custo aluno daquele ano. Foi incorporado o custo da Faculdade de Planaltina e do CIORD. Cabe ressaltar que a partir de novembro foram instalados medidores de água e esgoto por edifício do *Campus*, melhorando a alocação do custo das unidades. O custo do Hospital Universitário de Brasília foi calculado por estimativa, tendo como base os anos anteriores, uma vez que parte das informações solicitadas não foi encaminhada. A partir dessa metodologia, o resultado obtido foi de R\$ 160.253,92 para o custo do ensino e de R\$ 6,46 para o custo aluno na Universidade de Brasília. Os resultados apurados mostram que comparados os anos de 2005 com 2006, 35% dos institutos e faculdades apresentaram aumento em seus custos, enquanto 57% apresentaram redução. As mudanças na estrutura de custos devem-se a alguns fatores, tais como: o aumento na oferta de créditos e a redução no consumo de energia elétrica. Cabe ressaltar que o custo aluno apurado para a FUP, no valor de R\$ 13,66, deve-se ao fato de a Faculdade ter iniciado suas atividades no ano de 2006.

- Em 2007 foram constatadas inconsistências de dados no cálculo da apuração do custo aluno de 2006 e os resultados anteriormente divulgados foram recalculados. Tais ajustes foram necessários para garantir a fidedignidade dos dados. Assim sendo, o custo total do ensino apurado e divulgado para 2006 foi de R\$ 183.952,17; este valor substituiu o dimensionado anteriormente de R\$ 160.253,92 e o custo aluno passou de R\$ 6,46 para R\$ 6,62. Para apurar o custo de 2007 do Hospital Universitário, utilizou-se o custo com o ensino de 13% encontrado em estimativas de anos anteriores. Este percentual foi aplicado sobre os valores atualizados do orçamento do HUB, folhas de pagamento do pessoal cedido pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do GDF e folha de pessoal do HUB. Em razão da ausência da informação relativa ao quantitativo de acessos ao portal de Periódicos CAPES por usuários da UnB, decidiu-se usar o mesmo número informado em 2006. Constatou-se acréscimo relevante em 2007 do valor referente às compras diretas, para manutenção e reformas pela PRC, que passou de R\$ 747,85 em 2006 para R\$ 3.162,67. Em relação à FUP, o aumento substancial do custo aluno em 2007 deveu-se ao fato da unidade ainda estar em fase de implantação com aumentos significativos em despesas de pessoal, de R\$ 391,14 para R\$ 1.011,02, e compras diretas, de R\$ 82,97 para R\$ 957,94. O resultado obtido foi de R\$ 195.199,48 para o custo do ensino e de R\$ 7,55 para o custo aluno na Universidade de Brasília.
- Em 2008 foi utilizada a mesma metodologia de apuração de custo ano anterior, com a inclusão dos *campi* de Ceilândia (FCE) e do Gama (FGA), inaugurados no segundo semestre daquele ano. O custo apurado das unidades FCE e FGA refere-se somente ao segundo semestre. Os gastos com energia elétrica, água e esgoto não foram computados para essas unidades, pois as referidas despesas somente correrão por conta da FUB a partir de 2009, conforme informado pela Prefeitura do Campus. Para apurar o custo de 2008 do Hospital Universitário, utilizou-se o custo de 13% com o ensino, encontrado em estimativas de anos anteriores. Este percentual foi aplicado sobre os valores atualizados do orçamento do HUB, folhas de pagamento do pessoal cedido pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do GDF e folha de pessoal do HUB. Em razão da ausência da informação relativa ao quantitativo de acessos ao portal de Periódicos CAPES por usuários da UnB, decidiu-se usar o mesmo número informado em 2006.

No primeiro semestre foram repetidos os valores constantes do segundo, em dois elementos de despesa, devido à ausência de informações por parte da unidade responsável. Após análise foram constatados acréscimos substanciais no custo aluno de alguns institutos/faculdades devido ao aumento das despesas correntes, o aumento do valor das bolsas, o acréscimo de bens incorporados e o aumento da área física de algumas unidades. Em virtude da adesão da UnB ao Programa de Apoio à Expansão e Reestruturação das Universidades Federais, os resultados apurados mostram que, comparados os anos de 2007 com 2008, todos os institutos e faculdades apresentaram aumento em seus custos por aluno, exceto a FUP na qual houve uma redução, em



virtude do aumento do número de alunos, implantação de infraestrutura bem como a contratação de docentes e técnicos administrativos. Nas unidades FCE e FGA não foram comparados os seus custos devido a não apuração no ano anterior. Em 2008, o resultado obtido foi de R\$ 268.432,62 para o custo do ensino e de R\$ 10,89 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

- No exercício de 2009 foram criados novos cursos de graduação com início a partir do segundo semestre: Engenharia da Produção (FT), Licenciatura em Música/noturno (IDA), Geofísica (IG), Letras-Tradução/Espanhol (IL), Licenciatura em História/noturno (IH) e os cursos executados por consórcios entre Institutos/Faculdades: Ciências Ambientais (IB, IG, IQ, ECO, CDS), Gestão de Políticas Públicas (IPOL, ADM, ECO), Museologia (IDA, HIS, CID) e Engenharia da Computação (CIC, IE, ENE). O Modelo de Apuração de Custo da UnB prevê em sua metodologia a apuração do custo do ensino e do aluno somente por Instituto/Faculdade, não descendo ao nível de curso, em razão de os mesmos não terem suas despesas detalhadas por curso. A falta do detalhamento inviabiliza também a apuração individual dos cursos administrados por consórcios, onde as despesas de um determinado curso estão distribuídas entre faculdades e/ou institutos diferentes. Por esta razão, o custo do aluno destes cursos está diluído entre as unidades responsáveis por administrá-los.

O custo do Hospital Universitário de 2009 foi calculado conforme exercícios anteriores. Devido à ausência de informações referentes à despesa telefônica por parte de uma unidade interna, de despesas com pessoal contratado para a FUB e pessoal cedido ao Hospital Universitário por parte de três órgãos externos, repetiu-se em 2009 os mesmos valores informados em 2008. Os resultados apurados mostram que, comparados os anos de 2009 e 2008, dos 25 institutos/faculdades, 17 apresentaram redução em seus custos por aluno. A redução do custo deu-se em razão da ampliação do número de vagas motivada pela expansão da educação superior pública e da redução das despesas com pessoal contratado por Fundação e das Despesas Correntes. O custo por aluno da Faculdade de Saúde aumentou em 24% ocasionado por acréscimos no quantitativo de bolsa de monitoria de graduação, no consumo de água e esgoto (laboratório), bens incorporados e na obra de reforma pela PRC.

A partir de fevereiro de 2009, o pagamento de bolsas a estudantes e tutores do Programa Educação Tutorial – PET foi realizado diretamente pelo MEC, ficando excluídas da apuração do custo. Em compensação, no mesmo ano, uma nova modalidade de bolsa, Reuni, foi incluída na apuração aumentando o valor do custo do aluno para a maioria dos Institutos/Faculdades. Em 2009, o resultado obtido foi de R\$ 277.489,92 para o custo do ensino e de R\$ 10,75 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

- A UnB criou em 2010 o curso de Turismo, cuja administração é feita por meio do consórcio entre as unidades: CET, FACE, IB, IH e FE, e o curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI/IL). Não foi possível apurar o custo do curso por não haver previsão na metodologia para esta forma de gerenciamento. Em 2010, o Departamento de Ciência da Informação e Documentação-CID foi desmembrado da FACE e transformado na Faculdade da Ciência e Informação. O desmembramento fez com que os custos da FACE fossem reduzidos nesse ano. Em razão da greve em 2010, parte das despesas referentes ao segundo semestre serão incluídos no primeiro semestre do próximo exercício e acarretará o acréscimo do custo do ensino e do aluno.

Apesar de o custo com o pagamento de bolsas a estudantes e tutores do Programa Educação Tutorial – PET ter sido custeado pelo MEC, procedeu-se a inclusão na apuração do custo de 2010, visto tratar-se de despesas com o ensino da UnB. As despesas com as rescisões pagas em 2010 dos prestadores contratados pela FUBRA até 2009 não puderam ser incluídas nos custos, em razão da não obtenção dos dados. A Unidade responsável pela bolsa de permanência e seguro encaminhou os valores discriminados por unidade somente para o período de janeiro a março



(abril não foi informado). Como os valores de maio a dezembro foram informados somente pelo total do mês, utilizou-se para distribuição os percentuais encontrados em março. A unidade alegou que a greve prejudicou os controles efetuados pelo setor.

A unidade responsável pela manutenção dos equipamentos não encaminhou as informações referentes aos serviços prestados às unidades em 2010, alegando problemas com o sistema desenvolvido pelo CPD. Para não prejudicar a apuração, foram utilizados os mesmos valores informados no relatório de 2009.

O GDF não encaminhou os valores referentes à folha de pessoal cedido ao HUB, conforme solicitado, por problemas de mudança de sistema de cálculo de pessoal. Por isso foram usados para 2010 os valores de 2009 atualizados pelo INPC. Tendo em vista que a CAPES não informou o valor referente ao acesso ao portal de periódicos por usuários da UnB, usou-se o mesmo informado em 2009. Verificou-se em 2010 o crescimento do custo de 23 das 25 unidades acadêmicas. A FCI não foi analisada pela falta de comparativo de valores em 2009. O aumento deu-se em razão do acréscimo de recursos provenientes do REUNI para as atividades acadêmicas da FUB/UnB, impulsionando o crescimento dos valores em diversos elementos do custo apurado, com aumentos significativos com: Pessoal Efetivo/Substituto/Visitante, Estagiário e Terceirizado; Bolsas de Permanência, Pós-Graduação, CAPES e PET, Água e Esgoto e Despesas Correntes.

O aumento também significativo das despesas das unidades administrativas que dão suporte às atividades acadêmicas (PRC, DRM, CPD e Almoxarifado Central); das unidades que dão apoio às atividades acadêmicas (INT, DPP, DAC, BCE, RU, FAL e DEG) e dos centros (CEAM, CME, CESPE e CDT-Ensino) também contribuíram para o crescimento do custo do ensino da UnB. Verifica-se o aumento no número de alunos em 22 unidades e redução de 1% para a FE, 2% para o IREL e 18% para a FACE decorrente da saída do CID. Das 25 unidades analisadas 23 tiveram aumento no custo por aluno e duas tiveram reduções FCE (7%) e FGA (40%), ocasionados pelo aumento do número de aluno de 50% e 73% respectivamente.

A FE teve um aumento significativo no custo por aluno de 82%, em razão do aumento das despesas correntes de 644%, decorrido da aquisição de software e treinamento no valor de R\$ 5.577.500. Em 2010, o resultado obtido foi de R\$ 355.340,59 para o custo do ensino e de R\$ 12,19 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

- Em 2011 foram incluídas parte das despesas, referentes ao segundo semestre letivo de 2010, gerando um acréscimo no custo do ensino e do aluno. Os valores referentes à Bolsa de Permanência e Seguro foram informados pela unidade responsável pelo valor mensal global, sem especificar as unidades onde os recursos foram aplicados. Por essa razão, foram utilizados os percentuais encontrados em 2010 para distribuição dos valores para as mesmas unidades. Não foram informados os valores referentes ao seguro para o período de agosto a dezembro, com a justificativa de que a seguradora não havia encaminhado as faturas para pagamento. A Secretaria de Saúde do Distrito valores referentes às folhas de pessoal Federal e o Ministério da Saúde não informaram os cedidos ao HUB. O GDF alegou problemas no sistema de cálculo de pessoal. Utilizou-se nos dois casos os valores informados de 2010 atualizados pelo INPC.

Para apurar o custo do Hospital Universitário e distribuição para a Faculdade de Medicina e Faculdade de Saúde, utilizou-se o custo com o ensino de 13% encontrado em estimativas de anos anteriores. Este percentual foi aplicado sobre os valores atualizados do orçamento do HUB, folhas de pagamento do pessoal cedido pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do GDF e folha de pessoal do HUB. A unidade responsável pela telefonia não identificou as unidades cujo gasto do total das contas correspondeu a R\$ 216,64; por essa razão o valor não foi distribuído.

Tendo em vista que a unidade responsável pelo controle de gastos com pessoal terceirizado pela empresa Planalto não encaminhou em tempo hábil as informações solicitadas, referentes ao período de outubro a dezembro, replicou-se o mês de setembro para o período. Os resultados apurados mostram que comparados os anos de 2011 e 2010, dos 26 institutos/faculdades, 21



apresentaram acréscimos em seus custos por aluno e 5 (FACE, FE, IdA, IF e FCI) apresentaram reduções.

Após análise, foram constatados acréscimos substanciais no custo aluno de alguns institutos/faculdades devido ao acréscimo das despesas com: Pessoal efetivo, Prestadores de Serviço, Pessoal Estagiário e Terceirizado; Bolsa de Permanência, Bolsa de Pós-Graduação e Bolsa CAPES; Despesas Correntes; novos bens incorporados; aumento da área física de algumas unidades e construção de novas áreas; periódicos eletrônicos da CAPES; HUB (para a Faculdade de Medicina e Faculdade de Saúde); unidades e centros que dão suporte e apoiam as unidades acadêmicas. Comparados os resultados apurados de 2011 com 2005, 16 institutos/faculdades apresentaram aumentos em seus custos e 6 (FAU, FEF, IB, IDA, IF e IG) tiveram os custos reduzidos. As unidades FCE, FGA, FUP e FCI não foram comparadas devido a não apuração no ano de 2005. Em 2011, o resultado obtido foi de R\$ 471.298,27 para o custo do ensino e de R\$ 14,85 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

- Tendo em vista as inconsistências apresentadas anteriormente, o custo do ensino e do aluno de 2012 foi recalculado. Tais ajustes foram necessários para garantir a fidedignidade dos dados. Em razão da greve de 2012, o calendário acadêmico sofreu alterações: o 1º semestre, para agosto/outubro/2012 e o 2º semestre, para outubro/2012 e término em março/2013. Essa mudança gerou redução no custo do ensino e do aluno em 2012 e o acréscimo na apuração em 2013, visto que a apuração é feita pelo Regime de Competência Contábil.

O Conselho Universitário aprovou em 2011 a criação de cinco novos cursos de graduação para início em 2012: Engenharia Aeroespacial (FGA), Engenharia Química (IQ), Teoria Crítica e História da Arte (IDA), Bacharelado em Educação Física (FEF) com início para o primeiro semestre e Fonoaudiologia (FCE), para o segundo semestre. Durante a apuração verificou-se que algumas unidades não enviaram ou enviaram de forma incorreta as informações solicitadas. Alguns procedimentos tornaram-se necessários a fim de não comprometer a apuração do custo, como: utilizar os mesmos percentuais encontrados em 2010 para distribuir os valores referentes à Bolsa de Permanência e Seguro de 2012; replicar em 2012 os gastos de combustíveis de 2011.

Das 26 unidades, 20 tiveram seus custos reduzidos e 6 tiveram seus custos aumentados. Constata-se uma redução significativa na variação dos custos das unidades a partir de 2012, que pode ser justificada pela mudança do responsável pelo levantamento dos dados no SIGRA e pela execução de parte do 2º semestre de 2012 em 2013. A redução dos custos das 20 unidades deu-se principalmente na redução do percentual de dedicação ao ensino em 16 dessas unidades. Quanto à diminuição dos custos no que diz respeito à distribuição de créditos entre as unidades contabilizou-se a redução desse item em 15 dessas unidades, e por fim se verificou o aumento do número de alunos em 11 unidades. Após efetuar as correções necessárias na apuração de 2012, o resultado obtido foi de R\$ 409.782,15 para o custo do ensino e de R\$ 12,22 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

- Em virtude das inconsistências apresentadas anteriormente, o custo do ensino e do aluno de 2013 foi recalculado. Tais ajustes foram necessários para garantir a fidedignidade dos dados. O custo do ensino e do aluno de 2013 foi acrescido de parte das despesas do segundo semestre de 2012, o que gerou o acréscimo na apuração de 2013, visto que a apuração é feita pelo Regime de Competência Contábil. Algumas unidades não enviaram ou enviaram de forma incorreta as informações solicitadas, tornando alguns procedimentos necessários, a fim de não comprometer a apuração do custo, como: utilizar os mesmos percentuais encontrados em 2010 para distribuir os valores referentes à Bolsa de Permanência e Seguro de 2013; usar os mesmos valores referentes às folhas de pessoal da Secretaria de Saúde do Distrito Federal cedido ao HUB, informados em 2012; usar o mesmo valor em dólar informado em 2012 pela CAPES pelo acesso ao portal CAPES.



Efetuada a apuração, constatou-se que 24 unidades tiveram aumento nos seus custos e 2 unidades tiveram redução. O quantitativo de unidades e os itens que tiveram seus custos ampliados estão descritos da seguinte forma: despesas da unidade (24); nas despesas das unidades de apoio (24); no percentual de dedicação ao ensino (24); na distribuição de créditos entre elas (12) e na redução do número de alunos (11). Após efetuar as correções necessárias na apuração de 2013, o resultado obtido foi de R\$ 528.218,85 para o custo do ensino e de R\$ 16,19 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

- Em virtude das inconsistências apresentadas anteriormente, o custo do ensino e do aluno de 2014 foi recalculado. Tais ajustes foram necessários para garantir a fidedignidade dos dados. Durante a apuração, se verificou alguns problemas, como o não envio de informações solicitadas ou da forma solicitada, sendo que alguns procedimentos tornaram-se necessários a fim de não comprometer a apuração do custo, como: utilizar os mesmos percentuais encontrados em 2010 para distribuir os valores referentes à Bolsa de Permanência e Seguro de 2013; usar os mesmos valores referentes às folhas de pessoal da Secretaria de Saúde do Distrito Federal cedido ao HUB, informados em 2012; usar o mesmo valor em dólar informado em 2012 pela CAPES pelo acesso ao portal CAPES.

Em 2014, o valor referente à folha de pessoal da FUB sofreu um decréscimo, em razão da mudança da base de dados do sistema interno de pessoal - SIPES para o SIAPE. Das 26 unidades, 25 tiveram seus custos reduzidos, 1 teve aumento do custo aluno. A redução apurada se deu nos itens e quantidades de unidades a seguir: nas despesas da unidade (20); nas despesas das unidades de apoio (24); no percentual de dedicação ao ensino (24); na distribuição dos créditos entre elas (24) e no aumento do número de alunos (18). As despesas com as maiores reduções foram: Pessoal e CESPE. Em 2014, foi necessário alterar a apuração do custo do CESPE, que deixou de executar o vestibular e o PAS. O custo passou a ser obtido pelas faturas pagas ao CEBRASPE pelos serviços relacionados ao ensino.

Em 2014, o resultado obtido foi de R\$ 459.176.590,61 para o custo do ensino e de R\$ 13.221,32 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília. O Conselho Universitário aprovou em 2014 a criação do curso de Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua, no Instituto de Letras, para início no primeiro semestre de 2015.

- Em 2015, as despesas do CME foram incorporadas na apuração da PRC, tendo em vista que o centro foi transformado em diretoria da Prefeitura. A bolsa de permanência da DDS/DAC foi extinta em 2015 e substituída pelo Programa Auxílio Socioeconômico (PAS e UnB), cujo repasse dos recursos agora é feito diretamente ao aluno. Na apuração, os valores foram distribuídos para as unidades de origem do aluno. A unidade responsável pelo controle de estagiários e SICAP na FUB encaminhou as informações solicitadas pelos montantes mensais globais, sem discriminar as unidades onde os gastos foram efetivados. A fim de não comprometer o cálculo da apuração, foi necessário distribuir essas despesas pelos percentuais e para as mesmas unidades distribuídas em 2014.

Tendo em vista que a CAPES não informou o valor do acesso ao portal de Periódicos por usuários da UnB, usou-se o mesmo valor em dólar de 2012. Das 26 unidades 15 tiveram seus custos reduzidos, 8 tiveram aumento do custo aluno e 3 não tiveram alteração. A redução deu-se: nas despesas das unidades de apoio (7); no custo de distribuição dos créditos entre elas (11) e no aumento do número de alunos (13). O aumento do custo deu-se: nas despesas da unidade (8) no custo de pessoal com ensino (7) e no custo da distribuição de créditos entre elas (4). Nas despesas das unidades de apoio as maiores reduções ocorreram no CESPE (92%), cujas atividades passaram para o CEBRASPE. Em 2015, o resultado obtido foi de R\$ 503.639,64 para o custo do ensino e de R\$ 9,84 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.



### **6.4.3 Apuração do custo por aluno de 2016**

Tendo como base a Metodologia de Apuração desenvolvida pela UnB, procedeu-se a apuração do custo do ensino e do aluno de 2016 das unidades acadêmicas. Em virtude da necessidade de aprimoramento da apuração do custo por aluno, foi necessário modificar a metodologia de cálculo nas seguintes variáveis:

- “Dedicação ao ensino” foi necessário agregar o período “verão” com o “1º semestre”. Dessa forma, como resultado observou-se um significativo aumento em seu percentual final, acarretando também o aumento do custo do ensino.
- Nas “Despesas Correntes” do DEG foi retirado o custo dos “Programas Educacionais a Distância para a Educação Básica”, tendo em vista que a modalidade “Educação à Distância” não entra no cômputo do custo do ensino e do aluno.
- Nos “créditos ofertados” pelas unidades foram excluídos os créditos relativos à modalidade “Educação a Distância”.
- No número de alunos das unidades foram excluídos os alunos da “Educação a Distância” e dos cursos de “Mestrados Profissionalizantes”.

Cabe frisar que, em razão da necessidade de se obter parâmetros equivalentes para análise dos dados, procedeu-se em 2015 os mesmos ajustes informados acima. Tendo em vista que a CAPES não informou o valor referente ao acesso ao portal de periódicos por usuários da UnB, usou-se o mesmo informado em 2015 atualizado pelo INPC de 2016. No vigente ano, não houve ampliação de espaços físicos, nem conclusão de obras novas conforme informado pela unidade responsável.

Das 26 unidades analisadas, 23 apresentaram aumento em seus custos, 2 sofreram redução e 1 não apresentou alteração em seus custos. O acréscimo nos custos foi em razão do aumento nas seguintes variáveis: “percentual de dedicação ao ensino”, custo de “distribuição entre as institutos/faculdades” e “despesas da unidade”. A redução do custo do aluno deu-se na Faculdade de Planaltina (FUP) e na Faculdade de Ciência da Informação (FCI).

Na FUP a redução está relacionada à diminuição das “despesas da unidade” e das “despesas das unidades de apoio”. Na FCI, a redução está atrelada ao decréscimo das variáveis: “despesas das unidades de apoio”, “percentual de dedicação ao ensino” e “custo de distribuição de créditos entre institutos/faculdades”. A Faculdade do Gama (FGA) não sofreu alteração no custo do ensino e do aluno no exercício vigente.

Em 2016, o resultado obtido foi de R\$ 916.939,58 para o custo do ensino e de R\$ 23,03 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília. O quadro 6.6 mostra a evolução dos custos do ensino e do aluno das unidades acadêmicas de 2010 a 2016.



**Quadro 6.6 - FUB - Custo do ensino, por unidade acadêmica, nos anos de 2010 a 2016**

Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1.000,00						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>FACE</b>	14,37	13,96	9,82	10,88	5,76	10,14	13,01
Administração; Administração Noturno; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis Noturno; Gestão de Políticas Públicas; Ciências Econômicas; Administração (mestrado/doutorado); Ciências Contábeis (mestrado/doutorado); Economia (mestrado/doutorado)							
<b>FAC</b>	18,42	20,72	12,67	15,45	8,34	15,10	17,04
Comunicação Social; Comunicação Organizacional Noturno; Comunicação (mestrado/doutorado).							
<b>FAU</b>	21,16	22,62	11,43	13,61	8,50	14,42	17,16
Arquitetura e Urbanismo; Arquitetura e Urbanismo Noturno; Arquitetura e Urbanismo (mestrado/doutorado).							
<b>FAV</b>	28,09	33,16	11,18	13,30	7,47	13,60	17,46
Agronomia; Medicina Veterinária; Gestão de Agronegócios; Saúde animal (mestrado); Agronegócios (mestrado); Ciências Agrárias (mestrado); Agronomia (mestrado/doutorado); Ciências Animais (mestrado/doutorado); Gestão do Agronegócio Noturno							
<b>FD</b>	12,23	14,35	13,88	17,83	8,20	12,17	13,40
Direito; Direito Noturno; Direito (mestrado/doutorado)							
<b>FE</b>	21,33	12,82	19,58	34,34	19,74	24,25	31,25
Pedagogia; Pedagogia Noturno; Educação (mestrado/doutorado)							
<b>FEF</b>	24,89	27,95	25,09	40,49	11,49	20,04	25,39
Educação Física; Educação Física (mestrado)							
<b>FM</b>	44,65	62,39	58,05	50,87	33,09	81,21	83,10
Medicina; Ciências Médicas (mestrado/doutorado); Medicina Tropical (mestrado/doutorado); Patologia Molecular (mestrado/doutorado)							
<b>FS</b>	34,04	43,66	15,14	18,23	9,53	19,41	22,51
Enfermagem; Ciências Farmacêuticas; Ciências Farmacêuticas Noturno; Nutrição; Odontologia; Gestão em Saúde Coletiva; Ciências da Saúde (mestrado/doutorado); Nutrição Humana (mestrado/doutorado); Bioética (mestrado/doutorado)							
<b>FT</b>	22,23	23,91	8,42	10,81	5,45	11,18	13,48
Engenharia Civil; Engenharia de Redes de Comunicação; Engenharia de Produção; Engenharia Elétrica; Engenharia Florestal; Engenharia Mecânica; Engenharia Mecatrônica; Engenharia de Computação; Engenharia Ambiental; Ciências Florestais (mestrado/doutorado); Ciências Mecânicas (mestrado/doutorado); Geotecnia (mestrado/doutorado); Engenharia Elétrica (mestrado/doutorado); Estruturas e Construção Civil (mestrado/doutorado); Sistemas Mecatrônicos (mestrado); Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (mestrado/doutorado); Transportes (mestrado/doutorado)							
<b>IB</b>	19,16	19,73	29,52	36,68	20,74	41,37	51,24
Ciências Biológicas; Ciências Biológicas Noturno; Biotecnologia; Biologia Animal (mestrado/doutorado); Botânica (mestrado/doutorado); Ciências Biológicas (mestrado/doutorado); Ecologia (mestrado/doutorado); Fitopatologia (mestrado/doutorado)							
<b>ICS</b>	11,04	11,40	10,92	10,54	5,87	12,95	17,65
Ciências Sociais (Hab. Antropologia e Sociologia); Estudos Comparados sobre as Américas (mestrado/doutorado); Antropologia (mestrado/doutorado); Sociologia (mestrado/doutorado)							
<b>IdA</b>	18,90	17,67	14,16	17,43	8,40	15,85	20,91
Artes Cênicas; Artes Cênicas Noturno; Artes Visuais; Desenho Industrial; Música; Música Noturno; Teoria Crítica e História da Arte; Música (mestrado); Artes (mestrado/doutorado)							
<b>IE</b>	8,67	11,70	29,33	35,55	16,26	39,63	50,74
Ciência da Computação; Computação Noturno; Estatística; Matemática; Matemática Noturno; Estatística (mestrado); Ciência da Computação (mestrado); Informática (mestrado); Matemática (mestrado/doutorado)							
<b>IF</b>	10,18	9,91	32,55	43,75	23,62	48,35	54,73
Física; Física Noturno; Física (mestrado/doutorado)							
<b>IG</b>	19,05	22,83	16,05	17,27	7,72	18,40	22,31
Geofísica; Geologia; Geociências Aplicadas (mestrado/doutorado); Geologia (mestrado/doutorado)							
<b>IH</b>	12,37	13,79	10,27	13,80	6,97	11,72	14,58
Filosofia; Filosofia Noturno; Geografia; História; História Noturno; Serviço Social; Serviço Social Noturno; Filosofia (mestrado); Geografia (mestrado); História (mestrado/doutorado); Política Social (mestrado/doutorado)							
<b>IL</b>	11,23	12,92	12,63	21,40	11,54	13,64	14,83
Letras Português do Brasil; Letras Português; Letras Português Noturno; Letras Francês; letras Inglês; Letras Espanhol; Letras Espanhol Noturno; Letras Japonês Noturno; Letras Língua Estrangeira Aplicada; Licenciatura em Língua de Sinais; Letras – Tradução/Espanhol/Inglês/Francês; Linguística (mestrado/doutorado); Linguística Aplicada (mestrado); Literatura (mestrado/doutorado); Estudos da Tradução (mestrado)							



Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1.000,00						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>IP</b>	15,75	19,40	27,43	40,26	18,93	37,27	50,83
Psicologia; Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (mestrado/doutorado); Ciências do Comportamento (mestrado/doutorado); Psicologia Clínica e Cultura (mestrado/doutorado); Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (mestrado/doutorado)							
<b>IPO</b>	11,44	12,87	11,13	14,98	9,50	15,00	19,99
Ciência Política; Ciência Política (mestrado/doutorado).							
<b>IQ</b>	18,55	19,68	20,32	21,89	10,64	20,88	24,13
Química; Química Noturno; Engenharia Química; Química (mestrado/doutorado); Química Tecnológica							
<b>IREL</b>	18,42	22,48	6,42	8,54	4,03	6,22	7,85
Relações Internacionais; Relações Internacionais (mestrado/doutorado)							
<b>FCE</b>	10,46	13,71	12,39	15,42	12,93	23,11	22,78
Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Gestão de Saúde; Terapia Ocupacional.							
<b>FGA</b>	12,30	14,71	12,46	14,49	9,61	18,26	26,04
Engenharia (habilitações: Engenharia de Energia; Engenharia de Software; Engenharia Automotiva; Eletrônica)							
<b>FUP</b>	10,94	13,01	6,52	8,68	5,73	9,06	9,08
Ciências Naturais; Ciências Naturais Noturno; Educação do Campo; Gestão Ambiental; Gestão do Agronegócio; Ciências de Materiais (mestrado/doutorado); Ciências Ambientais (mestrado/doutorado); Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (mestrado/doutorado)							
<b>FCI</b>	26,47	16,00	5,63	17,26	2,99	5,99	5,73
Biblioteconomia; Arquivologia; Museologia; Ciência da Informação (mestrado/doutorado).							

Fonte: DPO.

Nota1: Os valores financeiros das colunas foram atualizados para 31/12/2016, com base no índice INPC/IBGE.

Nota 2: Destaca-se que a apuração do custo aluno não abrange os cursos na modalidade "Educação a Distância (EAD), cursos *lato sensu* e mestrados/doutorados profissionalizantes.



**Quadro 6.7 - Demonstrativo do custo por aluno 2010 a 2016 (custo em R\$ 1.000,00)**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2016/2015 (%)
FACE	14,37	13,96	9,82	10,88	5,76	10,14	13,01	28%
FAC	18,42	20,72	12,67	15,45	8,34	15,10	17,04	13%
FAU	21,16	22,62	11,43	13,61	8,50	14,42	17,16	19%
FAV	28,09	33,16	11,18	13,30	7,47	13,60	17,46	28%
FD	12,23	14,35	13,88	17,83	8,20	12,17	13,40	10%
FE	21,33	12,82	19,58	34,34	19,74	24,25	31,25	29%
FEF	24,89	27,95	25,09	40,49	11,49	20,04	25,39	27%
FM	44,65	62,39	58,05	50,87	33,09	81,21	83,10	2%
FS	34,04	43,66	15,14	18,23	9,53	19,41	22,51	16%
FT	22,23	23,91	8,42	10,81	5,45	11,18	13,48	20%
IB	19,16	19,73	29,52	36,68	20,74	41,37	51,24	24%
ICS	11,04	11,40	10,92	10,54	5,87	12,95	17,65	36%
IDA	18,90	17,67	14,16	17,43	8,40	15,85	20,91	32%
IE	8,67	11,70	29,33	35,55	16,26	39,63	50,74	28%
IF	10,18	9,91	32,55	43,75	23,62	48,35	54,73	13%
IG	19,05	22,83	16,05	17,27	7,72	18,40	22,31	21%
IH	12,37	13,79	10,27	13,80	6,97	11,72	14,58	24%
IL	11,23	12,92	12,63	21,40	11,54	13,64	14,83	9%
IP	15,75	19,40	27,43	40,26	18,93	37,27	50,81	36%
IPOL	11,44	12,87	11,13	14,98	9,50	15,00	19,99	33%
IQ	18,55	19,68	20,32	21,89	10,64	20,88	24,13	16%
IREL	18,42	22,48	6,42	8,54	4,03	6,22	7,85	26%
FCE	10,46	13,71	12,39	15,42	12,93	23,11	22,78	-1%
FGA	12,30	14,71	12,46	14,49	9,61	18,26	26,04	43%
FUP	10,94	13,01	6,52	8,68	5,73	9,06	9,08	0%
FCI	26,47	16,00	5,63	17,26	2,99	5,99	5,73	-4%
<b>Custo Geral</b>								
N. de alunos	29	32	34	33	50	38	40	4%
Custo	499.512,04	621.272,26	459.519,01	561.117,75	510.954,11	719.010,96	916.939,58	28%
Custo/aluno	17,14	19,59	13,70	17,20	10,23	18,83	23,03	22%

Fonte: DPO.

Nota: Os valores financeiros das colunas foram atualizados para 31/12/2016, com base no índice INPC/IBGE.

## 6.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/67 e notas explicativas são apresentadas no anexo C.



## **7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

Este capítulo tem por objetivo informar sobre o atendimento de demandas destinadas à FUB oriundas de legislações específicas e órgãos de controle. Dessa forma, abrange o tratamento de determinações do TCU e recomendações da CGU, as medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário e o atendimento às disposições contidas no art.5º da Lei 8.666/1993 relativas ao cronograma de pagamento de obrigações. Além disso, também são apresentadas informações referentes à desoneração da folha de pagamento, às ações de publicidade e propaganda e à conformidade com o disposto no art.3º do Decreto 5.626/2005, que trata da oferta da disciplina de Libras em instituições de ensino.

### **7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU**

Durante o exercício de 2016, o Tribunal de Contas da União (TCU) deliberou dezessete acórdãos à FUB com determinações e recomendações. Após diligências com as unidades responsáveis pela execução das disposições contidas nessas deliberações, apenas dois acórdãos permaneceram pendentes, dos quais ainda restam determinações classificadas como não atendidas ou atendidas parcialmente.

O Acórdão nº 377/2016 1ª C, destinado ao Gabinete da Reitoria (GRE) da Universidade de Brasília (UnB), dispõe de pendências relativas aos itens 1.7 e 1.8, conforme indicado nos quadros 7.1 e 7.2. Adicionalmente, com relação ao Acórdão nº 2.176/2016, encaminhado ao Decanato de Administração (DAF), as pendências referem-se apenas ao item 1.6, de acordo com as informações do quadro 7.3. Ressalta-se que a justificativa do não cumprimento e as medidas adotadas pela FUB para viabilizar o atendimento às determinações e recomendações supracitadas também estão descritas nos quadros indicados.

**Quadro 7.1 - Informações relativas ao Acórdão 377/2016 1ªC (item 1.7)**

<b>Caracterização de determinação do TCU</b>				
<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Comunicação expedida</b>	<b>Data da ciência</b>
019.492/2014-6	377/2016 1ª C	1.7	Ofício nº 0268	Não informado
<b>Gabinete da Reitoria</b>				
<b>Descrição da determinação</b>				
<p><b>1.7.</b> determinar à Fundação Universidade de Brasília, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443, de 16/7/1992, c/c art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, que adote, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as seguintes providências relativas ao Convênio 28102963, celebrado com a Petrobrás Distribuidora S.A. em 19/06/1996, visando à construção e exploração de posto de venda de combustível, lubrificantes e serviços no <i>campus</i> da UnB, e, comunicando, em seguida, a este Tribunal os resultados obtidos e enviando a respectiva documentação comprobatória:</p> <p><b>1.7.1.</b> elabore demonstrativo analítico contendo (1) os valores mensais devidos pela empresa desde a assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao convênio, observada a regra de reajuste estabelecida nesse aditivo (parágrafo primeiro da Cláusula Quinta), e (2) os valores mensais efetivamente recolhidos pela referida empresa, com indicação do correspondente documento de registro da receita no Siafi;</p> <p><b>1.7.2.</b> promova a cobrança de eventuais diferenças apuradas;</p> <p><b>1.7.3.</b> promova a celebração de novo termo aditivo em que seja atualizado o valor da contrapartida devida à FUB pela exploração comercial do posto, de acordo com o valor de mercado de locação do imóvel, caso se decida pela manutenção do ajuste celebrado;</p> <p><b>1.7.4.</b> formalize, no novo termo aditivo, o repasse de 5% do lucro líquido do posto a título de doação à FUB, acertado entre a Fundação e a Petrobrás Distribuidora, caso se decida pela manutenção do ajuste celebrado;</p>				



<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>
1.7. A Fundação Universidade de Brasília adotou procedimentos para atender a determinação do TCU, sendo efetuado o contato inicial com a Petrobrás Distribuidora pelo Ofício SGP nº 23/2015. Em 2016, após consulta à Procuradoria Federal junto à FUB, foi encaminhado o Ofício n. 00636/2016 FUB/UnB à referida empresa, solicitando manifestação acerca da incidência das hipóteses de rescisão unilateral do convênio apontadas no Parecer n. 00034/2016/GPG/PFFUB/PGF/AGU. Foi expedido o Ofício nº 0268/2016/FUB- UnB ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União com as informações sobre a matéria.

Fonte: GRE.

**Quadro 7.2 - Informações relativas ao Acórdão 377/2016 1ª C (item 1.8)**

<b>Caracterização de determinação do TCU</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.492/2014-6	377/2016 1ª C	1.8	Ofício nº 0268	Não informado
<b>Gabinete da Reitoria</b>				
<b>Descrição da determinação</b>				
1.8. dar ciência à Fundação Universidade de Brasília de que: ... 1.8.3. a existência de estrutura física de correição deficiente e as falhas na alimentação do sistema CGU-PAD afrontam, respectivamente, o disposto no art. 2º, inciso III, do Decreto 5.480, de 30/6/2005, e na Portaria CGU 1.403/2007;				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
1.8.3 A implantação da Unidade de Correição da Universidade de Brasília foi submetida à apreciação do Consuni, que solicitou avaliação mais detalhada. Foi expedido o Ofício nº 0268/2016/FUB- UnB ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União com as informações sobre a matéria.				

Fonte: GRE.

**Quadro 7.3 - Informações relativas ao Acórdão 2.176/2016 1ª C (item 1.6)**

<b>Caracterização de determinação do TCU</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
045.668/2012-4	2.176/2016 PL	1.6	Não informado	Não informado
<b>Decanato de Administração</b>				
<b>Descrição da determinação</b>				
1.6. Determinar à Fundação Universidade de Brasília (FUB), com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que: 1.6.1. promova, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a regulamentação do processo de seleção de pessoal para compor os projetos desenvolvidos nas diversas unidades e órgãos da Fundação, envolvendo ou não a execução de termos de cooperação, de sorte que sejam respeitados, entre outros, os princípios da publicidade, da impessoalidade e da isonomia, abrindo oportunidades para que eventuais interessados, a exemplo de alunos universitários ou pós-graduandos, que se enquadrem no perfil exigido para cada projeto possam tomar conhecimento com antecedência razoável da seleção e possam livremente se inscrever para integrar as equipes dos referidos projetos; 1.6.2. abstenha-se de incluir, nos termos de cooperação e outros instrumentos que exijam reciprocidade de interesse, produtos, subprodutos, tarefas ou atividades que não estejam estritamente relacionados aos objetivos do órgão que os executará, previstos em seu regimento interno ou outro normativo similar, em obediência ao Decreto 6.170/2007 e à Portaria Interministerial 127/08, com suas alterações; 1.6.3. encaminhe ao TCU a documentação comprobatória relativa ao cumprimento da determinação constante do item 1.6.1.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
1.6 O Decanato de Administração da Fundação Universidade de Brasília encaminhou como solução a criação de Grupo de Trabalho, composto por servidores de diversas unidades da Fundação, para apresentar proposta de regulamentação visando atender às determinações do referido acórdão.				

Fonte: DAF.

O acompanhamento das deliberações emitidas pelo TCU à FUB é realizado pela Auditoria Interna (AUD) e pelos centros de custo destinatários da determinação e/ou recomendação. O Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), em parceria com as demais unidades participantes do processo de prestação de contas, é a unidade responsável pela elaboração/consolidação e pelo encaminhamento do relatório de gestão anual aos órgãos de controle.



Além disso, a Diretoria de Planejamento do DPO acompanha e analisa a publicação das decisões normativas e orientações referentes ao relatório de gestão de cada exercício, contribuindo ainda para a análise das ressalvas encaminhadas pelo referido Tribunal e para a verificação do cumprimento das exigências da prestação de contas.

## **7.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno**

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) realizou uma ação de controle junto à FUB em 2016, a qual resultou na formulação de vinte e cinco recomendações emanadas por esse órgão de controle interno. Entretanto, destaca-se que elas ainda não foram implementadas pelas áreas auditadas.

Apesar disso, ressalta-se que a Instituição, desde 2015, utiliza o sistema Monitor (CGU) com a finalidade de acompanhar, de forma efetiva, as recomendações do órgão de controle interno. A supervisão, por meio eletrônico, permite monitorar o atendimento às ações de controle. Todas as transações ocorrem via sistema e compete à AUD o cadastro dos servidores da FUB responsáveis pelo registro das informações, pela análise das respostas referentes às recomendações e pelo encaminhamento do parecer dessas análises à CGU.

Nesse sentido, destaca-se que a AUD acompanha a implementação das recomendações pelas áreas auditadas e, para o exercício de 2017, estão previstas ações a serem realizadas em conjunto com as unidades técnicas responsáveis pelo atendimento das determinações com vistas a um monitoramento permanente, de forma que todas as recomendações sejam atendidas.

## **7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário**

Neste tópico são descritas as medidas administrativas internas adotadas pela FUB para caracterização ou elisão do dano nos casos que resultaram em apuração de responsabilidade por dano ao erário e informações relativas à instauração de processos de tomadas de contas especiais durante o exercício de 2016.

Destaca-se que, caso a necessidade de reposição ao erário seja constatada, é efetuado um registro para controle em um módulo específico do Sistema de Pessoal (SIPES). Em todos os meses, ao longo do exercício, é apurado o saldo de reposição ao erário nos casos de ilícitos administrativos que resultam em dano, e o mesmo é descontado do valor total do ressarcimento. Essas informações são encaminhadas pelo Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) à Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) para o devido registro na conta contábil de reposição ao erário.

Com base nesse procedimento, constatou-se que, em 2016, sessenta e sete servidores efetuaram a restituição ao erário por recebimento indevido. O montante da devolução, nesse ano, foi de R\$ 347.224,75 (trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).

As medidas administrativas adicionais para apuração de responsabilidade por dano ao erário estão descritas no quadro 7.4.



**Quadro 7.4 - Medidas administrativas adicionais para apuração de responsabilidade por dano ao erário-2016**

<b>Medidas administrativas adicionais para apuração de responsabilidade por dano ao erário em 2016</b>				
<b>Meio de Apuração</b>	<b>Parecer Final</b>	<b>Especificação do Bem Extraviado</b>	<b>Documento de Referência</b>	<b>Valor do Ressarcimento</b>
Termo Circunstanciado Administrativo (TCA)	Ressarcimento ao Erário	Microcomputador ( <i>Notebook</i> )	Ato da DGM nº 107/2016	R\$ 600,00
TCA	Ressarcimento ao Erário	01 Mesa de Som e 02 Caixas de Som	Ato da DGM nº 98/2016	R\$ 3.087,00
TCA	Ressarcimento ao Erário	Microcomputador ( <i>Notebook</i> )	Ato da DGM nº 97/2016	R\$ 340,00
TCA	Ressarcimento ao Erário	02 Cadeiras fixas sem braços, 02 mesas para microcomputador e 01 <i>short break</i>	Ato da DGM nº 28/2016	R\$ 733,10
TCA	Ressarcimento ao Erário	Circulador de ar, máquina de calcular, arquivo de aço, cadeira, mesa para telefone, poltrona giratória	Ato da DGM nº 25/2016	R\$ 385,00
TCA	Ressarcimento ao Erário	<i>IPAD</i> , Microcomputador ( <i>MACBOOK</i> )	Ato da DGM nº 06/2016	R\$ 2.384,10
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 7.529,20</b>

Fonte: DGM.

Ressalta-se que o Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) é utilizado para apuração e controle do ressarcimento de casos de dano ao erário, facilitando a apuração dos extravios e danos aos bens públicos ocorridos na Administração Pública. Portanto, nos casos em que o termo foi aplicado não foi necessária a realização de abertura do processo de tomadas de contas especiais. Contudo, para os casos de não ressarcimento na fase interna de apuração, foi realizada ou sugerida a instauração dos processos de tomadas de contas especiais descritos no quadro 7.5.

**Quadro 7.5 - Tomadas de Contas Especiais - 2016**

<b>Tomadas de Contas Especiais em 2016</b>	
<b>Não Instauradas</b>	<b>Justificativa</b>
<b>Processo 23106.007971/2016-73:</b> O Decanato de Administração solicitou a apuração de responsabilidade, com base na instrução da Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), relativa à execução da Carta Acordo (CA 119/2013), firmada entre o Ministério da Saúde/Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) e a FUB, cujo objeto é intitulado: "Investigação Soromolecular de HTLV-1/2, entre gestantes e lactantes no município do Oiapoque, em área de fronteira do Brasil". Segundo a Nota Técnica 406/2015 do órgão concedente (Departamento de DST e AIDS do Ministério da Saúde - MS), foram apontadas pendências, as quais, após a justificativa apresentada pelo gestor do projeto foram indeferidas. O órgão solicita a devolução do valor de R\$ 67.358,11 (sessenta e sete mil trezentos e cinquenta e oito reais e onze centavos).	Tendo em vista o valor inferior a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), foi sugerida a instauração de processo administrativo interno para apuração de responsabilidade e ressarcimento dos valores, o processo foi remetido à Faculdade de Saúde (FS) para ciência e manifestação do gestor, de modo a resguardar a ampla defesa e o contraditório.
<b>Instauradas</b>	
<b>Processo n. 23106.064091/2016-02:</b> para apurar responsabilidade por dano causado ao erário, tendo em vista os fatos apontados no Relatório de Demandas Especiais (RDE) n. 00190.014992/2008-28, Volume B, no Processo Administrativo Disciplinar n. 00190.040621/2009-82 e n. 00190.36034/2009-99, instaurados na Corregedoria-Geral, setorial do Ministério da Educação. Em resumo, os resultados dos trabalhos de auditoria realizados pela Controladoria-Geral da União foram consignados no referido RDE e concluiu-se pela má utilização dos recursos públicos aplicados no âmbito da Editora Universidade de Brasília (EDU), ocasionando prejuízo ao Erário.	



#### Outros casos

**Processo 23106.009178/2016-17:** O Decanato de Administração sugeriu ao Gabinete do Reitor a instauração de Tomada de Contas Especial relativo ao Termo de Cooperação celebrado entre a FUB e a PETROBRÁS com a interveniência da Fundação Universitária de Brasília (FUBRA), relativo à omissão de prestar contas e solicita a devolução de valores referente ao projeto intitulado "Desenvolvimento de uma linhagem industrial de *sacharomyces cerevisiae* capaz de produzir etanol a partir de xilose". O valor apurado do dano é de R\$ 212.305,79 (duzentos e doze mil, trezentos e cinco reais e setenta e nove centavos), o valor principal atualizado pela poupança, data do dano 15/07/2009 (data de encerramento do termo de cooperação). Cumpre-nos informar que preliminarmente à instauração da TCE, faz-se necessário esgotar as medidas administrativas para elisão do dano.

**Processo 23106.012946/2016-10:** Trata-se de questionamento da Procuradoria Federal junto à FUB sobre a existência ou não de valores a serem ressarcidos/cobrados relacionados aos atos investigados no bojo do PAD nº 00190.001411/2009-79, cujo objeto foi a execução dos Convênios nº 014/2004 (Ações Complementares de Atenção Integral à Saúde Indígena da Etnia Xavante) e nº 1326/2004 (Ações Complementares de Atenção Integral à Saúde Indígena da Etnia Yanomami) firmados entre a UnB e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), apontadas à Controladoria-Geral da União (CGU). O Decanato de Administração sugere que se promova diligências junto ao concedente para a busca de maiores informações com a finalidade de se instaurar tomada de contas especial, no âmbito da FUB, a fim de ressarcir possível dano ao erário que a execução dos convênios.

Fonte: GRE.

#### 7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações de acordo com o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993

Quanto à conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações da Universidade de Brasília referente ao atendimento das disposições contidas no art.5º da Lei 8.666/1993, destaca-se que esta UPC busca observar a ordem cronológica das datas relativas às seguintes fontes de recursos: recursos financeiros advindos do Ministério da Educação (MEC), descentralizações de recurso, emendas parlamentares e recursos próprios.

Com relação ao ingresso de recursos financeiros com origem nas fontes do Tesouro gerenciadas pelo MEC, o mesmo ocorre mediante a liquidação da despesa, pois, após essa fase, os recursos são encaminhados para que a UnB proceda ao pagamento dos compromissos já liquidados. Ressalta-se que, durante o exercício de 2016, o MEC limitou o repasse de recursos financeiros em percentuais estabelecidos com base na liquidação da despesa, de forma que a apuração dos valores liquidados foi realizada em uma data base que variou entre os meses. Dessa forma, a capacidade de planejamento das liquidações foi comprometida dada a dificuldade de definir a data de apuração dos valores liquidados. Além disso, destaca-se que, após a apuração da liquidação, o MEC determina a porcentagem de distribuição do recurso financeiro, o qual também variou de acordo com o mês, ou seja, não há um padrão no percentual de envio deste recurso para os valores liquidados durante o mês anterior, resultando assim em um acúmulo de obrigações pendentes de pagamento.

Apesar disso, salienta-se que as despesas mais elevadas em termos de valor, como, por exemplo, aquelas referentes à terceirização, às obras e bolsas de assistência estudantil, são enviadas à Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF) até o dia vinte de cada mês, de forma que a liquidação ocorra em tempo hábil para que essas despesas sejam incluídas na apuração mensal dos recursos financeiro a ser enviado. Além disso, ressalta-se que, por meio da publicação do Ato do DAF nº 76/2016, foi regulamentada a prioridade de pagamento em função do disposto no art.5º da Lei 8.666/1993, buscando o atendimento ao cronograma de pagamentos. Convém destacar, ainda, que a Instrução Normativa nº 02/2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) encontra-se em processo de implementação no âmbito da UnB, visando à observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços no âmbito do Sistema de Serviços Gerais (SISG).

No tocante aos recursos oriundos de Termos de Execução Descentralizada (TED), convênios, contratos e outras formas de descentralização, as concedentes enviam os recursos também com base na liquidação da despesa. Contudo, em 2016, mesmo após a liquidação e a solicitação do repasse



financeiro, os órgãos concedentes procederam à limitação ou ao não envio dos recursos, prejudicando o pagamento aos credores e o recolhimento dos tributos retidos quando aplicáveis.

Já com relação aos recursos financeiros decorrentes de emendas parlamentares, destaca-se que o procedimento de solicitação foi constantemente alterado durante o exercício de 2016, dificultando assim a operacionalização do pagamento das obrigações contraídas. Apesar da observância aos prazos estabelecidos para a solicitação destes recursos, muitas vezes os mesmos não foram encaminhados. Considerando essas variações e os contingenciamentos, ocorreram atrasos nos compromissos liquidados. Ressalta-se que, quando há o envio total dos recursos solicitados das fontes supracitadas, os pagamentos são efetuados observando-se a ordem de liquidação.

Por fim, destaca-se que o pagamento de despesas com recursos provenientes da fonte de recurso próprio (fonte 0250) observa a ordem cronológica de liquidação conforme disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993. O cumprimento desta determinação legal decorre da arrecadação prévia dos recursos por meio do envio de cotas orçamentárias para a execução das despesas custeadas por essa fonte mediante a realização de receita.

Considerando o disposto no artigo 207 do CF/88, o qual trata da autonomia da gestão financeira em universidades e com a finalidade de minimizar os impactos decorrentes do recebimento inferior ao previsto dos recursos financeiros e preservar o interesse público, a administração superior da UnB priorizou os seguintes pagamentos em 2016:

- 1º) Salário dos servidores;
- 2º) Assistência estudantil, bolsas e auxílios;
- 3º) Recolhimento de impostos;
- 4º) Demais pagamentos à pessoa física;
- 5º) Mão de obra terceirizada;
- 6º) Custeio fixo: água, luz, telefone, condomínios, combustíveis, transporte *intercampus*, redes de dados e imprensa nacional;
- 7º) Construtoras;
- 8º) Fornecedores com valores a receber menores ou iguais a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais – artigo 24, II da lei 8666);
- 9º) Pagamentos a microempresas e empresas de pequeno porte;
- 10º) Demais fornecedores.

Dadas as observações mencionadas, e, considerando a metodologia adotada pelo MEC e outros órgãos concedentes relativas ao repasse financeiro, conclui-se que a FUB atende parcialmente ao disposto na legislação pertinente, dado que o cumprimento dos dispositivos legais que tratam do cronograma de pagamento de obrigações abrange a atuação colaborativa de todas as partes envolvidas.

### **7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento**

Por meio da Resolução da Reitoria nº 0021/2016 foi instituído um grupo de trabalho com a finalidade de analisar e propor medidas diante do eventual impacto da desoneração da folha de pagamento no âmbito dos contratos administrativos vigentes na UnB. Destaca-se que a análise foi realizada mediante participação da auditoria interna.

A metodologia de análise dos contratos abrangeu, primeiramente, a solicitação às unidades gestoras da relação dos contratos vigentes celebrados pela FUB. Apenas os contratos firmados até o momento desta solicitação foram analisados posteriormente, conforme aplicabilidade da legislação que dispõe sobre a desoneração da folha de pagamentos, considerando o art.7º da Lei 12.546/2011 e o art.2º do Decreto 7.828/2012.



Ao todo, foram encaminhados sessenta e seis contratos, dentre os quais foram identificados quinze sujeitos à desoneração. Para estes, foi realizada uma consulta no site da Receita Federal com o objetivo de verificar se as empresas eram optantes do regime tributável denominado Simples Nacional, conforme disposto no Plano Brasil Maior, uma vez que, se o fossem, tais empresas não estariam sujeitas à aplicação da contribuição previdenciária substitutiva incidente sobre a receita bruta prevista na Lei nº 12.546/2011 em consonância com a Lei Complementar nº 123/2006. Dessa forma, foram desconsiderados os contratos que não se estavam sujeitos à desoneração por serem de empresas optantes pelo Simples Nacional.

Após a classificação dos contratos enquadrados no regime supracitado e definição daqueles efetivamente sujeitos à desoneração, o grupo de trabalho solicitou às unidades informações quanto à existência de reajuste contratual relativo à desoneração da folha de pagamento. Contudo, constatou-se que nenhuma unidade realizou o reajuste.

Dessa forma, com base no disposto nos incisos I e II da art.1º da Resolução da Reitoria 0021/2016 e em conformidade com o Acórdão TCU – Plenário 2.859/2013, foi proposto à administração superior da UnB a realização, por meio de órgão competente, do levantamento das planilhas de custos dos contratos enquadrados com o objetivo de identificar a necessidade de reajuste contratual e o respectivo ressarcimento à FUB, observando os efeitos retroativos às datas de início da desoneração constantes na legislação.

Apesar da suspensão, em caráter liminar, dos itens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão do TCU, e por consequência, da obrigatoriedade da revisão contratual dos preços contratados com a Administração Pública, as propostas do grupo de trabalho foram aplicadas. Assim, foi dado início ao levantamento dos custos dos contratos enquadrados (anexo D) e à avaliação do reajuste contratual.

## 7.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Em 2016, as despesas com propaganda e publicidade da FUB foram decorrentes de publicações de artigos científicos em periódicos, gastos com publicações na Imprensa Nacional e em jornal local e da contratação de agência prestadora de serviços de *clipping*.

Conforme descrito no quadro 7.6, o maior gasto da instituição está relacionado à publicidade legal devido à sua natureza jurídica e ao atendimento do princípio da publicidade na administração pública.

**Quadro 7.6 - Despesas com publicidade e propaganda em 2016**

Despesas com publicidade e propaganda em 2016 (R\$ mil) <sup>1</sup>			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2080 / 0487	107	98
Institucional	2080 / 20RK	100	92
Legal	2080 / 20RK	1.308	1.204

Fonte: DCF.

<sup>1</sup> Com relação ao total pago em 2016 referente às ações de publicidade e propaganda informa-se que R\$ 73 mil reais são relativos a pagamentos ocorridos a conta de restos a pagar.

Destaca-se que a FUB não contratou empresa especializada em publicidade mercadológica, dado que esta é realizada pela Secom por meio dos canais disponíveis na UnB, como por exemplo, o site, a rádio, as redes sociais oficiais da instituição e a UnBTV.

No tocante à publicidade legal e conforme descrito anteriormente, a FUB possui contratos firmados com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e com a Imprensa Nacional. O objeto desses contratos consiste na publicação de atas, editais, decisões, avisos e demais matérias de interesse da instituição, com a finalidade de atender o disposto na legislação pertinente. No quadro 7.7, são descritos os dados referentes a esses contratos, incluindo os valores pagos em 2016.



**Quadro 7.7 - Contratos EBC e Imprensa Nacional em 2016**

Contratos EBC e Imprensa Nacional - 2016				
Contrato	Empresa	Vigência	Valores Contratados <sup>1</sup> (R\$ mil)	Valores Pagos em 2016
Nº 152/2015	Empresa Brasil de Comunicação	05/12/2015 a 04/12/2020	100	66.840,13
Nº 001/2013	Imprensa Nacional <sup>2</sup>	11/2013 até o momento	842,46	1.093.791,74

Fonte: DCO e ACE.

<sup>1</sup> Valores globais estimados para contratação.

<sup>2</sup> O presente contrato tem duração de 12 (doze) meses, com vigência a partir de novembro de 2013, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a sessenta meses mediante a formalização de termo aditivo.

Com relação ao serviço de *clipping*, o mesmo foi contratado por dispensa de licitação e é oferecido por uma empresa especializada nesse tipo de atividade. O *clipping* consiste em uma compilação das matérias publicadas em jornais impressos, rádio, televisão e sites acerca de assuntos relacionados à Universidade de Brasília. Essa compilação decorre da verificação diária das informações divulgadas, a qual permite a análise do caráter positivo, negativo ou neutro para a imagem da instituição. Os gastos relacionados a esse serviço durante o ano de 2016 estão descritos no quadro 7.8. Destaca-se que esse contrato tem vigência anual, com base no mês de abril.

**Quadro 7.8 - Despesas com serviços de clipping em 2016**

Despesas com serviços de clipping - 2016			
Publicidade	Nota de Empenho	Valores empenhados	Valores pagos
<i>Clipping</i>	2015NE801422	0,00 <sup>1</sup>	3.300,00
<i>Clipping</i>	2016NE801182	7.920,00	3.960,00

Fonte: SECOM.

<sup>1</sup> Este valor foi emitido no exercício de 2015, dada a vigência do contrato. O valor ficou em restos a pagar, de forma que os meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2016 foram contemplados no empenho de 2015.

Ressalta-se que, em 2016, foram rastreadas, por meio do serviço de *clipping*, mais de 5.100 (cinco mil e cem) notícias relacionadas à UnB nos principais meios digitais e impressos do Brasil. A análise do teor resultou em um número elevado de publicações com caráter neutro e observou-se um número maior de divulgações com caráter negativo em comparação aquelas de teor positivo.

**7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005**

Este tópico tem a finalidade de demonstrar o cumprimento da obrigatoriedade de oferecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular obrigatória dos cursos que se enquadram nas disposições do Decreto 5.626/2005. Dessa forma, em atendimento à determinação do item 9.4 do Acórdão TCU 4.471/2016 - 2ªC estão descritas, no anexo E, as informações relativas aos cursos de graduação da Universidade de Brasília que ofertam a disciplina de Libras em conformidade com art.3º do decreto supracitado.



## Anexo A: Principais Sistemas de Informação

SISTEMA	OBJETIVO	CRITICIDADE	RESPONSÁVEIS		SISTEMA RELACIONADO DIRETAMENTE AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO	MANUTENÇÃO
			TÉCNICO	ÁREA DE NEGÓCIO		
SIBOL	Gestão do PIC – Programa de Iniciação Científica	ALTA	SSI/ADM	DPP	SIM	PRÓPRIA
SIBOLWEB	Gestão do PIC – Programa de Iniciação Científica via WEB.	ALTA	SSI/ADM	DPP	SIM	PRÓPRIA
SIGER	Extrair, organizar e imprimir dados advindos de uma fonte previamente definida, de acordo com as necessidades de informação do usuário.	MÉDIA	SSI/ADM	CPD	NÃO	PRÓPRIA
SGI	Gestão da locação dos imóveis e administração dos condomínios da UnB.	ALTA	SSI/ADM	SGP	NÃO	PRÓPRIA
SGIWEB	Gestão da locação dos imóveis e administração dos condomínios da UnB via WEB.	ALTA	SSI/ADM	SGP	NÃO	PRÓPRIA
SICONV	Gestão de convênios, contratos e acordos da UnB e respectiva consulta no Portal da Transparência da UnB.	BAIXA	SSI/ADM	DAF/DPA	NÃO	PRÓPRIA
SICONVWEB	Gestão de convênios, contratos e acordos da UnB e respectiva consulta no Portal da transparência da UnB via Web.	BAIXA	SSI/ADM	DAF/DPA	NÃO	PRÓPRIA
SIEFI	Sistema de Execução Financeira que registra e gerencia os créditos e débitos da UnB movimentados na conta única da União.	BAIXA	SSI/ADM	DAF/DCF	NÃO	PRÓPRIA
SIMAR	Gestão dos almoxarifados Central, Controle do Almoxarifado da Diretoria de Máquinas e Equipamentos e auxiliar na Diretoria de Gestão de Materiais.	ALTA	SSI/ADM	DAF/DCO/DRM	NÃO	PRÓPRIA
SIMARWEB	Gestão dos almoxarifados Central, Controle do Almoxarifado da Diretoria de Máquinas e Equipamentos e auxiliar na Diretoria de Gestão de Materiais.	ALTA	SSI/ADM	DAF/DCO/DRM	NÃO	PRÓPRIA
SIMCON	Gestão da dotação orçamentária dos Centros de Custo para permitir requisição de materiais de consumo junto ao Almoxarifado Central da UnB	BAIXA	SSI/ADM	DAF/DCF	NÃO	PRÓPRIA



SCECME	Gestão de material de controle do almoxarifado da Diretoria de Máquinas e Equipamentos/PRC.	MÉDIA	SSI/ADM	PRC	NÃO	PRÓPRIA
SIOF	Elaboração da lista de pretendentes à ocupação de imóveis residenciais da UnB.	BAIXA	SSI/ADM	DGP/SGP	NÃO	PRÓPRIA
SIPAT	Gestão do patrimônio mobiliário da UnB e das manutenções de equipamentos da Diretoria de Máquinas e Equipamentos /PRC.	ALTA	SSI/ADM	DAF/DRM	NÃO	PRÓPRIA
SISOUV	Coordenar as atividades da Ouvidoria, sintetizadas nos aspectos essenciais do atendimento e no correto tratamento da manifestação do cidadão e da produção de informações gerenciais para a tomada de decisão pelas esferas dirigentes da administração acadêmica.	MÉDIA	SSI/ADM	OUV	NÃO	PRÓPRIA
SISRU	Gestão do restaurante universitário.	ALTA	SSI/ADM	DAC/RU	NÃO	PRÓPRIA
SITAB	Manutenção das tabelas corporativas da UnB.	MÉDIA	SSI/ADM	CPD/DPO	NÃO	PRÓPRIA
SITRAN	Controla a alocação de veículos utilizados nas atividades acadêmicas.	MÉDIA	SSI/ADM	PRC	NÃO	PRÓPRIA
SMI	Armazenamento e recuperação de Informações micro filmadas.	BAIXA	SSI/ADM	ACE	NÃO	PRÓPRIA
UNBDOC	Controle de tramitação de documentos administrativos.	ALTA	SSI/ADM	ACE	NÃO	PRÓPRIA
SAE	Gestão da assistência estudantil.	ALTA	SSI/ADM	DAC	NÃO	PRÓPRIA
SAE WEB	Gestão de assistência estudantil na web.	ALTA	SSI/ADM	DAC	NÃO	PRÓPRIA
SIADD	Acompanhamento de desempenho docente.	ALTA	SSI/ADM	VRT/DGP	NÃO	PRÓPRIA
SINUP	Gestão de números únicos de processos.	BAIXA	SSI/ADM	ACE	NÃO	PRÓPRIA
SCA	Autenticação de usuários e auditoria de utilização dos sistemas corporativos.	ALTA	CPD	CPD	NÃO	PRÓPRIA
SGA	Gestão e organização do atendimento.	MÉDIA	SSI/ADM	CPD/DGP	NÃO	PRÓPRIA
SEI	Gestão de processos e documentos eletrônicos.	ALTA	SSI/ADM	ACE	NÃO	PRÓPRIA
ARCHIVEMÁTICA	Gestão e preservação de conteúdos digitais.	BAIXA	Sem indicação	ACE	NÃO	PRÓPRIA
ATOM	Aplicativo para web destinado a apoiar as atividades de descrição arquivística em conformidade com os padrões do Conselho Internacional de Arquivos.	BAIXA	SSI/ADM	ACE	NÃO	PRÓPRIA
DATAVERSE	Compartilhar, preservar e analisar dados de pesquisa.	BAIXA	SSI/ADM	FT	NÃO	PRÓPRIA
SIPES	Gestão de pessoas, contendo todos os históricos do servidor na UNB.	ALTA	SSI/PES	DGP	NÃO	PRÓPRIA
SRHPS	Gestão dos prestadores de serviços da Universidade de Brasília.	ALTA	SSI/PES	DGP	NÃO	PRÓPRIA



SISGED	Gestão de desempenho do técnico-administrativos estável na UnB.	ALTA	SSI/PES	DGP	NÃO	PRÓPRIA
JOOMLA	Gestão de sites corporativos.	ALTA	SSI/Sites	SECOM/CPD	NÃO	PRÓPRIA
SISDEARESERVA	Alocação de espaços (salas, auditórios, teatros quadras).	BAIXA	SSI/Sites	DEA	SIM	PRÓPRIA
MATRICULAWEB	Matrícula de graduação e pós-graduação.	ALTA	SSI/ACAD	SAA/DEG/DPP	SIM	PRÓPRIA
SIGRA	Gestão dos cursos de graduação.	ALTA	SSI/ACAD	SAA/DEG	SIM	PRÓPRIA
MENÇÃOWEB	Lançamentos de menções dos cursos de graduação e pós-graduação.	ALTA	SSI/ACAD	SAA/DEG/D	SIM	PRÓPRIA
SIDIP	Registro de diplomas.	BAIXA	SSI/ACAD	SAA/DEG	SIM	PRÓPRIA
SIEX	Gestão dos cursos de extensão.	ALTA	SSI/ACAD	SAA/DEX	SIM	PRÓPRIA
SIPPOS	Gestão dos cursos de pós-graduação.	ALTA	SSI/ACAD	SAA/DPP	SIM	PRÓPRIA
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DISCIPLINAS	Sistema de avaliação discente para disciplinas, professores, autoavaliação e o suporte institucional disponibilizado pela UnB.	MÉDIA	SSI/ACAD	SAA/DEG/DPP	SIM	PRÓPRIA
SICAU	Controle de Atendimento de Usuários – REDUNB – CPD Interno.	MÉDIA	SSI	CPD/SRS	NÃO	PRÓPRIA
SIED	Sistema de Ensino à Distância.	MÉDIA	SSI/ACAD	CPD	SIM	PRÓPRIA
CONDOC	Consulta pública de dados acadêmicos e administrativos dos docentes da UnB.	BAIXA	SSI/ACAD	CPD	SIM	PRÓPRIA
WEBMAIL	Ferramenta web de gerenciamento de emails institucionais.	ALTA	CPD	CPD	NÃO	PRÓPRIA
CITSMART	Ferramenta web de gerenciamento de serviços de TIC	ALTA	CPD	CPD	NÃO	PRÓPRIA

Fonte: CPD.



**Anexo B: Projetos de TI desenvolvidos em 2016**

<b>PROJETOS INICIADOS/ ENCERRADOS</b>			
<b>Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: SUPORTE AVANÇADO</b>			
<b>Título</b>	<b>Desenvolvimento da infraestrutura do Sistema Eletrônico de Informação</b>	<b>Valor Orçado N1/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Sistema de armazenamento digital de documentos	Não houve previsão orçamentária no PDTI	Não informado.
<b>Partes interessadas</b>	Toda a UnB		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Arquivo Central da UnB (ACE) e a comissão do SEI - Sistema Eletrônico de Informação no CPD		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N1/A1</b> - Reestruturar e inovar os processos administrativos e organizacionais da UnB para a implementação de sistemas corporativos de informação e comunicação integrados		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	2 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Entregar a infraestrutura necessária para o ambiente de produção		
<b>Título</b>	<b>Reestruturação da Zona de DNS</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Organizar a zona antiga de DNS e reestruturá-la	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00 * Não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução foi mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Toda a UnB		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Segurança e Operação		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N10/A6</b> – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	06 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Facilidade na administração no servidor de DNS		



<b>Título</b>	<b>Migração da estrutura de redes da Biblioteca Central (BCE) para o CPD</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Migração da estrutura de redes da Biblioteca Central (BCE) para o CPD	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 2.872.752,14 <sup>1</sup> * Para esse e outros projetos comuns foram despendidos valores no montante de R\$ 2.872.752,14, os quais incluem aquisições de:  - aquisições de subsistema de <i>midrange</i> de 200TB; - <i>Cluster NAS</i> ;  - serviços técnicos de transferência de conhecimento e integração de soluções.
<b>Partes interessadas</b>	Biblioteca Central (BCE) e CPD		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Segurança e Operação		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N10/A6</b> – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	06 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Prover mais controle e segurança para a Biblioteca Central e para o CPD		
<b>Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: SEGURANÇA E OPERAÇÃO</b>			
<b>Título</b>	<b>Migração do File System</b>	<b>Valor Orçado N01/M1/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Migração do sistema de arquivo de um <i>storage</i> para outro <i>storage</i>	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 2.872.752,14 <sup>1</sup> * Para esse e outros projetos comuns foram despendidos valores no montante de R\$ 2.872.752,14, os quais incluem aquisições de:  - aquisições de subsistema de <i>midrange</i> de 200TB;  - <i>Cluster NAS</i> ;  - serviços técnicos de transferência de conhecimento e integração de soluções.
<b>Partes interessadas</b>	SOP		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Segurança e Operação		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N01/M1/A1</b> - Reestruturar e inovar os processos administrativos e organizacionais da UnB para a implementação de sistemas corporativos de informação e comunicação integrados		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	5 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Prover maior segurança para os arquivos		



<b>Título</b>	<b>Implementar novo Firewall na rede da UnB</b>	<b>Valor Orçado N02/M2/A2</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Implementar um novo Firewall na rede da UnB em substituição a um antigo	Não houve previsão orçamentária no PDTI	R\$ 4.370.000,00
<b>Partes interessadas</b>	Toda a UnB		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Segurança e Operação		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N02/M2/A2</b> – Aquisição de ativos de rede para substituição de equipamentos obsoletos		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	12 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Prover maior segurança para a instituição		
<b>Título</b>	<b>Migração da estrutura de rede do departamento de Música para o CPD</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Migração da estrutura de rede do departamento de Música para o CPD	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 2.872.752,14 <sup>1</sup>  * Para esse e outros projetos comuns foram despendidos valores no montante de R\$ 2.872.752,14, os quais incluem aquisições de: - aquisições de subsistema de <i>midrange</i> de 200TB;  - Cluster NAS; - serviços técnicos de transferência de conhecimento e integração de soluções.
<b>Partes interessadas</b>	Departamento de Música e CPD		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Segurança e Operação		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N10/A6</b> – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	06 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Prover mais controle e segurança para o departamento de música e para o CPD		



<b>Título</b>	<b>Migração da estrutura de redes do Instituto de Artes (IdA) para o CPD</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Migração da estrutura de redes do Instituto de Artes (IdA) para o CPD	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 2.872.752,14 <sup>1</sup>  * Para esse e outros projetos comuns foram despendidos valores no montante de R\$ 2.872.752,14, os quais incluem aquisições de: - aquisições de subsistema de <i>midrange</i> de 200TB; - Cluster NAS; - serviços técnicos de transferência de conhecimento e integração de soluções.
<b>Partes interessadas</b>	Instituto de Artes e CPD		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Segurança e Operação		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N10/A6</b> – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	06 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Prover mais controle e segurança para o Instituto de Artes e para o CPD		
<b>Título</b>	<b>Estruturação do CET (Centro de Excelência em Turismo)</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	O projeto tem como objetivo realizar a migração da estrutura operacional ( <i>Active Directory</i> ) e do servidor de arquivos para o CPD	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 2.872.752,14 <sup>1</sup>  * Para esse e outros projetos comuns foram despendidos valores no montante de R\$ 2.872.752,14, os quais incluem aquisições de: - aquisições de subsistema de <i>midrange</i> de 200TB; - Cluster NAS; - serviços técnicos de transferência de conhecimento e integração de soluções.
<b>Partes interessadas</b>	CET (Centro de excelência em turismo)		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Equipe da SOP		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N10/A6</b> – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	4 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Prover mais gerência e segurança para CET e o CPD		



<b>Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: SITES</b>			
<b>Título</b>	<b>Implementação de <i>Templates</i> padrão</b>	<b>Valor Orçado N1/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Criação de <i>Templates</i> para a UnB seguindo um padrão visual definido para a utilização pela comunidade (1ª Fase). OBS: Após o término da 1ª fase haverá a criação dos manuais (2ª fase) e a customização dos <i>templates</i> conforme necessidade (3ª fase)	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução foi mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade acadêmica		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Sites		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N1/M2/A1</b> – Disponibilizar acesso a informações através de Portais		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	3 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Disponibilização de um <i>template</i> funcional para a Universidade		
<b>Título</b>	<b>Implementação do site de boletins de atos oficiais</b>	<b>Valor Orçado N1/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Criação do site para publicação de atos oficiais	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução foi mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	CPD e Reitoria		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Sites		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N1/M2/A1</b> – Disponibilizar acesso a informações através de Portais		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	1 Mês		
<b>Resultado pretendido</b>	A implementação permite a publicidade dos atos oficiais pela UnB		



<b>Título</b>	<b>Implementação de Sites (Unbciência e Unbhoje) da Secretaria de Comunicação (Secom)</b>	<b>Valor Orçado N1/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Ferramenta que permite a publicação de notícias pela Secretaria de Comunicação (Secom)	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução foi mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade acadêmica		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Sites		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N1/M2/A1 – Disponibilizar acesso a informações através de Portais		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	2 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Possibilitar a maior interação com a comunidade acadêmica		
<b>Título</b>	<b>Implantação do CMS Joomla no Site do Decanato de Pós-Graduação</b>	<b>Valor Orçado N1/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Migração do Site do Decanato de Pós-Graduação para o CMS Joomla	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução foi mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Decanato de Pós-Graduação		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Sites		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N1/M2/A1 – Disponibilizar acesso a informações através de Portais		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	3 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Construção de um site mais moderno que atenda a expectativa do cliente		



<b>Título</b>	<b>Implantação da nova versão do Joomla e Template no Site da Secretaria de pós-graduação em computação aplicada (PPCA)</b>	<b>Valor Orçado N1/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Atualização da Versão do Joomla e Template no site da PPCA	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução foi mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Secretaria de pós-graduação em computação aplicada (PPCA)		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Sites		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N1/M2/A1 – Disponibilizar acesso a informações através de Portais		
<b>Fase Atual</b>	Projeto encerrado		
<b>Duração estimada</b>	3 Meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Site mais moderno que atenda as expectativas dos usuários		
<b>Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: Administração de Redes</b>			
<b>Título</b>	<b>Implantação da rede wireless dinâmica no Parque (REDUnB)</b>	<b>Valor Orçado N04/M1/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Disponibilização da rede nos ativos de rede de forma mais flexível	Não houve previsão orçamentária no PDTI	R\$ 3.500.000,00
<b>Partes interessadas</b>	Toda UnB		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Administração de Redes		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N04/M1/A1 - Primeira etapa de expansão da rede wireless em com aquisição de 500 APs		
<b>Fase Atual</b>	Projeto Encerrado		
<b>Duração estimada</b>	12 meses		
<b>Resultado Pretendido</b>	Tornar mais flexível a configuração e alocação da rede wireless nas portas dos ativos de rede bem como do seu uso em alocação do segmento de rede		



**PROJETOS EM ANDAMENTO**

**Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: SAD**

<b>Título</b>	<b>Documentação dos serviços do CPD</b>	<b>Valor Orçado N08/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Catálogo de serviços do CPD	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	CPD		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço Administrativo		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 02: Aprimorar o alinhamento, o planejamento e a organização dos serviços de TICs prestados à comunidade da UnB		
	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N08/A1</b> - Elaborar catálogo de serviços de TICs a serem oferecidos às unidades		
<b>Fase Atual</b>	Execução		
<b>Duração estimada</b>	7 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Entregar catálogo de serviços à comunidade universitária		

**Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: SUPORTE AVANÇADO**

<b>Título</b>	<b>Implementação do novo serviço de e-mail</b>	<b>Valor Orçado N01/M1/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	O projeto tem como objetivo a alteração do antigo <i>front-end</i> de Webmail (1ª Fase) e a reestruturação da infraestrutura de e-mail (2ª Fase)	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Professores e Servidores da UnB		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Suporte Avançado		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N01/M1/A1</b> - Reestruturar e inovar os processos administrativos e organizacionais da UnB para a implementação de sistemas corporativos de informação e comunicação integrados		
<b>Fase Atual</b>	Encerramento. Falta a implementação para o usuário		
<b>Duração estimada</b>	7 meses		



Resultado pretendido	Melhora do sistema de e-mail. Atender um maior número de usuários com segurança e menos interrupções		
Título	Migração da estrutura de redes da Faculdade de Educação (FE) para o CPD	Valor Orçado N10/A6	Valor Despendido
<b>Descrição</b>	Migração da estrutura de redes da Faculdade de Educação (FE) para o CPD	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Faculdade de Educação (FE)		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Suporte Avançado		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação</b>	N10/A6 – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Planejamento		
<b>Duração estimada</b>	10 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Prover mais controle e segurança para a Faculdade de Educação (FE) e para o CPD		
<b>Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: INFRAESTRUTURA DE REDE</b>			
Título	Reestruturação da parte física da rede do Instituto de Geociências	Valor Orçado N10/A6	Valor Despendido
<b>Descrição</b>	Adequação do cabeamento estruturado para o atendimento adequado do Instituto de Geociências	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Instituto de Geociências		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Infraestrutura		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N10/A6 – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Execução		
<b>Duração estimada</b>	12 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Proporcionar a estabilidade da rede do Instituto de Geologia		



<b>Título</b>	<b>Implementar a documentação do mapeamento dos <i>hacks</i> da UnB</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Realizar o mapeamento dos <i>hacks</i> alocados para ser gerada a documentação necessária para maior controle	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	CPD		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Infraestrutura		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N10/A6 – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Execução		
<b>Duração estimada</b>	6 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Agilizar o troubleshooting (troubleshooting é uma forma de analisar/resolver problemas, qualquer que seja, muitas vezes aplicado para reparar falhas de processos e também é necessário para desenvolver e manter sistemas complexos, onde os sintomas podem ser muitas vezes as causas de possíveis problemas)		
<b>Título</b>	<b>Implementar a documentação do mapeamento da fibra ótica da UnB</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Realizar o mapeamento da fibra ótica para ser gerada a documentação necessária para maior controle	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	CPD		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Infraestrutura		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N10/A6 – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Execução		
<b>Duração estimada</b>	24 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Agilizar o troubleshooting (troubleshooting é uma forma de analisar/resolver problemas, qualquer que seja, muitas vezes aplicado para reparar falhas de processos e também é necessário para desenvolver e manter sistemas complexos, onde os sintomas podem ser muitas vezes as causas de possíveis problemas. Assim procurando resolver através de medidas convencionais ou até por outras que os levem à resolução do problema encontrado.)		



<b>Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: SEGURANÇA E OPERAÇÃO</b>			
<b>Título</b>	<b>Migração da rede do Instituto de Geociências (IG)</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Migrar toda a rede do Instituto de Geociências (IG) para o CPD	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Serviço de Redes e Suporte e Instituto de Geociências (IG)		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Segurança e Operação		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N10/A6 – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Execução		
<b>Duração estimada</b>	12 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Prover maior benefício e controle		
<b>Título</b>	<b>Implantação do AD na Faculdade de Educação (FE)</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Implantar AD para maior controle	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	FE (Faculdade de Educação)		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Equipe da SOP + <i>Help Desk</i>		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N10/A6 – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Planejamento		
<b>Duração estimada</b>	4 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Garantir maior controle		



<b>Título</b>	<b>Implantação do AD na Prefeitura de Campos (PRC)</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Implantar AD para maior controle	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	PRC (Prefeitura de <i>Campus</i> )		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Equipe da SOP + <i>Help Desk</i>		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N10/A6</b> – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Planejamento		
<b>Duração estimada</b>	4 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Garantir maior controle		
<b>Título</b>	<b>Criação de normativas e políticas de segurança da informação e comunicações - PoSIC / FUB</b>	<b>Valor Orçado N3/M1/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Criação de normativas e da política de segurança da informação e comunicações - PoSIC seguindo instrução normativa da presidência da república e de comunicados de órgãos de controle externo estimulando a criação de políticas	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	CPD / FUB		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Segurança e Operação		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 02: Aprimorar o alinhamento, o planejamento e a organização dos serviços de TICs prestados à comunidade da UnB		
	OE – 08: Respeitar a legislação pertinente a área de TI		
	OE – 09: Aprimorar o monitoramento, a avaliação e a mensuração dos serviços de TICs		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N3/M1/A1</b> – Instituir comissão para discussão e elaboração de política de segurança da informação		
<b>Fase Atual</b>	Inicial		
<b>Duração estimada</b>	12 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Estabelecer diretrizes, responsabilidades e competências sobre as inúmeras atividades desenvolvidas		



<b>Título</b>	<b>Implantação do AD no Instituto de Química - IQ</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Implantar AD para maior controle	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	IQ (Instituto de Química)		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Equipe da SOP + <i>Help Desk</i>		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N10/A6</b> – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Execução		
<b>Duração estimada</b>	4 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Garantir maior controle		
<b>Título</b>	<b>Expansão do antivírus</b>	<b>Valor Orçado N10/A6</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Permitir maior abrangência do antivírus na UnB	Não houve previsão orçamentária no PDTI	R\$ 173.900,00
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade Acadêmica		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Equipe da SOP		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N10/A6</b> – Realizar o mapeamento e inventário dos recursos de TI		
<b>Fase Atual</b>	Execução		
<b>Duração estimada</b>	7 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Garantir maior segurança		



<b>Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: ADMINISTRAÇÃO E SEGURANÇA DE REDES</b>			
<b>Título</b>	<b>Migração para o protocolo IPv6</b>	<b>Valor Orçado N2/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Implementação do protocolo IPv6 na UnB	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00 * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade acadêmica		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Administração de Redes		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
	OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N2/M2/A1 - Aquisição de ativos de rede para ampliação		
<b>Fase Atual</b>	Planejamento		
<b>Duração estimada</b>	12 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Utilização da nova pilha de protocolo		
<b>Título</b>	<b>Implementação da voz sobre IP (VoIP) dentro da REDUnB</b>	<b>Valor Orçado N04/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Implantar a voz sobre IP (VoIP) na UnB, permitindo que a transmissão de voz seja mais um dos serviços suportados pela rede de dados	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00 * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade Acadêmica		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Administração de Redes		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
	OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N04/M2/A1 - Implementar serviço de VoIP para terminais fixos e móveis		
<b>Fase Atual</b>	Iniciação		
<b>Duração estimada</b>	24 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Utilizar a voz sobre IP (VOIP) na rede de dados		



<b>Título</b>	<b>Implementação de DHCP IPv4 e DHCP IPv6 juntamente com o Active Directory</b>	<b>Valor Orçado N04/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Utilizar o <i>Active Directory</i> existente distribuindo dinamicamente endereços IPv4 e IPv6 para os usuários da comunidade acadêmica	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade acadêmica		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Administração de Redes		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
	OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
<b>Plano de Ação</b>	N02/M2/A1 – Aquisição de ativos de rede para ampliação		
<b>Fase Atual</b>	Iniciação		
<b>Duração estimada</b>	24 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Disponibilizar à REDUnB servidores de distribuição de IPs dinâmicos		
<b>Título</b>	<b>Qualidade de serviço do ambiente REDUnB</b>	<b>Valor Orçado N04/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Dar prioridade no ambiente REDUnB para tráfegos específicos para melhoria da comunicação. Ex: o VoIP (voz sobre IP) é considerado um tráfego específico	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade acadêmica		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Administração de Redes		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
	OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N04/M2/A1 - Implementar serviço de VoIP para terminais fixos e móveis		
<b>Fase Atual</b>	Iniciação		
<b>Duração estimada</b>	24 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Priorização de tráfego, melhorando a comunicação de forma abrangente		



<b>Título</b>	<b>Ampliação da UnB Wireless</b>	<b>Valor Orçado N04/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Planejamento e instalação de novas controladoras e 500 novos pontos de acesso distribuídos pelo <i>campus / campi</i>	Não houve previsão orçamentária no PDTI	R\$ 3.500.000,00
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade acadêmica		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Administração de Redes		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
	OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N04/M1/A1</b> - Primeira etapa de expansão da rede wireless em com aquisição de 500 APs		
<b>Fase Atual</b>	Execução		
<b>Duração estimada</b>	7 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Aumentar a cobertura da UnB Wireless e EDUROAM ( <i>education roaming</i> ) no <i>campus / campi</i> provendo acesso sem fio a comunidade acadêmica		
<b>Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: SITES</b>			
<b>Título</b>	<b>Implantação do novo portal da UnB</b>	<b>Valor Orçado N1/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Criação do novo portal da UnB	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Sites		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N1/M2/A1</b> – Disponibilizar acesso a informações através de Portais		
<b>Fase Atual</b>	Execução		
<b>Duração estimada</b>	6 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Site mais moderno que atenda as expectativas dos usuários		



<b>Título</b>	<b>Implantação do novo Site do DEG (Decanato de Ensino de Graduação)</b>	<b>Valor Orçado N1/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Criação do novo Site do DEG (Decanato de Ensino de Graduação)	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Sites		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N1/M2/A1 – Disponibilizar acesso a informações através de Portais		
<b>Fase Atual</b>	Planejamento		
<b>Duração estimada</b>	3 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Site mais moderno e atualizado		
<b>Título</b>	<b>Implantação do novo Site do DAC (Decanato de Assuntos Comunitários)</b>	<b>Valor Orçado N1/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Criação do novo Site do DAC (Decanato de Assuntos Comunitários)	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00  * Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Sites		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	N1/M2/A1 – Disponibilizar acesso a informações através de Portais		
<b>Fase Atual</b>	Execução		
<b>Duração estimada</b>	3 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Site mais moderno e atualizado		
<b>Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: SISTEMAS ACADÊMICOS</b>			
<b>Título</b>	<b>Implantação do sistema de certificação digital da UnB</b>	<b>Valor Orçado N1/M2/A1</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Disponibilizar certificados assinados digitalmente	Não houve previsão orçamentária no PDTI	R\$ 31.500,00
<b>Partes interessadas</b>	Comunidade acadêmica		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Sistemas Acadêmicos		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 03: Aprimorar a construção, a aquisição e a implementação de Serviços de TICs prestados à comunidade da UnB		



<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N01/M1/A1</b> - Reestruturar e inovar os processos administrativos e organizacionais da UnB para a implementação de sistemas corporativos de informação e comunicação integrados		
<b>Fase Atual</b>	A implementação por parte do CPD foi encerrada		
<b>Duração estimada</b>	5 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Implantar o certificado digital permitindo a diminuição do número de papéis impressos de certificados, assim como custos relacionados a esses certificados		
<b>Unidade Responsável pelo Projeto no CPD: SISTEMA DE PESSOAL E ADMINISTRATIVO</b>			
<b>Título</b>	<b>Desenvolvimento do Sistema de gestão do desempenho dos servidores técnico-administrativos</b>	<b>Valor Orçado N01/M1/A3</b>	<b>Valor Despendido</b>
<b>Descrição</b>	Visa o gerenciamento contínuo e sistematizado do desempenho dos técnico-administrativos em educação da UnB, propondo resolver problemas de desempenho e melhorar a qualidade do trabalho a qualidade de vida dentro da instituição	Não houve previsão orçamentária no PDTI	*R\$ 0,00
<b>Partes interessadas</b>	Técnico-administrativos da UnB pós-estágio probatório		
<b>Responsáveis pela execução</b>	Serviço de Sistemas Administrativos		
<b>Alinhamento PDTIC</b>	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
<b>Plano de Ação (PDTIC)</b>	<b>N01/M1/A3</b> - Implantar sistema de Gestão de Pessoas contendo subsistemas de controle de férias, assento funcional, aposentadoria, etc.		
<b>Fase Atual</b>	Planejamento		
<b>Duração estimada</b>	10 meses		
<b>Resultado pretendido</b>	Possibilitar a identificação de fatores da organização que interferem no desempenho do servidor no trabalho; proporcionar ao servidor um diagnóstico do seu próprio desempenho a fim de desenvolver as competências necessárias ao trabalho; possibilitar o acompanhamento do desempenho do servidor no trabalho com base nas competências fundamentais e gerenciais, incentivando o desempenho profissional do servidor		

Fonte: CPD.

<sup>1</sup> O valor despendido, durante o exercício de 2016, referente ao montante de R\$ 2.872.752,14 abrange o valor total gasto entre projetos comuns que compartilharam os recursos orçamentários destinados aos projetos de TI.



# Anexo C: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual  
EMISSÃO 15/01/2017 PÁGINA 1

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUNDAÇÃO  
ORGAO SUPERIOR 76000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO	2016	2015	2016	2015	PASSIVO
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>220.057.909,12</b>	<b>203.487.878,53</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.744.381,51</b>	<b>102.310.855,34</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	163.383.420,18	135.732.029,62	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	320.312,10	87.071,07
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demaís Créditos e Valores a Curto Prazo	31.729.375,90	48.873.638,52	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.336.077,51	24.767.616,67
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	18.444.710,04	18.882.210,39	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPOs Pagas Antecipadamente	-	-	Obrigações de Curto Prazo	2.594,68	8.471,40
			Provisões de Curto Prazo	-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.214.089.229,39</b>	<b>6.313.343.427,08</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>65.427,22</b>	<b>77.487.496,20</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	136.780,79	3.464.130,73	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demaís Créditos e Valores a Longo Prazo	136.780,79	3.464.130,73	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demaís Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>2.744.381,51</b>	<b>102.310.855,34</b>
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		
Demaís Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social		
Demaís Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital		
Imobilizado	7.206.563.410,40	6.377.006.452,99	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Bens Móveis	287.789.870,29	306.336.779,38	Reservas de Lucros	28.381.330,07	29.381.330,07
Bens Imóveis	413.388.226,75	413.324.414,62	Demaís Reservas	7.402.020.428,32	6.435.158.120,18
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-725.988.396,46	-106.987.535,24	Resultados Acumulados	846.407.683,07	-156.593.736,54
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	6.455.198.120,16	6.610.433.193,37
Bens Imóveis	6.918.773.540,11	6.070.688.873,61	Resultados de Exercícios Anteriores	453.623,67	1.319.717,35
Bens Imóveis	6.922.245.454,53	6.070.767.080,17	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
(-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.471.914,42	-87.406,56	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.431.381.756,99</b>	<b>6.484.520.450,25</b>
Intangível	7.369.035,19	2.872.843,34			
Softwares	7.331.084,94	2.832.490,09			
Softwares	8.450.800,39	2.832.490,09			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-1.129.715,45	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	37.953,25	40.353,25			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	37.953,25	40.353,25			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

*Tiago Maia dos Santos*  
Contador - 18181 CRCDF  
MBC: 10468047 - FUB/DAT/DFC

*Marcia Abrahão Moura*  
Reitora



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual  
EMISSÃO 16/01/2017 PAGINA 2  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2016	2015	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
<b>TOTAL D.DATIVO</b>	<b>7.434.126.738,50</b>	<b>6.586.831.305,53</b>	<b>7.434.126.738,50</b>	<b>6.586.831.305,59</b>

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2016	2015	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>169.883.423,18</b>	<b>155.314.528,93</b>	<b>264.441.784,78</b>	<b>263.837.789,37</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>7.264.243.315,32</b>	<b>6.431.516.776,66</b>	<b>-</b>	<b>48.518,37</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>7.434.126.738,50</b>	<b>6.586.831.305,59</b>	<b>7.169.884.953,72</b>	<b>6.322.843.987,85</b>

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2016	2015	2016	2015
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>790.585.382,36</b>	<b>711.930.873,12</b>	<b>248.784.450,40</b>	<b>253.406.432,11</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	790.585.382,36	711.930.873,12	248.784.450,40	253.406.432,11
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	4.247.652,20	13.936.727,21	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	290.795.928,99	207.656.439,39	884.912,78	884.912,78
Direitos Contratados a Executar	485.541.801,17	490.287.706,52	248.909.537,62	252.521.519,33
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>790.585.382,36</b>	<b>711.930.873,12</b>	<b>248.784.450,40</b>	<b>253.406.432,11</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
	2016	2015
Recursos Ordinários	-72.533.177,52	-22.025.184,08
Recursos Vinculados	-74.174.704,72	819.536,92
Educação	711.793,40	220.556,31
Seguridade Social (Exceto FGPS)	53.483.078,46	-3.085.444,45
Operação de Crédito	-	-
Doações	-	-
Doutros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Doutros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-94.558.361,60</b>	<b>-94.558.361,60</b>

*João Roberto*  
Tiago Akaka dos Santos  
Contador - 16101 CRCDF  
Mat.: 1046047 - FUB/DAFIDCF

*Marcia Moura*

*Marcia Moura*  
Márcia Abrahão Moura  
Reitora



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual  
EMISSÃO 19/01/2017 PAGINA 1  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUNDAÇÃO  
ORÇAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CUNTIATIVAS		
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>9.552.487.583,82</b>	<b>2.028.123.754,74</b>
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesses das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	85.107.633,35	93.754.131,37
Venda de Mercadorias	490.848,14	517.329,39
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	84.616.784,21	93.236.801,98
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>14.100.915,67</b>	<b>16.244.415,59</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	13.571,33	14.687,43
Variações Monetárias e Cambiais	2.448.851,03	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Renúnciação de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	11.638.493,31	16.229.728,16
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>1.893.525.802,58</b>	<b>1.751.306.054,13</b>
Transferências Intragovernamentais	1.879.857.795,26	1.750.650.540,20
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Contribuições Públicas	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13.668.007,32	655.573,93
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>7.553.952.178,76</b>	<b>165.909.529,22</b>
Reavaliação de Ativos	46.157.292,25	21.512.528,51
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	7.431.979.801,55	6.960.107,72
Ganhos com Desincorporação de Passivos	75.815.084,96	137.446.892,99
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	5.811.054,26	914.624,43
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

*Tiago Melo dos Santos*  
Contador - 18101 CRCDF  
Mat. 1046947 - FUB/DAFIDCF

*Márcia Abrahão Moura*  
Reitora



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Atual  
EMISSÃO 16/01/2017 PÁGINA 2

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUB-TÍTULO 26271 - FUNDACAD UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUNDAÇÃO  
ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	5.811.054,26	914.624,43
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>8.606.088.904,55</b>	<b>2.184.722.491,26</b>
Pessoal e Encargos	894.725.926,45	971.355.325,84
Remuneração a Pessoal	764.459.046,31	750.057.256,71
Encargos Patronais	181.859.441,15	190.638.114,91
Benefícios a Pessoal	48.032.676,39	29.901.994,86
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	340.382,60	757.959,36
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	377.127.111,03	309.090.087,25
Aposentadorias e Reformas	332.518.367,26	261.929.607,23
Pensões	43.751.593,69	40.786.325,32
Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda	857.150,08	6.374.154,70
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	289.970.086,68	329.830.398,16
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.177.787,83	20.861.511,91
Uso de Material de Consumo	253.667.344,32	285.089.631,80
Serviços	23.124.954,53	13.885.254,45
Depreciação, Amortização e Exaustão	440.327,20	508.310,02
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>416.706,70</b>	<b>484.590,30</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora	1.823,36	15.861,90
Variações Monetárias e Cambiais	21.987,14	7.857,82
Descontos Financeiros Concedidos		
Aportes ao Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>187.363.804,45</b>	<b>215.048.026,29</b>
Transferências Intragovernamentais	186.894.922,06	199.015.237,01
Transferências Intergovernamentais	57.188,52	161.448,64
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Execução Orçamentária Delegada a Entes		
Outras Transferências e Delegações Concedidas	441.693,67	15.871.340,64
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>6.672.628.239,05</b>	<b>276.756.326,61</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.142.629.695,31	211.542,79
Perdas com Alteração		
Perdas Involuntárias	936.667,87	7.880.718,83
Incorporação de Passivos		91.344.256,95
Desincorporação de Ativos	2.528.061.875,87	177.319.808,34

*João Roberto*  
**João Roberto Santos**  
Contador - 16101 CRCIDF  
Mat.: 1048047 - FUB/DAF/DCF

*Marcia Abrahão Moura*  
**Marcia Abrahão Moura**  
Reitora



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual  
EMISSÃO 16/01/2017 PÁGINA 3  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUNDAÇÃO  
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
Tributárias	6.241.298,17	8.785.240,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	53.484,82	103.393,92
Contribuições	6.187.803,35	8.681.846,42
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	77.593.517,52	73.348.776,57
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações de Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	75.057.118,60	73.148.846,57
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.536.398,92	199.930,00
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>946.407.683,07</b>	<b>-156.593.736,54</b>

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		

*João Roberto*  
**Tiago Mda dos Santos**  
Contador - 16101 CRCDE  
Mat: 1046047 - FURB/DF/DFCF

*Paulo Renato*

**Márcia Abrahão Moura**  
Reitora



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL



EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual  
EMISSÃO 16/01/2017 PÁGINA 1  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 28271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUNDAÇÃO  
ORÇÃO SUPERIOR 28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>178.050.347,00</b>	<b>178.050.347,00</b>	<b>98.704.758,85</b>	<b>-78.385.588,15</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
Recargas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Recargas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
<b>Recarga Patrimonial</b>				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	52.948.827,00	52.948.827,00	56.540.357,12	3.596.530,12
Valores Mobiliários	36.997.987,00	36.997.987,00	39.379.105,52	2.381.118,52
Delegação de Serviços Públicos	15.951.840,00	15.951.840,00	11.638.493,31	-4.313.346,69
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
<b>Recarga Agropecuária</b>				
Demais Receitas Patrimoniais				
<b>Recarga Industrial</b>				
Demais Receitas Patrimoniais				
<b>Recargas de Serviços</b>				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	124.505.763,00	124.505.763,00	40.231.139,56	-84.274.623,44
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	119.431.303,00	119.431.303,00	30.184.984,83	-89.246.318,17
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras	463.128,00	463.128,00	25.957,18	-437.170,82
Outros Serviços	4.611.332,00	4.611.332,00	10.020.517,55	5.409.185,55
<b>Transferências Correntes</b>				
<b>Outras Receitas Correntes</b>				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	634.757,00	634.757,00	2.931.982,17	2.297.105,17
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	634.757,00	634.757,00	1.564.916,09	930.159,09
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			1.366.946,08	1.366.946,08
Demais Receitas Correntes				
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
<b>Operações de Crédito</b>				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
<b>Alienação de Bens</b>				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				

*Tiago Mota dos Santos*  
Contador - 16101 CRCDF  
Matr.: 1046047 - FUB/DAF/DCF

*Marcia Abrahão Moura*  
Reitora



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



EXERCÍCIO	2016	PERÍODO	Atual
EMISSÃO	16/01/2017	PÁGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integração do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>178.090.347,00</b>	<b>178.090.347,00</b>	<b>99.704.758,85</b>	<b>-78.385.588,15</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>178.090.347,00</b>	<b>178.090.347,00</b>	<b>99.704.758,85</b>	<b>-78.385.588,15</b>
<b>DEFICIT</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>178.090.347,00</b>	<b>178.090.347,00</b>	<b>1.756.193.416,13</b>	<b>1.756.193.416,13</b>
<b>DETAΛHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Antecipação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>178.090.347,00</b>	<b>178.090.347,00</b>	<b>1.855.898.174,98</b>	<b>1.677.807.827,98</b>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.852.030.045,00</b>	<b>1.791.685.500,00</b>	<b>1.820.437.048,20</b>	<b>1.634.970.671,80</b>	<b>1.633.032.400,96</b>	<b>-28.751.548,20</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.232.580.219,00	1.351.557.538,00	1.320.692.476,12	1.314.085.652,36	1.313.765.326,65	30.865.061,98
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	419.449.826,00	440.127.962,00	499.744.572,08	320.884.919,44	319.267.074,31	-59.616.610,08
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>81.996.732,00</b>	<b>50.867.377,00</b>	<b>35.461.126,78</b>	<b>3.773.451,55</b>	<b>3.773.451,55</b>	<b>15.406.250,22</b>
Investimentos	81.996.732,00	50.867.377,00	35.461.126,78	3.773.451,55	3.773.451,55	15.406.250,22
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>						
<b>RESERVA DO RPPS</b>						
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.734.026.777,00</b>	<b>1.842.552.877,00</b>	<b>1.855.898.174,98</b>	<b>1.638.744.123,35</b>	<b>1.636.805.852,51</b>	<b>-13.345.297,98</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO</b>						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

*João Matias Santos*  
Contador - F01 CRCDF  
Mat.: 1046047 - FUB/DA/DFC

*Luiz Carlos*

*Márcia Abrahão Moura*  
Reitora



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2016	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	28271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUNDAÇÃO	EMISSÃO	16012017	PÁGINA	3
ORÇAO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		SALDO DA DOTAÇÃO	
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA						
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.734.026.777,00	1.842.582.877,00	1.855.898.174,98	1.638.744.123,35	1.636.805.852,51	1.636.805.852,51	-13.345.297,98	-13.345.297,98
TOTAL		1.734.026.777,00	1.842.582.877,00	1.855.898.174,98	1.638.744.123,35	1.636.805.852,51	1.636.805.852,51	-13.345.297,98	-13.345.297,98

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	50.633.253,50	82.157.222,52	76.792.201,92	76.702.785,24	14.945.299,63	41.142.391,15
Pessoal e Encargos Sociais	2.666,37	8.505,05	4.282,98	4.282,98	4.040,30	3.846,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	50.630.587,13	82.147.717,47	76.787.918,94	76.698.502,26	14.941.259,33	41.138.543,01
DESPESAS DE CAPITAL	8.318.938,52	20.573.296,00	19.294.491,03	18.125.397,03	8.097.837,76	3.688.995,73
Investimentos	8.318.938,52	20.573.296,00	19.294.491,03	18.125.397,03	8.097.837,76	3.688.995,73
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	58.952.192,02	102.730.518,52	96.086.692,95	95.828.182,27	21.043.137,39	44.311.390,88

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.758.594,65	23.754.071,23	23.749.001,83	1.317.632,67	445.841,44
Pessoal e Encargos Sociais	29,00	48.438,64	48.438,64	-	29,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.758.475,65	23.705.634,65	23.700.565,19	1.317.632,67	445.812,44
DESPESAS DE CAPITAL	97.455,11	2.251.631,07	2.163.233,38	93.722,81	92.129,99
Investimentos	97.455,11	2.251.631,07	2.163.233,38	93.722,81	92.129,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.855.959,76	26.005.702,30	25.912.235,21	1.411.355,48	538.071,43

*João Santos*  
Tiago Matheus Santos  
Contador - 10101 CRCIDF  
Mét. 1046047 - FUBIDAFIDCF

*Mau*  
*Carvalho*

*Marcia*

Márcia Abrahão Moura  
Reitora



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMISSÃO 16/01/2017 PAGINA 1

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>INGRESSOS</b>					
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias		
Ordinárias	98.764.759,85	110.717.270,33	Ordinárias	7.629,94	1.855.898.174,98
Vinculadas	186.376,14		Vinculadas	113.558.561,66	332.106.751,73
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	105.656.495,45	113.558.561,66	Educação	1.171.297.962,41	1.523.791.423,25
(+) Deduções da Receita Orçamentária	-6.138.114,74	-2.848.921,27	Seguridade Social (Exceto RGPS)	222.534.600,53	1.156.546.000,52
			Operação de Crédito	72.841,04	758.145.283,89
			Doações	1.222.768,43	200.746.413,54
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	121.013.268,55	1.091.017,97
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	7.649.962,29	165.588.997,41
Transferências Financeiras Recebidas	1.879.857.795,26	1.750.650.540,20	Transferências Financeiras Concedidas	186.864.922,06	199.015.337,91
Resultantes da Execução Orçamentária	1.771.766.426,00	1.630.208.681,39	Resultantes da Execução Orçamentária	127.920.428,43	156.152.959,11
Repasses Recebido	1.643.947.953,38	1.475.117.447,34	Repasses Concedido	101.965,81	61.525,06
Sub-repasses Recebido	127.818.472,62	155.091.434,05	Sub-repasses Concedido	127.818.472,62	155.091.434,05
Independentes da Execução Orçamentária	108.091.369,26	120.441.658,81	Independentes da Execução Orçamentária	59.944.463,63	43.862.277,90
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	94.015.592,86	100.457.510,43	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.798.432,00	6.514.967,29
Demais Transferências Recebidas	6.514.458,02	12.804.495,90	Demais Transferências Concedidas	48.461.942,59	36.379.509,89
Movimentação de Saldos Patrimoniais			Movimento de Saldos Patrimoniais	5.684.119,04	967.800,78
Aporte ao RPPS	7.561.516,38	7.179.652,48	Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS			Aporte ao RGPS		
Reccebimentos Extraorçamentários	224.190.530,14	132.594.944,49	Despesas Extraorçamentárias	126.836.593,65	156.742.801,67
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.938.270,84	15.914.563,70	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	25.912.236,24	15.344.677,01
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	217.154.051,63	102.730.518,52	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	95.828.182,27	125.907.826,24
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.227.500,37	13.948.647,59	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.227.500,37	15.481.016,43
Durros Reccebimentos Extraorçamentários	870.707,30	1.214,68	Outros Pagamentos Extraorçamentários	870.675,80	8.982,98
Arrecadação de Outra Unidade	870.707,30		Ordens Bancárias Sacadas - Crédito de Pagamento		8.982,98
Demais Reccebimentos			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	1.000,00	1,00
			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		
			Demais Pagamentos	968.675,80	
Saldo do Exercício Anterior	135.732.029,62	177.935.159,18	Saldo para o Exercício Seguinte	169.883.423,18	135.732.029,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	135.732.029,62	177.935.159,18	Caixa e Equivalentes de Caixa	169.883.423,18	135.732.029,62
<b>TOTAL</b>	<b>2.339.485.113,87</b>	<b>2.171.897.914,20</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.339.485.113,87</b>	<b>2.171.897.914,20</b>

*Luiz Carlos*  
**Tiago Mata dos Santos**  
Contador - 16101 CRCDF  
Mat. 1046047 - FUB/DAF/DFC

*Luiz Carlos*

*Marcia Abrahão Moura*

**Márcia Abrahão Moura**  
Reitora



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL



EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRÁSILIA - FUNDAÇÃO  
ORÇAO SUPERIOR 26200 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>		
Receta Tributária	59.014.102,12	-8.234.493,00
Receta de Contribuições	1.984.660.761,78	1.875.317.672,80
Receta Patrimonial	99.704.756,85	110.717.270,33
Receta Agropecuária	-	-
Receta Industrial	44.901.863,81	40.285.810,77
Receta de Serviços	1.400,00	300,00
Remuneração das Disponibilidades	40.231.139,56	59.460.086,63
Outras Receitas Derivadas e Originárias	11.606.499,31	16.229.728,16
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	2.931.862,17	741.344,77
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>		
Ingressos Extraorçamentários	1.884.956.002,93	1.764.600.402,47
Transferências Financeiras Recebidas	4.227.500,37	13.948.647,59
Aprovação de Outra Unidade	1.879.657.795,26	1.750.650.540,20
Demais Recebimentos	670.707,30	1.214,68
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		
Legislativo	-1.825.846.659,66	-1.893.552.165,90
Judiciário	-1.544.305.036,42	-1.486.095.554,46
Essencial à Justiça	-66.753,56	-12.617,16
Administração	-746.339,92	-149.902,66
Defesa Nacional	-2.166.148,28	-1.997.697,29
Relações Exteriores	-4.636.394,69	-9.846.595,43
Assistência Social	-1.824.383,75	-2.527.828,97
Previdência Social	-96.470,01	-1.619.175,76
Saúde	-899.249,35	-595.940,45
Educação	-343.047.914,92	-317.467.320,74
Cultura	-16.539.216,65	-38.061.939,20
Outros da Cidadania	-2.528.590,01	-1.105.761,67
Urbanismo	-1.136.238.302,73	-1.054.654.936,63
Habitação	-888.825,10	-776.769,67
Gestão Ambiental	-4.761.572,89	-4.837.434,39
Ciência e Tecnologia	-8.038.135,44	-8.997.693,31
Agricultura	-594.185,78	-1.350.346,85
	-1.984.476,30	-299.846,94
	-1.312.779,67	-1.905.466,54
	-142.600,00	-122.520,43

*João Roberto*  
*Luiz Carlos*  
**Tiago Matia dos Santos**  
Contador - 16101 CRCDE  
Mat: 1046047 - FUB/DAFIDCF

*Marcia Abralao Moura*  
**Márcia Abralão Moura**  
Reitora



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual  
EMISSÃO 08/02/2017 PÁGINA 2  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2016	2015
Organização Agrária	-14.658.881,69	-12.902.278,91
Indústria	-	-18.093,75
Comércio e Serviços	-1.011.788,59	-470.030,29
Comunicações	-882.892,79	-1.858.396,14
Energia	-	-
Transporte	-168.200,00	-1.235.943,95
Desporto e Lazer	-426.944,08	-3.272.217,32
Encargos Especiais	-	-8.981,99
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Carrão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-189.178.535,01	-202.960.356,90
Infergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-189.037.084,81	-202.883.189,94
Outras Transferências Concedidas	-141.470,20	-77.165,96
Outros Desembolsos das Operações	-191.963.098,23	-214.496.254,44
Despêndos Extraorçamentários	-4.227.500,37	-15.481.016,43
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-1.000,00	-
Transferências Financeiras Concedidas	-186.864.922,06	-198.015.237,01
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-1,00
Demais Pagamentos	-869.675,60	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-24.862.708,56</b>	<b>-33.968.636,56</b>
<b>INGRESSOS</b>		
Alienação de Bens	-	-
Autorização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-24.862.708,56	-33.968.636,56
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-18.551.530,25	-32.966.411,35
Doutros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-6.311.178,31</b>	<b>-4.002.225,21</b>
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integratização do Capital Social de Empresas Estrangeiras	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Infergovernamentais	-	-
Des Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Des Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-

*João dos Santos*  
João dos Santos  
Contador - 78101 CRC/DF  
Mat.: 1046047 - FUB/DA/DF

*Marcia Abrahão Moura*  
Márcia Abrahão Moura  
P. 11/12/16



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual  
 EMISSÃO 08/02/2017 PÁGINA 3  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUNDACAO
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2016	2015
Outros Ingressos de Financiamento		
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamento		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34.151.393,56	-42.203.129,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	135.732.029,62	177.935.199,18
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	169.883.423,18	135.732.029,62

*Tiago Mota dos Santos*  
 Contador - 16101 CRCDF  
 Matr.: 1046047 - FUB/DAFIDCF

*para* *Carla*

*[Handwritten signature]*

Márcia Abrahão Moura  
Reitora



## Notas Explicativas



Fundação Universidade de Brasília – FUB/UnB  
Decanato de Administração – DAF  
Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

A Fundação Universidade de Brasília (FUB) é um órgão vinculado ao MEC, sendo constituída como Fundação de direito público e com sede na cidade de Brasília/DF. Tem por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a legislação relacionada a finanças e contabilidade pública.

É relevante informar ao usuário que:

- A comparabilidade, obrigatória nas demonstrações contábeis, no exercício de 2016 não foi prejudicada;
- A Universidade foi ocupada pelo "Movimento Estudantil" durante o período de 31/10 a 08/12/2016 com o objetivo de se posicionar contrariamente a Proposta de Emenda a Constituição n. 55 que limita e congela os gastos públicos por 20 anos; e
- Houve a extinção da Unidade Gestora (UG) 152435/15257 – Decanato de Planejamento e Orçamento, que era utilizada para recebimento dos créditos orçamentários da Lei de Orçamento Anual. Atualmente os créditos orçamentários são recebidos na UG 154040/15257.

As principais práticas contábeis usadas para elaboração das demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir:

#### **BALANÇO PATRIMONIAL**

##### **ATIVO CIRCULANTE**

##### **Caixa e Equivalente de Caixa:**

Corresponde ao saldo positivo de R\$ 169 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. Sendo R\$ 149 milhões disponíveis na conta Limite de Saque (caixa) e registradas as aplicações financeiras pelo valor histórico acrescido dos rendimentos, totalizando R\$ 20 milhões. Estas aplicações geraram receita financeira (fonte 0280) correspondente a R\$ 14 milhões em até 31/12/2016. Os valores foram desaplicados em virtude do Parecer PGFN/CAF/Nº 1231/2015, sendo que os valores que permanecem aplicados referem-se a Convênios de Receita conforme preceitua o parecer supracitado.

##### **Créditos de Curto Prazo:**

Correspondem ao saldo positivo de R\$ 32 milhões, em 31/12/2016, e estão mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os créditos de curto prazo são compostos de: i) Adiantamentos de Transferências Voluntárias (decorrentes de transferências voluntárias formalizadas por convênios e instrumentos congêneres), no valor de R\$ 2 milhões; ii) Créditos por Danos ao Patrimônio, oriundos de direitos apurados em sindicância, prestação de contas, tomada de contas, processos judiciais e outros, no valor de R\$ 23 milhões; e iii) Depósitos Restituíveis (valores efetuados e recebidos para garantia contratual e outros) de R\$7 milhões. Houve, em 31/12/2016, baixa no valor de R\$ 45 milhões referente aos Adiantamentos Concedidos a Pessoal (13º e férias).



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015**  
**(Em milhares de Reais)**

**Estoques:**

São os materiais de consumo existentes no almoxarifado, correspondentes ao saldo de R\$ 18 milhões e estão registrados pelo valor de custo. Não foram realizados ajustes para cumprir a regra “custo ou mercado”. Anualmente, em dezembro, os estoques são inventariados por comissão específica designada pelo Ordenador de Despesas.

**ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

**Créditos de Longo Prazo:**

Correspondem ao saldo de R\$ 0,1 milhão, em 31/12/2016, e estão avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Correspondem a créditos por concessão direito de uso/exploração (ações da extinta Telebrasil), indenizações a receber e créditos a recuperar (valor a receber da empresa Milênio Engenharia decorrente de multa contratual). Foi efetuada conciliação no decorrer do ano que ocasionou a baixa no valor de R\$ 3 milhões referentes a depósitos e cauções realizados por conta de contrato e instrumentos congêneres. Foi recebido o valor de R\$ 0,3 milhão da Secretaria Municipal de Educação – SP na UG 154079.

**Imobilizado:**

Em 2016, por meio da Resolução n. 06 da Vice-Reitoria, foi constituída comissão para realizar o inventário imobiliário e reavaliar todos os bens imóveis com a finalidade de registrá-los separadamente no ativo imobilizado conforme determinou o Acórdão TCU n. 377/2016. O aumento de R\$ 0,8 milhão é decorrente do parâmetro utilizado na incorporação dos ativos, ou seja, os critérios estabelecidos para reavaliação do valor atribuído às benfeitorias (edificações) no SPIUnet tiveram como base o CUB (Valor do Custo Unitário Básico da benfeitoria utilizada) e para os terrenos o valor de R\$ 500,00/m<sup>2</sup> (quinhentos reais por metro quadrado) conforme estabelecido no Manual do SPIUnet. Outros imóveis estão mensurados pelo custo histórico.

**Depreciação:**

A depreciação dos bens móveis é realizada por meio de sistema próprio com base na macrofunção SIAFI 020330. Já a depreciação dos bens imóveis é realizada pela STN diretamente.

**Intangível:**

Corresponde ao valor de R\$ 7 milhões, em 31/12/2016, e são avaliados pelo valor de aquisição, menos a amortização, conforme normas da STN. Em 2016 houve aquisição de *software* de gestão de redes no valor de R\$ 3 milhões do fornecedor Avantsec. Além disso, a FUB firmou TED com o Exército Brasileiro para desenvolvimento de *software* que, até 31/12/2016, gerou um ativo de R\$ 1 milhão.

**Amortização:**

O cálculo da amortização do intangível é realizado sem a utilização de sistema específico, entretanto, esse é contabilizado mensalmente com base no disposto no Ato do DAF n. 81/2016 e nos controles existentes na Diretoria de Contabilidade e Finanças.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)**

**PASSIVO CIRCULANTE**

**Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar de curto prazo:**

Correspondem ao saldo de R\$ 0,3 milhão, em 31/12/2016, e estão são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial, referindo-se à provisão para pagamento salário do regime jurídico único, baixado em 2017.

**Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo:**

Correspondem ao saldo de R\$ 2 milhões, em 31/12/2016, e estão mensurados pelo valor original. A variação ocorrida entre 31/12/2016 e 31/12/2015 está relacionada à rotina de recebimento de recursos financeiros do Órgão Superior e recebimentos de recursos financeiros descentralizados. Destarte, os três maiores fornecedores da FUB que ficaram em aberto, em 31/12/2016, são: Companhia de Saneamento do DF – CAESB, SANOLI IND e COM de Alimentação LTDA e Estilo Construtora e Incorporadora, referindo-se respectivamente aos contratos de fornecimento de água, terceirização de gestão do Restaurante Universitário e obras no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro.

**Demais Obrigações a Curto Prazo:**

A variação ocorrida entre 31/12/2016 e 31/12/2015 está relacionada à rotina de contabilização de recursos diferidos no fechamento do Balanço Patrimonial.

**Obrigações Contratuais:**

Em 31/12/2016, a FUB possuía um saldo de R\$ 249 milhões relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 1 – Obrigações Contratuais – Composição**

	31/12/2016	R\$ milhares
Fornecimento de Bens	7	
Serviços	242	
<b>Total</b>	<b>249</b>	

Fonte: SIAFI, 2016.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria (cerca de 97%) do total das obrigações assumidas pela FUB ao final de 31/12/2016.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2016.

**Tabela 2 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante**

	31/12/2016	R\$ milhares
FUB – UG 154040	233	
HUB – UG 154106	12	
Demais	4	
<b>Total</b>	<b>249</b>	

Fonte: SIAFI, 2016.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015**  
**(Em milhares de Reais)**

A UG 154040 é responsável por 94% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 05 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2016.

**Tabela 3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado**

	R\$ milhares
	31/12/2016
A - FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS	59
B - SANOLI INDÚSTRIA E COM DE ALIMENTAÇÃO LTDA	47
C - G M ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP	14
D - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO	10
Demais	112
<b>Total</b>	<b>242</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Em relação aos contratados A, B, C e D, eles representam 54% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- Contratado A: Refere-se à contratação de Fundação de Apoio para gestão de Projetos Científicos da Universidade;
- Contratado B: Refere-se ao fornecimento de alimentação para o Restaurante Universitário;
- Contratado C: Refere-se à construção do prédio de salas de aula da ULEG-FT;
- Contratado D: Refere-se ao contrato de prestação de serviços na área de seleção de pessoal (concursos públicos, vestibular, PAS e etc).

**Resultados Acumulados:**

Correspondem ao resultado patrimonial acumulado, demonstram um superávit de R\$ 7 bilhões. A variação de 14,60% em relação à 31/12/2015 corresponde ao saldo positivo de R\$ 946 milhões, em 31/12/2016, que compreende o resultado da incorporação e desincorporação de bens imóveis na FUB (decorrente do Acórdão TCU n. 377/2016) e em função da redução do gasto com despesas discricionárias no período.

**RESTRIÇÕES CONTÁBEIS APONTADAS NA CONFORMIDADE CONTÁBIL DE DEZEMBRO/2016:**

Foi apontada na conformidade contábil do mês de dezembro/2016 a restrição contábil 738 (saldo invertido contas-correntes). Essa restrição ocorreu em virtude de dois lançamentos automáticos efetuados pelo Órgão Central de Contabilidade (Secretaria do Tesouro Nacional – STN) a fim de regularizar saldo contábil de Convênios nas Unidades Gestoras (UG) 154040 e 154024.

O lançamento efetuado na UG 154040 foi regularizado em 11/01/2017 por meio dos lançamentos 2017NL000011 e 2017NL000012.

O lançamento efetuado na UG 154024 não pode ser regularizado em virtude de não haver situação contábil ou evento que promova o estorno da contabilização indevida. Neste caso foi enviado a Setorial de Contabilidade do MEC o comunicado SIAFI 2017/0076171 e, até a presente elaboração dessas notas explicativas, não houve resposta.

Os lançamentos contábeis que inverteram saldo em contas correntes ocorreram nas contas de controles devedores (atos potenciais) e controles credores (execução dos atos potenciais).



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015**  
**(Em milhares de Reais)**

A STN informou uma restrição contábil **indevida** para o Órgão 26271 (restrição 608 – saldo invertido ativo circulante). A fim de sanar tal restrição indevida, foi enviado a Setorial de Contabilidade do MEC o comunicado SIAFI 2017/0145849 em 23/01/2017.

Em 24/01/2017 a Setorial de Contabilidade do MEC enviou o comunicado SIAFI 2017/0152710, em resposta ao comunicado SIAFI 2017/0145849, informando: *Em atenção à mensagem 2017/0145849, informamos que, em virtude do prazo para fechamento do exercício no sistema, não foi possível atender a solicitação para retirada das restrições nos órgãos informados.*

**Tabela 4 – Saldos Invertidos**

						R\$ milhares
Órgão	UG	Conta Contábil	Conta Corrente	Saldo Atual	Status	
	154019	113219800	01000000001782M-4	0	A	
	154023	113219800	01320000001782M-4	0	B	
	154040	113219800	02502627101782M-4	-20	C	
	154106	113219800	01530000001782M-4	0	D	
26271	154040	621200000	19220611025015551212627119	-37	E	
	154024	711210101	CV410231	-69	F	
	154024	811210101	CV410231	-69	G	
	154040	812210101	CV112027	-58	H	
	154040	812210101	CV114528	-62	I	
	154040	899912401	9701337045000	-28	J	

Fonte: TESOIRO GERENCIAL, 2016.

Informações da Tabela 4 referente à coluna Status:

- O Relatório disponibilizado e utilizado pela STN não trouxe o Saldo Inicial. Com isso, os lançamentos contábeis efetuados para regularizar a conta 113219800 apresentam-se erroneamente como invertidos;
- O Relatório disponibilizado e utilizado pela STN não trouxe o Saldo Inicial. Com isso, os lançamentos contábeis efetuados para regularizar a conta 113219800 apresentam-se erroneamente como invertidos;
- O Relatório disponibilizado e utilizado pela STN não trouxe o Saldo Inicial. Com isso, os lançamentos contábeis efetuados para regularizar a conta 113219800 apresentam-se erroneamente como invertidos;
- O Relatório disponibilizado e utilizado pela STN não trouxe o Saldo Inicial. Com isso, os lançamentos contábeis efetuados para regularizar a conta 113219800 apresentam-se erroneamente como invertidos;
- O Relatório disponibilizado e utilizado pela STN não trouxe o Saldo Inicial. Com isso, os lançamentos contábeis efetuados para regularizar a conta 621200000 apresentam-se erroneamente como invertidos;
- Para correção do saldo invertido foi enviado a Setorial de Contabilidade do MEC o comunicado SIAFI 2017/0076171 solicitando auxílio para essa correção;
- Para correção do saldo invertido foi enviado a Setorial de Contabilidade do MEC o comunicado SIAFI 2017/0076171 solicitando auxílio para essa correção;
- Foi regularizado por meio da 2017NL000011;
- Foi regularizado por meio da 2017NL000012;
- Saldo ficou invertido no momento de ratificar lançamento automático do SPIUnet, conta contábil foi devidamente encerrada no final do exercício.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015**  
**(Em milhares de Reais)**

**EXTINÇÃO DE UNIDADE GESTORA**

Houve a extinção da Unidade Gestora (UG) 152435/15257 – Decanato de Planejamento e Orçamento, em 31/12/2016, que era utilizada para recebimento dos créditos orçamentários da Lei de Orçamento Anual. Atualmente os créditos orçamentários são recebidos na UG 154040/15257.

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**

**Exploração e Venda de Bens:**

Corresponde ao saldo positivo de R\$ 85 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. As principais receitas próprias da UnB em 2016 foram: receita com aluguéis, com pós-graduação *lato sensu*, com projetos científicos, serviços veterinários, cursos de idiomas e taxas diversas. Houve uma redução de 9% em relação a 2015 em função da retração econômica que o País atravessou em 2016.

**Transferências e Delegações Recebidas:**

Correspondem ao saldo positivo de R\$ 1,8 bilhão, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. São compostas, principalmente, pelos repasses recebidos do Órgão Superior (MEC) no valor de R\$ 1,3 bilhão, e os demais repasses são referentes às descentralizações de outros Órgãos da Administração Pública.

**Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos:**

Correspondem ao saldo positivo de R\$ 7,5 bilhões, em 31/12/2016. Compreendem as variações patrimoniais aumentativas decorrentes da incorporação de imóveis por meio de inventário físico, bem como sua reavaliação, no decorrer de 2016.

Por meio da Resolução n. 06 da Vice-Reitoria, foi constituída comissão para realizar o inventário imobiliário e reavaliar todos os bens imóveis com a finalidade de registrá-los separadamente no ativo imobilizado conforme determinou o Acórdão TCU n. 377/2016.

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

**Pessoal e Encargos:**

Correspondem ao saldo negativo de R\$ 994 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. Houve um acréscimo de 2% em relação a 2015 em função do aumento salarial concedido pelo Governo Federal e pago a partir de agosto/2016.

**Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:**

Corresponde ao saldo negativo de R\$ 290 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. As principais despesas discricionárias (são aquelas que não são obrigatórias dentro do Orçamento, sobre as quais o Reitor tem controle e liberdade para cortar gastos) na FUB são: mão de obra terceirizada; despesas fixas com água, luz, telefone; manutenção de bens imóveis e móveis; e aquisição de material de consumo.



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015**  
**(Em milhares de Reais)**

Houve uma redução de 12% em relação a 2015 em função dos cortes orçamentários impostos pelo Governo Federal e pela atuação da gestão da FUB no controle dos gastos decorrentes da retração econômica que o País atravessou em 2016.

**Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos:**

Correspondem ao saldo negativo de R\$ 6,7 bilhões, em 31/12/2016. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas decorrentes da desincorporação de imóveis por meio de inventário físico (RIP – único – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro) no decorrer de 2016.

Por meio da Resolução n. 06 da Vice-Reitoria, foi constituída comissão para realizar o inventário imobiliário e reavaliar todos os bens imóveis com a finalidade de registrá-los separadamente no ativo imobilizado conforme determinou o Acórdão TCU n. 377/2016.

**Resultado Patrimonial do Período:**

Corresponde ao saldo positivo de R\$ 946 milhões, em 31/12/2016. Compreende principalmente o resultado da incorporação e desincorporação de bens imóveis na FUB (resultante do Acórdão TCU n. 377/2016) e em função da redução do gasto com despesas discricionárias no período.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

**Receita Orçamentária:**

A receita realizada corresponde ao saldo positivo de R\$ 99 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. No que se refere à receita realizada, houve uma queda de 44% em relação a sua previsão. Essa frustração na arrecadação é derivada do não recebimento de recursos, no valor aproximado de R\$ 60 milhões, em função da cessão onerosa à Organização Social CEBRASPE (antigo CESPE). Além disso, corroborou para a baixa arrecadação a queda no valor recebido com receita de aluguéis devido a grande desocupação dos imóveis da FUB ocorrida em 2016. As principais receitas da UnB em 2016 foram: receita com aluguéis, com pós-graduação *lato sensu*, com projetos científicos, serviços veterinários, cursos de idiomas e taxas diversas.

**Despesas Orçamentárias:**

**Dotação Inicial x Dotação Atualizada:**

A variação entre a Dotação Inicial e a Atualizada se refere a uma suplementação orçamentária no valor de R\$ 118 milhões em Pessoal e Encargos e em Outras Despesas Correntes (com a finalidade pagamento de benefícios) no valor de R\$ 16 milhões. Cabe salientar que houve o Bloqueio de Crédito, determinado pelo Governo Federal, relativo à arrecadação de recursos próprios não realizados e emendas parlamentares de bancadas no valor de R\$ 30 milhões aproximadamente.

**Execução da Despesa Corrente:**

No que tange à execução orçamentária (empenhar, liquidar e pagar), habitualmente esta aumenta de volume no último trimestre do ano em função da especificidade do Órgão. Entretanto, a variação de 9% entre a Despesa Liquidada e a Dotação Inicial decorre dos cortes orçamentários impostos pelo Governo Federal e pela atuação da gestão da FUB no controle dos gastos decorrente da retração econômica que o País atravessou em 2016.

**Execução da Despesa Capital:**



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015**  
(Em milhares de Reais)

No que tange à execução orçamentária (empenhar, liquidar e pagar), habitualmente esta aumenta de volume no último trimestre do ano em função da especificidade do Órgão. Entretanto, a variação de 9% entre a Despesa Liquidada e a Dotação Inicial decorre da gestão do crédito orçamentário de capital conforme denota a tabela 5. Nota-se que a FUB empenhou 83% do crédito de capital no último trimestre do ano.

**Tabela 5 – Despesa de Capital Empenhada por Trimestre**

Trimestre Lançamento	Valor Empenhado	%	
1º Trim./2016	3	3	8%
2º Trim./2016	1	1	2%
3º Trim./2016	2	2	7%
4º Trim./2016	26	26	83%
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

R\$ milhares

Fonte: SIAFI, 2016.

**Movimentações de Créditos:**

No que tange à execução orçamentária (empenhar, liquidar e pagar) referente às movimentações de crédito, a FUB recebeu até 31/12/2016 o valor de R\$ 156 milhões, sendo que destes estão excluídos as movimentações internas e o Hospital Universitário de Brasília.

Das descentralizações recebidas, 84% foram empenhadas. Dos valores empenhados 36% foram liquidados, sendo que destes 100% já foram pagos. Os Órgãos que mais descentralizaram créditos à FUB, até 31/12/2016, foram: Fundo Nacional de Saúde, Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que juntos correspondem a 64% das descentralizações recebidas.

**Restos a Pagar Não Processados:**

**Tabela 6 – Restos a Pagar Não Processados**

Ano de inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	103	79	3	21
2014	33	12	3	17
2013	18	5	8	5
2012	5	0	4	1
2011	3	0	3	0
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>96</b>	<b>21</b>	<b>44</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Os restos a pagar não processados inscritos em 1º/01/2016, dispostos na tabela 6, demonstram que do total inscrito foram pagos 59%, cancelados 13% e resta um saldo a pagar de 28% em relação aos valores inscritos na abertura do exercício.

**Restos a Pagar Processados:**

**Tabela 7 – Restos a Pagar Processados**

Ano de inscrição	Montante 1º/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2016
2015	16	16	0	0

Prédio da Reitoria – B 2º andar - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Brasília/DF - CEP: 70.910-900

Telefone: (061) 3107-0255 - Email: dcf@unb.br



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015**  
(Em milhares de Reais)

2014	10	10	0	0
2013	1	0	0	0
2010	1	0	1	0
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>26</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Os restos a pagar processados inscritos em 1º/01/2016, dispostos na tabela 7, demonstram que do total inscrito foram pagos 93%, cancelados 5% e resta um saldo a pagar de 2% em relação aos valores inscritos na abertura do exercício.

**BALANÇO FINANCEIRO**

**Receita Orçamentária:**

A receita orçamentária corresponde ao saldo positivo de R\$ 99 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. No que se refere a esta, equivale a 4% do total de ingressos orçamentários no período. As principais receitas da UnB em 2016 foram: receita com aluguéis, com pós-graduação *lato sensu*, com projetos científicos, serviços veterinários, cursos de idiomas e taxas diversas.

**Transferências Financeiras Recebidas:**

As transferências financeiras recebidas correspondem ao saldo positivo de R\$ 1,9 bilhão, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original (valor recebido). No que se refere a estas, equivalem a 80% do total de ingressos no período. Correspondem, principalmente, aos repasses recebidos do Órgão Superior (MEC) e das avenças contratuais com outros Órgãos/Entes.

**Recebimentos Extraorçamentários:**

Os recebimentos extraorçamentários correspondem ao saldo positivo de R\$ 224 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. No que se refere a este, equivale a 10% do total de ingressos no período. Correspondem, principalmente, à inscrição de restos a pagar (97%), salientando-se que os restos a pagar têm a função de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada no período, porém não paga no exercício de emissão da nota de empenho (restos a pagar não processados) conforme dispõe o artigo 103 da Lei n. 4.320/1964.

**Saldo do Exercício Anterior:**

O saldo do exercício anterior corresponde à disponibilidade de caixa do exercício anterior, no valor de R\$ 136 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. No que se refere a este, equivale a 6% do total de ingressos no período.

**Despesas Orçamentárias:**

As despesas orçamentárias correspondem ao saldo negativo de R\$ 1,8 bilhão, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original e equivalem a 79% do total de dispêndios no período. Correspondem, principalmente, aos repasses recebidos do Órgão Superior (MEC) para viabilizar a execução da Lei Orçamentária Anual e na execução financeira das avenças contratuais com outros Órgãos/Entes.

**Transferências Financeiras Concedidas:**

Prédio da Reitoria – 8 2º andar – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Brasília/DF – CEP: 70.910-900

Telefone: (061) 3107-0255 - Email: dcf@unb.br



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015**  
**(Em milhares de Reais)**

As transferências financeiras concedidas correspondem ao saldo negativo de R\$ 127 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original (valor dispendido). No que se refere a estas, equivalem a 8% do total de dispêndios no período. Correspondem, principalmente, aos sub-repasses concedidos às UG's descentralizadas da FUB e aos repasses a outros Órgãos/Entes.

**Despesas Extraorçamentárias:**

As despesas extraorçamentárias correspondem ao saldo negativo de R\$ 127 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. No que se refere a esta, equivale a 5% do total de dispêndios no período. Correspondem, principalmente, ao pagamento de restos a pagar (96%).

**Saldo para o Exercício Seguinte:**

O saldo do exercício anterior corresponde à disponibilidade de caixa do exercício atual, no valor de R\$ 170 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. No que se refere a este, equivale a 7% do total de ingressos para o exercício seguinte. Salienta-se que 64% deste valor correspondem à entrada de recursos financeiros oriundos da arrecadação de receitas próprias da FUB, os 36% restantes referem-se aos repasses recebidos de outros Órgãos para custeio das avenças firmadas.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

A Demonstração do Fluxo de Caixa, elaborada pelo método direto, tem como objetivo contribuir para transparência da gestão pública e evidencia as movimentações havidas no caixa e equivalentes nos seguintes fluxos, aplicados à FUB:

- a. Fluxo de Caixa das Operações; e
- b. Fluxo de Caixa dos Investimentos.

**Fluxo de Caixa das Operações:**

**Ingressos:**

Correspondem ao saldo positivo de R\$ 1,9 bilhão, em 31/12/2016, mensurado pelo valor original. Os ingressos são compostos pela arrecadação de recursos próprios (5%) e pelas transferências financeiras recebidas (95%).

**Desembolsos:**

Correspondem ao saldo negativo de R\$ 1,9 bilhão, em 31/12/2016, mensurado pelo valor original. Os desembolsos destinaram-se ao pagamento de despesas com Pessoal/Custeio (80%), às transferências concedidas (10%) e ao pagamento de outros desembolsos (10%).

**Fluxo de Caixa dos Investimentos:**

**Ingressos:**

Não houve ingressos no período.

**Desembolsos:**



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre findo em 31/12/2016 e 2015**  
**(Em milhares de Reais)**

Correspondem ao saldo negativo de R\$ 25 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. Os desembolsos destinaram-se ao pagamento de bens de capital (75%) e ao pagamento de outros desembolsos (25%).

**Geração Líquida de Caixa e Equivalentes:**

Ressalta-se que no período de 2016 a FUB teve uma geração líquida de caixa positiva, no valor de R\$ 34 milhões, decorrente dos cortes orçamentários impostos pelo Governo Federal e pela atuação da gestão da FUB no controle dos gastos decorrentes da retração econômica que o País atravessou no período.

**Saldo do Exercício Anterior:**

O saldo do exercício anterior corresponde à disponibilidade de caixa do exercício anterior, no valor de R\$ 136 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. No que se refere a este, equivale a 6% do total de ingressos no período.

**Saldo para o Exercício Seguinte:**

O saldo do exercício anterior corresponde à disponibilidade de caixa do exercício atual, no valor de R\$ 170 milhões, em 31/12/2016, mensurados pelo valor original. No que se refere a este, equivale a 7% do total de ingressos para o exercício seguinte. Salienta-se que 64% deste valor correspondem à entrada de recursos financeiros oriundos da arrecadação de receitas próprias da FUB, e os 36% restantes referem-se aos repasses recebidos de outros Órgãos para custeio das avenças firmadas.

**Brasília/DF, 31 de dezembro de 2016.**

**Ivan Marques de Toledo Camargo**  
CPF: 210.411.481-00  
Reitor até 21/11/2016

**Márcia Abrahão de Moura**  
CPF: 334.590.531-00  
Reitora após 22/11/2016

*Márcia Abrahão Moura*

**Tiago Mota dos Santos**  
CPF: 957.446.901-82  
CRC/DF 16.101/o-3  
Contador Titular

**Leandro de Moura**  
CPF: 712.777.571-00  
CRC/DF 22.771/o-6  
Contador Substituto



### Anexo D: Contratos sujeitos à desoneração

CONTRATOS SUJEITOS À DESONERAÇÃO						
EMPRESA	CNPJ	OBJETO DO CONTRATO	CONTRATO	VALOR DO CONTRATO		PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
				INICIAL	ATUALIZADO	
ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA	72.620.735/0001-29	Prestação de serviço de terceirização	Nº 135/2011	R\$ 5.039.200,00	R\$ 7.054.206,36	30/07/2016
CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	07.171.299/0001-96	Serviços de suporte tecnológico	Nº 274/2013	R\$ 7.063.944,12	R\$ 7.943.554,02	17/12/2016
MODULO ENGENHARIA CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA	05.926.726/0001-73	Manutenção corretiva e preventiva de elevadores	Nº 314/2013	R\$ 470.000,00	R\$ 452.021,52	08/09/2016
ORION TELECOMUNICAÇÕES ENGENHARIA S/A	01.011.976/0001-22	Prestação de serviços de manutenção na sala cofre da FUB	Nº 029/2014	R\$ 434.814,96	R\$ 508.619,90	13/02/2017
PAULO OCTAVIO IMOBILIARIA E ADMINISTRADORA LTDA	00.475.251/0001-22	Aluguel shcn - quadra 110, bloco "a" sala nº 201 - asa norte	Nº 100/2012	R\$ 37.695,12	R\$ 42.421,80	30/09/2016
STELMAT TELEINFORMÁTICA LTDA	00.950.386/0001-00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e manutenção preventiva e corretiva, gestão de tarifação e auditoria de conta telefônica.	Nº 108/2014	R\$ 1.502.784,00	R\$ 1.538.052,00	27/05/2016
UNO DATACENTER ANTISPAM INTERNET SOLUTIONS LTDA	10.962.242/0001-10	Prestação de serviço de suporte para solução <i>antispam</i>	Nº 161/2013	R\$ 125.800,00	R\$ 125.800,00	06/05/2017
LEIBNITZ ALEXANDRE MENDES CARNEIRO LTDA	26.974.410/0001-27	Reforma	Nº 1501/2016	R\$ 528.809,37	Não informado	02/07/2016



SOLLAR ENGENHARIA LTDA	26.478.859/0001-02	Construção predial	Nº 1001/2015	R\$ 1.748.050,04	Não informado	21/03/2017
HPEX APOIO ADMINISTRATIVO EIRELE ME	38.053.377/0001-81	Serviço de garçom	Nº 125/2015	R\$ 134.999,99	Não informado	14/07/2016
TRAVEL BUS LTDA - ME	04.982.981/0001-70	Serviços de locação de veículos com motorista, combustível e seguro	Nº 1206/2014	R\$ 5.127.519,99	Não informado	08/09/2016

Fonte: Relatório Final do GT instituído pela Resolução da Reitoria nº 0021/2016.



**Anexo E: Oferta da disciplina de Libras nos cursos da UnB, conforme Decreto 5.626/2005**

Cursos da UnB objetos do art. 3º do Decreto 5.626/2005					
Código do curso no SIGRA*	DENOMINAÇÃO	Município	Código do curso no sistema e-MEC	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
5711	Artes Cênicas (Licenciatura/Diurno)	Brasília	122200	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=5711">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=5711</a>
5720	Artes Cênicas (Licenciatura/Noturno)	Brasília	122198	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=5720">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=5720</a>
4936	Artes Visuais (Licenciatura/EaD)	Brasília	112158	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4936">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4936</a>
5657	Artes Visuais (Licenciatura/Diurno)	Brasília	151	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=5657">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=5657</a>
5665	Artes Visuais (Licenciatura/Noturno)	Brasília	52159	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curso_dados.aspx?cod=1023">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curso_dados.aspx?cod=1023</a>
2313	Ciências Biológicas (Licenciatura/EaD)	Brasília	101550	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=2313">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=2313</a>
160	Ciências Biológicas (Licenciatura/Noturno)	Brasília	160	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=2259">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=2259</a>
2283	Ciências Naturais (Licenciatura/Diurno)	Planaltina	112790	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=2283">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=2283</a>
2291	Ciências Naturais (Licenciatura/Noturno)	Planaltina	92267	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=2291">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=2291</a>
3166	Ciências Sociais (Licenciatura/Diurno)	Brasília	44418	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3166">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3166</a>
1899	Computação (Licenciatura/Noturno)	Brasília	18032	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=1899">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=1899</a>
9636/161/9628	Educação do Campo (Licenciatura/Diurno)	Planaltina	112176	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curso_dados.aspx?cod=1121">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curso_dados.aspx?cod=1121</a>
7323	Educação Física (Licenciatura/EaD)	Brasília	112160	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=7323">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=7323</a>
7315	Educação Física (Licenciatura/Diurno)	Brasília	142	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=7315">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=7315</a>
3344	Filosofia (Licenciatura/Diurno)	Brasília	44362	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3344">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3344</a>
3352	Filosofia (Licenciatura/Noturno)	Brasília	1138346	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3352">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3352</a>
1147	Física (Licenciatura/Noturno)	Brasília	158	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=1147">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=1147</a>
60852	Fonoaudiologia (Bacharelado/Diurno)	Ceilândia	1192419	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=60852">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=60852</a>
122210	Geografia (Licenciatura/EaD)	Brasília	122210	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3867">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3867</a>
3859	Geografia (Licenciatura/Diurno)	Brasília	44366	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3859">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3859</a>
3425	História (Licenciatura/Diurno)	Brasília	44369	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3425">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3425</a>
3476	História (Licenciatura/Noturno)	Brasília	122214	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3476">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=3476</a>
4154	Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana (Licenciatura/Noturno)	Brasília	166	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4154">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4154</a>
4227	Língua Francesa e Respectiva Literatura (Licenciatura/Diurno)	Brasília	31378	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4227">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4227</a>
4324	Língua Inglesa e Respectiva Literatura (Licenciatura/Diurno)	Brasília	29693	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4324">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4324</a>
4553	Língua e Literatura Japonesa (Licenciatura/Noturno)	Brasília	20551	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4553">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4553</a>



698	Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua (Licenciatura/Diurno)	Brasília	1349598	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=698">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=698</a>
4910	Letras - Português (Licenciatura/EaD)	Brasília	112162	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4910">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4910</a>
4120	Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Licenciatura/Diurno)	Brasília	34644	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4120">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4120</a>
4146	Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Licenciatura/Noturno)	Brasília	162	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4146">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4146</a>
4430	Português do Brasil como Segunda Língua (Licenciatura/Diurno)	Brasília	44377	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4430">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=4430</a>
1325	Matemática (Licenciatura/Diurno)	Brasília	44372	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=1325">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=1325</a>
1368	Matemática (Licenciatura/Noturno)	Brasília	161	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=1368">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=1368</a>
5509	Música (Licenciatura/EaD)	Brasília	112164	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=5509">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=5509</a>
434	Música (Licenciatura/Diurno)	Brasília	133	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=434">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=434</a>
5606	Música (Licenciatura/Noturno)	Brasília	122220	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=5606">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=5606</a>
9296	Pedagogia (Licenciatura/EaD)	Brasília	112170	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=9296">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=9296</a>
9229	Pedagogia (Licenciatura/Diurno)	Brasília	150	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=9229">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=9229</a>
9245	Pedagogia (Licenciatura/Noturno)	Brasília	163	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=9245">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=9245</a>
2721	Psicologia (Licenciatura/Diurno)	Brasília	44376	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=2721">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=2721</a>
1503	Química (Licenciatura/Noturno)	Brasília	159	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=1503">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=1503</a>
451	Teatro (Licenciatura/EaD)	Brasília	112166	Sim	<a href="https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=451">https://www.matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=451</a>

Fonte: SIGRA – Sistema de Controle Acadêmico de Graduação (DEG/UnB).